

Iika Boaventura Leite

**NEGROS E VIAJANTES ESTRANGEIROS EM MINAS GERAIS
- SÉCULO XIX -**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na
Área de Antropologia Social.

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Baptista Borges Fereira

São Paulo

1986

Ao povo negro de Minas

A G R A D E C I M E N T O S

A realização deste trabalho se tornou possível graças à ajuda da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através de uma bolsa de pesquisas, e de muitas pessoas, amigos e colegas:

De Caio Cesar Boschi, de quem partiu a idéia inicial de trabalhar com os viajantes. Durante esses anos demonstrou, mesmo de longe, amizade e grande interesse pela concretização do projeto inicial;

Da Prof^a. Evantina, que ofereceu sugestões bibliográficas muito valiosas.

Agradeço

a Eveline, Ricardo, Alba, Isabel, Albertina, Zaide, Regina, Nadir, Jorge e Francisca, que em diferentes situações, se envolveram com o trabalho e me deram além do carinho, uma ajuda muito especial;

a José Henrique, pela compreensão e ajuda nestes anos de batalha;

a Maria de Lourdes Bandeira, que muito me estimulou, discutindo o projeto, oferecendo sugestões valiosas durante todo o trabalho e sendo, principalmente, uma grande amiga;

a Maria Silvia, que colaborou nas traduções e adaptações dos textos dos viajantes;

a Cleber e Beth, que na convivência diária, me ofereceram sua amizade e apoio;

a Liliane Kobarg, pela sua ajuda na transcrição dos textos, mapeamentos e desenhos;

a Walter Costa, pela revisão e sugestões valiosas;

a Maria José, que enviou de Minas o seu traço mágico para compor a abertura dos capítulos;

a Maria Lúcia Andaló, que leu, comentou e corrigiu o trabalho, além do grande apoio na etapa final;

aos meus irmãos, meu pai e minha mãe, pelo afeto;

Finalmente, agradeço ao Prof. João Baptista Borges Pereira, pela confiança e pela disposição em me orientar durante a pesquisa.

S U M Á R I O

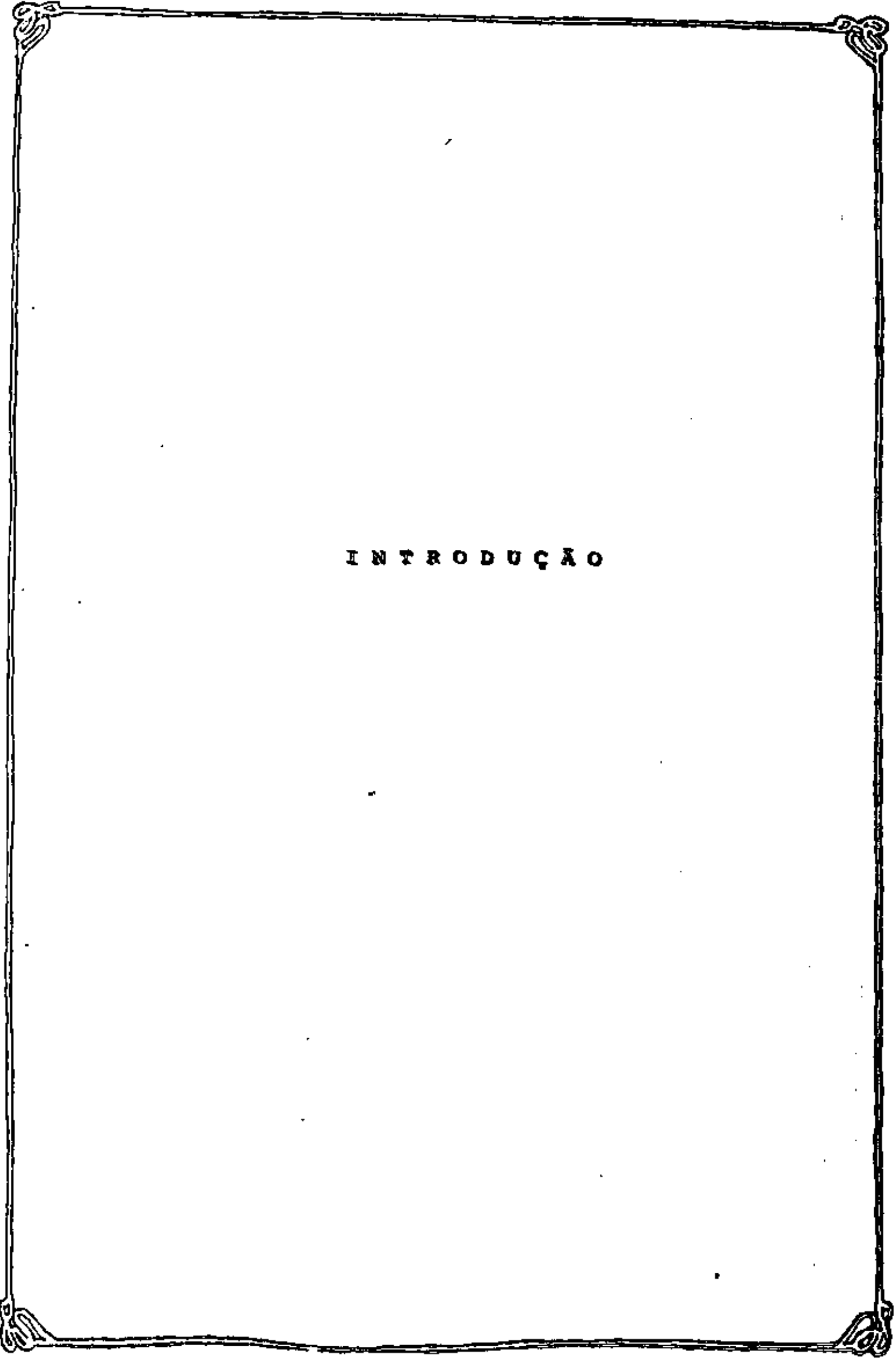
LISTA DAS FIGURAS	I
LISTA DOS QUADROS	II
INTRODUÇÃO	01
OS VIAJANTES ESTRANGEIROS EM MINAS GERAIS	
I - Os interesses estrangeiros nos estudos sobre o Brasil	25
II - As viagens a Minas Gerais	49
III - O jogo de interesses	65
IV - Os relatos: documento, ficção ou ciência?	90
O NEGRO EM MINAS GERAIS	
V - A diferença do outro	118
VI - Pelos caminhos de Minas	128
VII - A visibilidade racial	152
VIII - A visibilidade do sexo	167
IX - O trabalho	182
X - O trabalho e a trêgua	209
XI - Condições de vida, condições de produção	219
XII - As danças e a música	248
XIII - As festas, religião e aspectos da vida cotidiana	263
XIV - O negro enquanto categoria racial	289
XV - O negro enquanto categoria social	303
CONSIDERAÇÕES FINAIS	335
BIBLIOGRAFIA	339
ANEXOS	

LISTA DAS FIGURAS

Figura	Página
1 - Negros voltando da caçada - Escravo de um naturalista - Jean Baptist Debret, 1816-1831 (capa)	
2 - Acampamento de um viajante na mata virgem - François Auguste Biard, 1858	02
3 - Caravana de comerciantes dirigindo-se ao Tijuco - Ferdinand Denis, 1816-1831	24
4 - Mapa de Minas Gerais contendo as principais vilas e cidades visitadas pelos viajantes estrangeiros no século XIX	57
5 - Minas Gerais: os trajetos dos viajantes no século XIX	62
6 - Lavagem de um minério de ouro, perto da Montanha do Itacolomi - Ferdinand Denis, 1816-1831	117
7 - O regresso de uma viagem ao interior - Jean Baptist Debret, 1816-1831	334

LISTA DOS QUADROS

Quadros	Página
I - Viajantes que visitaram Minas Gerais no século XIX - Cronologia e origem	13
II - Principais vilas e cidades mineiras visitadas pelos viajantes estrangeiros do século XIX	58
III - Os interesses das viagens ao Brasil no século XIX	84
IV - Principais doenças contraídas pelos negros segundo os viajantes estrangeiros do século XIX	230
V - Causas atribuídas às doenças contraídas pelos negros segundo os viajantes estrangeiros do século XIX.	231



I N T R O D U Ç Ã O



"Os livros de viagem, convêm observar, dependem, para assumir caráter permanente, da opinião dos "entendidos", isto é, daqueles que vivem ou que viveram entre os cenários descritos".

(BURTON, 1868)

Nos estudos sociológicos e antropológicos realizados ou em realização na Universidade de São Paulo, as pesquisas sobre o negro, de acordo com os principais temas de interesse, foram classificados por Pereira⁽¹⁾ em quatro conjuntos: 1) o negro e a comunicação; 2) o negro em contexto religioso; 3) o negro no sistema de relações raciais; 4) o negro em condições de vida rural.

O primeiro conjunto, no qual se insere este trabalho, refere-se "não apenas aos clássicos mecanismos de comunicação de massa (rádio, tevê, imprensa) mas, também, à literatura (ficcio

nal, documental e científica e a comunicação ligada às artes expressivas (música, teatro, etc.)" (2). Foi iniciado na década de 60, com o trabalho de João Baptista Borges Pereira, enfocando o negro nos meios radiofônicos (3). Sob sua orientação, essa linha de pesquisa teve continuidade com o trabalho de Solange Martins Couceiro de Lima, na década de 70, onde o negro foi estudado no contexto das emissoras de televisão de São Paulo (4). Ambos os trabalhos examinaram o rádio e a tevê como mecanismos elaboradores e propagadores de representações, como "fabricadores de mensagens", nas quais é possível perceber nitidamente as imagens e estereótipos presentes na sociedade brasileira.

Também o trabalho de Teófilo de Queiróz Jr. (5) tem sido relacionado a essa perspectiva, por analisar o comprometimento da literatura brasileira com o preconceito de cor e com a propagação de imagens arcaicas e estereotipadas da mulher negra, em particular a mulata.

Recentemente, Solange Martins Couceiro de Lima, em continuidade ao seu estudo sobre a televisão, elaborou tese de doutoramento sobre a obra de Nina Rodrigues (6). Substituindo o referencial televisivo pelo científico, Solange realizou uma revisão crítica do espaço que é reservado à mulher e à família na obra de Nina Rodrigues. Reconstituindo posições teórico-metodológicas e esquemas ideológico-políticos, mostrou como aquele discurso, apoiado na autoridade do conhecimento científico, contribuiu para a veiculação, na sociedade brasileira, de representações negativas sobre a população negra.

Nessa linha de preocupação, propus-me a pesquisar a imagem do negro transmitida pelos viajantes estrangeiros do século XIX. A documentação relativa aos negros contida nas obras dos viajantes tem sido largamente utilizada, nos estudos sobre este tema, pela grande quantidade de informações que contém, para recompor as lacunas deixadas pela destruição sistemática das fontes. Na obra de Nina Rodrigues⁽⁷⁾ a temática do negro aparece, pela primeira vez, como objeto de reflexão científica. Quando aborda o tema dos africanos e suas reminiscências no Brasil, Nina utiliza as obras de Jean-Baptiste Debret, Karl F.P. von Martius & Johann B. von Spix, enfatizando uma imagem patológica e inferiorizada do negro em relação aos outros grupos. Arthur Ramos⁽⁸⁾, após quase 30 anos, retoma esse tema enquanto "expressão de cultura"⁽⁹⁾ e também faz uso dos relatos de Spix e Martius e Robert Avé-Lallemant. Silvio Romero⁽¹⁰⁾, em seu interesse pela literatura e em um mergulho nos primeiros escritos sobre o país, cita os viajantes como fontes fundamentais para a busca e determinação dos componentes formadores da cultura brasileira. Em sua obra, cita Spix e Martius, Maximilian Wied-Neuvied, Charles Darwin, George Gardner, Louis Agassiz, entre outros.

Nas décadas de 30/40, quando o negro passa a ser enfocada como "expressão social"⁽¹¹⁾ através das obras de Gilberto Freyre⁽¹²⁾ e Donald Pierson⁽¹³⁾, os viajantes também são largamente utilizados para preencher lacunas decorrentes da escassez e/ou dificuldade de acesso a outras fontes históricas. O primeiro utilizou principalmente os relatos de viagem escritos por Henry Walter Bates, Ferdinand Denis, Thomas Eubank, Maria Graham, John Luccock, John Mawe, August de Saint-Hilaire, Alfred Wallace, John White. O segundo inspirou-se em Richard Burton, Frank Bennet, John Codman,

Robert Walsh e, o mais famoso de todos, em Charles Darwin.

Na década de 50, inicia-se no Brasil, sob o patrocínio da UNESCO, uma série de pesquisas, visando a um conhecimento da realidade multi-racial no país, coordenada por Alfred Métraux. Também aí os relatos de viagem foram utilizados como fonte de informações sobre as condições de vida dos negros, a nível regional, e de desmistificação do caráter democrático das relações raciais no Brasil. Nessa linha trabalharam Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros. Em continuidade a esse enfoque, cabe citar também os trabalhos de cunho eminentemente históricos, como os de Robert Conrad, Emília Vioti, Maria Odila Silva Dias, Fernando Novais e Ciro Flamarion Cardoso.

Pode-se constatar que os depoimentos deixados pelos viajantes do século XIX têm servido para sustentar as mais diferentes e até divergentes teorias acerca dos negros no Brasil e no exterior. Quero chamar a atenção, no entanto, para a frequência com que tais obras têm sido utilizadas em estudos, não apenas sobre o negro, mas sobre os mais diversos temas relativos ao Brasil⁽¹⁴⁾.

Os viajantes têm sido convocados para dar conta de uma parte significativamente grande do nosso passado. E seus depoimentos têm sido considerados como a versão mais próxima do real. Isto significa, sem dúvida, que a história escrita aqui e agora corre o risco de repetir a mesma visão anterior. Além disso, não foram submetidas a uma crítica, em sua essência, de modo a compreendê-las enquanto um tipo específico de representação sobre a vida no país e

sobre o negro, que investigue porque estas e não outras imagens foram escolhidas para representar o negro. A idéia de realizar um estudo de representação partiu da necessidade que se sentiu de tratar os dados fornecidos pelos viajantes como "reinventores de realidades". Assim sendo, verificar qual ou quais foram os perfis desenhados pelos estrangeiros para retratar os negros que aqui viram e com quem conviveram. Constitui, portanto, meu objetivo, captar os componentes ideológicos que atuam na elaboração de um tipo de discurso, e que constroem uma imagem que é repassada através da leitura de suas obras. Esta imagem pode, em última instância, ser identificada como o discurso sobre "o outro", ou, até, como o discurso do branco sobre o negro. Mas não é suficiente pensar a literatura de viagem ou mesmo a produção científica apenas como forma ou instrumento de dominação. Acho fundamental pensar esta produção também enquanto veículo de expressão ou manifestação de uma cultura, enquanto tentativa de compreender o outro. Essa postura me parece fundamental para o julgamento das obras dos viajantes e para retirar daí uma avaliação crítica de sua importância enquanto fonte documental.

A opção pelos relatos sobre Minas Gerais se deve a três motivos. Em primeiro lugar, pelo interesse que Minas Gerais representou para os viajantes estrangeiros em particular, e para a Europa de um modo geral, após 1808, com a transferência da Corte Portuguesa e a abertura dos portos brasileiros, principalmente por suas reservas minerais. Em segundo lugar, pelo grande contingente de população de cor, liberta e cativa aí existente em decorrência tanto da extração mineral nos séculos anteriores como de importações recentes para suprir a carência de mão-de-obra no setor agrope

quário⁽¹⁵⁾. Em terceiro lugar, porque o número ainda incalculado de viagens e obras sobre o Brasil tornou indispensável o estabelecimento de um limite do material a ser analisado.

Ao focar apenas os dados sobre Minas Gerais, procurei romper com a rigidez da definição dos planos de abordagem: nem sempre é possível separar os relatos sobre Minas do contexto geral. O que me importa é a representação, a imagem que nos ficou na obra de cada autor. A premissa principal é a de que a eleição do material tratado contém, por si só, uma intencionalidade — o caráter simbólico revela a ideologia que subjaz a cada obra e a suas relações, embora fragmentadas, com o todo. Assim, não pretendo reconstituir a história do negro em Minas Gerais. A história está presente mas não é ela o objetivo a ser alcançado. Busco apreender não propriamente o que foi e, sim, como foi representado. Neste caso, a história transforma-se num referencial, bem como o é o aqui e o agora.

As obras dos viajantes contêm, como veremos no decorrer deste trabalho, aspectos que podem ser atribuídos ao ficcional, ao documental e ao científico. Enquanto fontes de informações, permitem várias leituras e são inesgotáveis. Há nelas a possibilidade de extrair um pouco de cada coisa, como uma mina contendo grandes coleções de pedras preciosas. Aí é possível encontrá-las de todos os tipos, cores, tamanho e valor. Manuel Bandeira⁽¹⁶⁾, por exemplo, soube captar a delicadeza, a simplicidade do estilo de Saint-Hilaire. Já Eduardo Friereiro⁽¹⁷⁾, outro interessado nas obras dos viajantes, colheu, do mesmo autor, depoimentos que afirmavam a superioridade do mineiro em relação ao paulista, correndo o risco de reforçar um estereótipo grosseiro. É possível, portanto, cair

na própria armadilha do viajante. No processo de trabalho não es tou livre desse risco, nem da inevitável temporalidade que se vai tornando uma análise de discurso. Por mais fina que seja a peneira, sempre é possível colher um cascalho em vez de uma pedra preciosa.

A PESQUISA

O material escrito e iconográfico deixado pelos via jantes estrangeiros é extremamente denso e ainda está por ser recu perado em sua totalidade. As bibliografias existentes são incomple tas, e muitas obras raras, artigos de jornais, revistas e manuscri tos apresentam grande dificuldade de localização. Apesar de serem arrolados nos levantamentos bibliográficos e de constarem em ensai os biobibliográficos, alguns já se encontram esgotados e outros até "desaparecidos" das estantes das bibliotecas. Segundo constata Mott, "a localização dos livros de viágens requer uma pesquisa que extrapola os limites do Brasil e dos organismos oficiais, pois o va lor comercial destes exemplares tornou-se objeto de rendosa especu lação. Assim, o que existe arrolado é apenas um número aproximado daquilo que se escreveu sobre o Brasil"⁽¹⁸⁾.

Esse material tem sido tratado apenas em partes. Mes mo os autores que pretenderam realizar um estudo minucioso dos via jantes não elaboraram uma coleta e organização sistemática dos rela tos, como é o caso das obras de Mello Leitão: Visitantes do Primei ro Império (1934), o Brasil Visto pelos Ingleses (1937) e História das Expedições Científicas no Brasil (1942). Os relatos foram tam bém explorados e valorizados através de levantamentos bibliográfi- cos e traduções, de algumas passagens e/ou de toda a obra. Jacob,

em 1922, organizou uma coletânea sobre temas mineiros⁽¹⁹⁾, e Tau^uay publicou, em 1945, traduções de alguns viajantes que visitaram Minas Gerais⁽²⁰⁾. Carvalho, Moraes e Berrien e também Berger, em épocas diferentes, interessaram-se pelos viajantes, cada um procurando fazer crescer a lista das viagens⁽²¹⁾. Mello Leitão foi, sem dúvida, o que mais se dedicou a esse tipo de fonte. Em sua obra sobre os ingleses, por exemplo, há uma tentativa de síntese dos assuntos. Mas como o critério de escolha dos depoimentos é o da localidade, esvaziou-se um pouco o enfoque temático (como o do negro, que me interessa em particular). Sua análise recai na questão da nacionalidade. Percebeu, com isto, que havia uma diferença entre as missões científicas organizadas pelos franceses e germânicos, de cunho mais intelectual, e aquelas dos ingleses, de exploração comercial. Mostrou diferenças nítidas no cunho destas viagens e na elaboração de um juízo do país e da sociedade visitada. Mas no que diz respeito ao negro, parece não ter superado o julgamento dos ingleses para poder criticá-los: *"A mancha negra da escravidão, tal como a viram nas cidades ou nas senzalas, esses filhos da Grã-Bretanha, forma um capítulo interessante pela valia dos depoimentos"*⁽²²⁾. No entanto, sua valorização se encerra aí.

Recentemente, as obras dos viajantes têm retornado à cena, desta vez tendo como carro-chefe uma temática específica e visando à compreensão e ao resgate do conteúdo propriamente dito dos seus relatos. É o caso da pesquisa de Schaden & Pereira, que faz um panorama dos relatos sobre os índios⁽²³⁾; o de Hartman, que analisa os desenhos de índios feitos por viajantes⁽²⁴⁾; e o de Augel, que, numa perspectiva histórica, analisa as viagens à Bahia no século XIX pelos aspectos topográficos, urbanísticos e sociais⁽²⁵⁾. Também

Mott realizou um estudo sobre a criança negra no Rio de Janeiro do ponto de vista dos viajantes⁽²⁶⁾ e Leite explorou a temática da condição feminina, tendo trabalhado com os textos de duas maneiras: numa, enfocou o tema da mulher nos relatos de viagem de modo geral; noutra, trabalhou o mesmo tema, mas nos relatos escritos por mulheres⁽²⁷⁾.

A partir da definição de trabalhar apenas com os relatos sobre o negro em Minas Gerais, parti do levantamento bibliográfico realizado por Gravatã⁽²⁸⁾ e procurei complementar a pesquisa com o auxílio dos autores mencionados acima e de alguns outros artigos⁽²⁹⁾.

No levantamento de Gravatã foram arrolados 45 viajantes do século XIX e XX e 55 obras para o período de 1808 a 1954, sendo a maior parte ingleses, franceses e alemães. Mas a cada dia novas obras são encontradas, tornando-se praticamente impossível um levantamento definitivo dessas viagens. Consegui inicialmente reunir 36 autores e 33 obras, abrangendo o período de 1808 a 1887, ou seja, quase todo o século XIX. A procura das obras levou-me a excluir, de início, parte delas: por dificuldade de acesso, por não abordarem o tema de interesse deste trabalho ou por barreiras linguísticas. Após exame mais detido, foram também excluídas as obras consideradas monográficas, ou seja, que foram feitas no estilo da literatura de viagem e inspirada em viagens dos seus autores, mas que pretenderam ser um esboço histórico e descritivo e que, como tal, requeriam um exame muito apurado das fontes utilizadas, extrapolando, com isso, o espírito inicial deste trabalho, qual seja, o de reter ao máximo informações coletadas "em campo".

Apesar disso, procurei, antes da seleção, examiná-las detidamente. A obra Pluto Brasiliensis, de Eschwege⁽³⁰⁾, embora bastante rica em informações sobre o trabalho escravo na mineração, será utilizada com certa reserva, por não se constituir propriamente num relato de viagem. A obra de Wied-Neuvied⁽³¹⁾, apesar de ser um livro de viagem, quase não menciona a população negra de Minas Gerais. Quem lê seu livro nunca poderá imaginar quais são os habitantes de Minas. Naturalista por excelência, o príncipe de Neuvied reserva o seu diário de campo apenas para registrar o cenário natural do país, incluindo nele os nativos. As obras de Ferdinand Denis⁽³²⁾ e dos missionários americanos Kidder e Fletcher⁽³³⁾, apesar de fornecerem informações sobre o negro, não são propriamente relatos de viagens, mas sim ensaios histórico-descritivos ou crônicas elaboradas a partir das vivências desses autores no Brasil.

Também foram colocadas em segundo plano as obras cujo conteúdo foi obtido através de cartas de viajantes e cuja forma final resultou de recompilações por terceiros. Por exemplo, os escritos que acompanham as pranchas de Rugendas⁽³⁴⁾ foram escritos por seu amigo Victor Huber, a partir de cartas do artista; como uma forma de preencher as lacunas. Apesar de estarem separadas do corpo analítico do trabalho, estas obras foram consultadas e serão, quando possível, comentadas. Guardadas as devidas reservas, acho que, apesar de apresentarem limitações que as excluem principalmente por fatores de ordem formal (não serem literatura de viagens, por exemplo) e considerando, pela escassez de fontes, o tipo de informações que fornecem, optei por citá-las em algumas passagens, como forma de enfatizar ou reforçar as opiniões dos viajantes em questão.

Foram selecionados para análise 20 autores, (duas obras de dupla autoria: Spix e Martius e Louis e Elizabeth Agassiz). O quadro cronológico das viagens abrange quase todo o século XIX, pois inicia-se em 1808, com a abertura dos portos, e vai até 1885. As nacionalidades dos autores são também diferentes, predominando os ingleses, em número de oito, franceses, três, dos países germânicos, sete, e norte-americanos, dois (sendo que Louis é suíço, naturalizado americano). O quadro a seguir fornece uma visão geral dos autores que serão analisados (35).

I - VIAJANTES QUE VISITARAM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

- CRONOLOGIA E ORIGEM -

DATA APROXIMADA DA VIAGEM	VIAJANTES	PAÍS DE ORIGEM
1808-09	JOHN MAWE	Inglaterra
1811-1821	WILHELM LUDWIG VON ESCHWEGE	Alemanha
1814-1815	GEORG WILHELM FREYREISS	Alemanha
1816-1822	AUGUSTE P. DE SAINT-HILAIRE	França
1817-1818	JOHN LUCCOCK	Inglaterra
1818-1820	JOHANN EMANUEL POHL	Áustria
1818	KARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS e JOHANN BAPTIST VON SPIX	Alemanha (Baviera) Alemanha (Baviera)
1821	ALEXANDER CALDCLEUGH	Inglaterra
1828-29	ROBERT WALSH	Inglaterra
1834-1835	CHARLES JAMES FOX BUNBURY	Inglaterra
1839-1841	GEORGE GARDNER	Inglaterra
1843-44	FRANCIS DE LA PORTE CASTELNAU	França
1845	CONDE DE SUZANNET	França
1851	HERMANN BURMEISTER	Alemanha
1859	ROBERT CHRISTIAN BERTHOLD AVE-LALLEMANT	Alemanha
1865-66	JEAN LOUIS RODOLPHE AGASSIZ e ELIZABETH CABOT CARY AGASSIZ	Suíça (natu rel. americano) Estados Unidos
1868	RICHARD FRANCIS BURTON	Inglaterra
1885	JAMES WELLS	Inglaterra

A ELABORAÇÃO DO TRABALHO

O aproveitamento dos escritos sobre a vida dos negros em Minas Gerais propicia algumas discussões ainda não abordadas por outros autores, esclarece questões, levanta outras. Tomando esse material como dado etnográfico para o estudo de representações, algumas limitações são detectadas de início: primeiro, pelo caráter heterogêneo das informações. Os escritos refletem a própria diversidade das situações vividas e de abordagens de cada autor. Segundo, pela impossibilidade de dar um tratamento único para épocas, lugares, assuntos e, naturalmente, autores diferentes. Além disso, há a subjetividade de linguagem. Resumirei, a seguir, as principais dificuldades encontradas e como procurei resolvê-las ou contorná-las.

Um dos recursos metodológicos de abordagem dos dados empíricos foi a reconstituição dos itinerários de cada autor para elaboração do mapeamento das viagens. Este trabalho encontrou dificuldades de diversas ordens. Os locais a que se referem as descrições nem sempre são explicitados pelos viajantes. Se alguns relatos podem ser facilmente identificados como Minas Gerais, outros são extrapolados para todo o país. Algumas notas foram reescritas após a viagem e complementadas com comparações ou generalizações, impossíveis de separar no corpo do texto. Ou ainda, num dado momento uma situação vivida em outra província propiciava ao viajante recorrências àquelas passadas em Minas e eram aí anotadas.

As conexões entre história regional e do Brasil são freqüentes, dificultando a separação dos dados. A informação ocorr

re no texto do geral ao específico e do específico ao geral, confundindo e, por vezes, impossibilitando a separação. Em muitos casos, Minas aparece ligada por laços estreitos às outras regiões do Brasil e não há que isolá-la do resto. A escravidão, sabe-se, não foi tão distinta nos vários Estados do Brasil. A determinação dos relatos sobre Minas é apenas uma necessidade metodológica e não pode transformar-se em um corte arbitrário e tendencioso.

Aliado a isto, há com frequência a omissão dos itinerários percorridos, o que dificultou em muito o mapeamento das viagens. Do século XIX até hoje, muitas mudanças se processaram nos nomes das localidades mineiras. Na medida do possível, procurei traçar a evolução toponímica de alguns municípios e identificar os locais visitados, mas nem sempre foi possível saber a que local se referia o depoimento. Há casos também, de enganos do próprio viajante, no registro de seu itinerário, quando deixa para fazê-lo à posteriori.

Enfim, uma reconstituição dos itinerários, além de pioneiro, permite-nos uma viagem, um mergulho memorial nas imagens vistas e repassadas pelos olhos dos viajantes, mas não constitui, em si, o objetivo do trabalho. A indicação dos itinerários pode variar segundo os escritos destes autores: uns preocupados em registrar todas as localidades existentes, outros em suas paradas de descanso, outros apenas os lugares onde encontram "algo digno de registro". Portanto, há muitas descrições fragmentadas, onde não é possível realizar um mapeamento com exatidão. Procurei, nesses casos, uma fidelidade às indicações de cada autor, apontando no mapa tais limitações.

Outra dificuldade apareceu quando tentei estabelecer uma cronologia. As datas dos trabalhos não seguem uma ordem cronológica possível de ser dividida por períodos. Alguns autores são contemporâneos entre si, outros se distanciaram, assim como também não visitaram os mesmos lugares. Às vezes um viajante escreveu seu diário, publicou-o algum tempo após a viagem mas não datou as épocas das informações coletadas. Outras vezes, as datas acompanharam a revisão dos trabalhos.

Se, por um lado, as datas e localidades diferentes limitam o confronto das informações, por outro enriquecem e ampliam o quadro em termos de espaço e tempo. Quando é possível o confronto, este é rico e esclarecedor. Algumas vezes o autor revisa os dados dos que o antecederam corrigindo-os ou complementando-os. Outras, cai na mera repetição. Nesse aspecto, é importante a compreensão da natureza destas fontes e de suas limitações, para lhes atribuir uma real significação.

Quanto à subjetividade da linguagem, várias questões devem ser consideradas. A primeira delas diz respeito ao uso de traduções. As dificuldades de trabalhar os autores em sua língua original colocou-me na condição de decidir sobre a continuidade ou não desta pesquisa, uma vez que suspeitava de que as traduções poderiam conter imprecisões na interpretação quanto aos significados de certas palavras, dando margem a dúvidas e trocas de sentidos. Neste caso, optei por uma consulta ao original, quando possível, principalmente nos usos de adjetivos, apreciações e julgamentos. A segunda questão refere-se ao uso de diferentes terminologias para designar certos elementos citados. Por exemplo, o negro é mencionado co

mo preto, crioulo, escuro, de cor, mulato, servil, escravo. Também nem sempre é possível determinar sua condição jurídica, se forro ou escravo, sendo a palavra "negro" muitas vezes usada como sinônimo de "escravo" (36).

Dentro desta proposta, encarei, como base empírica, as informações sobre o negro, ou seja, a literatura de viagens e os nossos informantes, os viajantes. Trata-se, portanto, de uma pesquisa onde os dados são limitados pela sua condição histórica. Uma volta ao século XIX para obter dos viajantes as respostas a todas as nossas perguntas, seria impossível. Desse modo, trata-se de uma "eleição" dos relatos como um rico manancial de dados etnográficos sobre o negro e que, por si sô, já foram levantados e possuem uma organização interna própria.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira privilegia as viagens e os relatos do ponto de vista da sua produção; a segunda procura depreender qual a imagem do negro em Minas Gerais transmitida pelos viajantes.

Na primeira parte, procuro mostrar a que tipo de interesse estavam vinculadas as viagens (I); quais as motivações para a escolha dos itinerários (II); para quem eram produzidas (III); quais as circunstâncias em que foram escritas as obras (IV).

Na segunda parte evidencio os relatos sobre o negro em Minas Gerais. Procuro organizá-los, segundo temas afins, mostrando como são tratados e quais as imagens mais veiculadas. À medida que percorrem Minas Gerais, os viajantes descobrem o outro (V).

mostram onde se encontrava a população negra (VI); diferenciam-na das demais em termos de cor (VII); do sexo (VIII); do trabalho (IX); do período de trégua (X); de quais as suas condições de vida (XI); sua música e danças (XII); suas festas, religião e aspectos da vida cotidiana (XIII), enquanto categoria racial (XIV) e categoria social (XV).

NOTAS

- (1) PEREIRA, J.B.B. Estudos antropológicos das populações negras na Universidade de São Paulo. Revista de Antropologia, São Paulo, (24):63-74, 1981.
- (2) Idem, ibidem, p. 64.
- (3) Idem. Cor, profissão e mobilidade - o negro e a rádio de São Paulo. 1967.
- (4) LIMA, S.M.C. de. O negro na televisão de São Paulo, um estudo de relações raciais. 1983.
- (5) QUEIRÓZ JUNIOR, T. de. Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira. 1975.
- (6) LIMA, S.M.C. de. Mulher e família negras - realidade e representação na obra de Nina Rodrigues. 1984.
- (7) RODRIGUES, N. Os africanos no Brasil. 1977.
- (8) RAMOS, A. As culturas negras no Novo Mundo. 1979.
- (9) PEREIRA, J.B.B. Estudos antropológicos e sociológicos sobre o negro brasileiro, aspectos históricos e tendências atuais. In: Contribuições à antropologia em homenagem a Egon Schaden. 1981.
- (10) ROMERO, S. Fatores da literatura brasileira. In: História da literatura brasileira. 1980.
- (11) PEREIRA, op. cit., 1981.
- (12) FREYRE, G. Casa grande e senzala. 1952.
- (13) PIERSON, D. Branços e pretos na Bahia. 1945.

- (14) Os tipos de fontes que contêm informações sobre o nosso passado são os mais variados. Podem estar nas formas de convívio social, institucionalizadas ou não, nos objetos, na fala e até no corpo. A possibilidade de seu aproveitamento deve ser incentivada e ampliada, mas também deve ser respensada e criticada.
- (15) Sobre a idéia de "importações", vide MARTINS, R.B. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. 1980.
- (16) BANDEIRA, M. O "Nosso" Saint-Hilaire. Minas Gerais: os viajantes estrangeiros. 1970.
- (17) FRIEIRO, E. Saint-Hilaire em Minas Gerais. Minas Gerais: os viajantes estrangeiros. 1970.
- (18) MOTT, M.L. A criança negra na literatura de viagens. In Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (66), dez. 1979.
- (19) JACOB, R., org. Publicações do centenário em Minas Gerais: collectanea de cientistas estrangeiros (assumptos mineiros).
- (20) TAUNAY, A. de E. Viagens na capitania de Minas Gerais (1811, 1821). 1945.
- (21) CARVALHO, J.A. de. Biblioteca exótico-brasileira. 1929 e Aventuras e aventureiros no Brasil. 1929.
- MORAES, R.B. & BERRIEN, W. Manual bibliográfico de estudos brasileiros. 1949 e MORAES, R.B. de. Bibliographia brasiliana. 1958. 2 v.
- BERGER, P. Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros. - 1500-1900. 1980.
- (22) MELLO-LEITÃO, C. de. O Brasil visto pelos ingleses. 1937. p. 25.

- (23) SCHADEN, E. & PEREIRA, J.B.B. Exploração antropológica. In: HOLANDA, S.B. de. História geral da civilização brasileira. 1962.
- (24) HARTMANN, T. A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros no século XIX. 1975.
- (25) AUGEL, M.P. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. 1980.
- (26) MOTT, op. cit., 1979. p. 67.
- (27) LEITE, M.M. A dupla documentação das autoras de livros de viagem (1800-1850). In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Vivência; História, sexualidade e imagens femininas. 1980, e a condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros, 1984.
- (28) GRAVATÁ, H. Viajantes estrangeiros em Minas Gerais (1809 e 1955). Minas Gerais: os viajantes estrangeiros. 1970.
- (29) V. por exemplo: TIETZ, F. Os estrangeiros no Brasil. Revista de História da Economia Brasileira, São Paulo, 1(1):125-9, jun. 1953; OBERACHER, C.H. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros no Reino e Primeiro Império do Brasil (até 1840). Revista Humboldt, 8 (18), 1968; MATOS, O.N. de. As cidades mineiras vistas por alguns viajantes estrangeiros do século XIX. 1974. RICCI, M.L. de S. & MATOS, O. N. de. A segunda viagem de Saint-Hilaire a São Paulo. 1982; NIELSEN, L.J. O estrangeiro e o cativo; relatos dos viajantes estrangeiros como fontes para a história da escravidão no Brasil para o período de 1800 a 1850. p. 403-18.
- (30) ESCHWEGE, W.L. von. Pluto brasiliensis. 1941.
- (31) WIED-NEUVIED, M. Viagem ao Brasil (1815-1817). 1940.
- (32) DENIS, F. Brasil. 1980.

- (33) KIDDER, D.P. & FLETCHER, J.C. O Brasil e os brasileiros. 1941.
- (34) RUGENDAS, J.M. Viagem pitoresca através do Brasil. 1954. 2
v.
- (35) Vide lista contendo os títulos das obras dos viajantes em sua língua original no anexo I.
- (36) Para facilitar o tratamento do grupo estudado, optei por usar o termo "negro" para caracterizar todos os indivíduos não brancos e com componentes hereditários de origem africana. Não estou, com isto, incorporando as generalizações do discurso ideológico do negro atual, que tende a considerar a maior parte dos brasileiros como negros, mas tenho consciência de que existem categorias intermediárias de cor com significados sociais diferentes.



OS VIAJANTES ESTRANGEIROS,

EM MINAS GERAIS



I

OS INTERESSES ESTRANGEIROS NOS
ESTUDOS SOBRE O BRASIL

"Raros são os países que oferecem tantos recursos como o Brasil, e sejam como ele destinados a representar na política papel tão importante; as montanhas encerram em seu seio metais preciosos; os rios cobrem com suas águas diamantes e pedrarias; o açúcar e o trigo, a vinha e o café, as árvores frutíferas da Europa e as da Índia são cultivadas indiferentemente em seu fértil território; as imensas solidões poderiam receber inúmeros colonos e seus portos garantir importantes mercados para os produtos de nosso solo e indústrias".

(SAINT-HILAIRE, 1816-1822)

Nos estudos sobre o Brasil no período colonial encontramos uma extensa produção efetuada por estrangeiros. A própria história do país e a sua condição colonial explicam, num certo sentido, este fato. Mas não explicam tudo, pois ainda hoje a produção estrangeira sobre o Brasil, em relação aos estudos produzidos aqui, continua a ser bastante significativa.

Este fato marcou presença há alguns anos nas discussões acerca da história do país, quando historiadores se deram conta de que, nos anos sessenta, a produção dos "brazilianists" se elevou a índices nunca vistos. E, mais ainda: não se tratava apenas de grande quantidade de pesquisas e obras produzidas sobre o Brasil por estrangeiros, mas inclusive da própria evasão de documentos, seja em forma de originais, seja em cópias microfilmadas, ou xerox. A Auphib⁽¹⁾ coordenou um debate entre pesquisadores brasileiros, no qual se procurou avaliar a importância e o grau de contribuição dessas obras. Pela primeira vez veio à tona um conceito até então desconhecido da maioria dos interessados nesta questão, qual seja, a historiografia do Imperialismo⁽²⁾. Este tempo passou a ser usado para caracterizar um tipo de pesquisa cujo principal objetivo é o de fornecer informações produzidas cientificamente sobre o Brasil para países interessados na expansão imperialista. No dizer de IANNI, "a dominação direta ou indireta de qualquer aldeia, cidade ou nação envolve algum conhecimento dos modos de vida e das idéias de seus habitantes"⁽³⁾. Este autor exemplifica, citando o imperialismo inglês no século XIX e o americano no século XX como os motores que impulsionaram o grande número de estudos sobre o Brasil. Muitos outros autores⁽⁴⁾ também chegaram a fazer esta correlação, demonstrando inclusive que tais estudos não teriam sido possíveis sem o patrocínio de instituições financeiras ligadas aos governos e aos interesses da classe dominante.

Uma retrospectiva dos estudos de estrangeiros sobre o Brasil, ao longo de sua história, permite estabelecer uma relação entre aquela produção e os interesses econômicos e políticos que marcam a trajetória brasileira em relação aos outros países do mun

do.

Nos primeiros séculos da expansão marítima e das descobertas, os países envolvidos nesse empreendimento não possuíam um corpo científico organizado capaz de empreender estudos acerca das terras descobertas. O próprio caráter predatório assumido nos primeiros séculos dispensou esse tipo de investimento por parte dos colonizadores. Concomitantemente, estabeleceu-se o regime de monopólio⁽⁵⁾, que garantiu a esses países o domínio exclusivo das terras descobertas. Mesmo assim, nesse período, o Brasil foi centro de interesse de portugueses envolvidos na empresa colonizadora, de navegadores que utilizaram os portos brasileiros para se abrigarem ou praticarem o contrabando, de invasores, ou mesmo de curiosos e franco-atiradores na busca de novas descobertas. A produção cultural que adveio desse período já se adequava às exigências de dominação dos nativos, das riquezas naturais e das terras.

Em fins do século XVIII, iniciam-se as expedições científicas propriamente ditas, patrocinadas por Portugal, e, em seguida, com a transferência da Corte Portuguesa e a abertura dos portos, por outras nações. Tinham o mesmo sentido, embora com novas estratégias. A partir de 1808 inicia-se, portanto, a produção sistemática de obras sobre o Brasil escritas por estrangeiros de várias procedências, engajados ou não em missões científicas, e que se propunham a estudar o país e a interpretá-lo para o resto do mundo.

Essa curiosidade sobre o país não é, evidentemente, gratuita. O sucesso de tais empreendimentos dependiam do investimento de grande quantidade de capitais e muitos esforços por parte

dos pesquisadores. Quando não, dependia da publicação da obra e do interesse que ela viria a despertar nos países de origem.

O que desejo mostrar é que faz sentido pensarmos nessa produção científica sobre o Brasil por estrangeiros principalmente como fruto de exigências impostas pela expansão imperialista, desde o período colonial até os tempos atuais. Houve sempre um interesse especial em revelar as potencialidades reais do país para o estrangeiro. E se pensarmos melhor, vamos concluir que esse interesse vai, de certo modo, condicionar aquela produção sobre o Brasil, dar-lhe um sentido e uma dimensão dificilmente percebidos e aceitos, quando a encaramos apenas como fruto do desenvolvimento científico, da fuga romântica ou ainda da curiosidade pelo exótico. Não quero, com isso, enquadrar todos os interesses científicos nas demarcações e fronteiras do nacionalismo. Em se tratando da produção científica organizada, é importante, contudo, não desconsiderar suas vinculações com os interesses do Estado/Nação tal como estes se encontravam organizados no século XIX.

A partir desse enfoque, procurarei traçar um panorama dos principais estudos estrangeiros sobre o Brasil, a fim de melhor entender e explicitar essa abordagem, situando nesse contexto a produção dos chamados viajantes estrangeiros do século XIX.

A meu ver, a produção estrangeira sobre o Brasil desenvolveu-se em três momentos históricos distintos: o primeiro período é marcado pela dominação portuguesa (século XV ao XVIII), o segundo pela européia, sobretudo a inglesa (século XIX), e o terceiro pela norte-americana (século XX). Apesar de vinculada aos inte

resses de dominação imperialista, essa produção assumiu, em cada período, características distintas, tanto do ponto de vista do com prometimento direto ou indireto com seus países, como pela nature za das obras produzidas. Pode-se afirmar a partir daí que, embora inseridos num mesmo "espírito colonizador", esses estudos seguiram orientações distintas.

O EXCLUSIVISMO PORTUGUÊS

"Tempo houve em que pretenderam no Rio de Janeiro prender-me como perigoso espião e mandar-me de torna viagem para Europa".

(HUMBOLDT, 1854)

O principal ponto a ser destacado no período de domi nação portuguesa, o mais extenso de todos, é o pequeno número de es tudos e pesquisas efetuados sobre o Brasil. Essa escassez foi fru to da política comercial expansionista dos primeiros séculos de colo nização e da forma de exploração adotada por Portugal no que diz respeito a suas colônias.

Ao tomar posse das terras do Brasil, Portugal procu rou, de imediato, proibir a entrada de estrangeiros, para com isto resguardar apenas para si as informações sobre as potencialidades e recursos exploráveis e para conter eventuais cobiças sobre suas ter ras. Essas medidas se constituíram, segundo Novais, na "medula do sistema colonial"⁽⁶⁾: ao resguardar a área de seu império das de mais potências, Portugal garantiu para si o monopólio exclusivo de exploração e comércio e, em torno da preservação desse privilégio, organizou a sua política econômica mercantilista. Esta política ex

clusivista foi responsável, por exemplo, pelas ordens de expulsão das terras brasileiras, em fins do século XVIII, do célebre cientista alemão Alexander von Humboldt, cuja expedição foi considerada suspeita e prejudicial aos interesses políticos do Reino⁽⁷⁾.

Principalmente por esta razão, o país permaneceu, por muito tempo, pouco conhecido na Europa, com exceção de sua orla marítima, que, pela contingência da navegação e situação portuária, fez sempre contatos com o estrangeiro. O exclusivismo é, sem dúvida, a característica mais marcante da produção cultural desse período. Outros traços não menos importantes destacam essa fase em relação às demais e serão analisados a seguir.

A famosa carta de Caminha foi a primeira notícia escrita sobre o Brasil. Daí até inícios do século XIX, o país se manteve rigorosamente fechado às explorações científicas, salvo algumas exceções, movidas por circunstâncias alheias à pesquisa propriamente dita e envolvendo a disputa em torno da posse e ocupação do território. Com isto quero deixar claro o caráter circunstancial de tais obras, do ponto de vista da política portuguesa, que se mostrou sempre relutante quanto à permissão de estudos ou de qualquer divulgação sobre suas terras. Daí que as poucas obras existentes foram escritas ou por portugueses ou por seus rivais na disputa colonial.

Os relatos de portugueses são, por isso mesmo, em maior número. Os homens que escreveram aqui durante a fase colonial eram, como nos informa Antonio Candido, "ou formados em Portugal ou formados à portuguesa"⁽⁸⁾. Essa afirmação refere-se tanto àque

les que tiveram a sua formação em Portugal quanto aos que para lá se deslocaram a fim de completar os estudos.

As obras produzidas nesse período por portugueses ou não, e arroladas por Pinto⁽⁹⁾, têm o mesmo caráter, isto é, o de terem sido elaboradas em situações ocasionais, movidas principalmente pelas seguintes razões: contatos portuários em casos de naufrágio, colonização, missões religiosas e invasões pelas disputas de territórios. No primeiro caso, podemos citar como exemplo o relato do navegador Hans Staden, que esteve prisioneiro dos tupinambás, em consequência de um naufrágio. O que mais lhe chama a atenção é a fauna, a flora e os nativos. A sua obra é precursora da literatura de viagens.

Em seguida temos os relatos de portugueses motivados pela empresa colonizadora, pela administração e exploração da terra para a Metrôpole e os de missionários religiosos, sobretudo jesuítas, que vinham realizar a obra da "pacificação e dominação" dos povos americanos através da doutrinação. Dentre todos, destacam-se Pedro Magalhães Gandavo, com sua História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Gabriel Soares de Souza, fazendeiro e senhor de engenho da Bahia que escreveu o Tratado Descritivo do Brasil, obra que ficou inédita por mais de duzentos anos; e também Ambrósio F. Brandão, autor do Diálogo das Grandezas do Brasil. Procuravam descrever com bastante minúcia os animais e plantas, o clima e a geografia, além dos usos e costumes dos índios.

Os missionários, envolvidos na pacificação e doutrinação, acharam também por bem escrever sobre a terra e, principal

mente, sobre os Índios, como forma de passar as experiências aos seus sucessores. Padre José de Anchieta, Fernão Cardim, Frei Cristovão de Lisboa, Padre Antônio Vieira, Frei José Mariano da Conceição Veloso⁽¹⁰⁾, deixaram o seu depoimento como forma de perpetuar a obra da colonização. Seus relatos procuraram insistentemente chamar a atenção da Metrópole sobre as riquezas potenciais do Brasil e de como dela tirar o melhor proveito: é o caso de Antonil no século XVIII⁽¹¹⁾.

As invasões e disputas do território trouxeram ao Brasil André Thevet e Jean de Lery, acompanhantes de Nicolas Villegaignon em sua ocupação do Rio de Janeiro durante os anos de 1555 a 59, e George Marcgraw, Willen Pies e Frans Post, acompanhantes de Maurício de Nassau durante a ocupação holandesa de Pernambuco, no século seguinte (1630). Também a vinda de Claude d'Abbeville e Ives d'Evreux foi decorrência da curta estada de franceses no Maranhão (1613-14). Todas as obras produzidas a partir dessas viagens, voltaram-se para a natureza e os povos nativos. Ao analisar as obras dos cronistas sobre os indígenas brasileiros, em particular os tupinambás, Fernandes⁽¹²⁾ chama atenção para o fato de praticamente toda essa produção estar voltada para a dominação dos povos nativos pelos povos colonizadores.

Encerrando o período das invasões, o que irá acontecer é que o país se enclausura em si mesmo. Isto faz com que autores⁽¹³⁾ que se preocuparam sobretudo com a vida intelectual a partir da cultura européia cheguem a considerar o século XVIII como um período de obscurantismo na história do país. Do ponto de vista das pesquisas e estudos científicos, e em comparação com os seguin

tes, foi sem dúvida um período de pouca produção intelectual. Além disso, a Metrópole não permitia a existência de qualquer imprensa, ou intercâmbio de idéias através da importação de livros, para que com isso não aportassem aqui, definitivamente, as idéias liberais que então sacudiam a Europa. Antônio Isidoro da Fonseca, tipógrafo e impressor, conseguiu montar uma tipografia no Rio de Janeiro, em 1747. Funcionou por curto espaço de tempo e secretamente: indicava, como local da impressão, Lisboa ou Madri (14).

Da produção cultural efetuada no Brasil, apenas alguns relatos esparsos, hoje valorizados pela escassez de fontes, de portugueses que viajaram sertão adentro, desbravando o interior. Destaca-se entre outros o relato de Manoel Caetano de Abreu Diário de Navegação dos Rios Tietê, Grande, Paraná e Guatemi.

Em fins do século XVIII, Portugal demonstra um tardio interesse nas explorações científicas, mas voltadas ainda para a investigação das riquezas naturais, ou seja, a exploração do território (15). É quando se desloca de Portugal Alexandre Rodrigues Ferreira e Friedrich Sieber. A atividade científica, como nos mostra ainda Antonio Candido (16), tinha aí uma "noção civil", uma preocupação eminentemente prática em relação a sua utilização pelo Estado, a exemplo da etnografia e zoologia de Alexandre Rodrigues Ferreira e Martim Francisco Ribeiro de Andrade. Tardias, não tanto, mas talvez inúteis para o Reino, como veio a ocorrer com as coleções conseguidas por Rodrigues Ferreira, que foram imediatamente transferidas para o Museu de História Natural de Paris, logo após a invasão de Portugal pelas tropas de Junot.

Podemos concluir, portanto, que esse período apresenta uma produção marcada pelo exclusivismo, pela descontinuidade no tempo e no espaço e pela clandestinidade, devido à restrição à divulgação de idéias pela metrópole. O que percebemos, entretanto, é que, apesar das restrições, essas obras vêm denotar qual o interesse que as perpassou. As informações transmitidas visavam sempre orientar a empresa colonizadora, quer lhe fornecendo informações sobre as riquezas naturais, quer sobre a melhor maneira de dominar os habitantes nativos.

O EUROCENTRISMO

O "Bloqueio Continental" da França ao Reino Unido da Grã-Bretanha mudou substancialmente o quadro de isolamento em que se encontrava a Colônia. Para impedir o comércio inglês com o resto da Europa, a França ocupa militarmente Portugal. Antes disso, porém, a Corte Portuguesa reforçou seu pacto com os ingleses através do auxílio destes na fuga do príncipe e sua Corte para o Brasil.

A ajuda inglesa na transferência da Corte veio significar a manutenção de um acordo antigo entre os dois países iniciado pelo Tratado de Methuen em 1703, no qual Portugal já se havia tornado aliado e dependente dos produtos industrializados da Inglaterra (17), e, sobretudo, a quebra do monopólio (18) de comércio exercido por Portugal ao longo dos séculos de colonização. Com o mercado bloqueado pela França, os ingleses vêem no Brasil o lugar ideal para dar vazão aos estoques que já abarrotavam seus depósitos (19).

A chegada de D. João dá uma outra dimensão ao Brasil, que passa a ser a sede da administração de Portugal. Em janeiro de 1808, ainda na Bahia, D. João assina o decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas. Há, desde então, o início de uma ruptura com o antigo sistema colonial⁽²⁰⁾.

Com a abertura dos portos, cessam-se as restrições ao conhecimento do país. Esse fato é o principal gerador de um ciclo de viagens e expedições científicas que irá estender-se por todo o século XIX.

A partir de 1808, os portos ficam movimentados, principalmente o do Rio de Janeiro. Observa-se um vai-e-vem de estran-geiros, como nunca se vira igual, do Oriente, América do Norte e Central, Ilhas Mediterrânicas, África, Ásia, mas principalmente da Eu-ropa⁽²¹⁾.

O país passa, desde então, por mudanças substanci-ais. A presença da Corte diminui a distância em relação à própria Europa. Interessava agora promover a ex-colônia, imprimir-lhe um aspecto metropolitano e, no dizer de Motta⁽²²⁾, dar um caráter cos-mopolita aos seus centros portuários.

pela primeira vez, segundo Dias, "configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povo-amento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar os enormes recu-ros naturais e as potencialidades do império nascente (...)"⁽²³⁾. Era preciso também criar aqui condições propícias à continuidade dos

padrões culturais europeus, pois não se tratava mais de recorrer às escolas de Lisboa, Paris ou Londres. Era preciso estabelecer condições infra-estruturais de existência, ou seja, escolas, bibliotecas, jornais, correio e muitas outras.

D. João VI e sua administração assumem para si a tarefa de promover estudos sobre o Brasil, com o intuito, segundo Iglésias, de "valorizar o local de sua nova sede e projetá-la através de especialistas eminentes de todo o mundo"⁽²⁴⁾. Estes estudos foram realizados por cientistas estrangeiros que viajaram pelo país, explorando-o, desvendando-o, rompendo o sigilo de segurança imposto pela Metrópole nos séculos anteriores. Nesse instante, interessava não apenas à Corte, mas às outras nações da Europa, obter dados precisos sobre as potencialidades de exploração do país. Estavam ávidos por romper o sigilo imposto até então. Os pretextos eram os mais variados, até o de integrar missões científicas.

A Missão Francesa que aqui chegou em 1815, com a incumbência de dar assessoria técnico-profissional à Escola Real de Belas Artes, foi a pioneira, abrindo caminho a muitas outras, ao longo de todo o século XIX. Estes estudos significaram, ainda segundo Iglésias, um novo "descobrimento" do país. Sobre o interesse que despertaram na Europa, explica-o também como sendo "um sub-produto do vigor imperialista, então em crescimento"⁽²⁵⁾.

Nesse período se processam muitas mudanças no país. D. João VI adotará de início algumas medidas liberais⁽²⁶⁾ em sua política externa e interna, numa tentativa de retirar o país do isolamento e de exclusivismo. Revogam-se as proibições quanto à produ-

ção, comércio e exploração de matérias-primas, permite-se a livre concorrência, o exercício de qualquer profissão, a criação de escolas, a importação de livros, a existência de jornais. Principalmente no Rio de Janeiro, percebem-se os impactos dessas mudanças, o que não acontece de imediato com as outras províncias, isoladas pela falta de estradas e comunicações.

As medidas liberais muito cedo mostraram-se incapazes de resolver os conflitos internos gerados pela nova conjuntura. Como nos mostra Costa, D. João "irá oscilar entre a necessidade de liberalizar a economia e manter os interesses nacionais"⁽²⁷⁾. O desenvolvimento do capitalismo industrial, liderado pela Inglaterra, provoca uma ruptura com o pacto colonial⁽²⁸⁾, e o próprio Estado Absolutista perde poder diante da ascensão da burguesia. Esta, por sua vez, diante do caldeirão de conflitos internos incrementados pelo nacionalismo, recorre ao príncipe para realizar uma separação "pacífica" de Portugal. Sodré⁽²⁹⁾ mostra bem como se manifestam as contradições internas entre os grupos sociais e a metrópole e como o movimento de Independência veio servir de porta-voz das classes dominantes, que se fizeram, inclusive, representantes dos interesses nacionais. E Costa, retomando ainda os pressupostos lançados por Sodré, analisa como este movimento aconteceu, do ponto de vista das possíveis transformações estruturais do país: "liberalismo significava nesta fase a liquidação dos laços coloniais. Não se pretendia reformar a estrutura colonial de produção, não se tratava de mudar a estrutura da sociedade: tanto é assim que em todos os movimentos revolucionários se procurou garantir a propriedade escrava. Do que se cuidava era libertar o país do jugo das restrições coloniais"⁽³⁰⁾. Essas restrições eram impostas pelo regime de monopólios

e privilégios da Coroa Portuguesa. Na verdade, fica configurado, a partir daí, um novo tipo de relações, não mais regidas pelo mercantilismo, mas por uma noção de livre-cambismo que permite às nações industrializadas "impor as regras do jogo" (31). A idéia de aquisição de colônias é lentamente suprimida na América, em prol de novo tipo de imperialismo, "aquele que através de investimento de capitais, controla economicamente os países originados da exploração colonial mercantilista" (32).

Pergunta-se: qual a relação entre essas mudanças e o ciclo de viagens e estudos sobre o Brasil por estrangeiros nessa época?

Em primeiro lugar, percebemos que, a partir daí, não mais portugueses tiveram interesse direto no conhecimento do país, e sim as demais potências industriais emergentes européias, que lançam seus olhos ao que ainda resta para ser explorado. O país se abre ao contato com o outro, mas isso não lhe assegura a perda da condição de colônia. Pelo contrário, no contato e confronto com os países que vivenciaram concretamente a revolução industrial, realça-se o atraso e a defasagem. Coube a Campos (33) mostrar qual a imagem do Brasil no exterior: de terra encantada por suas riquezas naturais, seu clima, seus rios, florestas e belos animais, até a decepção com o atraso e falta de progresso (34). E ainda assim, o Índio e a natureza constituem o centro das atenções, agora porém num cientificismo que registra e enquadra. O Brasil passa a ser o centro das esperanças (de comerciar e viver), mas também o das frustrações. A idealização que é feita lá, segue-se a decepção ou até a surpresa aqui. O tamanho do território sugere grandiosidade; a

situação histórica do país o reduz a uma espécie de "infantilismo", principalmente se comparado à Europa. É atropelado pela obsessão de progresso que contamina a Europa. Hartman⁽³⁵⁾, por exemplo, constata a "europeização" dos tipos e traços dos Índios retratados nas gravuras de viajantes do século XVIII e XIX no Brasil.

Em segundo lugar foram justamente as condições de dependência que atraíram a atenção do europeu, direcionando os olhares exatamente para as áreas de conhecimento mais diretamente vinculadas às possibilidades de exploração. Nesse sentido, há um revigoração dos estudos já que, no dizer de Perrone, "*se incorporaban naturalistas a los viajes de exploración para transmitir informaciones lo más exactas posible sobre la multitud de aspectos útiles valiosos, de las tierras visitadas*"⁽³⁶⁾.

Esta redescoberta não foi para poucos. Muitos estrangeiros e de variada procedência aqui aportaram, provocando mudanças substanciais na vida do país, principalmente nos centros urbanos, as quais se refletiram tanto na vida material (alimentação, vestuário, remédios, mobiliário, etc.) como na vida intelectual (hábitos e costumes, gostos, valores culturais e morais). Maria-Graham, em sua passagem pelo Rio de Janeiro entre 1821 e 1823, registra bem essas mudanças⁽³⁷⁾. Mais tarde, também Freyre⁽³⁸⁾ e Graham⁽³⁹⁾ analisam detidamente aspectos da influência trazida pela presença inglesa. Encontramos ainda inúmeras referências que procuram enfatizar a presença maciça de europeus. A bibliografia especializada no levantamento das obras sobre o Brasil de viajantes e europeus, de um modo geral, apesar de extensa, ainda hoje não conseguiu registrar o número exato desses autores e suas viagens.

A mudança de ritmo na vida do país é freqüentemente atribuída à presença de comerciantes ingleses, cientistas austríacos, bávaros, franceses, alemães, italianos, imigrantes de todas as partes. Há uma relação íntima entre a entrada de estrangeiros e a penetração de idéias ou, no dizer de Motta, "a transposição de tradições regionais européias que aqui adquirem nova configuração, na medida em que interagem entre si e com as nativas e dão novos traços à vida social"⁽⁴⁰⁾. Há, inclusive, um "choque de mentalidades", gerado pela diferença de padrões estéticos, pois, como veremos, será também um momento de afirmação do país enquanto nação. Apesar de a maior parte da população do país ser inculta, desinformada e ter ficado à margem, a importação das idéias filosóficas européias fez surgir aqui grupos e escolas de pensamento que defendiam o liberalismo, o ecletismo e o positivismo⁽⁴¹⁾, servindo, a longo prazo, para compor o alicerce do país nascente.

No século XIX o país se constituirá enquanto nação no contexto mundial. Mas a consolidação de suas fronteiras nacionais não lhe confere o estatuto de independência, marca apenas a sua extensão territorial. As principais transformações do país nesse período estão relacionadas à industrialização, à abolição do tráfico de escravos e, a transição do regime escravo para o assalariado. Mas a primazia do capital estrangeiro engendra e fixa sua situação de dependência.

Muitas nações européias se lançam na disputa pelo país: Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Rússia, Itália e mesmo Portugal. A presença dos alemães, em termos numéricos e também quanto ao caráter de seus estudos e viagens, como veremos no decor

rer deste trabalho, vai ser diferente da dos ingleses. O interesse dos povos germânicos, na primeira metade do século, esteve diretamente ligado aos laços de parentesco e da união dos dois países a través do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina. Também a França, após a Restauração, procurará se engajar na disputa pelo Brasil. Os trunfos ingleses, no entanto, sobrepujaram os de todos os demais países.

O PREDOMÍNIO INGLÊS

A tentativa de Napoleão de provocar a ruína dos ingleses, fechando-lhes as possibilidades de comerciar com a Europa, torna-se inútil quando, com a ajuda de Portugal, voltam-se para o Brasil. Alguns projetos de conquista da América, com os ataques a Buenos Aires e Montevideú em 1806 e 1807, não tiveram o sucesso de sejado. O Bloqueio veio a se transformar numa grande chance de aque le país se lançar para o outro lado do Atlântico sem precisar des pender esforços com guerras de conquista ou fazer inimigos. É um no vo estilo de colonização que se irá implantar definitivamente duran te o século XIX, regido principalmente pela troca de matérias-pri mas por produtos industrializados.

Dentre todos os países que se interessaram em manter relações com o Brasil e que para cá se deslocaram após a abertura dos portos, a Inglaterra foi o primeiro a conseguir, em troca de sua participação na transferência da Corte portuguesa, certos privi légios, em detrimento dos demais. Os ingleses souberam "*aproveitar as circunstâncias para defender seus interesses*"⁽⁴²⁾. Há uma subs

tituição da supremacia e do exclusivismo português pelo inglês, em bora com a intermediação dos primeiros, apoiada pelo Tratado de 1810, onde são asseguradas aos produtos ingleses as menores tarifas alfandegárias. Assim, os ingleses consolidam as suas posições no mercado e abarrotam-nos com as remessas de produtos industrializados. Constroem estradas de ferro, exploram minas, investem grandes quantidades de capital e tecnologia, fazendo com que este seja um "século inglês". Mesmo após a Independência, houve uma conjugação de mútuos interesses. Como nos mostra Motta, "*se o Brasil necessitava da potência mais poderosa do momento para a sua afirmação como novo elemento autônomo no mundo colonial, também a Inglaterra possuía sólidas razões para seu reconhecimento e apoio à nova ordem*" (43). Dessa forma, a influência inglesa foi reforçada, direta ou indiretamente, em defesa de seu relacionamento comercial, transformando-se assim o Brasil em um novo centro de atração do imperialismo inglês.

Os ingleses influíram em todas as esferas da vida brasileira, inclusive na vida intelectual. Graham chega a crer, por exemplo, em um certo "*espírito inovador, prático, um tanto vulgar, científico e otimista que os ingleses trariam para o Brasil durante os próximos setenta anos de sua existência*" (44).

Desde a introdução de métodos educacionais, políticos e administrativos, até o exercício da ciência, a orientação inglesa irá predominar; Segatto (45) nos chama atenção para o fato de os ingleses terem sido os precursores da historiografia: "*Histories of Brazil*" foram escritas no exterior, por Andrew Grant, em 1809, por Robert Southey, em 1810/19, James Henderson, em 1821 e

John Armitage, em 1836. A obra de Grant destinava-se a "todos os que se empenham em especulações comerciais"⁽⁴⁶⁾. Louvava a natureza e os índios e vislumbrava as potencialidades futuras do país. A obra de Southey, considerada "a melhor exposição em inglês dos tempos coloniais brasileiros"⁽⁴⁷⁾, foi produzida a partir de extenso volume de documentação. O interesse pelo assunto é explicado por Glenisson⁽⁴⁸⁾ como fruto da importância que assume o Brasil para aquele país. Através desta obra, o Brasil entra, segundo o mesmo autor, no romantismo britânico. Um Brasil imaginário é construído, despertando um grande interesse por terras longínquas e desconhecidas, situadas apenas na fantasia de liberdade dos europeus e desvendada pelos viajantes que se encarregarão de percorrer o país e re-descobri-lo.

Os primeiros estrangeiros eram comerciantes: vinham "como representantes de firmas inglesas, abrindo filiais: como o caso de John Luccock da firma Lupton & Co. de Leeds"⁽⁴⁹⁾. Viajavam pelo Brasil e passavam suas experiências para os conterrâneos através de relatos. Mawe foi o primeiro a obter licença para visitar as minas e conseguir do Regente todas as facilidades, inclusive econômicas. Logo em seguida começaram a chegar os cientistas naturalistas, principalmente botânicos, geógrafos, mineralogistas, tais como: Charles Darwin, Charles James Fox Bunbury, George Gardner, Richard Francis Burton, Wallace, Bates, Koster, Wells, e muitos outros⁽⁵⁰⁾. Quase todos esses autores, mesmo os comerciantes, realizaram excursões botânicas de estudos de fauna e flora, fizeram observações sobre aspectos da vida rural e urbana e detiveram-se com atenção na questão escravocrata. Procuraram avaliar as condições de vida dos negros, as atividades a que estavam ligados, o grau dos

conflitos raciais internos e a quantidade de mão-de-obra disponível no país, como veremos no decorrer deste trabalho. Também os índios exerciam atração, mas o avanço da empresa colonizadora nos séculos anteriores já se havia encarregado do extermínio da maior parte de les.

N O T A S

- (1) ASSOCIAÇÃO dos Universitários para Pesquisa em História do Brasil (AUPHIB). In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, AUPHIB, Brasiliense, 1978. (Coleção Tudo é História, 4).
- (2) Conceito sistematizado por SEGATTO, J.A. Algumas notas sobre a historiografia do imperialismo. *Ibidem*.
- (3) IANNI, O. Ciência e dominação. *Ibidem*.
- (4) SODRÉ, Nelson Werneck; IGLÉSIAS, Francisco; ODÁLIA, Nilo; FAUSTO, Bóris; CARONE, Edgar et alii. Entrevista. *Ibidem*, p. 29.
- (5) Sobre o monopólio vide PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. 1976.
- (6) NOVAIS, F. A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, C.G., org. Brasil em Perspectiva. 1977.
- (7) Vide HOLANDA, S.B. de. A herança colonial - sua desagregação. In: _____. História geral da civilização brasileira. 1976.
- (8) CÂNDIDO, A. Letras e idéias no Brasil colonial. *Ibidem*, p. 92.
- (9) PINTO, O.M.O. Explorações científicas. *Ibidem*, p. 161.
- (10) *Idem*, *Ibidem*.
- (11) Antonil é o Pseudônimo de João Antônio Andreoni, que publicou, em 1711, a obra Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas. ANDREONI, J.A. Cultura e opulência do Brasil. s.d.

- (12) Vide FERNANDES, F. A análise funcionalista da guerra; possibilidades de aplicação à sociedade Tupinambã. Revista do Museu Paulista; Nova Série, São Paulo, 3, 1949.
- (13) Podemos citar, por exemplo, PINTO, O.M.O., op. cit., 1976. p. 161.
- (14) PASSOS, A. A imprensa no período colonial. In: Cadernos de Cultura. 1952.
- (15) Vide PINTO, op. cit., 1976. p. 172.
- (16) CÂNDIDO, op. cit., 1972. p. 101.
- (17) Usaremos, a seguir, o termo "Inglaterra" para designar o Reino unido da Grã-Bretanha, tal qual PANTALEÃO, O. A presença inglesa. In: HOLANDA, S.B. de. História geral da civilização brasileira. 1976.
- (18) Vide, por exemplo, PRADO JUNIOR, op. cit., 1976. p. 126.
- (19) Vide PANTALEÃO, op. cit., 1976. p. 64.
- (20) NOVAIS, op. cit., 1977, p. 51.
- (21) Registro de estrangeiros (1808-1822) nota liminar de José Honório Rodrigues citado por MOTTA, C.G. Europeus no Brasil à época da independência; um estudo. In: _____. 1822 Dimensões. São Paulo, Perspectivas, 1972. p. 60-1.
- (22) Idem, Ibidem.
- (23) DIAS, M.O.S. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTTA, C.G. 1822 Dimensões. 1972. p. 182.
- (24) IGLÉSIAS, F. Depoimentos de estrangeiros. Minas Gerais: os viajantes estrangeiros. 1970. p. 8-9.
- (25) Idem, Ibidem, p. 8.

- (26) Vide COSTA, E.V. da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOUTA, C.G. Brasil em perspectiva. 1977. p. 75-6.
- (27) Idem, ibidem, p. 79-80.
- (28) Vide PRADO JUNIOR C. História econômica do Brasil. 1949. p. 131 e segs.
- (29) Vide SODRÉ, N.W. As razões da independência. 1965.
- (30) COSTA, op. cit., 1977. p. 93.
- (31) COSTA, op. cit., 1977. p. 68-9.
- (32) IGLÉSIAS, F. Natureza e ideologia do colonialismo no século XIX. In: _____. História e ideologia. 1971.
- (33) CAMPOS, P.M. Imagens do Brasil no velho mundo. In: HOLANDA, S.B. de. História geral da civilização brasileira. 1976. p. 40-63.
- (34) "a visão do paraíso" sugerida por HOLANDA, S.B. de. visão de paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 1977.
- (35) HARTMANN, T. A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros no século XIX. 1975.
- (36) Vide PERRONE, A.M. Introducción. In: cronistas e viajeros del Nuevo Mundo. 1973.
- (37) GRAHAM, M. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. 1956.
- (38) FREYRE, G. Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 1948. p. 55-61.

(39) GRAHAM, R. A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1973.

(40) MOTTA, op. cit., p. 60.

(41) Vide sobre este tema: PAIM, A. História das idéias filosóficas no Brasil. 1967 e COSTA, J.C. O pensamento brasileiro sob o Império. In: HOLANDA, S.B. de. História geral da Civilização brasileira. 1976.

(42) Para uma melhor compreensão deste assunto vide PANTALEÃO, op. cit., 1976. p. 72 e também GRAHAM, op. cit., 1973, que fornece muitos dados sobre a participação da Grã-Bretanha (Inglaterra) e sobretudo no que diz respeito à industrialização e modernização do Brasil.

(43) MOTTA, op. cit., 1972. p. 70.

(44) GRAHAM, op. cit., 1973. p. 18.

(45) SEGATTO, op. cit., 1978. p. 11.

(46) CAMPOS, op. cit., 1972. p. 49.

(47) Apreciação de Oliveira Lima citado por GLENISSON, J. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: Iniciação aos estudos históricos. 1977. p. 225.

(48) Idem, Ibidem, p. 254.

(49) PANTALEÃO, op. cit., 1976. p. 72.

(50) Mello-Leitão chegou a publicar uma obra especialmente sobre os viajantes ingleses: O Brasil visto pelos ingleses.

II

AS VIAGENS A MINAS GERAIS

NO SÉCULO XIX

"Os bons ofícios do Conde de Linhares proporcionaram-me a licença que solicitava, sendo meu passaporte e minhas cartas de recomendação prontamente expedidos. Lord Strangford usou de sua influência para facilitar meu empreendimento e, graças às suas recomendações, facilitaram-me o ingresso nos arquivos, a fim de, examinando todos os roteiros, copiar deles tudo quanto fosse preciso para orientar meu itinerário".

(MAWE, 1808-09)

A abertura dos portos brasileiros ao exterior, sem dúvida, pode ser apontada como um marco na história dos estudos sobre o Brasil. Não apenas porque é só a partir daí que o governo

português irá implantar uma estrutura educacional capaz de formar profissionais, mas também porque permitirá e procurará promover pesquisas e estudos sobre o Brasil.

O que irá ocorrer a partir de 1808 é que todos os interesses, nacionais e estrangeiros, irão convergir para as pesquisas como uma forma de conhecer as potencialidades do país, e assim, melhor explorá-lo. D. João precisará de técnicos, cartógrafos, geólogos, mineralogistas, geógrafos, botânicos, zoológicos, etnólogos, enfim, pessoas com formação especializada, que lhe fornecerão conhecimentos e poderão, através de seus estudos, compor os argumentos científicos necessários e capazes de, ao nível de exigência dos europeus e na língua das principais potências, revelarem a importância do país⁽¹⁾. Por outro lado, para aqueles países, o Brasil despertava de um sono de séculos de obscurantismo, tornando-se um rico manancial a ser desvendado.

Os portos litorâneos foram os primeiros a serem visitados. É impossível precisar quantos aqui estiveram, tal a quantidade de viajantes, cientistas, turistas, comerciantes, navegadores e aventureiros que pararam nos portos do Brasil. O porto do Rio de Janeiro era o mais visitado, não só por ser a escala preferida de navios que transitavam o Atlântico e pela segurança, mas também por

ser a sede do governo e o centro urbano mais desenvolvido. Era aí o principal porto de chegada ao Brasil e a porta de entrada para o seu interior. Uma vez tendo conhecido o Rio de Janeiro, os viajantes se interessavam em penetrar o interior do país, principalmente a região das minas.

A política isolacionista de Portugal nos séculos anteriores não só proibia o acesso de estrangeiros às minas como procurava dificultar ao máximo as vias de comunicação. Segundo Iglésias, as pouquíssimas estradas existentes resguardaram, até então, o patrimônio da Coroa⁽²⁾. Essa política isolacionista fechou todas as possibilidades de abertura de estradas e melhoria das vias de acesso. As comunicações com a Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso foram terminantemente proibidas. Penas de confisco, degredo e morte foram registradas a partir de 1701, iniciando uma postura rígida que orienta todo o século XVIII quanto à política portuguesa de criação de caminhos e acessos às Minas⁽³⁾. Registros e postos de vigilância foram instalados nas duas estradas principais do Rio de Janeiro e São Paulo e por aí passaram as mercadorias e passageiros até fins do século XVIII.

Essa situação de isolamento começa a se alterar com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e, principalmente, com a constatação que já se vinha firmando desde fins do século XVIII de que o ouro de aluvião e as minas exploráveis já estavam praticamente exauridas. As proibições ainda não tinham sido sustadas, o que somente irá ocorrer em 1808, com a permissão dada a John Mawe, comerciante e mineralogista inglês.

"Depois de completamente restabelecido das fadigas de minha última excursão, pedi licença a Sua Alteza Real para inspecionar as minas de diamantes de Serro do Frio. Este favor não fora ainda concedido a estrangeiro, e nenhum português tivera licença de visitar o distrito em que se faz a exploração, a não ser para negócios que a ela se referissem, e mesmo assim com precauções tais que impossibilitavam dar ao público descrição conveniente."⁽⁴⁾

Novos interesses vão gerir a política portuguesa. Era preciso, entre outras coisas, fortalecer as ligações entre as províncias para manter a hegemonia do país. O próprio governo procurou solucionar as dificuldades de comunicação, melhorando as estradas e promovendo a ligação tanto das províncias como destas com os centros maiores. Para tal, precisava-se não apenas de capitais, mas também de mão-de-obra especializada que procurasse conhecer a geografia regional, o relevo, o clima, as bacias hidrográficas, o solo, etc.

Como observa ainda Iglésias, Minas Gerais se beneficiou da proximidade da Corte, constituindo-se logo num centro de interesse daqueles que vinham conhecer o Brasil. Nesse período, a província passa por um momento de transição, onde todos os esforços, antes voltados para a extração mineral, expandem-se para outros setores, principalmente o agrícola e o industrial. Mas, para os europeus, guarda ainda o fascínio dos tempos anteriores. A curiosidade acerca dos minerais é visível, até quando o interesse principal da viagem é o estudo da fauna e da flora. Todos que querem percorrer as regiões onde outrora a terra luzia ao sol e o ouro e as pedras preciosas escorriam com abundância pelos riachos. Todos queriam vi

sitar uma mina e conhecer os processos de extração. Apesar do esgotamento do ouro, há um incentivo à criação de novas técnicas para a exploração dos veios auríferos mais profundos e também do ferro. Procurou-se atrair técnicos estrangeiros para este setor, em busca de uma melhor orientação. Eschwege é um deles. Além disso, procurou-se também incentivar a colonização de áreas novas através da imigração no nordeste de Minas.

Desde a descoberta do ouro, as numerosíssimas trilhas das dezenas de nações indígenas que habitavam a região foram sendo substituídas por verdadeiras picadas ou caminhos para dar passagem ao movimento dos exploradores na corrida às minas⁽⁵⁾. Havia dois acessos: um ao sul, por São Paulo e Rio, e outro ao norte, através do Rio das Velhas e São Francisco, onde já se expandiam fazendas de gado do sul da Bahia. As comunicações eram muito difíceis com o sul, ficando o centro minerador dependente da Bahia e sujeito ao isolamento em épocas de chuvas, quando as enchentes dos rios provocavam o corte temporário do tráfego⁽⁶⁾.

Em 1701 foi aberta uma picada de Borda do Campo para o Rio de Janeiro, atravessando o Paraibuna até o Paraíba e transpondo a Serra do Mar até o litoral. A abertura desse caminho encurtou as viagens para 25 dias, em vez dos sessenta anteriores, e deu início, também a uma verdadeira invasão populacional. Pimenta afirma que nesse momento havia dois caminhos para as Minas, um por São Paulo e outro pelo Rio de Janeiro. O caminho de São Paulo inicia-se em Guaratinguetá até a Serra da Mantiqueira. Descia o Rio Verde e seguia, "já no território de Minas Gerais, passando-se pelos pinheirais, cujos frutos sustentavam os mineiros, encontravam-se roças de

milho, abóbora, feijão, batatas, animais domésticos, isto é, galinhas, frangos, vendidos por altos preços e tanto mais elevados quanto maior a necessidade dos que ali passavam (...) o total do percurso entre São Paulo e Ouro Preto ou Rio das Velhas era de 74 dias."

(7). Como nos mostra ainda este mesmo autor, o caminho do Rio fazia-se inicialmente ou via Parati, ou através do caminho novo de Garcia Rodrigues. O Caminho Velho iniciava-se por mar até Parati e, após atravessar a Serra do Mar, alcançava-se Guaratinguetã, tomando então o mesmo caminho dos paulistas.

O caminho novo, iniciado por Garcia Rodrigues, atravessava a Serra do Mar, o Rio Paraíba, o Paraibuna até Matias Barbosa e de lá seguia para Borda do Campo. Daí os de Minas e São Paulo uniam-se num só e prosseguiam até Congonhas e, de lá, até Ouro Preto. Em 1710, por ocasião da primeira viagem do Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, essa estrada já tinha deixado de ser uma picada e se achava transformada num verdadeiro caminho.

O movimento para Minas Gerais toma um novo impulso nas primeiras décadas do século XIX. O rápido saturamento do mercado das cidades portuárias, abarrotadas principalmente de produtos ingleses, incentivaram os comerciantes a buscarem novos lugares de escoamento: vilas e cidades do interior, inicialmente aquelas próximas aos portos de chegada. Organizavam caravanas e seguiam viajando pelo interior do país⁽⁸⁾.

Assim, a Província de Minas Gerais recebeu, durante todo o século XIX, a visita de muitos viajantes europeus, como hóspedes por pouco tempo, de passagem para outras províncias ou para

residirem alguns anos. Grande parte destes deixaram registrada a sua passagem por Minas Gerais em diários, memórias, cartas, relatórios e "livros de viagem", que vieram a se constituir num gênero próprio, chamados por alguns de crônicas, por outros de "relatos" ou ainda pela designação de "literatura de viagens".

Com exceção de Saint-Hilaire em sua última viagem, Spix e Martius e Avé-Lallemant, todos os viajantes que constituem meu objeto de estudo chegaram a Minas Gerais através do Rio de Janeiro. E, também, fizeram o trajeto rumo à capital, Vila Rica ou Ouro Preto passando pelos mesmos caminhos.

A porta de entrada para Minas Gerais era o Registro, antes de Barbacena, e já indicado desde 1809 no mapa traçado por Mawe. Nessa primeira etapa, o percurso da viagem é quase sempre descrito pormenorizadamente, de forma a permitir que cada lugarejo, fazenda, riacho ou montanha, de acordo com a percepção de cada um, seja pacientemente anotado, o que nem sempre irá ocorrer da capital em diante, quando o volume de acontecimentos forçará uma seleção maior dos assuntos que serão registrados. Como tudo ainda está por ver e viver, ao mesmo tempo em que o viajante tem pressa e anseia por ir cada vez mais em frente, ele registra com minúcia o ainda pouco que vê. Este é, portanto, o trecho da viagem mais detalhado e o que se torna mais conhecido, principalmente porque quase todos que seguiram após Mawe, procuraram conhecer o trajeto dos que o antecederam.

Desde a saída do Rio de Janeiro, o viajante já se atém às mudanças que vão ocorrendo no relevo, no clima, na formação

do solo, na fauna e na flora. A paisagem muda significativamente após Barbacena, quando se percebe mais nitidamente que está subindo, cada vez para mais alto. Esse percurso do século XIX ainda é quase o mesmo dos dias atuais. Naquela época, grotas fundas no mar de montanhas, passagem sombria de árvores, muitas borboletas e pássaros cantando. As viagens eram lentas e havia mais tempo para observar. As barreiras lingüísticas iam sendo substituídas pela intensa observação visual. A solidão era o elemento motivador das reflexões, fazendo do diário o companheiro mais fiel.

AS REGIÕES MAIS VISITADAS

Os viajantes seguiram em Minas Gerais a mesma rota centrífuga⁽⁹⁾ do processo de povoamento, ou seja, do centro (Vila Rica) para a periferia. Referencial e eixo dos núcleos mineradores dos séculos anteriores, capital da província no século XIX, depois denominada Ouro Preto, abriga quase todos os viajantes que vão conhecer o interior. Serve, quando menos, de ponto obrigatório de parada para reabastecimentos e contatos necessários ao prosseguimento da jornada. Todos aí estiveram de passagem, ou por alguns dias, ou até por meses.

A demarcação dos principais trajetos desses viajantes, e que consta no anexo II, sugere que os rumos seguidos foram organizados previamente e incidem sobre os interesses das viagens, ou seja, o viajante escolheu o percurso que melhor cobriria os objetivos de suas viagens. Desse modo, fornecem, por si mesmos, uma chave de leitura importante da Minas Gerais que foi retratada.

II - PRINCIPAIS VILAS E CIDADES MINEIRAS VISITADAS PELOS VIAJANTES
E ESTRANGEIROS NO SÉCULO XIX *

01-Abaeté	43-Estiva	85 -Queluz (ou Conselheiro Lafaiete)
02-Água Quente	44-Extrema	86 -Paposos
03-Água Suja	44-Filadélfia (Teófilo	86 -Registro
03-Aiuruoca	1 Otoni)	1
04-Alto dos Bois	45-Formiga	87 -Registro Velho
05-Alto da Virgem	46-Formigas (Montes	88 -Redondo
06-Antônio Lopes	Claros)	89 -Retiro
07-Antônio Pereira	47-Gaspar Soares	90 -Rio das Pedras
08-Araçuaí (ou Calhau)	48-Grão Mogol	91 -Rio Pardo
09-Araxá	49-Inflicionado (Santa	91 -Rio Vermelho
10-Baependi	Rita Durão)	1
11-Barão de Cocães	50-Itabira	92 -Sabará
12-Barbacena	51-Itacambira	92 -Salgado
13-Barra do Guaiçui	1	93 -Samambaia
14-Bento Rodrigues	51-Itambé do Mato Dentro	95 -Santa Barbara
15-Bicas (Mar de Espanha)	52-Itapanhoacanga	95 -Santa Luzia
16-Bom Despacho	53-Jaguara	96 -Santana (ou Santana dos
17-Bom Sucesso	54-Januária	Ferros)
18-Bonfim	54-Jequitibã	97 -Santa Rita
19-Borda do Campo	1	97 -Sto Antônio da Roça Grande
20-Brumado	55-João Gomes	1
21-Caeté (Vila Nova da	56-Juiz de Fora	98 -Sto Antônio do Rio Acima
Rainha)	57-Lagoa Dourada	99 -Sapê
22-Camargos	58-Lagoa Santa	1
23-Campanha	59-Manga	99 -São Bento do Tamanduá
24-Capão	60-Mariana	100-São Caetano
24-Capelinha	61-Mateus Leme	101-São Carlos do Jacuí
1	62-Matias Barbosa	102-São Domingos
25-Caraça	63-Matozinhos	103-São Gonçalo
26-Carandaí	64-Mendonça	104-São João Batista (ou S.J.
26-Carrancas	65-Merces	do Morro Grande)
1	66-Milho Verde	105-São João Del Rey
27-Casa Branca	67-Mina da Passagem	106-São José (ou Tiradentes)
28-Cata Branca	68-Minas Novas (ou Fanado)	107-São Miguel dos Índios
29-Catas Altas	69-Morro Velho	(ou S. Pedro de Jaquiti-
30-Chapada (ou Sta Cruz	70-Nossa Senhora da Pe-	nhonha)
da Chapada)	nha	108-São Romão
31-Chapéu das Uvas	71-Olhos D'Água	109-Simão Pereira (Pedro)
32-Conceição do Mato	72-Oliveira	110-Suaçuí
Dentro	73-Ouro Branco	111-Sucuruí
33-Gaspar Soares	74-Paracatu	112-Sumidouro
33-Congonhas do Campo	75-Patrocínio	113-Tejuco (ou Diamantina)
1	76-Peçanha	114-Três Barras
34-Congo Soco	76-Penha	114-Ubã
35-Contendas (Município	1	1
de Rio Verde)	77-Piedade	115-Vila do Príncipe (ou
35-Conquista	77-Pilões	Serro)
1	78-Pinheiros	116-Vila Rica (ou Outro Pre-
36-Coração de Jesus	79-Pirapora	to)
36-Cruz das Almas	80-Pitangui	117-Varginha
1	80-Prados	
37-Cuibã	1	
38-Curimatã	81-Puim-I	
39-Curral del Rey	82-Pompeu	
40-Curralinho	83-Porteiras	
41-Dores do Indaia	84-Pouso Alegre	
42-Duas Pontes		

* Não constam nesta lista pequenas localidades tais como fazendas, sítios e roças.

O século XIX marca um momento de transição da economia mineradora para a agrícola, com uma crescente expansão da fronteira agrícola para regiões até então preservadas pela presença indígena. Nas regiões mineradoras, o garimpo ainda constitui um meio de subsistência significativo, mas é conjugado às atividades agrícola, comercial e manufatureira.

Há uma mudança na fisionomia urbana, com a decadência de algumas vilas que surgiram exclusivamente em função da mineração. A maior parte dos viajantes percebe a decadência provocada pelo esgotamento do ouro e se assusta com o esvaziamento de algumas vilas, que parecem mesmo "cidades-fantasma". Os limites de Minas Gerais estão sendo demarcados. No decorrer desse século, vai ganhar o Triângulo Mineiro (1816), periodicamente a comarca de São Francisco (1824-1827), limitando-se com Pernambuco, e vai definir a fronteira com o Espírito Santo, área preservada pela falta de estradas e pelos constantes ataques dos índios⁽¹⁰⁾.

Os núcleos urbanos maiores são objeto da curiosidade do europeu, que busca não apenas descobrir as potencialidades a serem exploradas, mas também conhecer, conferir e julgar a obra do colonizador. Há, talvez, uma busca da diferença, mas para encontrar a semelhança, que neste caso é a própria cultura européia implantada nos trópicos.

Mawe e Luccock são os primeiros a divulgarem os seus trabalhos de modo mais amplo no seu país de origem. O centro mineiro como temática de seus relatos é a grande novidade, a boa nova. Depois deles, há uma preocupação em ampliar o espectro de co

reconhecimento para outras áreas e outros setores da vida na província, que são subproduto das transformações que irão ocorrer ao longo do século: as descobertas paleontológicas de Peter Lund em Lagoa Santa (Burmeister), a pesquisa de bacias hidrográficas (Burton), aldeamentos indígenas (Pohl), pesquisas geológicas em novas áreas (Eschwege) e visita àquelas onde estavam sendo implantados os projetos de imigração e colonização com povos europeus (Avé-Lallemant).

O viajante escolhia seu trajeto a partir de duas premissas básicas: uma, circunstancial, quando procurava seguir os caminhos que já existiam na província mineira. Outro, intencional, quando fazia esse caminho convergir com sua meta e interesse. Talvez por isso é possível falar que o destino de toda viagem era sempre algum núcleo urbano, ou fazenda, onde pudesse dormir e fazer o suprimento de víveres para continuar a viagem. É nesse sentido que cada trajeto reflete a própria rota da colonização: exploração mineral, comércio, posse de terras, dominação e extermínio do índio, coleções de peças para museus, imigração. O interesse em avançar fronteiras é a prova do reconhecimento das potências para o avanço do Imperialismo. Curiosamente, eram os mais ricos que vinham e quanto maior número de investimentos, maior quantidade de equipamentos e tamanho das viagens.

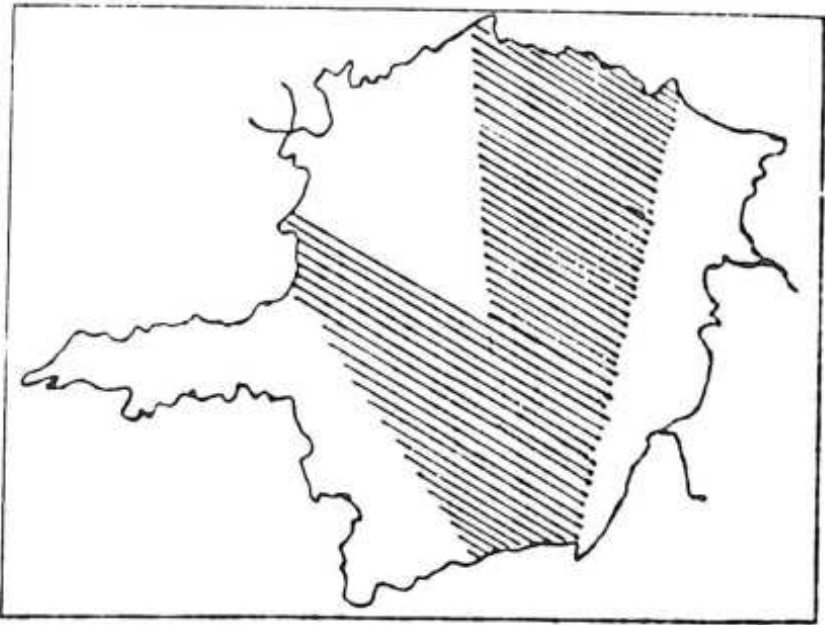
Como já observei, o ponto de partida foi quase sempre o Rio de Janeiro, que também é o ponto de retorno para o país de origem. As direções: centro, norte-nordeste, leste. Podemos dividi-los em trajetos de longo, médio e curto alcance, como indicam os mapas nos quadros I e II.

O trajeto que se verifica até a capital da província e suas imediações era o mais percorrido, principalmente a região das minas de ouro de exploração inglesa, que durante o século XIX constituíam as maiores minas de exploração subterrânea. A constatação mais evidente era a de que o ouro estava realmente se esgotando.

Quando os viajantes quiseram seguir adiante, ou mesmo quando os seus itinerários eram o norte do país, os caminhos mais escolhidos para a travessia tomavam principalmente três direções: 1^a) a Comarca de Sabará, onde atingiam a Barra do Rio das Velhas (Guaicuí) e o Vale do rio São Francisco em direção à Bahia; 2^a) a Comarca do Serro Frio, passando por Vila do Príncipe, Arraial do Tejuco até o vale do rio Jequitinhonha, fazendo o percurso das explorações de pedras preciosas em direção ao Espírito Santo ou também, até a Bahia; 3^a) em direção oposta, mais para o interior, passando pela Serra da Canastra e indo para Goiás. Alguns viajantes seguiram somente até Ouro Preto e suas imediações: Eschwege, Freireyss, Caldcleugh, Bunbury e Burmeister. Outros seguiram em direção ao São Francisco: Saint-Hilaire (1^a viagem), Spix e Martius, Pohl, Gardner, Burton e Wells. Outros foram pelo vale do rio Jequitinhonha; Saint-Hilaire (1^a viagem), Pohl, Suzannet e Burton. Há ainda os que seguiram em direção a Mato Grosso e Goiás: Saint-Hilaire (2^a viagem) e Castelnau. Dentre todos, os únicos viajantes que procuraram conhecer um número maior de regiões, percorrendo praticamente as três direções, foram Saint-Hilaire, Pohl e Burton. Agassiz e Avé-Lallemant não chegaram a conhecer a capital da Província.

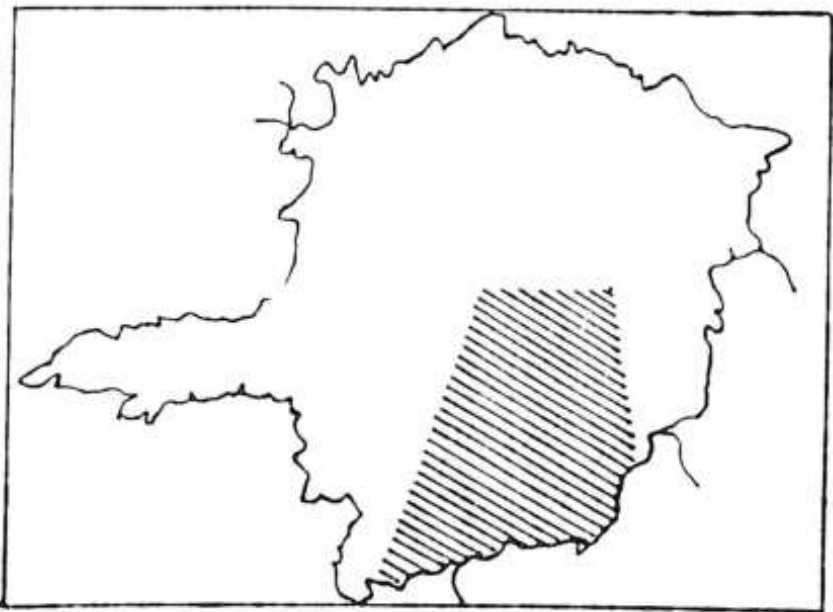
Os trajetos de longo alcance indicaram, quase sempre,

TRAJETOS

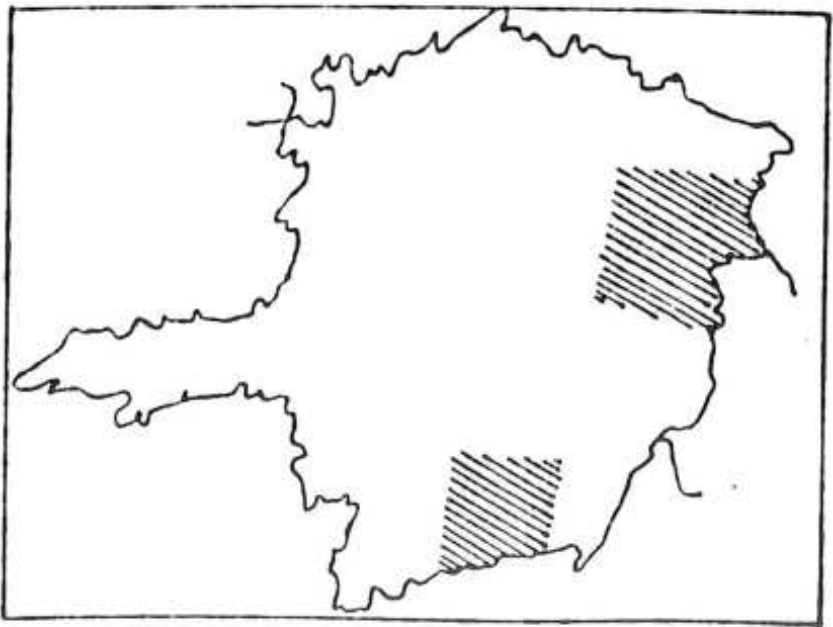


5

LONGOS



MÉDIOS



CURTOS

que o viajante estava de passagem para outras províncias ou que explorava as bacias hidrográficas do São Francisco, Jequitinhonha e Rio das Velhas. Esses trajetos caracterizaram-se por atravessarem a província de Sul a Norte-Nordeste e Leste, tendo como eixo de convergência o centro, a rota do ouro. Estão incluídas aí as viagens de Saint-Hilaire (1^a e 2^a viagens), as de Pohl, Spix e Martius, Gardner, Castelnau, Suzannet e Burton.

Os trajetos médios destinavam-se principalmente ao centro da província, área em que se irradia o povoamento em função da mineração. Os viajantes ingleses percorreram as minas de exploração inglesa (Cata Preta, Congo Soco, Antônio Ferreira, São João Del Rey, Morro Velho): Mawe, Luccock, Caldcleugh, Bunbury, Walsh e Wells. Os viajantes franceses e alemães fizeram pesquisas naturalistas e turismo: Freireyss, Suzannet e Burmeister. As aldeias, vilas e povoados ao longo da estrada são os mais valorizados por todos eles. Há um clima de expectativa pela descoberta da "capital do ouro".

Os trajetos curtos não tiveram como meta a capital da província nem a região mineradora, mas outro tipo de interesse. O casal Agassiz, como turista americano no Rio de Janeiro, foi caçar numa fazenda próxima a Juiz de Fora. Avé-Lallemant tomou o caminho do litoral e, pelo Espírito Santo, penetrou por via fluvial no interior de Minas para observar o tratamento dado a seus conterâneos, nas colônias agrícolas de Filadélfia (Teófilo Otoni).

Quanto às épocas, esses trajetos acompanham não apenas a história de Minas, seu povoamento, a expansão de suas áreas

agrícolas, a diversificação de sua economia ao longo do século, mas também mostram que, juntamente com isso, foi solidificando-se a obra da colonização. Se por um lado contribuem para a descrição do que de fato ocorreu nesta região, por outro também elaboram uma imagem tipicamente européia na forma de representar o país, revelando direta ou indiretamente interesses de cunho tipicamente imperialista.

N O T A S

- (1) Vide MOTTA, C.G. Europeus no Brasil à época da independência ; estudo. In: _____. 1822: Dimensões. 1972. p. 70.
- (2) IGLÉSIAS, F. Minas Gerais. In: HOLANDA, S.B.de. História ge-ral da civilização brasileira. 1972. p.367-8.
- (3) Vide DIAS, M.O.S. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTTA, C.G. 1822: Dimensões. 1972. p. 183-4.
- (4) MAWE, J. Viagens ao interior do Brasil. 1978. p. 107.
- (5) BARBOSA, W. de A. História de Minas. 1979.
- (6) LIMA JÚNIOR, A. A capitania de Minas Gerais. 1978.
- (7) PIMENTA, D. Os caminhos de Minas Gerais. 1971.
- (8) IGLÉSIAS, op. cit., 1972. p. 365.
- (9) IGLÉSIAS, op. cit., 1972. p. 366.
- (10) IGLÉSIAS, op. cit., 1972.

III

O JOGO DE INTERESSES

"As privações que o viajante sofre nessas regiões de sabitadas, e por vezes desertas, mal podem ser avaliadas pelos que nunca se aventuraram: ora exposto a um sol de fogo, ora a chuvas torrenciais, como as há nos trópicos; separado, por anos de toda a comunhão civilizada, dormindo meses a fio ao relento; cercado em todas as estações do ano por feras e hordas de índios selvagens; sempre obrigado a carregar no lombo da cavalgadura, em caminhos ermos, uma provisão de água de beber; e, não raro passando dois ou três dias sem provar qualquer alimento sólido, nem sequer encontrando um macaco que possa matar a fome. Apesar de tudo isto e também de uma enfermidade séria, seu entusiasmo venceu todas as dificuldades ...".

[GARDNER, 1839-1841]

Na tentativa de detectar os objetivos das viagens a Minas no século XIX, uma pergunta me veio, de imediato: quais as motivações que impeliram os europeus a atravessarem o Atlântico, enfrentarem muitas dificuldades e percorrerem quilômetros para pene

trarem no interior? E quais os interesses dos governos, tanto do Brasil quanto estrangeiros, em financiar estas viagens? E por que os seus relatos despertaram tanta curiosidade do público leitor?

Nesse capítulo procurarei analisar também os interesses ou motivações, tanto de ordem pessoal como geral, que contribuíram para o êxito das viagens.

Sabemos a priori que, para a realização dessas expedições, era necessário não apenas o desejo de aventurar. Este, por si só, não garantia nenhuma possibilidade de concretização das viagens. Era preciso estabelecer metas, fazer planejamento a partir de informações corretas, conseguir licenças, cartas de apresentação para contatos nos locais visitados, guias, instrumentos apropriados, isto é, todo o aparato material e humano próprio para este tipo de atividade. Não se tratava mais de enfrentar o mar; os desafios se encontram, nesse momento, na própria terra. Apenas o esforço pessoal não era suficiente. Era preciso investir grandes somas de capital e obter apoio oficial, tanto de seus próprios governos, quanto dos governos dos países visitados. Nesse sentido, não é possível separar os interesses pessoais dos interesses públicos, pois, se assim fosse, as viagens não se teriam realizado. É possível, sim, tentarmos compreender suas inter-relações, seus graus de envolvimento. Assim como também não é possível falarmos de interesses unilaterais por parte dos Estados/Nações envolvidos, na medida em que era necessária a aceitação, receptividade e conivência do governo e do povo do país visitado. Como escreveu Mawe, "a melhor maneira de viajar no interior do Brasil, principalmente em excursões de natureza da que eu ia empreender, é obter ordens do governo e uma

escolta de soldados que, de acordo com as mesmas, têm o direito de exigir mudas de burros de todas as pessoas que habitam à beira da estrada ou nas suas vizinhanças" (1).

Podemos, portanto, identificar as viagens como fruto da conjunção de interesses que são representados através de duas instâncias: uma pessoal (que se circunscreve como de classe) e uma geral (que se circunscreve como pública ou institucional). As relações entre essas duas instâncias formam, neste aspecto, dois principais pólos na representação: aquele que representa e aquele que é representado. E como nos mostra Campos, "era em função destes esboços imaginários que a Europa quase sempre pensava e agia frente ao Brasil" (2).

Transpondo para o plano de representação, podemos falar de interesses particulares (dos viajantes) e interesses públicos (dos Estados/Nações). Esses dois planos apresentam-se apenas como recurso metodológico para um exame mais detido da questão, porque, na verdade, eles se encontram de tal forma relacionados e interdependentes que não é possível falar de um sem falar do outro. Antes, porém, de analisar esse aspecto, procurarei justificar minha opção teórica.

As relações entre a Europa e as colônias sempre se fizeram representar, antes de tudo, como interesses delimitados pelas fronteiras nacionais, principalmente durante o século XIX, após a abertura dos portos brasileiros. Um dos fatores de diferenciação do tipo de produção literária que foi escrita no mesmo período, por autores também provenientes da Europa, em relação aos diários de vi

agem é que, simplesmente, os viajantes se colocaram a priori como estrangeiros. Procuraram fazer a ciência ou a ficção para responder às necessidades de sua época. Mas, além disso, seus trabalhos estavam comprometidos com interesses pessoais, de classe ou públicos, quando a serviço de impérios/estados nacionais.

No caso da produção dos viajantes, o tipo de conhecimento que propunham reunir, ou seja, observações e impressões do que viam enquanto e quando passavam, já aprioristicamente, colocam os na posição de estrangeiros e explica a impressão passageira que acabam obtendo. Isso quer dizer que, antes de tudo, eles se colocaram na situação de diferentes em relação aos da terra. Ou melhor; aí o diferente pode ser entendido como sinônimo de o outro, pois o Brasil era procurado por sua condição de "desconhecido, estranho, exótico". O sentido de "estrangeiro" refere-se aí, claramente, às fronteiras nacionais, culturais e ideológicas, e faz parte do contexto de "europeização" da América e demais continentes.

O interesse de uma classe ou nação em lançar-se na tarefa de conhecer e desvendar a cultura "do outro" não constitui exceção na história da humanidade. Porém, isso quase sempre aconteceu de uma maneira unilateral, tanto em seus métodos, quanto no próprio modo de encarar este "outro". As condições em que se encontravam os países que se lançaram nesse empreendimento a partir do século XV (domínio de técnicas de navegação, de guerra, etc.), por si só distingue o caráter desigual desse contacto. Em seguida ao contacto, sucederam-se formas de controle desses países pela via da força bélica, fornecendo aos contactados o estatuto de colônias. O

desenvolvimento econômico, social e político desigual que se processou no interior de cada "metrópole"⁽³⁾ estendeu-se às colônias, configurando-se uma relação desigual de cunho imperialista.

Essas relações (entre Nações/Estados no século XIX) são, a meu ver, imperialistas, no mesmo sentido usado por Ianni,⁽⁴⁾ qual seja, não apenas no âmbito das relações externas mas também, como processo que se desenvolve no interior dos países colonizados, criando uma situação de dependência estrutural. As manifestações do imperialismo no interior de sociedades subordinadas no século XIX se deram através de instâncias de ordem econômica, social, política e cultural. Neste caso, interessa-me particularmente o aspecto cultural, o qual se refere a um certo tipo de visão de mundo que é construído a partir de um relacionamento criado pelas delimitações de fronteiras geográficas que simbolizam processos internos específicos. Refiro-me a um saber, a um conhecimento científico patrocinado pelo Estado e a serviço dos interesses de classe, diferentemente das manifestações culturais e de formas de conhecimento e saber popular, que nem sempre estão a serviço de, ou são determinados por, uma classe dada⁽⁵⁾.

A questão que pretendo discutir é como se engendra, nessa ampla rede de relações, a produção de estrangeiros sobre o Brasil, e que ordens de interesses atuaram para a sua existência enquanto tal.

OS INTERESSES PARTICULARES

Ao desenvolvimento científico do século XVIII seguiu-

se uma elaboração sistemática do conhecimento a partir da necessidade de explicar a origem e o desenvolvimento de todas as coisas. O interesse em estudar e pesquisar países e culturas diferentes dominou a mentalidade intelectual do século XIX. Toda a cultura européia expandiu-se através da incorporação dos elementos novos propiciados pela descoberta do "Novo Mundo". Era fundamental para os europeus colocarem suas teorias à luz das novas descobertas. A moda era investigar os países "descobertos".

Neste sentido, o desejo de estudar e pesquisar "o outro" tomou conta de todos, até mesmo daqueles que não estavam diretamente engajados nas Academias, ou que não vinham especialmente com este propósito. Desse modo pode-se explicar porque aqueles que não vinham para o Brasil com o objetivo concreto de realizar pesquisas, acabavam por fazê-lo. Uma vez estando no Brasil, procuravam sistematizar em obra as informações que interessavam a seu país. O reconhecimento da importância que esses dados poderiam adquirir no futuro, levam-nos a dedicar parte de seu tempo ao registro, em diário, das impressões da viagem. Quando não escreveram no instante da observação, fizeram-no depois, no país de origem, em forma de memórias.

Como interesses de ordem pessoal que incentivaram os viajantes a realizarem as viagens, encontramos inicialmente os seguintes: 1) o desejo de completar estudos e pesquisas já iniciadas na Europa, tendo em vista uma área específica de conhecimento; 2) interesses de ordem profissional e financeira (trabalho); 3) o desejo de se divertir, fazer turismo, aventurar-se (lazer); 4) o exercício e a pregação da fé religiosa.

Em alguns casos, os viajantes conseguiram fazer convergir mais de um tipo de interesse. Por exemplo, Burmeister aproveitou a sua missão diplomática (trabalho) para fazer turismo (lazer). Burton aproveitou sua viagem de cunho diplomático para fazer pesquisa etnológica. Agassiz, a missão científica para fazer turismo. Em outros, como Eschwege, o próprio trabalho já incluía a pesquisa.

Freireyss, Saint-Hilaire, Pohl, Spix, Martius, Gardner, Castelnau, Avé-Lallemant e Agassiz organizaram suas viagens em torno do interesse em pesquisar e estudar o país. Possuíam formação especializada e procuravam concluí-la através destes estudos. Vincularam-se a projetos em áreas previamente definidas. As pesquisas foram definidas segundo áreas prioritárias de interesse: temas, regiões do Brasil a serem observadas, instrumental necessário, abordagem teórica.

Outros viajantes, apesar de possuírem uma cultura acadêmica e uma formação especializada, não vieram ao Brasil para aprofundarem sua formação, mas aproveitaram a oportunidade proporcionada por seus envolvimento em atividades tais como o comércio e misão diplomática e, uma vez estando no Brasil, realizaram também estudos. É o caso de Mawe, Luccock, Burmeister, Burton.

Após a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, o país passou por uma série de transformações decorrentes de sua nova condição. Como já observei anteriormente, para que o país superasse a sua condição colonial era preciso dotá-lo não só de uma máquina administrativa, mas de gente especializada, profissionais e técnicos.

Não era possível formá-los da noite para o dia. Uns vieram acompanhando a Corte; outros, ou foram contratados depois, como é o caso de Eschwege e Mawe, ou estavam vinculados a um interesse profissional, embora não diretamente contratados pela Corte, como é o caso de Luccock, Burton e Wells.

O culto do "outro" exerceu um verdadeiro fascínio nos círculos intelectualizados da Europa. As reservas naturais abundantes e a existência de populações indígenas ainda atraíam o europeu, não apenas para o estudo e pesquisa, mas também pelo simples deleite. Os "países exóticos", como passaram a se chamar as colônias, exerciam uma enorme atração. A classe dominante tinha oportunidade de vir e ver tudo "ao vivo". As outras, quando muito, liam as façanhas através dos livros de viagem. Essa é, sem dúvida, uma das explicações para o grande sucesso deste tipo de obra na Europa do século XIX.

Muitos dos relatos de viagens foram escritos nessa circunstância. A viagem de lazer e turismo relatada em diário tinha um âvido público. Mesmo os viajantes que vieram para estudar e pesquisar escolheram esse gênero para comunicar-se com o seu público leitor.

Uma das motivações mais presentes, embora não muito explícitas em todas as viagens, é o gosto pela aventura. Vinham em busca de um paraíso natural, para ver, viver, estudar, trabalhar, mas também por "predileções exóticas, insatisfação com a realidade social e a ânsia de fuga para algo melhor"⁽⁶⁾. É o caso, por exemplo, de Suzannet, que, no prefácio de seu livro, revela um certo tê

dio pela vida da Corte e mostra-se disposto a buscar novas emoções (7).

A opção pela vida religiosa trouxe ao Brasil missionários da igreja protestante, principalmente a metodista e a anglicana. Aproveitaram a liberdade de culto declarada por D. João. São favorecidas as igrejas norte-americanas que enviaram para cá os missionários Kidder e Fletcher, que mencionamos na Introdução deste trabalho. Refiro-me mais diretamente ao Rev. Robert Walsh, que residiu alguns anos em Minas Gerais, na paróquia de São José (atual Tiradentes).

Na verdade, não se pode precisar com rigidez uma motivação única. Pode-se falar de uma reunião de vários fatores atuando ao mesmo tempo: o desejo de aventura, o de pesquisa, o de lazer e o de trabalho. Todos eles tendo como principal objetivo alcançar realizações próprias de uma classe: enriquecimento, projeção social, status ou simples deleite. Seja para comerciar, para fazer ciência e literatura, para coletar peças para compor museus, ou para identificar fontes naturais exploráveis, o certo é que, nesse momento, os objetivos são também os dos Estados Nacionais. Não é por acaso que tantos e tão distintos fatores se unem num mesmo projeto.

Esses aspectos remetem à questão do financiamento dessas viagens, realizado seja pelo próprio viajante, seja por empresários e comerciantes europeus e norte-americanos. Inicialmente são os comerciantes ingleses os principais interessados, sobretudo em conhecer as potencialidades do mercado brasileiro: os relatos dos viajantes vão orientá-los e introduzi-los nos usos e costumes

do povo, para a escolha do tipo de mercadoria a ser exportada. Os estudos científicos também serviam a esse propósito, como é o caso dos livros de mineralogia e geologia escritos por Mawe e de seus relatos sobre os tipos de pedras preciosas existentes aqui. Serviram não apenas à Mineralogia, mas principalmente ao lançamento de alguns tipos de pedras (por exemplo, o topázio vermelho, também de nominado rubi brasileiro) no mercado inglês⁽⁸⁾. Também os relatos de Luccock, comerciante da firma Linton, de Leeds, procuraram revelar para os interessados no ramo o que era "vendável" no Brasil.

Mais tarde são os americanos que vão mostrar esse mesmo interesse. O financiador da expedição de Agassiz foi o milionário americano Nathaniel Trayer (que deu nome à Trayer Expedition) e consta nos registros da mesma, sendo citado por vários autores como "benfeitor das ciências"⁽⁹⁾, uma forma já bastante conhecida de "mecenato" científico.

OS INTERESSES PÚBLICOS

A relação entre as viagens e os órgãos públicos dos países envolvidos foi, antes de tudo, uma contingência inevitável. Como já observei em outra parte deste trabalho, mesmo vindo por conta própria, os viajantes dependiam do aparelho de Estado, qual seja: licenças e vistos de saída e entrada nas fronteiras dos países, contatos diplomáticos, cartas de apresentação, licenças para penetrarem em territórios considerados de segurança nacional (como é o caso das minas), informações de todas as ordens, cartas de apresentação do governo central aos órgãos regionais, hospedagens e favores da comunidade de cada lugar visitado. Por isso, não podemos con

siderar que haja uma autonomia em relação ao poder público, de seu país e/ou do Brasil, mesmo para aqueles que custearam suas viagens. Procurarei, a seguir, expor em linhas gerais o tipo de envolvimento dos órgãos públicos dos países em questão.

Os viajantes tiveram amplo apoio dos governos de seus países e do Brasil. O liberalismo de D. João VI garantiu, nos primeiros tempos, a abertura do país para o contato com o exterior. Como já mencionei anteriormente, o próprio governo português adotou uma postura de acolhimento e incentivo à vinda de missões científicas. Formulou convites, contratou cientistas estrangeiros, criou todo um clima favorável. A falta de pessoal especializado, decorrência de conjunturas históricas de dependência e exclusivismo colonial, imposta por Portugal, conduziu a medidas que são tomadas em função de necessidades que vinham da Europa e não a partir do próprio país.

É importante, neste momento, deixar clara a questão do envolvimento da esfera pública com a privada na produção científica e literária do período analisado. Se, por um lado, não havia total autonomia e independência em relação aos órgãos públicos, por outro não havia também uma total dependência. Não se pode detectar, por exemplo, a existência de qualquer ação rígida da censura, nem por parte do Brasil nem do exterior, em relação às obras produzidas por esses viajantes. Se algum detalhe foi suprimido, isso ocorreu a partir do próprio viajante, quando omitiu críticas mais severas ao país, ou quando procurou favorecer a imagem ou ação de seu país em relação ao Brasil. Isso pode ser, em parte, percebido quando da análise de seus relatos. O que me parece bem claro é que havia um

grande e geral interesse por esse tipo de produção, tanto por parte das academias científicas, quanto da classe dominante e dos governos que os representavam. Ainda assim, encontramos dois níveis de envolvimento: um direto, quando a iniciativa e financiamento parte de órgãos oficiais, e um indireto, quando atuam os órgãos de representação pública apenas consentindo ou intermediando, através de relações diplomáticas entre os países, como é o caso das viagens de Suzannet, Bunbury, Castelnau, Burmeister, Wells e outros, que não os mencionados neste trabalho.

O governo luso-brasileiro contribui mais indireta que diretamente, ou seja, mais consentindo do que propriamente assumindo tal tarefa. Do grupo analisado, apenas Eschwege e Mawe (em parte) foram pagos diretamente por este governo para fazerem pesquisas. Mesmo assim, sabemos que Mawe usou a intervenção do Lord Strangford, que lhe assegurou apoio financeiro para a viagem a Minas⁽¹⁰⁾. Também a missão francesa, convidada especialmente para assessorar a fundação da Escola Real de Belas Artes, teve apoio financeiro do Brasil. Destacou-se por ter sido a primeira missão organizada e por abrir caminho para muitas outras ao difundir a imagem plástica do país no exterior.

John Mawe obteve o consentimento para visitar as minas após ter realizado um trabalho de avaliação e identificação de pedras para o governo português. Em 1811, Eschwege foi enviado para a Província de Minas Gerais, com a tarefa de "examinar os produtos mineralógicos da capitania, de abrir minas, construir fábricas metalúrgicas, principalmente de ferro(...), recomendando-se-lhe muito também a exploração da mina de Galena do Abaeté e não lhe deven

do esquecer tão pouco de espalhar luzes entre os mineiros" (11). Trata-va-se não apenas de percorrer as terras temporariamente, mas de prestar serviços e residir em Minas, ao contrário dos demais, que vinham apenas de passagem.

Quanto ao governo do país de origem, havia um clima de incentivo e receptividade a este tipo de empreendimento, não apenas porque contribuía com o desenvolvimento científico nacional, mas principalmente porque fornecia informações preciosas sobre as potencialidades exploráveis dos países visitados. Nesse sentido, contribuía mais direta que indiretamente, seja financiando as viages, seja comprando, a posteriori, as coleções de espécies botânicas e zoológicas para seus museus, e permitindo ampla divulgação das obras.

Foram os ingleses os que chegaram primeiro. A solicitação de licença pedida por Mawe em 1808 inaugura o ciclo de viages que irá ocorrer durante o século XIX. As relações de Portugal com a Inglaterra favoreceram, de início, essa abertura. A união dos dois países diante do Bloqueio Continental e a ajuda inglesa na transferência da família real para o Brasil motivaram a vinda, principalmente, de comerciantes, além dos que pretendiam obter informações sobre a situação do país para os que ficaram. Mais tarde os ingleses passaram a investir grandes somas de capital na exploração mineral, nos transportes, na indústria, no mercado financeiro (12).

A visita de Burton às minas inglesas está relacionada ao cargo de cônsul do Ministério do Exterior da Inglaterra. Suas observações sobre as minas são claramente dirigidas ao seu país e

visavam, também, justificar as posições adotadas por aquela em relação à escravidão e à utilização desse tipo de mão-de-obra em Morro Velho e em outras minas menores. Também encontramos preocupações desta ordem nas visitas de Wells, Caldgleugh, Walsh e Bunbury, todos ingleses.

As relações com a França só se iniciaram após o restabelecimento da paz na Europa em 1814. Também aqui detectamos maiores investimentos a nível direto, envolvendo intercâmbio comercial e cultural. Teve a França muitas desvantagens em relação à Inglaterra, que chegou primeiro e teve os seus direitos assegurados pelo Tratado de 1810. Mas a presença da França como "capital cultural" era indiscutível. O intercâmbio cultural favoreceu a vinda de muitos viajantes, artistas e técnicos durante o Segundo Reinado, visando à exploração da Amazônia (Castelnau). A influência da cultura francesa foi bastante acentuada no Brasil, desde o século XVIII, no idioma, nos hábitos e costumes do povo e, principalmente, nas idéias filosóficas advindas da Revolução Francesa. Como nos relata Deveza: "não levou muito tempo para que os viajantes estrangeiros de passagem pelo Brasil, observassem como a influência francesa, que não se limitava apenas ao vestuário principalmente feminino, era grande em nosso país" (13).

Saint-Hilaire chegou ao Rio de Janeiro em 1816, acompanhando a comitiva do Duque de Luxemburgo, embaixador da França que veio ao Brasil com a restauração borbônica. Permaneceu aqui por seis anos, empreendendo, às expensas do governo francês, quatro longas viagens, sendo que três delas passaram por Minas Gerais. Durante esse tempo reúne grandes coleções de Zoologia e Botânica. En

via esse material e, posteriormente, seus relatos para o Museu de Paris⁽¹⁴⁾.

A expedição dirigida por Castelnau chegou no Rio de Janeiro em 1843, trazendo grande número de auxiliares, cientistas franceses com carreira reconhecida em seu próprio país. Veio em missão direta da França (em 1840 Castelnau foi cônsul da França na Bahia) e foi recebido pelo cônsul francês, que se encarregou de todos os preparativos e licenças para percorrer o país⁽¹⁵⁾. Percorreu toda a América Setentrional do Sul e Meridional. Viajou para Minas Gerais, tendo como guia o botânico brasileiro Idelfonso Gomes, que também acompanhou Saint-Hilaire⁽¹⁶⁾. Tomou o caminho do Rio São Francisco. Visitou também Goiás, Mato Grosso, Paraguai, Bolívia, Peru, Lima e desceu em seguida, explorando o rio Amazonas. Escreveu 15 volumes sobre essas viagens.

As relações da Alemanha com o Brasil foram inicialmente muito tímidas e passaram por interesses diferentes daqueles até o momento firmados. Foi Campos quem chamou atenção para essas diferenças em relação aos outros países. No início, eram muito reduzidos os contatos, sobretudo nos primeiros tempos, verificando-se um aumento do interesse a partir do segundo reinado. Justificando esse fato: "(...) os problemas internos de unificação nacional, que afastaram o país do jogo mundial das grandes potências(...)"⁽¹⁷⁾. Notou-se, porém, em menor escala, a existência de firmas comerciais alemãs desde a abertura dos portos.

O casamento de D. Leopoldina da Áustria com D. Pedro de Alcântara propiciou a vinda, em 1817, de um grupo de viajantes=

naturalistas convidados pela Arquiduquesa (e custeados por seu país) para estudarem o Brasil — seu país de adoção. Nessa missão também participaram iniciativas e financiamento de Alexandre I, da Rússia, e do Rei da Baviera, sogro do pai de D. Leopoldina. Essa comitiva, além de "satisfazer o gosto naturalista da princesa"⁽¹⁸⁾, visava traçar um amplo quadro sobre as potencialidades exploráveis e dar notícias dos costumes do país para os povos germânicos. Ao chegarem ao Rio de Janeiro em 1817, e após algumas excursões por seus arredores e litoral, a comitiva dividiu-se, para assim cobrir uma maior extensão de lugares visitados. Pohl seguiu por um caminho, Spix e Martius por outro. Realizaram um levantamento gigantesco sobre a fauna, a flora e os costumes do Brasil, que foram enviadas para a Academia de Munich.

O Barão de Langsdorf, em viagem de volta ao mundo como Cônsul Geral da Rússia, deteve-se no porto de Santa Catarina, onde ficou impressionado com a exuberância de sua fauna e flora. Esse fato o motivou a transferir-se para o Brasil, fixando-se em 1813 como cônsul de seu país no Rio de Janeiro⁽¹⁹⁾. Foi um dos maiores entusiastas das explorações científicas. Alexandre I patrocinou a vinda de muitos naturalistas e artistas que se interessaram por esse campo de estudos. O produto dessas excursões "ia sendo quase todo remetido para a Europa, em pagamento de compromissos ali assumidos com entidades particulares e instituições, entre as quais merecem referência especial o naturalista Joseph Banks, financiador da viagem de Sellow e o Museu de Berlim"⁽²⁰⁾. Freireyss foi um dos viajantes trazidos por Langsdorf. Chegou ao Brasil em 1813, acompanhando a comitiva de Langsdorf. Pretendiam inicialmente coletar materiais para a constituição de um museu. Interessou-se por zoolo

registram-se também missões evangélicas, iniciadas bem antes, em 1836, e completadas em 1851 por Kidder e Fletcher. A primeira missão foi a que implantou as primeiras bases para a evangelização na América Latina, com sede em Buenos Aires e Rio de Janeiro. A segunda, presbiteriana, foi patrocinada pela União Americana e Estrangeira e pela Sociedade dos Amigos para os Marinheiros⁽²⁵⁾.

Os dois publicaram uma obra em co-autoria que foi, durante muitos anos uma das mais conhecidas sobre o Brasil nos EUA.

Há uma convergência de interesses que explicam o êxito e o desenvolvimento de um verdadeiro ciclo de viagens ao Brasil no século XIX.

Do ponto de vista dos grupos "de fora", encontramos os viajantes, os capitalistas financiadores e os Estados/Nações. Do ponto de vista interno, há uma identidade entre a classe dominante e os governos dos países envolvidos, tais como:

- 1 - Exploração de recursos naturais;
- 2 - A conquista de mercados para os produtos industrializados;
- 3 - Investimentos de capitais;
- 4 - Aumento da riqueza e da soberania nacional.

O projeto político dos Estados Nacionais neste sentido coincide com o da classe dominante de cada país. Há aí também uma relação íntima entre a necessidade de ampliação do conhecimento e da técnica, e o retorno da aplicação de capitais (Ciência & Capital). Além disso observa-se uma interdependência entre as instân-

gia, sendo em seguida contratado por Lorenz Westin para organizar coleções para o Museu de Estocolmo⁽²¹⁾. Nesse trabalho visitou pela primeira vez Minas Gerais em 1814. No ano seguinte, chegou ao Rio de Janeiro o Príncipe Maximilian von Wied-Neuvied que, apaixonado pelas Ciências Naturais "decidira correr mundo, renunciando às glórias da vida militar, em que se iniciara com brilho"⁽²¹⁾. Aqui chegando, organizou uma expedição às expensas de museus europeus para explorar o litoral brasileiro. Acompanhou-o a Minas Gerais o zoológico Freireyss, em 1815, coletando espécies raras e visitando tribos indígenas do Norte da Província. Há uma controvérsia sobre o destino de Freireyss: teria ele terminado os seus dias no Brasil, em 1825, numa colônia agrícola que fundou com outros alemães no sul da Bahia⁽²³⁾.

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos foram firmadas desde 1808, quando o Senado Americano nomeou um comerciante americano residente na Bahia para representá-lo. Wright descreve a situação dos dois países: "A conveniência da aliança com os Estados Unidos foi sempre reconhecida como um dos fundamentos de nossa política e nossos estadistas a sustentaram para não nos vermos isolados no meio da América de origem espanhola, ou ainda, para servirmos de equilíbrio entre uns e outros"⁽²⁴⁾. Mesmo assim, somente na segunda metade do século XIX o Brasil começou a receber a visita de americanos para estudá-lo. A explicação para esse fato foi, sem dúvida, o início da ascensão americana no contexto mundial e, em fins daquele século, já uma disputa de posições no mercado, principalmente com a Inglaterra. De 1865 em diante, os EUA passaram a ser o maior comprador de café brasileiro e a disputar os pontos-chave no âmbito das relações internacionais. Por outro lado,

cias particulares e as públicas, que no contexto internacional são representadas pelos Estados/Nações.

III - OS INTERESSES DAS VIAGENS AO BRASIL NO SÉCULO XIX

INTERESSES PARTICULARES	INTERESSES PÚBLICOS
1. Estudos e pesquisas (especialização) 2. Trabalho 3. Aventura, lazer 4. Reconhecimento, status	1. Relações diplomáticas 2. Desenvolvimento científico, criação de museus 3. Investigação das potencialidades exploráveis - recursos materiais; recursos humanos

Como nos mostra Ianni, "a dependência estrutural nasceu com a "divisão internacional do trabalho" e desenvolveu-se à medida em que o comércio entre os povos, as atividades econômicas das colônias e países latino-americanos asiáticos e africanos ao sistema de produção centralizado na Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Japão, Estados Unidos" (26).

Nesse sentido, percebe-se no século XIX dois blocos bem distintos: 1) constituído pelos países interessados na exploração imediata, inseridos em uma política mais direta e agressiva na corrida imperialista: Inglaterra, França e, ainda em menor escala, a Rússia e os EUA; 2) constituído por países que, por estarem envolvidos num processo de unificação interno, não se colocaram diretamente na disputa; Alemanha, Áustria, Suécia, Itália e outros.

Os britânicos assumiram desde cedo a conquista do mercado. A França entrou em seguida, pois "estavam inicialmente ar mados pela ânsia de reafirmar sua posição internacional após a der rota de Waterloo" (27). A Rússia e os EUA obedeciam impulso de ex pansão das nações mais fortes. As suas pesquisas se vincularam à exploração econômica já existente.

No segundo bloco, tanto os países germânicos como a Itália estavam às voltas com a questão da sua unificação. O inter es se pelo Brasil foi fruto do exercício das relações diplomáticas (por exemplo, as pesquisas feitas pela Áustria em decorrência do casam ento da princesa Leopoldina) e, mais tarde, da questão da imigra ção, que encarregou-se de criar ampla polêmica sobre o destino e a utili zação dos povos pelos países que a promoviam. Isso explica em par te porque as expedições custeadas pelos países germânicos deram uma ênfase maior ao conhecimento científico da fauna e flora e a rele vância de sua contribuição neste aspecto. O espírito científico iniciado por Humboldt atingiu o seu ponto máximo com os naturalis tas do século XIX.

No fim do século, há uma alteração no equilíbrio de forças entre os países e suas influências sobre o Brasil. Há uma al tera ção, neste jogo político, quando os Estados Unidos entram mais decisivamente na disputa com os ingleses, questão que só será deci dida no século seguinte.

Do ponto de vista dos grupos internos e do Estado Luso-brasileiro, e mesmo depois, com a Independência, como já abor dei anteriormente, procuro mostrar a receptividade e o incentivo a

esses estudos e pesquisas no século XIX e mesmo neste século. Enfa-
tizo com isso a condição de dependência em relação às Metrôpoles eu-
ropéias e norte-americanas como um dado já evidenciado por diversos
autores, não apenas no âmbito das instâncias econômicas, sociais e
políticas, mas também na cultural.

NOTAS

- (1) MAWE, J. Viagem ao interior do Brasil. 1978. p. 107.
- (2) CAMPOS, P.M. Imagens do Brasil no velho mundo. In: HOLANDA, S.B. de. História geral da civilização brasileira. 1976. p. 42.
- (3) O termo metrópole pode ser aplicado ao país ou Estado/Nação que exerce o controle direto ou indireto sobre outro.
- (4) IANNI, O. Imperialismo e cultura. 1976.
- (5) Vide, por exemplo o trabalho de DURHAN, E. R. Cultura e ideologia. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 7 (1): 71-89, 1984.
- (6) CAMPOS, op. cit., 1972. p. 40.
- (7) SUZANNET, C. de. O Brasil em 1845. 1957.
- (8) Conferir em LESSA, C.R. de. Introdução. In: MAWE, J. Viagens ao interior do Brasil. 1978.
- (9) FERRI, M.G. Apresentação. In: AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil (1865-1866). 1975.
- (10) Assim escreve: "Lord Strangford usou de sua influência para facilitar meu empreendimento, graças às suas recomendações, facilitaram-me o ingresso nos arquivos, a fim de, examinando todos os roteiros copiar deles tudo quanto fosse preciso para orientar o meu itinerário, etc., etc.",
- (11) JACOB, R. Coletânea de cientistas estrangeiros; assumptos mineiros. 1932.
- (12) GRAHAM, R. A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1973.

- (13) DEVEZA, G. Brasil-França. In: HOLANDA, S.B. de, org. História geral da civilização brasileira. 1974. p. 153.
- (14) Conferir em PINTO, O.M.O. Viajantes e naturalistas. In: HOLANDA, S.B. de, org. História geral da civilização brasileira. 1976. p. 450.
- (15) Vide MELLO-LEITÃO, C. de. História das expedições científicas no Brasil. 1942. p. 171.
- (16) PINTO, op. cit., 1976. p. 460.
- (17) CAMPOS, op. cit., 1974. p. 216.
- (18) PINTO, op. cit., 1976. p. 452 e OBERACKER, C. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, S.B. de. História da civilização brasileira. 1976. p. 123-4.
- (19) PINTO, op. cit., 1976. p. 445.
- (20) Idem, ibidem, p. 445.
- (21) Idem, ibidem, p. 449.
- (22) Idem, ibidem, p. 447.
- (23) Idem, ibidem, p. 449.
- (24) Vide WRIGHT, A.F. de A. Brasil-Estados Unidos. In: HOLANDA, S.B. de, org. História geral da civilização brasileira. 1974, p. 173.
- (25) Conferir em KIDDER, D. P. & FLETCHER, J.C. O Brasil e os brasileiros; esboço histórico e descritivo; notas introdutórias. 1941.
- (26) IANNI, O. Imperialismo na América Latina. 1974.

- (27) COHEN, B.J. A questão do imperialismo, a economia política da dominação e dependência. 1976.

IV

OS RELATOS DE VIAGEM: FICÇÃO, DOCUMENTO
OU CIÊNCIA?

"Apesar do cansaço da viagem, que me predispunha ao sono, pus-me a pensar no lugar a que chegávamos, e que durante muito tempo fora objeto de nossa admiração e de conjeturas. Vila Rica — a rica vila! Capital da Província de Minas Gerais e sede do governo, lugar durante muitos anos considerado o mais rico do Brasil, visto que para aí se levava todo o ouro encontrado no vasto distrito em derredor. Impaciente por ver sinais do esplendor que o nome indica, dormi pouco e levantei-me cedo."

[MAWE, 1808-9]

Os escritos dos viajantes do século XIX apresentam muitos aspectos comuns entre si, o que faz com que sejam tratados por muitos autores como um tipo específico de produção literária e, até mesmo, como um gênero à parte.

Sua especificidade em relação aos demais tipos de re

gistros desse período pode ser avaliada principalmente a partir de dois aspectos: 1) as condições de produção; 2) os aspectos externos e internos das obras.

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Os autores produziram suas obras em decorrência das viagens. Através de suas descrições, buscaram transmitir informações que só poderiam ser obtidas pela experiência. A viagem foi o que tornou possível esse tipo de relato. Perrone⁽¹⁾ chama atenção não só para este fato, mas também para a dependência que a palavra tem, neste caso, da ação.

O hábito de anotar em diário os acontecimentos e reflexões sobre a vida pessoal é muito antigo. Pelo simples gosto de registrar o cotidiano, como forma de atingir um distanciamento e assim poder melhor compreendê-lo, ou mesmo com a intenção (nem sempre explícita) de deixar pistas para gerações futuras, o fato é que homens e mulheres sempre recorreram a essa forma de expressão. Mouti⁽²⁾ chama atenção para o fato de que, durante a Antigüidade e a Idade Média, já se verificam muitas informações sobre outras culturas, que foram tomadas nestas circunstâncias. O registro da viagem de Marco Polo ao Oriente, por exemplo, tornou-se, para o Ocidente, veículo de informação importante sobre uma cultura até então desconhecida. Cita também, da parte do mundo islâmico, as narrativas de viagem de árabes, entre os mais importantes Ibn Batuta e Ibn Khalidoun.

os relatos que antecederam os viajantes e cronistas

do século XIX foram, sem dúvida, os diários de bordo da época dos primeiros descobrimentos marítimos. Não por acaso os portugueses e espanhóis foram os primeiros a produzirem esse tipo de obra. As inovações tecnológicas do século XV, tais como o aperfeiçoamento das técnicas de navegação, das velas, das cartas náuticas, do astrolábio, etc., permitiram uma navegação cada vez mais segura e, com ela, a descoberta de novas terras. Como nos chama atenção Vogt & Lemos a cada viagem, iam-se anexando aos diários e cartas de bordo informações mais completas, não somente sobre as técnicas, mas também sobre os lugares que estas permitiram alcançar⁽³⁾. Havia um grande interesse em não apenas registrar ou sistematizar o conhecimento aprimorado, mas em informar sobre as descobertas.

Esses relatos assumiram sempre grande importância para os governos envolvidos nestas descobertas e passam, inclusive, a justificar, em parte, as viagens. Ou seja, se havia um tipo de conhecimento que só era possível obter através das viagens, fazia sentido viajar para escrever. Esta constitui a mudança mais significativa entre os diários do século XVI e os posteriores. O testemunho pessoal, somente possível a partir das viagens, assume um caráter de reportagem, sob todos os aspectos: tanto para comunicar descobertas científicas, quanto para descrever fatos e transmitir impressões sobre lugares, povos e culturas diferentes.

Além das condições de produção, alteram-se também a forma e o conteúdo dos relatos. Se as obras do século XV nos parecem guardar o frescor da anotação espontânea e permaneceram até hoje sem muita elaboração posterior, as do século XIX sofreram sensíveis alterações para publicação. Tais alterações, ocorridas princi-

palmente na forma e no conteúdo, como analisarei neste capítulo, não visaram exclusivamente o mercado editorial, pois seus interesses eram definidos, em alguns casos, antes das viagens.

Mesmo assim, essas obras não perdem o aspecto circunstancial e guardam consigo a mesma especificidade em relação às demais: contêm narrativas de fatos vividos por viajantes.

OS ASPECTOS EXTERNOS E INTERNOS DAS OBRAS

As obras dos viajantes podem ser analisadas sob inúmeros aspectos. Procurarei aqui fazer algumas considerações sobre a forma e o conteúdo que lhes dão um feitiço geral em relação a outros tipos de produção.

Chamo aspecto externo a forma como o viajante coletou, organizou e apresentou os relatos antes, durante e depois da viagem e que serviu para compor a obra, ou seja, como o viajante montou a obra para ela vir a ser considerada um relato de viagem.

Chamo aspecto interno ao conteúdo das informações que os relatos tentam, em última instância, transmitir. Analisarei cada um deles separadamente, porém chamando atenção para o fato de serem, na verdade, interrelacionados e dependentes entre si.

ASPECTOS EXTERNOS

Além de reunir em seus relatos informações e impressões de fatos vividos, os viajantes procuram sintetizar o seu conhe-

cimento pessoal (especialidade) e o de sua época sobre os lugares visitados.

Como é possível perceber isto? Uma análise mesmo superficial das obras desses viajantes já mostra que elas não contêm apenas as anotações tomadas durante as viagens. Elas contêm de tudo um pouco: anotações pessoais imediatas (diário), anotações pessoais a posteriori (memória), informações escritas a terceiros (cartas) e informações obtidas através de terceiros (informantes, jornais, documentos, livros, etc.). O que predomina, no entanto, são as anotações pessoais, imediatas ou a posteriori. Procurarei me deter principalmente neste tipo de registro, pois uma análise da documentação elaborada a partir de outros autores extrapolaria, sem dúvida, os objetivos deste trabalho.

Ressalto, contudo, o fato de que nem sempre esta separação é possível. Em alguns casos, observei que o viajante não citou a fonte de onde retirou a informação ou, mesmo, procurou fazer passar como suas experiências vividas por terceiros. Essas obras, recompostas quase sempre com vistas a atingir o público leitor, precisavam manter, para o seu próprio sucesso, uma predominância de dados obtidos, como já disse, a partir de uma experiência vivida, mesmo que apenas aparente.

A forma imediata de registro foi, sem dúvida, o diário. Aí eram anotados, com certa frequência, todos os dados e informações de viagem. Informações novas, nomes de pessoas, indicações para contatos, de rotas interessantes, nomes de lugares, palabras desconhecidas, plantas, minerais, tudo. O diário era o compa

nheiro mais íntimo de viagem. Era o confidente, o confessor e o cúmplice. A cada parada, na beira da estrada, no quarto do hotel, na simples estalagem, na mesa do bar, à espera de alguém, sob a luz do fogo, no abrigo da chuva, à sombra de uma árvore. Tudo era selecionado e pacientemente anotado.

Dessa forma, foi possível manter vivas tantas informações e detalhes, com minúcia e precisão impossíveis de serem guardados na mente. Foi possível, sobretudo, manter viva a emoção de cada momento da viagem.

Esta forma de registro imediato não foi utilizada por todos os viajantes, nem mesmo permaneceu em seu aspecto original. Há raríssimas exceções, em que situações acidentais fizeram com que estes diários fossem encontrados como o seu autor o anotou durante a viagem, ou quando, em caso de morte, o manuscrito fazia parte do arquivo do autor e foi publicado na íntegra. Por exemplo, um dos livros de Saint-Hilaire⁽⁴⁾, que servira como fonte para suas obras já publicadas, foi encontrado após a morte do autor e editado na íntegra. Um estudo específico deste autor constituiria, a meu ver, uma significativa contribuição.

Uma vez tendo se certificado em sua terra da relevância das experiências que viveu e sobre seu valor editorial, o viajante procurou traçar, a partir do diário, uma forma final bem elaborada com vistas ao reconhecimento junto ao público. Aí fez cortes, selecionou assuntos, revisou os textos (às vezes checando os seus dados com os de outros viajantes), deu tratamento e enredo final aos "dados brutos". Criou o "fio" de amarração à obra e ali-

nhavou-a através da cronologia, dos trajetos e dos temas de maior interesse. O mais comum e não menos importante era conseguir uma seqüência historiada para juntar os registros isolados. A forma de diário garantia maior acesso ao público e, mais que isto, conferia-lhe credibilidade. O aspecto de reportagem e o frescor das informações serviam sempre para "convencer" o leitor.

Mesmo assim, quanto à questão do gênero, podem-se destacar os seguintes: o diário, a crônica e a memória. Essa divisão, contudo, é um instrumento apenas formal de análise, de valor didático, pois não serve para classificar os autores. Serve apenas para mostrar a origem diversa de seus textos, do ponto de vista de seu valor de testemunho. Todos os viajantes fizeram uso dos três; o que variou foi a dosagem utilizada. No momento da confecção da obra, o autor transcreveu partes de seu diário, acrescentou fatos que estavam guardados na memória, comentou certas passagens ou acontecimentos que tinha registrado no diário, ou que lera nos diários de outros. Os viajantes se tornaram, posteriormente, cronistas de les mesmos. Nem sempre foi possível separar nos textos o diário, a memória e a crônica, pois, como já observei, este é um recurso que nem sempre foi explicitado. Isso limita enormemente a utilização destes textos como fonte documental e evidencia, sem dúvida, os vários níveis de definição do que se constitui como o "real" na narrativa.

Os relatos de viagem apresentam certa homogeneidade em sua estrutura externa, tanto em suas condições de produção quanto na forma estética encontrada para apresentar as informações.

Estas características externas comuns contribuem para que as obras de viajantes sejam tratadas como gênero específico. Rodrigues⁽⁵⁾, por exemplo, classifica estas obras como um tipo específico de fonte, diferentemente dos diários, cartas ou memórias. Segundo ele, as obras de viajantes seriam "notas de viagem" e, por isto, seria limitado o seu grau de confiabilidade como fonte histórica. Não é o que observamos normalmente, não apenas na História, mas também na Sociologia, Antropologia e áreas afins, que vêm se utilizando sistematicamente de relatos de viagem como fonte documental. O exame dessas fontes me parece, até o momento, bastante superficial e sua prática é bem recente. Acho, por exemplo, que as fontes utilizadas pelos viajantes variam muito, não podendo, por isto, ser tratadas apenas como "notas de viagem", como quer Rodrigues. Se assim for, estaremos privilegiando sua utilização como testemunho direto e escondendo, sob um aspecto apenas externo, de aparente homogeneidade, uma diversidade de conteúdo não apenas temático, mas ideológico.

O livro de viagem é geralmente dividido em capítulos e precedidos de um sumário, que contém os nomes dos principais lugares ou os temas abordados ao longo de seus textos. Alguns sumários foram organizados posteriormente (Saint-Hilaire e Pohl, por exemplo), pelos tradutores ou editores, para facilitar a consulta e tornar essas obras mais acessíveis ao leitor. Em outros, os lugares visitados e os temas abordados aparecem como um "novelo" de aventuras que vai se desenrolando ao longo do tempo, nas viagens, e foi organizado pelo próprio autor.

percebemos, com isso, um traço significativo neste

tipo de fonte: não são os lugares visitados ou os temas os elementos principais que conduzem as narrativas e dão unidade de compreensão aos textos. Para a maior parte dos leitores aos quais foram dirigidas as obras, o tema e o lugar constituíam um referencial desconhecido e vago. A grande quantidade de vilas, lugarejos, rios, pontes, estalagens, registros, comarcas, distritos, etc. — essa extensa nomenclatura, numa primeira e distanciada leitura podia parecer sem sentido para um leitor europeu ou norte-americano. O mesmo pode-se dizer em relação ao tema, pois a maior parte estava sendo tratada pela primeira vez. Talvez isso explique, em parte, porque quase todos os viajantes se preocuparam em ilustrar seus livros com desenhos — para mostrar um pouco as imagens do Brasil a seus contemporâneos. Alguns desenhos eram feitos por artistas que nem chegavam a transitar por estas terras. Assim, acabavam, em alguns casos, cometendo muitos equívocos. Hartmann⁽⁶⁾ serve de exemplo quando analisa a iconografia indígena feita por europeus. Suas críticas podem ser aplicadas aos desenhos de negros, principalmente porque estes artistas procuravam representá-los segundo o padrão estético que lhes era próprio.

Os lugares visitados já foram analisados no capítulo II, quando procurei delinear a trajetória de cada viajante e os caminhos mais percorridos. Tratarei, a seguir, do tempo como recurso principal na condução da narrativa. Em seguida, ao analisar os aspectos internos, abordarei as questões relativas ao tema.

O RELATO E A NOÇÃO DE TEMPO

para conseguir um referencial familiar em seu país

de origem, que permitisse aos leitores um vôo imaginário para o outro lado do Atlântico, tão rico e diverso como o próprio vôo da viagem (não apenas a viagem de fato, mas também a de sua fantasia), o viajante precisou criar, na narrativa, um ponto de apoio comum a povos e culturas diferentes. Este ponto nos parece ter-se fixado no elemento tempo.

Em todos os autores analisados, o tempo foi usado como referencial para transpor o leitor ao espaço novo que a narrativa buscou, em última instância, alcançar. Deu-lhe concretude, objetividade, verossimilhança e, sobretudo, legitimidade.

Apesar de não aparecer explícito da mesma maneira, é marcado pelo impacto e força da informação: o tempo que conduz aos fatos (seqüência cronológica linear) ou os fatos que conduzem ao tempo (seqüência cronológica não linear). A cronologia que foi transposta ao Brasil pela colonização fornece aos relatos a unidade na diversidade. A noção de tempo, segundo a visão européia, é a unidade na diversidade de interesses — os interesses pessoais dos viajantes e os interesses públicos que, em última instância, propiciaram as viagens.

O tempo tal qual é explicitado na narrativa relaciona-se com o tempo das viagens e dos acontecimentos. Apesar de terem uma margem de imprevisibilidade, submetem-se de certo modo a um planejamento que, em última instância, visa alcançar os objetivos das viagens. Assim, alguns demoravam-se mais em cada lugar visitado e tinham mais tempo para observar, viver e registrar os fatos acontecidos e suas impressões, enquanto outros não. Essa diferen-

ça marca o nível de detalhamento e de importância dado pelo viajante a alguns aspectos em detrimento de outros. Assim, cada um pode dar o seu voo de imaginação sobre a realidade através da palavra, intervindo de modo decisivo não somente quando prioriza certos aspectos, mas também quando procura passar a sua emoção — e não uma emoção qualquer — ao seu interlocutor. Neste momento, dirige-se a um leitor invisível que é, ao mesmo tempo, ele mesmo.

O tempo, assim como o leitor, é também invisível. Ele escorre nas entrelinhas do texto. Não aparece sempre e, quando aparece, não constitui sistema com continuidade e coerência suficientemente capazes de fornecer a duração exata da viagem, em minutos, horas, dias, semanas, meses ou anos. Não pode, por exemplo, ser relacionado ao percurso, como tentei inutilmente fazer. Fornece-nos apenas um cálculo aproximado, porém vago, ou permite perceber quando o viajante viaja com pressa ou quando dispõe de maior tempo. Mas nem mesmo isto serve de parâmetro para estabelecer uma relação entre o tempo gasto e a minuciosidade ou profundidade dos registros. O viajante se torna, assim, senhor absoluto das informações que fornece.

O tempo parece ter-lhe servido como o referencial mais objetivo. E, mesmo assim, as informações anexadas na versão para publicação, não constituem uma construção rígida, mas sim uma abstração criada e definida pelo viajante. Por exemplo, a observação e descrição do vestido de uma negra escrava poderia ocupar, na narrativa, um tempo enorme, enquanto a travessia de um longo trecho de vários dias, quilômetros, passando por inúmeras vilas, poderia ser descrito como se tivesse durado um minuto.

O significado simbólico das descrições da viagem explica, até certo ponto, esta noção de tempo e sua natureza tão abstrata. Ela revela uma necessidade, por parte do viajante, de romper com a diferença entre lugares e temas desconhecidos e entre valores culturais distintos. E também, num sentido objetivo, concilia os vários interesses que motivaram as viagens (retomando aqui a idéia de viajar como motivação para a realização do livro). A meu ver, isto só seria possível se as suas obras tratassem o tempo como uma continuidade na descontinuidade (o que não acontece, por exemplo, com o livro escrito por Ferdinand Denis, que tem como referencial os temas e lugares, tornando-se muito repetitivo e pouco objetivo).

Para o viajante, a viagem não é uma continuação de sua vida. É um momento distinto, marcado pelo antes e pelo depois. Constitui, sobretudo, um estágio "especial" de sua existência, onde se permite sair de sua condição de cidadão para entrar na condição de estrangeiro. Ao sair de seu cotidiano, de sua cultura, de sua língua, de seu referencial de identidade máxima, entra num outro tipo de existência -- a do outro. E o tempo aí, no espaço do "outro", não é o tempo de seu cotidiano mas sim o "tempo em viagem", escorrendo por formas múltiplas de ser parte do mundo, vivido e ao mesmo tempo representado. Tudo podendo ser parte de sua existência, enquanto viajante: o querido, o permitido e o possível. É neste "estado de viagem" que se desloca e se define o tempo na narrativa.

Isto nos lembra o que Van Gennep⁽⁷⁾ chamou de "fase limiar" dos ritos de passagem ou de "transição". Indivíduos ou grupos passam por um período intermediário ou transitório em que

não são nem uma coisa nem outra, são a margem, a indefinição, a liminaridade. Para este autor, as mudanças de lugar, estado, idade, posição social, etc., são marcadas por ritos de separação, margem e agregação. Neste caso, a mudança nos fornece alguns elementos de sutil importância para compreendermos o significado do tempo na narrativa de viagem.

A transição da condição de cidadão para a de estrangeiro implica, neste caso, a aceitação, por parte do viajante, da diferença e, simultaneamente, a aceitação dos grupos e indivíduos que o acolherem. Nesta fase que podemos caracterizar como liminar, há uma tentativa, de ambas as partes, de vencer o medo do desconhecido, de possuí-lo, de torná-lo conhecido. Para chegar até a fase da agregação, onde o viajante finalmente é aceito (e também aceita ser aceito e aceita o outro), é preciso que indivíduos e grupos locais renunciem à condição de serem iguais e aceitem, também entre eles, a diferença. É preciso que o viajante consiga conviver com a sensação de não estar entre iguais (no caso, seu grupo de origem) e aceite sua condição de estrangeiro. Os ritos de passagem se repetem sucessivamente em cada saída e chegada do viajante a um ambiente novo, um lugar desconhecido. Esta seqüência sucessiva que o viajante perfaz durante a sua trajetória marca o tempo, não o tic-tac do relógio. Esta aceitação (ou agregação) precede todas as viagens, desde sua saída de seu país, de sua casa, quando inicia a separação, até a volta, que marca o retorno ou o rito final da passagem (inclusive porque ele não é mais a mesma pessoa quando saiu).

No seu período de permanência nos limites do "desconhecido", esta situação se repete infinitas vezes como um momento

ritual que se prolonga, se eterniza. Como escreve Van Gennep: "se consultarmos os documentos que descrevem em detalhe o cerimonial a que são submetidos os estrangeiros isolados ou os grupos de estrangeiros (caravanas, expedições científicas, etc.), verificamos, por baixo da variedade das formas, notável unidade das seqüências. A chegada de estrangeiros em grande número tem como contra-ofensiva atos de reforço da coesão social local, os habitantes fogem de aldeia e se refugiam em lugares bem defendidos, morros, floresta; ou então fecham as portas, armam-se, dão o toque de reunir (fogueiras, trompa, tambores, etc.); ou então o chefe vai, sozinho ou com seus guerreiros, ao encontro dos estrangeiros, na qualidade de representante da sociedade e pessoa melhor imunizada do que a gente comum contra o contato com os estrangeiros."⁽⁸⁾ Isto nos lembra, sem dúvida, as várias chegadas e partidas dos viajantes nas vilas mineiras. Em alguns casos, os habitantes fechavam as portas, as janelas, se escondiam. Diante das autoridades locais ou líderes, a carta de apresentação obtida na Corte servia de "passaporte" e era condição para o início de um relacionamento com a comunidade. Castelnau, por exemplo, é enfático: "Chegando à cidade, encontrei com facilidade a casa do mais importante morador dali para o qual eu tinha uma carta de recomendação. Recebeu-nos o Barão de Sabará com uma hospitalidade perfeitamente feudal."⁽⁹⁾ O tempo de permanência, mesmo quando curto, consolidava o vínculo afetivo dando origem a formas também ritualizadas de despedida. Como nos escreve Luccock: "Despedi-me ali de uns poucos amigos que, tendo tido o bom senso de dispensar as cerimônias e estando resolvidos a caminhar algumas milhas comigo, me tinham ido encontrar à saída da vila. A todos, salvo um, disse adeus, sob a dolorosa impressão de que não mais nos haveríamos de encontrar."⁽¹⁰⁾ Esta seqüência se repete

ao longo de toda a viagem e só cessa quando o viajante retorna a sua terra e deixa de ser estrangeiro, para voltar novamente à condição de cidadão. Sobre isto, Van Gennep nos informa sobre a existência de "práticas medievais européias e orientais que regulavam a chegada e a partida dos mercadores." (11)

Esta contínua perpetuação do rito nos fez pensar na viagem como um momento situado dentro e fora do tempo, tal qual o conceito de "comunitas" elaborado por Turner (12): "É como se houvesse neste caso dois "modelos" principais de correlacionamento humano, justapostos e alternantes.

O primeiro é o da sociedade tomada como sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com as noções de "mais" ou de "menos" [...]

o tempo fora da viagem

[...] O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como um "comitatus" não estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo comunhão de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais."

o tempo dentro da viagem

O tempo que é aí associado à idéia de "comunitas" pode ser pensado como um momento onde relações e vínculos se estabelecem, não apenas entre pessoas e grupos, mas entre classes, entre nações e entre culturas distintas. O sistema estruturado corresponde, neste caso, à ampla organização social (os vínculos estabelecidos no Brasil e nos países de origem dos viajantes). O sistema não estruturado pode ser pensado como o que se estabelece entre brasileiros e estrangeiros e é tratado nos relatos. O significado simbólico dos relatos de viagem é, em última instância, o acordo de paz que estas viagens significam. O contexto social ou "comunitas", de Turner, serve para pensarmos "o tempo da viagem" a partir da noção de tempo não-estruturado, na sua liminaridade. Insisto em pensar a viagem como um tipo específico de vivência social (entre viajantes e grupos locais) e os relatos como porta-vozes dessa experiência. Apesar de conterem quase tudo, o que lhes dá sentido maior é a viagem e, por isso mesmo, os outros tipos de fontes utilizadas pelos viajantes são submetidas ao tempo da viagem, sendo "obrigadas" a fazerem parte dela.

OS ASPECTOS INTERNOS

Chamo aspectos internos ao conteúdo das informações transmitidas pelos viajantes em seus relatos. Procuro, em primeiro lugar, mostrar quais os temas mais abordados e, em seguida, estabelecer suas relações com os interesses das viagens.

OS TEMAS ABORDADOS PELOS VIAJANTES

As obras dos viajantes apresentam, de início, uma ca

racterística comum: a variabilidade temática. Enquanto relatos de experiências vividas, essas obras contêm de tudo, sobre aspectos os mais variados referentes ao país visitado. A liberdade temática observada em todas elas foi, contudo, limitada, pois, por mais que o autor procurasse "cobrir" o maior número possível de informações, ele não conseguia falar de todas, nem de cada uma com a mesma dedicação e interesse.

O viajante, intencionalmente, acaba abordando alguns temas mais que outros. São muitos os fatores que atuam nesta escolha. Cito aqui os que me pareceram mais significativos: 1) O interesse pessoal: quando o viajante se sente mais atraído por aspectos relacionados a sua área de formação, onde a profissão lhe dá a oportunidade de aprofundar e fazer pesquisas, quando o conhecimento adquirido anteriormente o habilita a discorrer mais sobre certos temas. 2) O lugar visitado: quando a região escolhida influi na paisagem, na atividade econômica predominante, no tipo de organização social, enfim, na cultura local que é retratada. 3) O interesse do financiador da viagem quando o viajante procura aliar a seu interesse os temas de interesse de seu patrocinador. Já demonstrei, no capítulo I, os tipos de interesses a que estas viagens e os relatos se vincularam: investigação das potencialidades naturais e sociais visando a sua utilização posterior, coleta de espécies para museus, etc. 4) O interesse do público leitor: quando o viajante se preocupou em preencher a curiosidade do leitor, que era quem julgava e dava o parecer final sobre a relevância da obra, divulgando e legitimando a importância das viagens e dos viajantes.

A área e o grau de especialização lhes dava maior se

gurança para discorrer sobre determinados assuntos. Nota-se que a preocupação com a natureza fez com que todos se tornassem "naturalistas", mesmo não o sendo por profissão. O que me pareceu ocorrer aí é que esses viajantes (por exemplo, Mawe, Luccock, Suzannet, Burmeister, Burton) se dispunham a fazer descrições sobre relevo, clima, temperatura, tipos de rocha, descrição de plantas e animais, para corresponder a seu interesse e ao de seus leitores. Isso, inclusive, é motivo de crítica por parte de alguns viajantes (Pohl, por exemplo), que se consideram os autênticos especialistas para discorrerem sobre tais assuntos. Através dos relatos de seus antecessores os especialistas despertaram interesse e puderam pesquisar mais detidamente certos temas e aspectos do país.

Mesmo assim, alguns autores optaram por fornecer um panorama geral do país, enquanto outros trataram mais de determinados temas. Temas gerais e específicos são "dosados" no interior da narrativa e, às vezes, este último ocupa capítulos inteiros. O interesse da viagem é o motor que impulsiona o viajante a decidir sobre a região que será visitada e sobre o tema de maior interesse. Cada um privilegia certos aspectos mas, de modo geral, o viajante decide se vai formar um panorama geral ou se vai deter-se em um aspecto determinado. A seqüência temporal utilizada se encarrega de conduzir o leitor aos acontecimentos, ou seja, às viagens. Os temas, portanto, aparecem em decorrência destes acontecimentos.

OS TEMAS GERAIS E OS TEMAS ESPECÍFICOS

Os temas gerais são aqueles que visam formar uma vi

são panorâmica das regiões e lugares visitados. São geralmente recorrentes, permitindo uma comparação entre si — são os aspectos comuns a todos os lugares: o clima, a geografia, os recursos natu-rais, as vias de comunicação e transporte, a origem e a organização de sua população, os hábitos, costumes, habitação, vestuário, alimentação, formas de subsistência, festas, religião, a organização política, etc. Em termos de frequência com que aparecem, os temas gerais ocupam maior espaço nas obras de Luccock, Caldcleugh, Walsh, Suzannet, Burmeister, Avé-Lallemant, Burton e Wells. A preferência pela abordagem geral propiciou ao viajante informar sobre uma maior quantidade de aspectos, sem se deter ou explorar apenas alguns.

Luccock, quando em visita a Minas Gerais, procura a bordar temas bem gerais sobre a vida da província. A sua profissão e interesse fez com que desse mais atenção a detalhes não percebidos por outros. Mas, mesmo assim, procura privilegiar na narrativa o que é novo para os de sua terra. O mesmo observamos em Caldcleugh, Walsh, Suzannet, Burmeister, Avé-Lallemant, Burton e Wells. Cada um desses autores demonstra uma preocupação com a variedade, mas naturalmente têm uma disposição maior para entender o país a partir de seus referenciais de origem.

Os temas específicos são aqueles aos quais o viajante procura dar prioridade em sua obra, ou em parte de sua obra. Encontramos, neste caso, como temáticas específicas, principalmente os minerais, a fauna e a flora. Sobre a mineração, encontramos o tema tratado por especialistas, no caso de Eschwege, ou por estudioses, como Mawe, e interessados no seu comércio, como Caldcleugh, Walsh, Burton e outros em menor intensidade. Mawe, por exemplo, de

dica sete capítulos de sua viagem ao Brasil para tratar quase que exclusivamente dos minerais. Os naturalistas, por observarem a fauna e a flora de todos os lugares, não deram tanta prioridade ao regional. Apesar de não se restringir à mineralogia, de procurar mostrar também como vivia o povo mineiro, Mawe vai direto ao assunto. Isso despertou um comentário de Iglésias que expressa bem a importância de sua obra: "a pobreza relativa do livro de Mawe provém da objetividade de seu interesse."⁽¹³⁾ O mesmo observa-se nos naturalistas.

Quando as viagens objetivam estudos, trabalho e pesquisas, elas tenderam a dar maior espaço para temas específicos, ou seja, a Geologia, a Mineralogia, a Botânica e, em menor grau, a História e a Geografia. Quando visavam ao lazer, ao comércio e ao turismo, predominam no conteúdo os temas variados, de modo a permitir uma visão geral, panorâmica, como nos mostra o quadro a seguir:

TEMAS GERAIS	TEMAS ESPECÍFICOS
<u>Objetivos:</u> lazer, comércio, reportagem, turismo	estudos, trabalho, pesquisas
<u>Viajantes:</u> Luccock, Caldcleugh, Walsh, Suzannet, Burmeister, Avé-Lallemant, Burton, Wells	Mawe, Eschwege, Freireyas, Saint-Hilaire, Pohl, Spix, Martius, Bunbury, Gardner, Castelnau, Agassiz

O quadro nos permite ver que o tratamento dos temas gerais está equilibrado com o dos específicos. Isto não significa

que uns sô trataram do específico e outros sô do geral. Já enfatizei que a característica principal dessas obras é conterem de tudo, é a variabilidade temática. O estudo biográfico do autor revela a importância da sua formação, mas a motivação da viagem é também responsável pelo grau de aprofundamento temático, além do tipo de público que o autor quer atingir. Por exemplo, Burmeister e Mawe, optam por publicarem obras científicas separadamente, por acharem a linguagem pouco acessível ao público, mas não deixaram de publicar seus diários. E mesmo nestes, sobressai, em alguns pontos, o tratamento especial a determinados assuntos.

Quanto maior é o grau de erudição e aprimoramento científico do viajante, maior é seu interesse pela Natureza. Isto pode ser explicado pelo fato de que foi no século XVIII e XIX que as Ciências Biológicas tiveram o seu desenvolvimento áureo. O conhecimento pré-científico do século XVII derrubou a concepção ideal de natureza do período medieval. A fantasia e a aventura não serviam mais ao tipo de colonização que foi aos poucos sendo implantado nas várias regiões do mundo. Era preciso conhecer a fundo todos os segredos da natureza, desvendá-la. O idealismo foi cedendo lugar a uma preocupação realista que buscava explicar o mundo não mais a partir de um Deus distante e inatingível, mas do próprio homem. Não se tratava apenas de um grupo de aventureiros registrando as histórias de aventuras, mas o de aventureiros dispostos e com formação prévia para desafiar os mistérios da natureza, "dissecá-los" segundo padrões de sua época. Os viajantes eram financiados direta e indiretamente e estavam dispostos a "fazer ciência" — estavam conscientes de sua importância enquanto meio para um fim. Assim, todas as coisas eram vistas com estes olhos.

É interessante refletirmos um pouco sobre o fato de que, no período anterior, os homens que viajavam saíam de suas terras como aventureiros e voltavam como heróis. Já no século XIX, há uma significativa alteração: os homens passam a sair de seus países como exploradores e cientistas e voltam como especialistas, dotados de um saber adquirido durante a viagem. A observação, a experiência, passam a ser valorizadas ainda mais enquanto veículo de produção de conhecimento.

Apesar de buscarem a explicação dos fenômenos naturais através de métodos científicos, a mentalidade do século XIX não rompe totalmente com a concepção medieval da natureza, aquela que é testemunha da existência de Deus, transmissora de sua palavra e responsável por uma incorporação do fantástico a descrições dos fatos vividos⁽¹⁴⁾. Tenta conciliar, e isto é perceptível na produção aqui analisada, a busca de aprimoramento dos métodos de observação com o desejo de aventurar-se (no sentido de fantasiar)⁽¹⁵⁾.

No período do exclusivismo português (citado no capítulo I deste trabalho), o objeto de curiosidade era o índio, os produtos extrativos e os minerais. No século XIX, sob o expansionismo europeu, o mesmo objeto de curiosidade transforma-se em Zoolo-
gia, Botânica, Mineralogia, Geologia, Antropologia, etc. A visão pragmática da primeira fase é substituída por uma preocupação com o desenvolvimento científico, de tendência universalista. Isto, sem dúvida, produz reflexos na forma de encarar a cultura "dos trópicos" e na forma de ver os povos de origem africana, americana e asiática, que não se lançam na corrida imperialista, mas se tornam seu objeto.

Quanto mais específicos os temas abordados, maior é o grau de interesse pela cultura como parte da natureza. É curioso que as abordagens mais gerais tendem mais a informar sobre a população, a organização social, e são feitas pelos mesmos especialistas. Por não dominarem o instrumental das Ciências Sociais, se atêm preferencialmente a descrever aspectos da cultura das populações visitadas.

Uma análise mais detida desse material poderia, sem dúvida, verificar até que ponto a divisão ou tendência especialização é responsável por diferenças nos modos de observar e julgar a cultura "do outro". E também qual a sua relação com as abordagens que contêm maior ou menor grau de etnocentrismo. Se, por um lado, os especialistas são dotados de uma formação mais sólida e, portanto, são capazes de observar com critérios mais objetivos, por outro, poderiam estar mais imbuídos do determinismo biológico de sua época. O mesmo podemos indagar em relação aos não especialistas, pois podiam ser superficiais por não disporem do instrumental da Biologia, mas isto poderia influir no sentido de se obter uma visão mais criativa, pois calcada na busca de outras vertentes explicativas para interpretar os fatos observados.

A Ciência Social só começa a ser sistematizada como área específica em fins do século XIX. Até então, não há uma distinção clara entre Ciência Biológica e Social. No momento da produção das obras dos viajantes, não havia ainda diferença entre a descrição etnográfica e a reportagem como formas distintas de pensar a sociedade. Mas, naquele instante, já estão sendo forjados alguns dos critérios para interpretá-la. Um deles é o tecnológico, que

vai fornecer o principal suporte para a Teoria Evolucionista. Os viajantes são tentados a desenvolverem certos temas e conceitos para poderem compreender e se adaptar à realidade observada. Isto reflete, sem dúvida, a falta de uma teoria sistemática que torne possível julgar o outro não só a partir de si mesmo, mas também a partir de novos parâmetros para compreender as sociedades não ocidentais em suas diferenças e a partir de seu processo histórico específico.

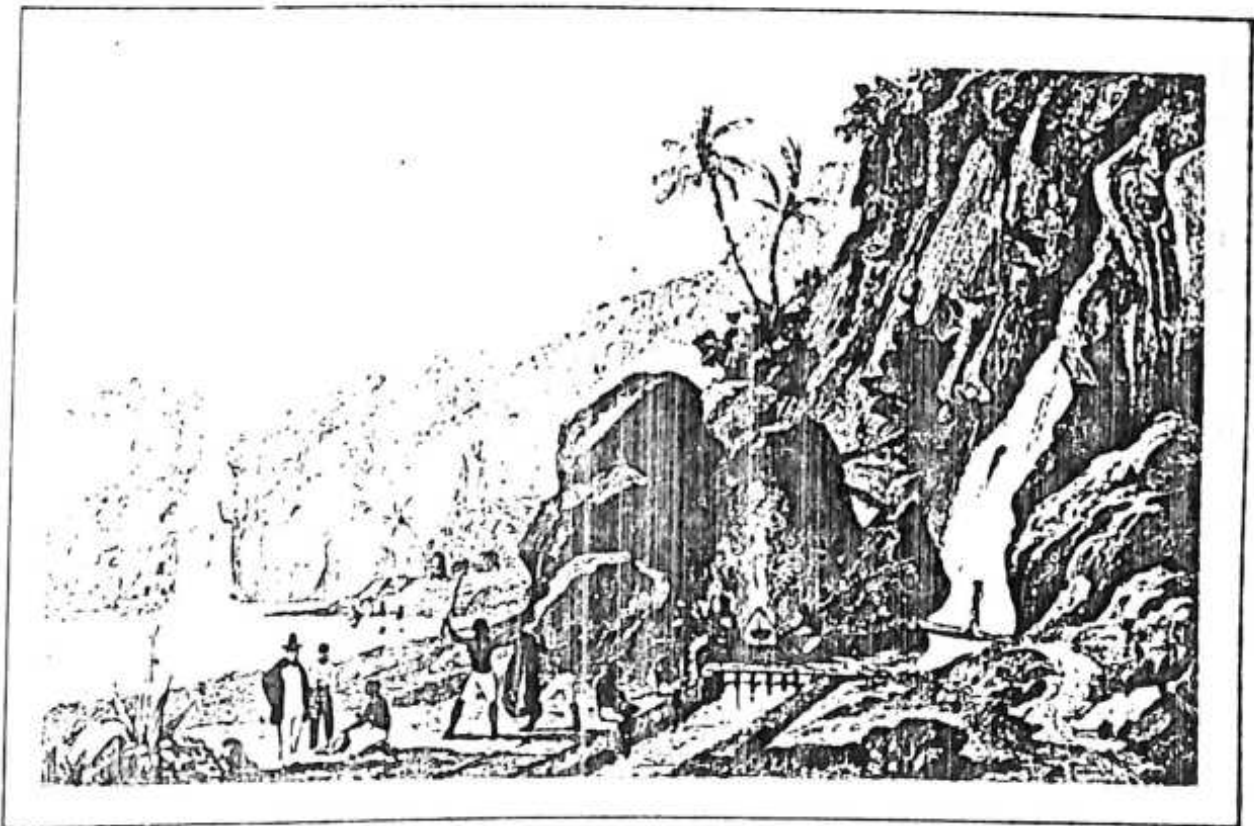
NOTAS

- (1) PERRONE, A.M. Introducción. In: Cronistas e viajeros del Nuevo Mundo. 1973. p. 9.
- (2) MOUTINHO, M.C. Introdução à etnologia. 1980.
- (3) VOGT, C. & LEMOS, J.A.G. Cronistas e viajantes; seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico e exercícios. 1982.
- (4) SAINT-HILAIRE, A. de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822. 1974.
- (5) RODRIGUES, J.H. Teoria da história do Brasil; introdução metodológica. São Paulo, Nacional. 1979. p. 414.
- (6) HARTMANN, T. A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros no século XIX. 1975.
- (7) VAN GENNEP, A. Os ritos de passagem. 1977.
- (8) Idem, *ibidem*, p. 49.
- (9) CASTELNAU, F. Expedição às regiões centrais da América do Sul. 1949. p. 172.
- (10) LUCCOCK, J. Viagem ao Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. 1975. p. 354.
- (11) VAN GENNEP, *op. cit.*, 1977. p. 49.
- (12) TURNER, V.W. O processo ritual; estrutura e anti-estrutura. 1974. p. 119.
- (13) IGLÉSIAS, F. John Mawe em Minas Gerais. Minas Gerais; viajantes estrangeiros. 1970.

- (14) VOGT & LEMOS, op. cit., 1982: p. 98.
- (15) Desde descobertas de outras culturas, o homem europeu, segundo DUCHET (citado por MOUTINHO, M. Introdução à Etnologia, 1980), tornou-se o sujeito, enquanto que o africano e o americano, o seu objeto. O conceito de "civilização" passa, a partir daí, a ser o principal referencial do discurso antropológico. Isto é fundamental para se compreender as obras dos viajantes.

O NEGRO EM MINAS GERAIS:

ENTRE A REALIDADE E A REPRESENTAÇÃO



V

A DIFERENÇA DO OUTRO

"No Brasil encontram-se as raças mais ou menos puras ou misturadas uma com outra. Estes cruzamentos dão ao povo brasileiro uma diversidade extraordinária e é aqui o lugar onde as diferenças de civilização e de cor são postas em contato [...]."

[FREIREVSS, 1814-15]

O critério mais utilizado para a escolha, pelos viajantes, do que devia ser mostrado nos relatos é a novidade, o diferente. Com relação à população do país que visitavam, além dos hábitos e costumes da classe senhorial que os hospeda, os cronistas tratam de revelar, admirados, a presença de um enorme contingente de população negra, cativos e libertos, provenientes da África, descendentes destes, africanos ou miscigenados com europeus e americanos.

Ao registrar esta informação, o viajante construiu e

repassou um tipo de imagem e impressão. Colocou-se como tradutor de um certo povo negro que aqui vivia, não de um negro em abstrato. A divulgação da presença deste grupo para o público leitor europeu tinha como objetivo principal revelar o "outro", no que este possuía de desconhecido, novo, diferente. A visão que é possível formar a partir da experiência passa pelo contato direto com os povos colonizados, ou seja, com o que é identificado como sendo "o outro".

Destaquei o "tempo, segundo a Europa" como capaz de fornecer um referencial de identidade na narrativa, e que se tornou responsável pela introdução dos trajetos e dos temas "desconhecidos" dos europeus. Observei também que esse "tempo segundo a Europa" refletiu a situação "liminar" da viagem enquanto rito de passagem, tal qual o descreveu Van Gennep⁽¹⁾. Acredito que é principalmente neste "período liminar" que o viajante adquire a consciência da existência concreta do "outro" e elabora o seu conceito sobre a diferença.

A chegada do viajante em terra desconhecida reveste-se, tal qual o descreveu Van Gennep, de uma fase preliminar onde se realizam os ritos de chegada. Em seguida, procedem aos ritos de agregação, onde as partes envolvidas estabelecem o vínculo por meio da troca. Como partes envolvidas, neste caso, identifico o viajante e os indivíduos ou grupos de cada lugar visitado. Dois tipos de relação podem ser aí estabelecidos: o de hospedagem e o de amizade. No primeiro, a troca se dá através dos presentes: informações ou pagamento em dinheiro, por parte dos viajantes e alojamento, hospitalidade, comensalidade e informações por partes dos hospedeiros. Perante a comunidade, hospedar um viajante europeu também podia dar

status, tornando-se, enquanto tal, um tipo de retribuição pela hospedagem. No segundo tipo, não há uma relação de hospedagem, e o conteúdo da troca reveste-se principalmente da informação de parte a parte: o viajante dá informações dos lugares por onde passou anteriormente, em troca das informações que precisa sobre o lugar visitado. Em alguns casos, ele é chamado para prestar serviços à comunidade. Avé-Lallemant e Pohl, por exemplo, enquanto médicos, davam muitas consultas por onde passavam.

Quero chamar atenção para o fato de que a impressão tomada pelo viajante a respeito de cada lugar visitado dependia do vínculo estabelecido com o lugar e com as pessoas. Esse vínculo, a meu ver, revestia-se de dois aspectos fundamentais: a transitoriedade e a indeterminação.

A transitoriedade atuava diretamente na natureza do vínculo que se estabelecia entre os viajantes e a comunidade ou grupos visitados. Podia fortalecer ou enfraquecer o vínculo, dependendo do tipo de interesse que estava em jogo no momento. Podia influir no que foi visto, vivido e, portanto, escrito. O fato de ser "de fora" podia gerar, em certos casos, um aumento da confiança de indivíduos ou grupos em relação ao viajante, possibilitando-lhe o acesso a informações preciosas sobre certos valores, normas, sentimentos e atitudes. Castelnau, por exemplo, teve dois tipos de experiência, onde o fato de ser estrangeiro o colocou em situações contrárias. O proprietário de uma fazenda próxima a Sabará, que o hospedou, sentiu-se muito à vontade para falar da política local: "Fulminava principalmente as companhias inglesas instaladas na província de Minas: 'Elas vêm nos arrebatam todo o ouro de nossa terra.' (...)"

(2) Mas também acontecia o contrário, quando havia pouca confiança: "Chegando ao miserável lugarejo de Bicas, vimos fugir de nós todos os habitantes, coisa que frequentemente acontecia, porque su punham que fôssemos em serviço de recrutamento." (3) Esse aspecto do contato entre estrangeiros e brasileiros, no caso aqui analisado, poderia até propiciar depoimentos mais espontâneos e menos comprometidos do que aqueles que destaco quando analiso os interesses das classes dominantes ou dos estados nacionais.

A indeterminação pode ser percebida quando o viajante representa, para a comunidade, e também esta para ele, o desconhecido. Em certas circunstâncias, o viajante, como elemento não pertencente à comunidade, como "estrangeiro", podia deslocar-se pelas várias classes sociais; podia ser aceito ou não em lugares onde geralmente a classe senhorial local evitava penetrar no dia-a-dia. Este constitui, inclusive, o caráter "desigual" do contato, pois o contrário (no caso da comunidade visitada) não seria possível.

O caráter múltiplo contido nestas relações está nitidamente presente nos textos dos viajantes. Por isto, reformulo: o viajante não era senhor absoluto das informações que fornecia; este era, sim, o seu desejo. Também a comunidade decidia o que ela queria mostrar, e assim atuava direta ou indiretamente no tipo de informação que deveria ser repassada ao viajante. De certo modo, essa "interferência" da comunidade diluía, em parte, o exclusivismo do pensamento europeu, sendo responsável pelas várias contradições que supostamente ocorriam entre o que o viajante "queria" ver e o que a comunidade "queria" mostrar. A comunidade interferia com o

outro lado da verdade, mesmo quando sua resposta é o silêncio ou a não-aceitação do estrangeiro. O viajante "elegia" o que deveria ser mostrado, conseguindo formar a sua visão sobre o outro.

Não me interessa aqui fazer uma análise pormenorizada de todos os aspectos relativos a essa fase liminar⁽⁴⁾, tanto na vida do próprio viajante, quanto na dos grupos que o recebem. Interessa-me principalmente chamar atenção para a importância desse aspecto, enquanto ingrediente básico na elaboração da diferença. É nessa fase de transitoriedade e indiferenciação, é em estado "liminar", que são forjados, pelo viajante, os limites da diferença.

O conhecimento do outro, enquanto tentativa de conhecer-se a si mesmo, é o primeiro passo na busca da própria identidade. O tempo segundo a Europa é a semelhança que introduz a diferença. Para os viajantes, o referencial para elaborar a semelhança é a Europa. O referencial para pensar a diferença é o Brasil.

O conhecimento e o desvendamento da realidade dos povos colonizados possibilitaram, naquele momento aos Estados Nacionais, perceberem e apreenderem os mecanismos e estratégias de dominação⁽⁶⁾. Os relatos só serão valorizados pela possibilidade de fornecer informações que não são encontradas em outros tipos de registros. E, a meu ver, legitimar e ampliar o universo de representação exclusivamente segundo a sua visão de mundo.

Como nos mostra Prado Jr.⁽⁶⁾, a riqueza e o progresso das nações que se lançaram na corrida imperialista do século XIX dependeu do grau de avanço e sucesso em relação ao domínio e posse

do "outro". Portanto, os temas de interesse da Ciência vão, não por coincidência, ser os mesmos que os da empresa de colonização: o domínio da natureza e, concomitantemente, o domínio da cultura.

A população negra é aprioristicamente abordada como diferente do resto da população, por sua origem, por sua cor e por seu papel social e destino histórico. A marca da escravidão está na pele, nos traços fisionômicos, em toda parte. Está carregada de significados claramente detectados pelo europeu que aqui chega, mesmo por aqueles que não se dedicaram a um estudo específico antes da viagem, como Freireyss, Walsh e Burton, que recorreram à história do tráfico citando diversos autores e pretendendo, com isso, demonstrar ilustração.

Procurando encontrar um traço comum onde incluir todos os viajantes, pode-se inferir que o elemento unificador é uma percepção de que, além da origem e da cor (que caracterizariam a "inferioridade natural"), o negro é diferente por seu trabalho e por sua cultura. Somente com negros/escravos se poderia realizar trabalho e obter, aliado aos meios de produção, o capital que, como bem descreve Prado Junior, justifica a empresa colonial, tanto nos primeiros séculos, quanto após a chamada Independência, em 1822, quando esta tarefa é dividida entre capitais nacionais e estrangeiros. Havia, portanto, uma pergunta implícita em todas as reflexões dos viajantes estrangeiros: se não havia máquinas, quem produzia? Há uma preocupação constante nos relatos em determinar quem realizava o trabalho e, também, se era possível continuar produzindo com negros importados da África. Não podemos esquecer que o braço escravo sustentou também as cargas das expedições dos viajantes. Sem o

trabalho do negro seria quase impossível realizar as viagens. A palavra negro era praticamente sinônima da palavra escravo que, por sua vez, sugeria trabalho, produção. Eschwege, por exemplo, falando sobre o sistema de produção na região das Minas, comenta: "(...) nada funciona tão bem como os braços e a cabeça dos negros." (7)

Além de destacarem a população negra por seu trabalho, os viajantes se impressionaram com as manifestações e expressões culturais que lhe eram próprias e que constituíram novidade para os leitores. Mais uma vez, o critério da diferença servirá para conduzir a escolha dos assuntos a serem tratados. Ao descreverem as danças, músicas, religião, festas, etc., procuravam destacar os aspectos exóticos e associá-los à origem africana. Africanidade, nesse contexto, parece decorrer da associação imediata dos negros com sua origem, sem contudo mostrar as especificidades advindas das mudanças de lugar e condições, estas últimas decorrentes do sistema escravista aqui implantado. Também nem sempre faziam distinções entre os vários grupos da população negra, fazendo ver que, neste aspecto, cativos e libertos de várias procedências, compartilhavam espaços e códigos comuns.

A presença do negro, no contexto das viagens, está, portanto, condicionada ao sentido e à utilidade que este tem na vida do viajante. O negro atrai pela sua capacidade de realizar trabalho. O negro atrai também pelo fato de possuir uma cultura desconhecida, diferente, exótica, por divertir, portanto. A escolha das imagens mais frequentes podem ser relacionadas à produção e à diversão para o viajante. Encontra-se também uma terceira, que é, ao mesmo tempo, a afirmação do valor utilitário do negro, ou seja,

é reservada para representar o negro que não trabalha, nem diverte o viajante, e, sim, atrapalha. Se não está vinculada nem a primeira nem à segunda imagem, o negro é tido como um problema. Podem constar nesta terceira imagem o negro que se rebela contra o sistema, que se recusa a trabalhar, que procura se libertar da condição que lhe é imposta, que almeja uma vida igual à do branco.

De certo modo, pode-se afirmar que a visão que o viajante tem desse grupo não está dissociada da sua existência concreta na sociedade brasileira. Ela congrega os referenciais de identidade do universo de representação do colonizador, porque ela própria também o é. Por esta razão, os depoimentos nos parecem tão próximos do que foi. Eles têm uma carga de real que é indiscutível. No entanto, eles mesmos não são um espelho do "real" (aí entendido como uma visão objetiva, consensual e única dos fatos), exatamente por serem uma impressão sobre o outro. Como nos mostra Luz, *"o desconhecimento do outro considerado etnicamente provoca situações fantasiosas que ocupam o lugar da realidade. (...) o outro torna-se o depositário de tudo aquilo que em nós mesmos condenamos ou desejamos, ora no sentido de agredi-lo, ora de idealizá-lo."* Explica melhor esta idéia quando observa que *"esta ordem de fantasias constitui a base das ideologias que falam do outro (...)."* É exatamente esse discurso ideológico, perceptível nos viajantes, de fundamentos imaginários, que, segundo nos mostra este mesmo autor, *"bloqueia a possibilidade de uma troca simbólica que permitiria um acesso maior à realidade do outro."*⁽⁸⁾ Retomando uma idéia já explicitada anteriormente, o caráter "desigual" do contato entre os viajantes estrangeiros e o grupo local, sobretudo os negros, impossibilitava a existência de uma reciprocidade maior que, em última

instância, viria deslocar o eixo de pensamento do viajante, de si mesmo, para pensar o outro a partir dele próprio. Pergunto: o medo e a atração que interagem em relação ao desconhecido, não poderia ser, na verdade, o desejo e o temor de encontrar algo muito antigo e totalmente conhecido?

A literatura de viagens, portanto, ao tentar unir a viagem de exploração com a viagem de aventura, o aprimoramento e objetividade científica com a fantasia, reúne ingredientes que por si só pareciam contraditórios e até incompatíveis. Assim sendo, veremos que não é possível falar de realidade, nem de representação da realidade, mas de algo que se situaria entre um e outro.

NOTAS

- (1) VAN GENNEPE, A. Os ritos de passagem. 1977.
- (2) CASTELNAU, F. Expedições às regiões centrais da América do Sul. 1949. p. 173-
- (3) CASTELNAU, op. cit., 1949. p. 182.
- (4) O conceito de liminaridade, tal qual o utilizou VAN GENNEPE está melhor explicitado no capítulo IV deste trabalho.
- (5) Vide IANNI, O. Imperialismo na América Latina. 1974.
- (6) Vide PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. 1976.
- (7) ESCHWEGE, G.W. von. Pluto brasiliensis. 1941. p. 12.
- (8) LUZ, M.A. Cultura negra e ideologia do recalque. 1983. p. 24-5.

VI

PELOS CAMINHOS DE MINAS

"O caminho era ainda igual, mas os habitantes brancos eram mais raros, ao passo que os mulatos e os negros tornavam-se mais numerosos".

(FREIREYSS, 1814-1815)

Dentre os temas abordados pelos viajantes estrangeiros, o da população negra parece-me estar entre os de maior interesse. Isto se deve, evidentemente, ao grande contingente de africanos trazidos para o Brasil desde os primórdios da colonização⁽¹⁾.

Desde o início do século XVIII, a escravização do negro se estendeu à região das minas, a fim de fornecer mão-de-obra necessária à extração do ouro e das pedras preciosas. Este sistema tornou-se o motor principal da economia mineradora, sendo trazidos nessa época grandes contingentes de africanos⁽²⁾.

O fim do episódio minerador, enquanto motor principal da economia em Minas Gerais, não constituiu um fator de diminuição da população escrava nessa província no século XIX. Segundo Martins⁽³⁾, o sistema escravista aí existente superou o de qualquer outra província brasileira, chegando a contar com mais escravos que as dez províncias situadas ao Norte da Bahia, somadas às de Goiás, Mato Grosso e Paraná. A dissociação entre escravo e mineração vai marcar, principalmente, o fortalecimento e predomínio da agricultura epecuária.

Por mais que se possa acreditar nos novos contingentes de escravos, frutos de importações recentes, conforme apresentado por Martins, é impossível desconsiderar a impregnação da chama do ouro que dignificou o século anterior na vida da província. Seus caminhos continuaram a convergir para as rotas do ouro e diamantes, seus itinerários sofreram o vício histórico do mineiro, que sonhava ainda com algum achado, mesmo que falso brilhante.

Assim como os trajetos em Minas, os locais das descrições sobre o negro vão definir a temática abordada. Apesar de seu direcionamento geral estar voltado principalmente para a rota do ouro, nota-se que os viajantes perceberam a presença de negros, escravos e livres, em todas as esferas da vida econômica da província. Por isto cabe-nos estabelecer uma relação que parece pertinente entre o trajeto escolhido e o que o viajante pode vivenciar e retratar em sua obra. O itinerário representa, sem dúvida, um aspecto entre tantos que interagiram no tipo de representação sobre o negro. A inserção deste grupo nas várias atividades econômicas desenvolvidas e em desenvolvimento em Minas Gerais no século XIX, seu

caráter regional e suas transformações dão lugar à diversidade de opiniões, relatos e tons. Daí, inclusive, advém o grande perigo, quando esses depoimentos específicos são generalizados para toda a província. Além do interesse do viajante, inscrito no âmbito público e particular (vide capítulo I), também deve ser levado em conta o fato de terem sido escrito em diferentes épocas.

A temática do negro nos relatos de viagens seguiu o curso dos acontecimentos que marcaram a própria história da Província e do país no século XIX. Na primeira metade do século, os viajantes abordaram predominantemente os seguintes assuntos: 1) a exploração aurífera: verificação da potencialidade das minas, as técnicas desenvolvidas e os outros minerais existentes. O negro é enfocado para se discutir a questão da mão-de-obra — sua abundância ou escassez, o preço, a produtividade; 2) o tráfico: o acordo de 1827 com a Inglaterra para extinção do tráfico marca o início dos debates acerca da imigração e as reflexões sobre o papel da mão-de-obra escrava na economia do país.

Na segunda metade do século, os viajantes enfocaram superficialmente: 1) a imigração como tentativa de substituição da mão-de-obra escrava; 2) a supressão definitiva do tráfico e a escassez de escravos cada vez maior; 3) as discussões acerca da Abolição definitiva — as sociedades abolicionistas, a miscigenação como decorrência do sistema escravocrata, as relações raciais como pano de fundo das discussões sobre os conflitos de classe.

A diferenciação temática advém, nesse caso, do contexto histórico específico de cada época e autor. Através deles é

possível perceber o que estava em pauta de discussão no país, isto é, o que, basicamente, constituía preocupação dos governantes e senhores de escravos. Os viajantes foram quase sempre porta-vozes destes: souberam repassar a argumentação própria da classe dominante e expressar as contradições presentes no próprio sistema. Ora defendiam, ora condenavam. Quando se colocavam como inimigos da ordem vigente, compadeciam-se da situação dos negros; quando queriam justificar a escravidão, escolhiam mostrar o lado por eles considerado humano, igualitário e recuperador da cultura branca ("superior") para com a negra ("inferior").

Durante os anos de 1808 e 1809, John Mawe percorreu boa parte da Província, interessado principalmente no ouro e nas pedras preciosas. Por isso, o negro que ele mais observa e descreve é o minerador, escravo ou alforriado, mas sempre o trabalhador da extração mineral. Como a rota de seu interesse é a dos minerais, observa pouco os trabalhadores de outras atividades, que para ele passam a ser secundárias, embora sejam também realizadas pelo minerador.

Eschwege, em seu diário da viagem a Vila Rica, em 1811, comenta que "o lucro do lavrador cresce quanto mais escravos possui e, mesmo que sua fazenda tenha léguas de extensão sem os escravos nada vale, pois há grande falta de homens que trabalhem a jornal" (4).

Fazendo pequenos comentários aqui e ali, registra casarios habitados por negros, impostos de escravos e dados sobre a alimentação. De Mathias Barbosa a Barbacena, o autor não faz qual

quer comentário sobre a existência de população negra, livre ou escrava. Em Barbacena volta a mencioná-los, ao falar dos moradores mais pobres, todos negros ou mulatos, vivendo na miséria. Com o barômetro em punho, vai registrando esses dados e comparando-os aos de Mawe.

A obra de George Wilhelm Freireyss situa-se na mesma linha da de Eschwege, porém, sendo zoólogo, este autor procura observar aspectos não examinados por outros viajantes, principalmente os animais que encontra. Já na introdução de sua obra, Freireyss trata de declarar seus conhecimentos sobre a escravidão, que adquiriu durante dois anos de estudos. Toda sua obra está permeada de menções à população negra, a contatos e observações vividos pelo autor. Mas é nos dois últimos capítulos (IV e V) que dá maior ênfase a esta questão, sobretudo no último, intitulado "Notícia sobre o tráfico de escravos e descrição da escravidão no Brasil". Sua atenção está voltada para a escravidão como "problema a ser solucionado". Contudo, pode-se perceber que a presença do negro em Minas Gerais se dá ou por inclusão, no caso geral, quando refere-se a todos os negros do Brasil, ou por destaque, quando menciona apenas os dessa província.

August de Saint-Hilaire foi, de todos os viajantes, o que percorreu maior extensão territorial em Minas e deixou maior volume de informações coletadas em suas três viagens. Escreveu a primeira parte da obra baseada em seus diários de viagem e o último volume, recuperado após a sua morte, serviria de fonte para as obras publicadas anteriormente. Teve oportunidade de visitar muitas regiões que ficaram sem ser visitadas por qualquer outro viajante,

e a sua curiosidade o fez anotar tudo, esmerando-se nos detalhes.

Na primeira parte de sua obra, preocupa-se em relatar os aspectos das diversidades regionais, mas fixa-se mais no centro-sul. A população negra do campo é comparada aos camponeses da França, para mostrar que a diferença entre estes se dá com base em critérios de inferioridade (os negros) e superioridade (os franceses). Os camponeses da França seriam, inclusive, mais alegres que os negros. Procuro explicar isto, principalmente devido à falta de liberdade imposta pela escravidão⁽⁵⁾. Saint-Hilaire vê negros em quase todos os lugares e procura falar com eles, saber sobre suas vidas. Reproduz alguns dados sobre a população, retirados dos censos das paróquias: divide-a em negros, livres e escravos; mulatos, livres e escravos; e em brancos, por sexo. Mas esses dados ficam isolados do restante da obra, pois sua descontinuidade não permite uma comparação. A predominância numérica dos negros representaria para ele um perigo. Chega a concluir que a população do sertão é quase toda composta de homens de cor. Considera-os ociosos e indolentes, mas atribui também estes defeitos aos primeiros colonizadores. Quando adquirem bens os negros se tornariam força imbatível⁽⁶⁾. Na terceira parte, Saint-Hilaire descreve sua viagem às nascentes do Rio São Francisco. O negro que mais vê é o agricultor, que aponta como mestre dos portugueses na técnica de derrubada e queimada antes do plantio. Seriam naturais de Benguela. Utiliza textos de outros viajantes, tais como, Eschwege, Denis, Luccock, Walsh, Martius, Kidder e Fletcher para complementar ou reafirmar suas impressões. Denis, por exemplo, é citado para enfatizar que em Minas os escravos são mais bem tratados que em outras províncias e Gardner para mostrar que as senhoras brasileiras são muito bonde

·sas com estes.

John Luccock veio ao Brasil como comerciante e, por isto, seus relatos não têm a conotação de estudo ou pesquisa científica. São descrições de cunho mais jornalístico. Porém, tendo residido aqui durante dez anos, demonstra um conhecimento bastante profundo do país, se comparado a um viajante que passa rapidamente em cada lugar e reproduz, no diário, as impressões do momento.

Seus comentários são fruto de uma convivência maior e das muitas viagens e negócios, estes últimos estabelecidos com os habitantes de Ouro Preto e outras cidades mineiras. Esta convivência não conseguiu, porém, desfazer nem a má impressão, nem o preconceito que no fundo esteve ligado à questão da cor:

"Na aparência e maneiras dos vila-ricanos há qualquer coisa de péssimo; a maior parte da população consiste de negros e mulatos, raça de gente que demonstra possuir uma mistura de sangue de várias origens e eu me sinto propenso a crer que toda e qualquer mistura resulta num aviltamento do espírito humano, que por mais que a prole lícite da inteligência superior de um dos pais, ela se perverte pelas qualidades más do outro. O vício jamais surge tão disforme, nem produz tanto mal como quando unido à atividade mental. Conforme sempre se dá em circunstâncias tais, o lugar está tão repleto de miséria quanto de perversão " (7).

Johann E. Pohl, botânico e mineralogista, faz uma das viagens mais longas por Minas Gerais no século XIX. Dedicou boa parte de sua obra aos assuntos de sua especialidade, mas não deixa

de traçar um panorama da vida dos lugares por onde passou. Mostra a predominância de população negra e mulata em todas as regiões. Observa com maior atenção os negros que habitam as cidades e vilas, os escravos das fazendas e os habitantes da periferia das cidades que trabalham também no campo⁽⁸⁾. Comenta que "No Brasil, notadamente nas povoações mais consideráveis, é uma espécie de ponto de honra e cerimonial que um branco recém-chegado seja alojado em casa de outro branco. Os habitantes de cor consideram isso como a mais alta distinção que, aliás, raramente lhes é concedida"⁽⁹⁾.

Os dois cientistas bávaros Spix e Martius, componentes da missão austríaca, fizeram extensos estudos sobre a fauna e flora de Minas Gerais. Apesar de sua atenção estar voltada principalmente para este campo de estudos, forneceram muitas informações sobre a população negra. Coube a Martius fazer o registro final e a organização do material, uma vez que seu companheiro Spix morreu antes da conclusão desse trabalho.

Seus relatos trazem uma preocupação com a descrição detalhada dos fatos vividos, aproximando-se bastante do método etnográfico. Suas descrições demonstram experiência e capacidade de enfocar o específico sem perder o sentido geral.

O Reverendo Walsh impressiona-se com as condições da escravidão no interior e procura, além do que vê, explicações em outros autores, o que o leva a uma retrospectiva histórica, baseada em Barros⁽¹⁰⁾. Predomina em sua obra a informação colhida pela observação e vivência, além das reflexões do autor sobre detalhes da vida dos negros e suas relações com os brancos.

Seu diário, Caldcleugh⁽¹¹⁾ procura manter a fidelidade do relato imediato e utiliza pouco outras fontes indiretas. Interessa-se particularmente pelo negro minerador. Taunay⁽¹²⁾ descreve bem a sua frieza e segura para descrever o Brasil, a "imperiosidade que anuncia coisas verdadeiras", e sobretudo o seu desprezo pelo país.

A obra de Bunbury⁽¹³⁾ tem como ponto central a descrição da flora brasileira. O negro aparece como mero integrante dessa paisagem, sem merecer qualquer tratamento específico do autor. O desinteresse pelas populações das cidades visitadas faz ver que não é o negro, e sim o próprio homem, o omitido dos relatos. Não há interesse pela experiência da viagem em si, mas sim pelas espêcies botânicas, pela fauna e pela geologia.

Quanto à impressão geral sobre a população negra, o que Bunbury transmite é uma desagradável sensação ao desembarcar no Rio e constatar a composição negra majoritária: a música é triste, o tagarelar é incessante; a vociferação e o barulho assustam-no.

Gardner demonstra ser um observador interessado pela população do país. Desde sua chegada ao Rio de Janeiro, já observa e registra a presença marcante de pretos africanos trabalhando no porto, nas ruas, nas lojas, em todos os lugares visitados. Apesar de criticar os viajantes que passam pelo Brasil antes e depois dele, acusando-os de falarem pouco sobre a escravidão, não fornece um material mais vasto. Preocupa-se em fundamentar melhor o que escreveu, mas a crítica que faz acaba servindo para si: "tem sido particularmente viajantes apressados que hauriram de outrem suas informa

ções, sem nenhuma observação pessoal " (14).

A preocupação de Castelnau, enquanto botânico, é a de descrever a paisagem física do país. Ocupa muitas páginas, com descrições minuciosas de incidentes de viagem, mas que revelam, sem dúvida, o seu contato restrito com a população e com a cultura locais. Na estrada para Minas, hospedou-se em várias fazendas onde teria oportunidade de aprofundar o seu contato com as pessoas que aí habitavam. Mas não o fez. Munido de muitas indicações e cartas de apresentação, procura evitar contato com os negros. Mas, por azar seu, acaba tendo de, muitas vezes, dormir no mesmo espaço que eles. Sente-se decepcionado com a recepção que lhe concedem, principalmente quando precisa suportar o convívio com negros, porcos e galinhas. Conclui que "no Brasil, nada é possível conseguir [...] mas sempre nos garantem que, mais adiante, tudo será mais fácil " (15).

Comte de Suzannet inicia a sua expedição a Minas tendo como guia de sua caravana um mulato, por acreditar que eram "mais inteligentes", ao contrário dos negros, que eram "apáticos e indolentes" para tal função⁽¹⁸⁾. Os negros marcham a pé ao lado das mulas; o mulato, montado. Em algumas localidades, destaca a presença de pequena população negra livre, cuja ocupação seria a lavagem para retirar ouro. Observa que o vilarejo de Alto da Virgem é inteiramente habitado por negros livres. Tem aí uma boa impressão do lugar e, segundo ele, é o primeiro nestas condições que encontra pelo caminho. Vê cabanas limpas e bem tratadas. Em Ouro Preto vê grande quantidade de negros realizando a lavagem nas margens dos riachos.

Burmeister registrou com detalhes os fatos mais importantes de sua estadia em Lagoa Santa. Procurou demonstrar o seu senso crítico e incluir suas impressões, sobretudo no que diz respeito à questão racial. Desvenda os aspectos mais formais embutidos no comportamento cotidiano das classes sociais com que conviveu. Procurou não permanecer apenas nas aparências, mas penetrar a fundo nas questões tidas como tabus morais: as relações sexuais, raciais e sociais.

Em todos os seus relatos sobre a população negra, o que mais ressalta são as relações sociais e sexuais entre negros e brancos. Admira-se principalmente pelas diferenças de culturas e elege os aspectos em que lhe pareceu mais peculiares ou exóticos pa-ra retratar. Atrai-lhe sobretudo a miscigenação. Admira-se com a sutileza com que atua a lei, os costumes e as regras de conduta dos brasileiros⁽¹⁷⁾.

Os interesses de Robert Avê-Lallemant estão voltados para as péssimas condições dos imigrantes alemães de Filadélfia, co-lônia fundada por Teófilo Otoni no Nordeste de Minas.

Mesmo assim, registra a presença de negros na colô-nia, auxiliando a admiração ou realizando as tarefas não efetuadas pelos imigrantes — serviços domésticos, contatos com outras regi-ões, expulsão do índio⁽¹⁸⁾.

A obra de Louis e Elizabeth Agassiz procura transmitir aos leitores todo o percurso da viagem mas esta é concebida em "atos" (ou etapas), onde os autores procuram desenvolver alguns te

mas que consideram mais importantes. A parte relativa a Minas Gerais é bastante curta, pois sua viagem estendeu-se apenas a Juiz de Fora, mas mesmo assim procuram informar sobre negros escravos trabalhadores nas fazendas ao longo da estrada. Logo que saem do Rio a caminho de Minas, já avistam pretos homens e mulheres, espalhados pela plantação, na colheita do café. Ganham um excedente e, segundo os autores, "aqueles que não são perigosos podem facilmente juntar um pequeno pecúlio" (19). Passam por uma fazenda que tem cerca de dois mil escravos, empregados em todos os serviços.

Burton tem a preocupação de abordar todos os aspectos referentes à vida do negro em Minas Gerais. Chega a dedicar, sobre esse assunto, capítulo inteiro quando de sua viagem à mina de Morro Velho. Sua obra é muito vasta e foi publicada em dois volumes, o primeiro com a viagem a Morro Velho e o segundo contendo a viagem de Sabará até o Oceano Atlântico. Os escravos empregados nas minas de administração inglesa são em sua obra os que mais atenção recebem.

NO CAMPO E NA CIDADE

"Ao escravo estão abertos vários meios de vida. O que o assalariado traz para casa, na cidade, acima de determinada quantia (geralmente uma pataca) é propriedade sua. No campo, pertencem ao escravo os domingos e feriados e, dado o grande número desses dias, a concessão não é insignificante".

(POHL, 18)

Percorrendo grande parte das regiões povoadas de Minas Gerais, os viajantes vão ter a oportunidade de conhecer as principais formas de vida de seus habitantes, quer brancos, negros ou mulatos.

Quanto à população negra e mulata, que aqui me interessa em particular, podemos dizer que ela está em todos os lugares, embora nem sempre constitua o centro das atenções dos autores que ora analiso.

Como já observei, os viajantes vão testemunhar grande parte das transformações decorrentes do declínio do setor de mineração e, juntamente com ele, da expansão dos setores agrícola, comercial e artesanal que vão, juntos, ao longo do século, ocupar o lugar preponderante na economia mineira.

Esses relatos, registros esparsos de situações vividas durante as viagens, possibilitam uma costura interna que serve de demonstrativo da vida de alguns negros nas várias regiões de Minas. Informam sobre as várias formas de existência desse grupo que, a meu ver, podem ser aprofundadas em pesquisas futuras. Baseados em sua experiência e no senso comum, os viajantes generalizaram, mas o que quero deixar claro é a minha intenção de não reforçar generalizações e, sim, demonstrar o que foi observado, quando e onde.

No início do século XIX, a população negra residente em Minas Gerais não mais se concentra exclusivamente em torno da economia mineradora, mas se espalha pelas áreas rurais e urbanas; regiões não colonizadas pelo branco, sítios, roças, tribos indíge-

nas e aquilombados⁽²⁰⁾. Como observou Pohl em 1818, "Ainda que a Capitania de Minas Gerais seja considerada uma das mais povoadas do Brasil e assim o demonstra pela grande quantidade de fazendas umas próximas das outras, a sua população concentra-se no centro, na extensão do sul para o norte. As partes laterais da província são menos povoadas e, por isso, são chamadas sertão pelos habitantes"⁽²¹⁾. Se olharmos os mapas elaborados nessa época, como os de Eschwege, Walsh e Wells⁽²²⁾, vamos confirmar esta afirmação.

Os negros podem ser divididos em libertos e escravos e a sua pele não é apenas negra, no pensar do branco, mas já apresenta as cores mais variadas da miscigenação com o europeu e com o habitante nativo. A maior parte deles já é, segundo Freireyss, livre: "é raro morrer uma pessoa abastada que no testamento não deixe livre um ou mais escravos, em pagamento do serviço fiel"⁽²³⁾. Os viajantes, porém, fornecem um número maior de informações sobre a população escrava, quer porque esta situação seja, para eles, mais peculiar, quer porque, como já observei, não se interessaram em distinguir as pessoas libertas das pessoas que estavam sendo escravizadas. A relação cor da pele e condição servil, reafirmo, não tinha muita importância para os viajantes. Quando, aliás, esta preocupação aparece, é para reforçar o mito da pureza de sangue, como se pode perceber em Wells, ao afirmar que "no interior do Brasil o negro é o homem trabalhador" ou que "os negros puros são também os mais inteligentes e trabalhadores entre os habitantes"⁽²⁴⁾.

A Minas mais procurada pelos viajantes estrangeiros, não por coincidência, é a mesma onde brilharam e ainda brilham os metais. O negro mais retratado, quer escravo ou livre, é o minera

dor. Não propriamente o do fausto, mas sim o faiscador das minas abandonadas ou o que arrisca diariamente sua vida nas galerias subterrâneas de Morro Velho, Passagem, Cata Branca e Congo Soco. De sua presença, partículas de lembranças marcadas nos grandes sulcos e terras revolvidas de antigas grupiaras são fantasmas que assustam os viajantes nas curvas das estradas.

Os depoimentos dos viajantes revelam, em seu conjunto, que havia negros, quer livres ou escravos, nas cidades e no campo, e em quase todos os setores produtivos. O que vale dizer que, tanto no campo, trabalhando a terra e cuidando do gado, como nas cidades e sua periferia, realizando todos os tipos de serviços, os negros marcam a sua presença.

Pode-se dividir essa população em urbana, rural-mineira, intermediária e rural de auto-consumo, tal qual o fez Costa (25), em seu estudo recente e de caráter demográfico das estruturas populacionais típicas de Minas Gerais no início do século XIX. Tomo o seu modelo, que foi construído a partir do recenseamento efetuado em 1804 na capitania de Minas Gerais e a partir de algumas leituras posteriores das obras dos viajantes, por achar que é o que mais se adequa aos relatos aqui analisados. Utilizo-o, no entanto, apenas como um recurso didático de apresentação da matéria em questão.

Na categoria urbana, enquadra-se a capital, Vila Rica, como centro da vida político-administrativa, e outras cidades menores que também contavam com uma organização espacial típica de cidades, no número e organização das casas e na presença de atividades vinculadas ao setor secundário e terciário. Destas pode-se ci

tar, por exemplo, Mariana, Arraial do Tejuco, Vila do Príncipe, Barbacena, Sabará, Paracatu, e muitas outras. Pode-se dizer que não houve uma preocupação, por parte dos viajantes, em registrar aspectos minuciosos da vida material das cidades, mas apenas aquilo que lhes vinha de imediato como sendo interessante, diferente, exótico. Aqui vale lembrar a idéia que desenvolvi no capítulo III deste trabalho: o diário pretendeu ser também uma literatura ficcional além de um relato científico ou documental. O humor do viajante e a qualidade de sua experiência em cada lugar e mesmo com os negros que descreve são fundamentais e atuam diretamente no tipo de impressão que irá se formar. Certas reações dos habitantes do interior irritam muito o visitante. Pohl, por exemplo, aconselha: "devemos tolerar, por serem habitantes de um lugar de interior pouco frequentado por viajantes, a curiosidade e uma certa importunação que dela se origina" (26). Caldcleugh comenta, bem humorado: "em Vila Rica um mulato entra cheio de cumprimentos e admira as minhas roupas finas. Pede mil perdões e se apresenta como alfaiate da vila e quer copiar o modelo de minhas roupas" (27). Ou a admiração de Wells, quando diz que "os negros eram excelentes anfitriões" (28).

Gardner cita São Romão e Mendanha como lugares habitados por maioria de negros. Pohl cita estas e ainda Matosinhos, Paracatu, Oliveira, Arraial de São Pedro. Neste último, "todos os moradores, negros livres, eram tão indigentes que nenhum alimento pude conseguir" (29). Spix e Martius verificam em Santana de Ferros que "o povoado consiste em poucas casas habitadas na maioria por pretos e mulatos" (30).

Apesar de constatarem a presença de muitos tipos de

rochas e minerais, a exploração e o comércio se concentram em torno do ouro, do diamante e, em menor escala, do ferro. O primeiro contato direto e onde começam a registrar sistematicamente a presença de extrações é em Vila Rica. Freireyss, por exemplo, em 1814, quando viu pela primeira vez uma lavra, logo noticia a presença dos negros: "(...) enorme, porém, foi a minha surpresa quando aqui e acolá mostraram-se dois negros nus, cujos instrumentos para esta importante operação consistiam em uma enxada, uma gamela redonda de madeira e uns pedaços de flanela"⁽³¹⁾. Em 1818, Spix e Martius escrevem: "(...) vimos, pela primeira vez, a lavagem de ouro no ribeirão de Ouro Preto, no qual por não serem os rios de propriedade privada quase sempre estavam negros ocupados ao trabalho. Entre aquele povo, são se incumbem os pretos desse serviço, e estes somente quando precisam de dinheiro para satisfazerem o seu gosto pela cachaça"⁽³²⁾. A associação entre negros livres, cachaça e malandragem é freqüente nas obras dos viajantes. Estes mesmos autores, quando de passagem por Curralinho, vêem outra lavagem, porém não de negros livres: "(...) chegando ao fundo do vale, que está ele próprio bem alto, encontram-se cinquenta cabanas baixas, todas construídas de barro, para os negros que aqui trabalham, fazendo-se lembrar um Kraal africano"⁽³³⁾.

Segundo Gardner, vários mecanismos são utilizados pelos negros para conseguirem ascender econômica e socialmente, inclusive a conjugação do garimpo para o seu senhor e também para si: "um negro trabalhava na lavagem do diamante como escravo, mas pelo uso previdente de seu privilégio de trabalhar por conta própria aos domingos e feriados, tivera a fortuna de encontrar diamantes em quantidade suficiente para comprar sua alforria, bem como a mulher e vã

rios filhos" (34).

As condições de trabalho eram, em alguns locais, bastante precárias, causando a morte de muitos escravos. Na Mina de Cata Branca, de exploração inglesa, Suzannet, em 1845, descreve um desmoronamento que custou a vida de onze negros. Visitando mais tarde a Mina de Morro Velho, este mesmo viajante afirma serem os escravos que trabalham nas minas inglesas, os mais bem tratados, com assistência médica, boa alimentação e hora-extra. Mas esclarece que são dados obtidos dos feitores, os quais teriam interesse em apresentar boa situação a um francês (35).

Principalmente no Distrito Diamantino, são registradas pelos viajantes muitas passagens da vida dos garimpeiros, quase todos eles negros escravos. Mas o relato de Mawe, em 1808/9, é o mais rico em detalhes. Segundo este autor, a descoberta de um diamante podia melhorar a condição do negro escravo e até libertá-lo. Este incentivo era, inclusive, usado pelos senhores para desestimular o roubo e dar uma esperança — a esperança — que está contida em cada garimpeiro, sempre, até os nossos dias. Mawe foi convidado a examinar um enorme diamante encontrado por um negro liberto e conclui: *"em poucos momentos, as esperanças que acalentara por tantos anos iriam concretizar-se e ele ascenderia de baixa e obscura condição a sua situação de influência e relevo"*, e garante, *"eram esses, sem dúvida os pensamentos que o agitavam nos instantes de expectativa"* (36). Tendo de opinar, o viajante, infelizmente, desapontou-o, pois se tratava de grande cristal, em vez de uma pedra "preciosa". Por outro lado, observou, em seus cinco dias passados em Mendanha, que *"quando um negro tem a felicidade de encontrar um diamante que*

pese uma oitava (17 quilates e meio), cingem-lhe a cabeça com uma grinalda de flores e levam-no em procissão ao administrador, que lhe dá a liberdade e uma indenização ao seu senhor. Ganha também roupas novas e obtém permissão para trabalhar por conta própria, o que encontra uma pedra de oito a dez quilates, recebe duas camisas novas, um terno novo completo, um chapéu e uma bela faca. Concedem prêmios proporcionais aos descobridores de pequenos diamantes de pouco valor". E acrescenta: "durante a minha estada no Tejuco, encontrou-se uma pedra de dezesseis quilates e meio. Experimentara uma real satisfação ao ver o grande desejo manifestado pelos oficiais de que a pedra tivesse bastante peso para ocasionar a liberdade do negro. Pareceu que todos partilharam do pesar dele, quando a pesagem acusou a falta de um quilate"⁽³⁷⁾.

Ainda no Tejuco, Mawe informa: "Tomaram-se muitas precauções para impedir a subtração dos diamantes pelos negros. Embora trabalhem em posição curvada e não possam saber se o inspetor os observa, não lhes é difícil apanhar o que avistaram e colocá-lo a um canto do compartimento a fim de buscá-lo nas horas de repouso. Para prevenir-se essa manobra, muitas vezes, os deslocam no correr da operação. À ordem dada pelos inspetores, mudam de compartimento, de sorte que não pode existir conluio. Se há suspeita de ter um negro engolido um diamante, encerram-no em lugar seguro, até que o fato possa ser constatado. Outrora, quando um negro desviava um diamante, sua pessoa era confiscada em proveito do Estado, mas como fosse muito rigoroso sobre o proprietário pela falta cometida pelo escravo, comutaram a pena de prisão e castigo corporal, pena muito mais leve em relação àquela em que incorreria o proprietário ou qualquer outro branco por um crime de tal espécie"⁽³⁸⁾.

Isto contraria, até certo ponto, a afirmação de Spix e Martius de que se algum escravo fosse encontrado no Distrito sem informação bem fundamentada ou declaração escrita, "era o seu senhor condenado, pela primeira vez, a três anos de trabalhos forçados em Angola e, na segunda, a dez"⁽³⁹⁾. Este regulamento não era, segundo Mawe, tão rigoroso quando se tratava de castigar os proprietários, embora não se possa falar o mesmo dos escravos.

Quanto à extração do ferro, é mais mencionado por Eschwege, pela sua própria função, designada pela Coroa. A fabricação do ferro tornou-se conhecida no começo do século, através dos escravos africanos: "O ferro foi fabricado pela primeira vez em Antônio Pereira, por um escravo do capitão-mor Antônio Alves e também em Inficcionado, por um escravo do Capitão Durães"⁽⁴⁰⁾.

As ocupações não vinculadas à extração mineral são principalmente as atividades domésticas (incluindo a prestação de serviços de todos os gêneros), o comércio e as atividades artesanais. Sobre este assunto, não há nas obras dos viajantes um grande volume de informações, nem em quantidade nem em qualidade. Atribuo isto ao fato de que, estando numa sociedade escravocrata, não se preocupavam em distinguir as ocupações assumidas pelos escravos e pelos não escravos. Há também uma indiferenciação das tarefas domésticas e uma tendência a incluir tudo como sendo doméstico. Mas, sem dúvida, os relatos relacionam mais os negros ao comércio e às atividades artesanais. Tudo me leva a crer que eram pequenos comerciantes. Pohl os discrimina preconceituosamente do resto: "o crioulo, por causa de sua indolência inata, raramente vai além de merceiro. Geralmente vende produtos do país, em especial gêneros ali-

mentícios e, às vezes, mercadorias estrangeiras" (41).

Ainda nas cidades, os viajantes perceberam uma divisão do espaço, delimitada pela cor da pele e classe social. Os negros livres são habitantes da periferia e já constituem o grupo social marginalizado, juntamente com os negros que fugiram de seus donos e passaram a viver clandestinamente. Em Paracatu, em 1818/20 (não é possível delimitar precisamente a data da estadia), Pohl verifica que "nas extremidades da cidade, mora a maioria dos negros livres, em cabanas cujo aspecto denuncia a grande indigência de seus donos" (42). Também Eschwege fornece um número de mais de duzentos e oitenta pessoas que, em 1815, viviam nas proximidades de Vila Rica: "na encosta da serra, entre blocos estilhaçados, se avistam as pobres caçuas esparsas dos falcadores, ou de negros forros, assentados no terreno profundamente esburacados" (43).

Freireyss é o primeiro viajante a registrar informações sobre os escravos fugidos, e todos temem este grupo nas estradas durante as viagens, por isso, "os escravos seguiam os seus senhores e até os burros e os cães, providência esta que facultava aos assassinos de continuarem o seu nefando ofício". Isto porque, segundo ele, estes homens "vivem do roubo e do auxílio de sociedades que em Vila Rica mantêm. Vivem armados de arcos e flexas e praticam as suas façanhas até nas portas da cidade" (44).

Outro grupo social mencionado pelos viajantes é o dos mendigos e pedidores de esmola, que eram, segundo Kidder, ex-escravos. Wells transcreve uma canção, usada por mulheres negras e velhas para pedir esmola:

"Ah! Young man, young man,
 Give a poor old woman a little drop of cachaça,
 Give a poor old woman a little sugar,
 Give a poor old woman a little coffee,
 Give a poor old woman a little dried beef,
 We don't understand your language." (45)

A área rural-mineradora envolvia a grande propriedade, onde se conjugava a mineração com a agricultura de subsistência e também a pequena propriedade, culturas de subsistência, a faiscação empregando mão-de-obra livre e escrava. Próximo ao Rio das Velhas, em Caeté, Walsh relata que, quando não havia trabalho na fazenda, os escravos eram enviados para procurar ouro⁽⁴⁶⁾. Na estrada próxima ao Rio Doce, Caldcleugh avista negros solitários procurando ouro e catando uma mísera porção para ganhar alguns vinténs por dia⁽⁴⁷⁾.

Os negros que habitavam a área intermediária, caracterizada por pequenos povoados ou aglomerados, alguns em decadência, dedicavam-se à agricultura, faiscação e atividades artesanais para consumo local. Pohl indica três localidades que se enquadram nesta classificação: Farinha, Formiga e Patrocínio. O primeiro, descreve como "uma aldeia de negros com 15 caçapas sem janelas, que só recebem luz pelas portas". O segundo tem a maioria dos seus habitantes "negros e mulatos que vivem da criação de porcos"⁽⁴⁸⁾. No terceiro indica a existência de trinca casas, "cuja construção claramente denuncia a penúria de seus donos. São maioria negros livres que fazem uma agricultura de subsistência de milho e feijão"⁽⁴⁹⁾. Alguns anos depois, Walsh também observa que Marmelo é "uma vila habitada aparentemente só por negros em cabanas muito rudes"⁽⁵⁰⁾.

A área caracterizada como rural de auto-consumo abrange os espaços onde há mineração de qualquer espécie. Encontram-se isoladas e distantes das cidades e desenvolvem uma vida independente destes; são as grandes fazendas e as pequenas propriedades situadas na fronteira agrícola. Mawe hospeda-se numa fazenda próxima a uma mina, onde seu proprietário possuía "cento e cinquenta e seis negros de todos os tipos, que em tão bom lugar, que produz todo o necessário à alimentação e à vestimenta, deveriam, supõe-se, ganhar mais que o suficiente para a sua manutenção" (54). As fazendas distantes, segundo Spix e Martius, "estão privadas de todo o auxílio dos centros mais habitados; todo fazendeiro rico vê-se, portanto, forçado a prover por si mesmo às necessidades de sua casa, mandando ensinar ofícios aos seus escravos. Em geral, encontram-se na fazenda operários e aparelhos para sapateiro, alfaiate, tecelão, serralheiro, pedreiro, tijoleiro, caçador, mineiro, para trabalhos da lavoura, etc., ofícios que, numa cidade populosa, estão divididos em corporações especiais" (53). Antes destes, Eschwege já escrevia que "[...] o lucro do lavrador cresce, quanto mais escravos possui e mesmo que sua fazenda tenha léguas de extensão, sem os escravos nada vale, há grande falta de homens que trabalhem a jornal" (53).

Castelnau faz um breve relato sobre crianças que trabalham no descaroçamento de algodão (54) e Agassiz registra também um grupo de "pretinhos pequenos" sentados na terra ao pé dos arbustos ajuntando café e cantando estribilho monótono numa fazenda em Juiz de Fora. Sobre este mesmo local, os Agassiz guardam uma interessante imagem: "Pelas onze horas, chegamos à fazenda. Uma construção comprida, baixa, pintada a cal, fecha incompletamente um espaço retangular onde, sobre vastas áreas quadradas é espalhado o ca-

fe em grão. Uma parte somente da extensão é ocupada pelos aposen-
tos da família; o resto é destinado aos diferentes serviços que a
preparação do café comporta, o aprovisionamento dos negros, etc. Os
pretos, homens e mulheres, espalhavam-se pela plantação, trazendo
às costas, amarradas às roupas, uns cestos feitos de vimes ou de
bambus. Dentro deles é que amontoam os grãos de café, uns verme-
lhos e brilhantes como cerejas frescas. ..."(55).

Nas áreas onde havia a implementação de programas de
imigração por europeus, como era o caso de Filadélfia, não era per-
mitida a utilização de mão-de-obra escrava.

Mas, Avé-Lallemant, na fazenda Liberdade, próximo a
Filadélfia, visita uma colônia fundada com auxílio de negros. O au-
tor comenta este fato para dizer da impossibilidade jurídica de os
alemães utilizarem esse tipo de mão-de-obra: "é expressamente proi-
bido" (56). Mostra que este sistema não deixa de ter suas contradi-
ções, pois vê, de passagem, plantações pertencentes a brasileiros
que tinham o auxílio de negros escravos. Comenta sobre a incompati-
bilidade desse sistema com o da imigração e de seus pontos em co-
mum: a submissão e a exploração sob o regime de coerção, que conde-
na fortemente.

Descreve uma viagem que faz em companhia de um fazen-
deiro local e seus escravos. Nestas ocasiões, segundo ele, fica evi-
denciada a significação das viagens de famílias abastadas com seus
escravos bem vestidos: a demonstração de riqueza e abastança (57).

Entre os proprietários, havia também negros. Cald-

cleugh vê um proprietário de fazenda, "um escravo livre, que trabalha de ferreiro e tem bom sustento". Planta mandioca, arroz e feijão (58).

Wells fica surpreso quando, em Barreiros, hospeda-se numa "pequena casa de fazenda pertencente a um negro e sua família". Possuíam plantações de mandioca, feijão e toda a família foi considerada por ele muito trabalhadora e próspera (59). Também em Barbacena e Tiradentes, às margens do Rio Carandaí escreve sobre seu anfitrião, "um próspero homem negro e trabalhador. Sua mulher era casada com ele dentro da lei. A casa era de adobe sem pintura, porém limpa e confortável" (60).

NOTAS

- (1) No início do século XIX, o Brasil já contava com uma população aproximada de 3 milhões de habitantes, sendo que o número de escravo variava entre um milhão e um milhão e meio e as pessoas de cor livres situava-se entre 500.000 e um milhão. Vide HASENBALG, C.A. Dinâmica populacional após 1800. In: Discriminação e desigualdades raciais no Brasil, 1979. p. 135.
- (2) Os trabalhos recentes de Francisco Vidal Luna e Inaci Del Neno da Costa propiciaram um panorama da ocupação e povoamento da área de Minas Gerais na qual predominou a exploração do ouro e pedras preciosas. Dentre eles, destacam-se Minas Colonial: Economia e sociedade, 1982 e Minas Gerais: Estrutura populacionais típicas, 1982.
- (3) MARTINS, R.B. Economia escravista de Minas Gerais no século XIX. 1980.
- (4) ESCHWEGE, W.L. von. Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na capitania de Minas Gerais no ano de 1811. Revista do Museu Paulista, 21:873, 1937.
- (5) Vide SAINT-HILAIRE, A.de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1975(1). p. 18, 53-4.
- (6) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1975 (1). p. 303-8.
- (7) LUCCOCK, J. Viagem ao Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, 1975. p. 338.
- (8) POHL, J.E. Viagem no interior do Brasil. 1976. p. 95.
- (9) Idem, ibidem, p. 270.
- (10) BARROS é o sobrenome de um historiador português citado por Walsh que, no entanto, não menciona nem o nome completo desse autor, nem o título da obra consultada.

WALSH, R. Notices of Brazil in 1828 and 1829. 1830. p.313.

- (11) CALDCLEUGH, A. Travels in South America during the years 1819, 20, 21. 1825.
- (12) TAUNAY, A.de E. Viagem na capitania de Minas Gerais. 1945.
- (13) BUNBURY, H.C.J. Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835). Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 62, 1942.
- (14) GARDNER, G. Viagem ao interior do Brasil. 1975. p. 24.
- (15) CASTELNAU, F. Expedição às regiões centrais da América do Sul. 1949. p. 103.
- (16) SUZANNET, C. de. O Brasil em 1845. 1957.
- (17) BURMEISTER, H. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1952. p. 244 e segs.
- (18) AVÉ-LALLEMANT, R. Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859. 1961. p. 130.
- (19) AGASSIZ, L. & AGASSIZ, E.C. Viagem ao Brasil. 1975. p. 86.
- (20) BARBOSA, W. de A. Negros e quilombos em Minas Gerais. 1972.
- (21) POHL, op. cit., 1976, p. 395.
- (22) Vide anexo III, contendo os mapas das viagens.
- (23) FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil nos anos 1914-1915. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2: 227, 1906.
- (24) WELLS, J. Three thousand miles througer Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão. 1886. p. 110

- (25) COSTA, I. del N. Ciclo de vida e posse de escravos. Revista da Associação Paranaense de História, 4 (6), jun. 1985.
- (26) POHL, op. cit., 1976. p. 103.
- (27) CALDCLEUGH, op. cit., 1825. p. 203.
- (28) WELLS, op. cit., 1886. p. 84-5.
- (29) POHL, op. cit., 1976. p. 95.
- (30) SPIX, J.B. von & MARTIUS, K.F. von. Viagem pelo Brasil. 1938. p. 332.
- (31) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 178.
- (32) SPIX & MARTIUS, op. cit., 1938. p. 314.
- (33) Idem, ibidem, p. 115.
- (34) GARDNER, op. cit., 1975. p. 206.
- (35) SUZANNET, op. cit., 1957. p. 122-3.
- (36) MAWE, J. Viagens ao interior do Brasil. 1978. p. 107.
- (37) Idem, ibidem, p. 155-6.
- (38) Idem, ibidem, p. 156.
- (39) SPIX & MARTIUS, op. cit., 1938. p. 104.
- (40) ESCHWEGE, op. cit., 1941. v.2, p. 203.
- (41) POHL, op. cit., 1976. p. 43.
- (42) Idem, ibidem, p. 102.
- (43) ESCHWEGE, op. cit., 1941. v.2, p. 8.

- (44) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 225.
- (45) WELLS, op. cit., 1886. p. 108.
- (46) WALSH, R. Notices of Brazil in 1828 and 1829. 1830.
- (47) CALDCLEUGH, op. cit., 1825. p. 247.
- (48) POHL, op. cit., 1976. p. 79-92.
- (49) Idem, ibidem, 1976. p. 92.
- (50) Idem, ibidem, 1976. p. 96.
- (51) WALSH, op. cit., 1830. p. 260.
- (52) MAWE, op. cit., 1978.
- (53) SPIX & MARTIUS, op. cit., 1938. p. 84-5.
- (54) ESCHWEGE, op. cit., 1941. p. 873.
- (55) CASTELNAU, op. cit., 1949. p. 131.
- (56) AGASSIZ & AGASSIZ, op. cit., 1975. p. 86.
- (57) AVE-LALLEMANT, op. cit., 1961. p. 230.
- (58) Idem, ibidem, p. 145.
- (59) CALDCLEUGH, op. cit., 1825. p. 247.
- (60) WELLS, op. cit., 1886. p. 365.
- (61) Idem, ibidem, p. 85-5.

VII

A VISIBILIDADE RACIAL

"... à medida que penetramos no interior do país, porém, aumenta a preponderância da população negra e mista e numa povoação bem afastada já podemos ver um subdelegado ou um juiz de paz, um mestre-escola ou um cura mulato ou preto".

(BURMEISTER, 1851)

Do início ao fim do século XIX, a maior parte dos viajantes que chegavam ao Brasil se defrontavam, surpresos, com o grande número de negros em relação ao de brancos. Por mais que já conhecessem algumas estimativas de população fornecidas pelos primeiros viajantes ou por informações divulgadas em seu país, havia um forte impacto provocado pela preponderância de negros nas ruas, nas lojas, nas casas, em qualquer lugar onde iam. Não apenas isto, mas percebiam também que havia, além dos escravos, negros livres e um grupo significativo de mulatos ou mestiços destes com brancos e índios. Seria esta a primeira descoberta da existência do outro?

Mais recentemente, Degler realizou um estudo comparativo sobre as relações raciais no Brasil e Estados Unidos e destacou o fato de que "o Brasil era conhecido, no século XIX, como o país dos pretos e do sangue mestiço, enquanto os Estados Unidos foram sempre dominados pelos brancos (...)" (1). Demonstrou que os viajantes europeus, quando nos Estados Unidos (Thomas Eubank, por exemplo), admiravam-se ao encontrar tantos negros e mais bem vestidos, casados com brancos, médicos, etc. (2)

Após chegarem ao Brasil, os viajantes seguiam para o interior e aí procuravam verificar também como era o povo que o habitava e se havia alguma diferença em relação ao litoral.

Na verdade, dos viajantes que visitaram Minas Gerais, percebemos dois tipos de postura: uma, quando procuravam falar sobre os negros; outra, quando os ignoravam totalmente. Deste modo, contornavam qualquer dificuldade que pudesse daí advir. Aqueles que ignoravam, mencionavam unicamente os brancos como sendo "os brasileiros", ou se sentiam atraídos apenas pelos índios, como por exemplo, o Príncipe Maximilian Wied-Neuvied. Outros deram atenção especial aos negros e os citavam inclusive como constituindo a maioria da população aí existente.

Ao descrever a população dos lugares que visitou, o viajante foi quase sempre obrigado a deter-se diante da presença da população negra, escrava ou não. Dizemos quase, para não deixarmos de citar Moriconi, Fabricatore, Wied-Neuvied, Sérís, Roy, Bennet e muitos outros, que conseguiram dar notícias apenas sobre a população branca, como se os negros constituíssem minoria numéri

ca ou como se de fato não existissem. Isso significa que, a meu ver, entre dar-lhes um destaque especial ou simplesmente ignorá-los totalmente há uma diferença significativa, que tentarei analisar e compreender.

Mawe é um dos que evita aprofundar o assunto, mas revela que em Minas Gerais há predominância de negros⁽³⁾. Saint-Hilaire verifica que os brancos constituem pouco menos da quarta parte⁽⁴⁾ e que a população do sertão é quase toda ela composta de homens de cor: "Não havia por ocasião de minha viagem, senão dois homens brancos na povoação de Contendas e não vi mais que um único durante os quatro dias que passei na de Coração de Jesus"⁽⁵⁾. Também volta a verificar este quadro em Vila do Príncipe, São Miguel e na Comarca do Rio das Mortes, sendo nesta última menor a proporção de pretos e mulatos para os brancos⁽⁶⁾.

Pohl é o viajante que mais observa a fisionomia da população dos lugares visitados⁽⁷⁾. Preocupa-se em mostrar qual o tipo físico mais freqüente e a relação deste com os demais. Cita grande número de vilas onde a população é toda composta de negros. Spix e Martius afirmam que "tendo o dobro da população de São Paulo, Minas possui três vezes e meia mais escravos negros e nove vezes mais negros libertos do que ela"⁽⁸⁾. Em Santana de Ferros, verificam que a população, apesar de maioria de pretos e mulatos, possui "vestígios de costumes da civilização européia"⁽⁹⁾. Isto demonstra a diferença que sentiam em relação a sua terra. Também Caldcleugh, Walsh, Gardner, Suzannet, Burmeister e Burton percebem o grande número de pretos em relação ao de brancos em Minas Gerais e surpreendem-se com o número de mulatos e descendentes de índios com

brancos e negros.

Como já observamos, os viajantes costumavam fornecer dados estatísticos sobre a população de alguns lugares visitados. Mas, além de raros, são muito heterogêneos, dificultando, assim, qualquer tentativa de reunião e estudo comparativo. Em alguns casos omitem a fonte, repetem outros viajantes ou se baseiam em cálculos aproximados. Além dessa visão imediatista própria das viagens, conseqüência do curto período de permanência em cada lugar, os viajantes reclamam da inexistência de estatísticas periódicas, colhidas pela administração. Saint-Hilaire e Suzannet chegam a lamentar a falta de arquivos, mapas e informações detalhadas sobre cada lugar visitado. Talvez por essa razão os viajantes acabem se repetindo tanto. Há uma falta concreta de tais informações, ou as fontes de onde as obtiveram, se assim o foi, simplesmente não são mencionadas. Muitas vezes o viajante faz uma estimativa por conta própria ou de acordo com seus interesses, embora fiquem implícitos no texto. Por exemplo, os números de Burton sobre os escravos de Minas de Morro Velho podem ser bastante questionáveis, se se levar em conta que a Inglaterra, seu país de origem, fazia campanha para abolir o tráfico enquanto alugava escravos para prosseguir a exploração mineral, e que este viajante, diplomata inglês em Santos, procurou em seu relato redimir ao máximo a atuação de seus contemporâneos e do governo de seu país. Por outro lado, Castelnau, que é francês, dá um depoimento muito semelhante ao de Burton. Teria ele razão?

As fontes de referência, quando indicadas, foram principalmente as obras de outros viajantes, recenseamentos já publicados, dados obtidos de autoridades locais e dos informantes, regis-

tros de hospitais, de paróquias, e estimativas pessoais. A obra de Candido Mendes⁽¹⁰⁾ é referência das mais citadas, quando isto ocorrer. Levantamentos mais sistemáticos certamente implicariam uma permanência mais prolongada e também uma pesquisa mais detalhada, o que não se adequava ao espírito e às condições das viagens.

Ao se surpreenderem com a presença maciça de negros e mulatos, grande parte dos viajantes tem dificuldade de estabelecer as diferenças entre eles, tanto de origem como de posição social.

Ao se depararem com negros libertos e cativos (os primeiros ocupando várias posições na sociedade) e com um grande número de mestiços de pretos com brancos, não conseguem estabelecer uma relação objetiva entre origem, cor da pele e classe social. Não conseguem formular um critério de classificação, objetivo para a população do Brasil. Isso faz com que utilizem, em alguns momentos, critérios diferentes para identificar alguém como sendo negro, branco ou mulato, ou ainda escravo e liberto. Daí que nem sempre podemos analisar o dado fornecido pelo viajante com a segurança de que sua classificação corresponda ao que era de fato⁽¹¹⁾.

Mawe refere-se a brancos e pretos. Eschwege⁽¹²⁾, por estar mais preocupado com a questão da mão-de-obra, utiliza como referencial a condição, se forros ou escravos, sendo esta determinante da cor. Quer fazer um alerta para o aumento considerável de "negros livres". Freireyss⁽¹³⁾ tende a substituir a palavra preto por escravo. Saint-Hilaire também utiliza predominantemente o critério da condição servil e inclui os mulatos, alguns "privados de liberdade

de que constituem, com os livres, quase um terço da população da Província" (14). Em outras partes de seu trabalho, procura generalizar a população pela cor da pele e, aí, identifica todos como sendo "de cor", criando um paralelo entre os que são "brancos" e os que são "de cor". As mulheres negras são mencionadas enquanto trabalhadoras e procriadoras de escravos, importante mais, nessa época, a sua condição do que a cor da pele. Em Pohl, o critério mais frequente é o da pele e, por isso, vê quase todos como sendo negros. Gardner utiliza seus conhecimentos científicos para dividir a população em brancos, pretos e mestiços, servindo-se, portanto, dos critérios cor de pele e origem ao mesmo tempo. Castelnau (16) escreve sobre os negros das fazendas, mas não se refere às suas condições, se livres ou escravos, dando margem a certa indiferenciação entre negros e escravos. Burmeister (17) percebe que a cor divide os indivíduos e determina a qualidade do trabalho: mais leves para os mulattos, mais pesados para os pretos. Walsh (18) refere-se a livres, estrangeiros e escravos, usando dois critérios distintos de classificação: condição e origem. O viajante Burton (19) preocupado com a questão da mão-de-obra nas minas inglesas, dá prioridade à demonstração da qualidade dos escravos em relação aos trabalhadores livres, valorizando sua condição (mais que a cor da pele) e realçando nos escravos a sua produtividade.

Ao selecionar os depoimentos dos viajantes, procurei fazer uma distinção entre o trabalho livre e o trabalho escravo. Não foi, porém, que nem sempre houve uma preocupação, por parte dos autores, em definir essa condição. A condição de servos na visão dos estrangeiros colocavam os negros em algum momento de suas vidas numa mesma perspectiva.

De fato, se se levar em conta o destino histórico dos negros que aí se encontravam quando ocorreram tais viagens e relatos, vê-se que a maioria destes indivíduos livres era ex-escravos; todos tinham passado pela condição de servos. O negro, forro constituía a exceção e não a regra, num sistema que, apesar de estar em fase de transição, ainda dependia da mão-de-obra escrava. Por isso, para a grande parte dos estrangeiros, a palavra negro e escravo eram quase sinônimas. E percebe-se nos depoimentos que essa visão fazia parte também do universo ideológico dos brasileiros, de um modo geral. Ou seja, essa visão não tinha origem no desconhecimento ou simples preconceito dos viajantes e, sim, constituía uma visão escravista de raízes profundas, reproduzidas e repassadas através de séculos.

Como "mola mestra" do sistema produtivo que aqui se implantou, o ser negro era igual a ser escravo. Assim, a palavra escravo sempre significou trabalho. Percebe-se, com isso, que não era fundamental para os viajantes uma definição clara do que significava ser livre e ser escravo. Lembramos que a ética do Liberalismo não poderia ser aplicada aos países que viviam ainda sob o regime de trabalho escravo, sobretudo quando a Europa apostava seus olhos neste sistema. É importante lembrar também que os próprios viajantes fizeram uso desse sistema de trabalho, ou para realizarem suas expedições, ou para coletarem as peças que foram levadas para seus países como tesouro científico. Luccock, por exemplo, dá o seguinte depoimento: "(...) consegui inspirar-lhe confiança e acabei tendo resultados tão bons que fiz dele um escravo muito atencioso, embora não muito ativo nem inteligente; depois disso, serviu-me por muitos anos sem que jamais tivesse necessidade de castigá-lo"

(20)

Os critérios mais usados para a classificação da população foram aqueles obtidos a partir da observação dos traços fisionômicos. Foram usados com significativa frequência mas, a meu ver, pela falta de uma maior objetividade e, também, de um aprofundamento do viajante na essência das relações étnicas e sociais do país, que lhes permitisse compreender, inclusive, as sutilezas. As várias tonalidades da pele dificultavam ao viajante estabelecer, também, quem é quem na estrutura social; a presença do mulato é o elemento perturbador. Por outro lado, a quantidade de negros forros já não permite incluir todos na categoria de escravos. Aliás, um dos que detectaram essa diferença, embora sem aprofundá-la, é Luccock. No Rio de Janeiro, percebe que: "*quando um dêsputa necessita dos seus serviços, não se dá ao trabalho de indagar se um preto é escravo ou forro*" (21). O mais curioso é que ele faz essa observação para relatar como sujeitou, dessa mesma maneira, dois homens pretos no Rio de Janeiro, confirmando, portanto, a sua adesão a esse modo de tratar as pessoas de pele negra com que conviveu.

NOTAS

- (1) DEGLER, C. Nem preto nem branco; escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. 1976. p. 18.
- (2) Idem, *ibidem*, p. 19-23.
- (3) MAWE, J. Viagens ao interior do Brasil. 1978. p. 122.
- (4) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1975. p. 47.
- (5) Idem, *ibidem*, p. 308.
- (6) Idem. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. 1974. p. 106.
- (7) POHL, J.E. Viagem no interior do Brasil. 1976.
- (8) SPIX, J.B. von & MARTIUS, K.P. von. Viagem pelo Brasil. 1938. v.1, p. 322.
- (9) Idem, *ibidem*.
- (10) MENDES, L.A. Memórias econômicas da Academia de Ciências de Lisboa. 1821.
- (11) Na obra de Rugendas, por exemplo, a categoria "escravos de cor", difere da de "escravos negros". A quem o viajante se referia?
- (12) ESCHWEGE, W.L. von. Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na capitania de Minas Gerais no ano de 1811. Revista do Museu Paulista, 21, 1937. E também em: Pluto brasilienses. 1941.
- (13) FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814-1815. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de

São Paulo, (2), 1906.

- (14) SAINT-HILAIRE, A. de. op. cit., 1975. p. 47.
- (15) GARDNER, G. Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. 1975.
- (16) CASTELNAU, F. Expedição às regiões centrais da América do Sul. 1942.
- (17) BURMEISTER, H. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1952.
- (18) WALSH, R. Notices of Brazil in 1828 and 1829. London, Frederick Westley and A.W. Davis, 1930.
- (19) BURTON, R.F. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976.
E também: Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. 1977.
- (20) LUCCOCK, J. Viagem ao Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, 1975.
- (21) Idem, ibidem, p. 135.

VIII

A VISIBILIDADE DO SEXO:

A negra e a mulata

"Dizem eles que as mulheres brancas devem administrar a casa, as mulatas servem para o prazer e as pretas para o serviço".
(BURMEISTER, 1851)

Esta velha frase, dita em 1851 por um administrador da Mina de Morro Velho ao viajante inglês, foi até há tempo atrás aceita e repassada de boca em boca com grande naturalidade. Na verdade, ela servia para explicar a divisão social, sexual e de "raça" vivida, na prática, pela mulher na sociedade escravocrata, desde o período colonial. Em menor grau, ainda sobrevive nos dias atuais.

Os textos dos viajantes estrangeiros que visitaram Minas Gerais no século XIX revelam, com bastante fidelidade, como estava articulado este pensamento sobre a mulher e nos permitem compreender qual o tipo de argumentação utilizado para descrever sua

posição na sociedade brasileira.

As informações sobre a mulher negra e a mulata nas obras dos viajantes não fornecem apenas um testemunho sobre a vida das mulheres — servindo para recuperar a condição destas em si — mas também possibilitam uma reflexão acerca da condição feminina de um modo geral. São relatos bastante fragmentados que aparecem junto com outras informações, geralmente compondo partes de descrições sobre as condições de vida da população de cada lugar visitado. Leite⁽¹⁾, ao selecionar também textos sobre mulheres escritos por viajantes nesse mesmo período, percebeu a possibilidade de se realizar um confronto interno desses dados como forma de preencher uma fase de escassa documentação sobre a mulher.

Concordo com o fato de que os relatos dos viajantes podem fornecer muitas pistas sobre as mulheres do século XIX. Acredito, porém, que esses escritos revelam muito mais sobre o pensamento da época do que propriamente sobre a condição feminina. Procuro, desse modo, resgatar o modo como os viajantes se interessaram em observar e registrar a mulher de cor em suas obras.

Apenas parte dos autores que visitaram Minas Gerais podem ser incluídos nesse capítulo, pois alguns não mencionaram a presença da mulher ou apenas se referiram à mulher branca como sendo "a brasileira", negando assim à negra e à mulata a cidadania nacional.

Não há uma separação nítida entre a mulher negra forra e a escrava. Há, contudo, uma maior frequência de relatos men-

cionando a palavra "negra" ou "preta", sem esclarecer sua situação. O próprio viajante nem sempre consegue separar a cor da pele de sua condição social.

Os relatos sobre a mulher quase sempre mostram o papel que lhe é reservado. Os temas mais abordados referem-se a procriação, casamento, amamentação, criança, vestuário e ornamentação. Os viajantes não discutem, por exemplo, a aparência física, o vestuário e a ornamentação quando se referem ao sexo masculino. Outros papéis são reforçados. A distância e a dificuldade de contato e de convivência com o sexo feminino, em parte decorrentes dos padrões morais de comportamento, dificultavam aos homens de um modo geral e aos estrangeiros em particular, a aproximação com esse grupo. O viajante Mawe chama a atenção para a timidez e o recato das mulheres que conheceu em Minas Gerais. Nota a ausência e o distanciamento destas dos ambientes freqüentados pelos homens. Registra a forte repressão exercida pelos maridos.

No caso das mulheres de cor, o tipo de contato aparece de forma diferente, já que estas não freqüentavam os salões de festas, nem os espaços dedicados aos brancos nas residências onde se hospedavam os viajantes: eram apenas serviçais. Isso, num certo sentido, explica porque as referências a este grupo aparecem primeiramente associadas à idéia de trabalho. Em seguida, encontramos a mulher de cor como reprodutora de braços escravos. E também em papéis vinculados à vida sexual e afetiva, e que são definidos a partir da função que ela exerce na vida do homem, quase sempre como continuidade deste. A cor ou a origem da mulher, tal como os viajantes nos transmitem, serve não apenas como indicativo de seu pa-

pel na estrutura social, mas também como critério seletivo na vida sexual e afetiva do homem, sugerindo diferentes padrões estéticos e definindo o desejo a partir do tipo físico, como veremos a seguir.

A MULHER NEGRA: A TRABALHADORA E A REPRODUTORA

Dos vários tipos de trabalho descritos pelos viajantes, a mulher negra está presente em praticamente todos: na mineração, agricultura, trabalho doméstico, manufatura e comércio. Isso demonstra o seu grau de importância enquanto trabalhadora desde o período colonial. A mulher de cor foi a primeira e, por muito tempo, a única trabalhadora.

A não permissão de entrada de mulheres nas minas, desde os primeiros tempos da extração, não impediu que negras escravas chegassem até lá. Iam com a escravaria dos mineradores e aventureiros para realizarem tarefas domésticas e servirem à administração.

Os tipos de trabalho arrolados nos depoimentos podem, a meu ver, ser classificados a partir de duas instâncias: a do trabalho doméstico e a do extradoméstico.

Como trabalho doméstico, considero todos aqueles relacionados à infra-estrutura da casa: limpar, cozinhar, lavar, cuidar das crianças, dos animais domésticos e das plantas, costurar, bordar, fazer rendas e artefatos domésticos, servir de dama de companhia. É principalmente aí que está inserida a maior parte da mão-de-obra feminina, quer livre, quer escrava. Registramos a presença da mulher negra exercendo estas funções em: Freireyss (costura, bor

gado e confecção de flores⁽²⁾; Bunbury (negras e mulatas lavando roupas)⁽³⁾; Burmeister (dama de companhia)⁽⁴⁾; Agassiz (costura e rendas)⁽⁵⁾.

Como trabalho extradoméstico, anotamos todos aqueles realizados fora de casa: agricultura, mineração e comércio ambulante. As vendedoras, por exemplo, são muito citadas. Pohl, no caminho de São João, é abordado por duas negras que querem lhe vender frutas em conserva⁽⁶⁾. Burton escreve sobre a necessidade de mulheres nas plantações de café⁽⁷⁾. Não expressa a condição dessas mulheres, se livres ou escravas. Não é possível, dada a exigüidade de informações, verificar quais eram as relações de trabalho. Nestas duas instâncias, o doméstico e o extradoméstico, existem mulheres escravas e não escravas, mas sempre são as negras. O fato de existir maior número de relatos sobre mulheres negras relacionadas a trabalho pode significar que esses autores acabam por evidenciar e reforçar o papel da mulher negra enquanto trabalhadora.

Como parte de sua condição de trabalhadora, encontramos também o papel de reprodutora, principalmente como forma de aumentar a mão-de-obra escrava: o corpo da mulher negra servindo aí para produzir, "por fora" e "por dentro".

O número de mulheres negras, inicialmente, foi bastante reduzido na região mineradora. Apesar disso, a procriação nem sempre foi valorizada como forma direta de obtenção de escravos. O intenso tráfico africano até meados do século XIX se incumbiu de abastecer o mercado. A procriação era um investimento a longo prazo e sem retorno, pois o escravo podia adoecer e até morrer antes

de completar a idade útil. Mas, diante da possibilidade de supressão do tráfico, tornou-se uma solução paliativa, embora não totalmente eficaz. As primeiras medidas para pôr fim ao tráfico valorizaram as mulheres negras por sua potencialidade reprodutiva. Isso talvez explique, embora não de todo, a preocupação revelada pelos viajantes com taxas de natalidade e índices de mortalidade infantil. Percebe-se que, quando mostram uma imagem humanizada da escravidão, registrando os cuidados com a maternidade (trabalhos mais leves, contato mais estreito entre a mãe e o filho, ou incentivo aos casamentos entre escravos), demonstram a necessidade básica do sistema escravista em superar a escassez de mão-de-obra.

Eschwege discute sobre os fatores que ocasionam a diminuição da mão-de-obra escrava. Aponta como causas o menor número de homens e a baixa fecundidade das mulheres negras⁽⁸⁾. Freireyss de recrimina o que chama de "cristãos desgraçados", aqueles que "vendem por algumas moedas os filhos que têm com as suas escravas". E revela ainda ser muito comum este fato em todo o Brasil⁽⁹⁾. Burton afirma que, por via de regra, a escrava diz: "para que uma cativa quer filhos?" E explica assim a incidência maior em Morro Velho de mulheres escravas com poucos filhos, mesmo sendo bem tratadas e obtendo regalias no trabalho e na alimentação. Segundo ele, "as mulheres grávidas são afastadas do trabalho e encaminhadas ao hospital no quarto mês. Depois do internamento, são liberadas ao trabalho pesado e algumas vezes só trabalham metade do ano no departamento de costura"⁽¹⁰⁾.

Quanto à amamentação, Freireyss nos informa que muitas vezes durante o trabalho a criança se enfiava debaixo do braço

da mãe para mamar⁽¹¹⁾. Em Morro Velho, Burton percebe que as mulheres, quando amamentavam, recebiam ração aumentada⁽¹²⁾. Denis afirma que, de um modo geral, se o recém-nascido pertencia a uma classe "distinta", era raro que a própria mãe o amamentasse; normalmente era uma negra que se encarregava dessa tarefa⁽¹³⁾. Suzannet observava uma grande incidência de abortos quando as mulheres não tinham as obrigações diminuídas durante a gravidez⁽¹⁴⁾. Algumas escravas não usariam desse estado como subterfúgio para o afastamento temporário do trabalho pesado? O mais difícil é saber se essas medidas eram mais comuns do que o descaso e a mortalidade infantil.

A pesquisa de Mott⁽¹⁵⁾ sobre a criança negra nas obras dos viajantes revela que o sistema impunha alguma racionalização, mas que esta estava voltada para o valor do escravo como mercadoria ou como força de trabalho. Enquanto tal, a abordagem dos viajantes tende também a demonstrar a preocupação existente com a procriação como forma de reprodução de braços para o sistema escravista.

Os viajantes também revelam que a repressão sexual é dirigida principalmente à negra escrava. Freireyss descreve formas de tortura vinculadas aos órgãos sexuais: "vi várias moças nas quais tiveram a crueldade de pôr a marca no seio ainda não formado"⁽¹⁶⁾. Saint-Hilaire, em Itambé, visita uma fazenda que possuía um edifício destinado às mulheres escravas e "cada noite o dono da fazenda tinha o cuidado de encerrar suas negras nessa espécie de ginécio" (17). Também em Cachoeirinha, próximo a Carrancas, "a dona da casa, antes de partir, tivera o cuidado de enclausurar as suas negras. Ouvimo-las cantar o dia todo, mas quando chegou a noite puse

ram-se a brigar, e a lançar-se em rosto, reciprocamente, as suas a venturas amorosas para depois, continuarem a cantar como dantes " (18). O sentido da clausura está relacionado não só à segurança em caso de fuga, mas também à idéia de controle sexual e social.

PARA O CASAMENTO, NEM A NEGRA NEM A MULATA

Como um capítulo à parte da procriação, as uniões fi cavam sujeitas a interesses externos, mas não menos importantes. A pesar de serem freqüentes, as relações entre senhores brancos e es cravas negras eram consideradas uniões "esporádicas", "temporárias" ou não "legítimas". Em Poaçu, Avê-Lallemant vê negros "de aspecto peculiar, na maioria criaturas moças e bonitas tanto homens como mu lheres que viviam maritalmente e tinham uma multidão de crianças ne gras de azeviche " (19).

As mulatas "não costumam casar". Segundo Burmeister, elas contentavam-se com os amantes que chamavam de "companheiros". "Os pretos seguem o exemplo, mas é mais raro um preto viver em con cubinato do que um mulato " (20). Insinua com isto uma maior tendên cia do mulato para as relações "ilegais". Enfatiza a posição da amante ou concubina como própria da mulata: "As concubinas são ge ralmente jovens mulatas de 16 a 20 anos, sendo este um dos motivos porque a população de cor aumenta sempre nas cidades, raras vezes recorrem às escravas, embora sejam especialmente inclinadas a en trar em tais relações ". Também acentua a preferência dos mulatos e mulatas pela união com o branco: "seu desejo (mulatos! nunca satis fe feito de mulheres brancas, ou de homens brancos quando se trata de mulatas, os faz aceitar toda espécie de relações. Nenhuma mulata

môça resistiria à tentação de ser amiga de um branco e o sonho de todo mulato é seduzir, com seus encantos, uma mulher branca, por isso aumenta o número de mulatos no Brasil " (21).

Nota-se que há uma ênfase na representação da mulata como símbolo do prazer, da beleza estética, principalmente por seus atributos físicos. A negra vai, portanto, tornando-se o oposto, ou seja, "feia e de caráter sombrio". A nenhuma das duas é destinado o casamento, privilégio das brancas. As mulatas inspiram paixões que conduzem a "uniões especiais". São descritas por Burmeister como um casamento de aparências, regido pelo prazer, e sujeito a se desfazer para dar lugar "às razões imperiosas" que o fazem não mais unir-se com, mas sim desposar a mulher branca. Neste caso, com um dote de consolo a mulata pode encontrar facilmente "um marido de sua cor e posição".

A MULATA PARA O PRAZER

Assim como a negra é a trabalhadora e reprodutora, a mulata é associada ao prazer sexual. Todos os autores que se referem a ela destacam-na pela estética (beleza física) e a relacionam à idéia de prazer (pecado). Ou seja, os traços físicos, cor, cabelo e formas, condicionam-na a ser "sensual". Há uma separação nítida entre o padrão estético da negra e o da mulata. A negra é considerada feia e é comparada à mulher européia, enquanto a mulata é "outra coisa". Freireyss, por exemplo, comenta: "Sr. Langsdorf, por exemplo, segundo a minha opinião excede-se quando acredita ser fácil encontrar entre as negras a Venus de Medici e teria certamente de perder muito tempo se ele a procurasse sem a cabeça da Venus e da cor

inimitavelmente da mulher européia. As negras têm geralmente peitos flácidos e pendentes e somente as moças muito novas os têm de forma que satisfaz até as nossas idéias de beleza (...) "(22). Essa "idéia de beleza" é expressa pelos parâmetros do modelo europeu. A cor da pele desaproxima do ideal da Venus e somente as mulheres novas chegariam a aproximar-se (sem, contudo, chegar de fato) da estêtica que satisfaria realmente ao estrangeiro europeu. Spix e Martius apontam como "a mancha mais sombria na pintura do caráter brasileiro o grande número de escravas e concubinas com as quais geralmente se rebaixavam os mestiços de ambas as raças "(23). Há uma condenação às relações entre os grupos étnicos e ao fato de os mestiços aceitarem como suas parceiras a mulher negra. A segregação que é colocada com naturalidade e aceita em parte corresponde também aos padrões sociais: "as dificuldades resultantes das paixões que elas inspiram e os obstáculos decorrentes de sua origem, levam-nas muitas vezes a uniões muito especiais. Assim, quando questões de família impedem a um homem de certa categoria a casar-se com uma mulata, pela qual se sente atraído, ela a leva para sua casa. Aí fica ela anos inteiros à frente dos negócios domésticos, recebendo de resto, visitas de senhoras casadas e distintas e pagando-as. As vezes, o casamento só se faz vários anos depois e quando da ligação já houve muitos filhos. Se razões imperiosas obrigam o homem a desposar outra mulher, ele dá um dote a sua mulata, que assim encontra facilmente um marido de sua cor e posição, pois é considerada viū-va e não mulher de maus costumes "(24). Ou seja, o branco institui a ordem amorosa que convém aos seus interesses. Em seguida ele a transgride e oferece uma compensação. A mulata, de posse do dote, deve procurar quem "de fato" lhe convém. Brancos, pretos e mulatos devem encontrar o seu "verdadeiro lugar", segundo a cor e a posição

A posição da mulata sugere o "limiar", a linha divisória entre dois opostos, sem ser absolutamente nenhum deles. Queiroz Junior⁽²⁵⁾ já enfatizou, em seu trabalho sobre a mulata na literatura, os desdobramentos desses estereótipos na cultura brasileira. Acredito que, se por um lado detinha o prazer, a mulata também vivia a solidão. Tinha acesso aos dois extremos, mas não pertencia a nenhum, incorporando em suas várias facetas o marco divisor da "ordem amorosa", instituída no plano econômico, político e social.

AS RELAÇÕES TRIANGULARES

O conteúdo discriminador da representação sobre a mulher existente na sociedade e nos valores repassados pelos viajantes é notado sobretudo quando a única autora analisada, Elizabeth Agassiz, apresenta já um texto bem distinto dos outros autores. Ela prefere, ao se referir à mulher negra, destacar que "as mulheres em particular têm formas muito belas e um porte quase nobre". Fala da "distinção da sua expressão facial". Destaca como traço característico tribal a sua "independência indomável" e acrescenta: "A negra mina é quase sempre notável pela beleza dos braços e elegância das mãos. Parece bem que ela tem consciência disso, porque traz geralmente aos braços braceletes apertados, de missangas cujas cores dão realce à finura das mãos e se casam admiravelmente com o tom bronzeado e luzidio de sua pele"⁽²⁶⁾.

Este relato nos parece completamente distinto daqueles até então elaborados por autores do sexo masculino: realça a beleza da mulher negra dentro dos seus padrões próprios. A imagem

que chega até nós é de harmonia, onde a pele da mulher aparece como o elemento de destaque, de afirmação de um padrão de beleza próprio, sem que o branco apareça para ser tomado como parâmetro. E a cor, diferentemente das outras abordagens, é o ponto de valorização e não de discriminação. Outra característica a ser considerada neste relato é que a mulher é vista com orgulho, distinção, elegância, ao contrário de outras abordagens que enfatizam a sua natureza pacífica, como é o caso de Freireyss, que justifica a organização tribal anterior como tendo "moldado" a mulher para ser desigual. "A mulher se acostuma com mais facilidade à escravidão. Em todas as partes do mundo é ela mais ou menos escrava e suspira debaixo do peso do trabalho (...). Não é estranhável por isso que as escravas trabalhem com mais gosto e menos queixas e se acostumem com mais facilidade à escravidão, que já conhecem de casa" (27). O relato de Elizabeth diferencia-se dos outros. O fato de ser mulher seria apenas uma coincidência?

Os relatos dos viajantes, apesar de fragmentários, quando reunidos por temas afins, parecem se encaixar um ao outro, seja complementando dados ou enfatizando pontos de vista que são nossos velhos conhecidos. Se analisados à luz da Antropologia atual, podem até parecer obviedades. Revelam, porém, um discurso que não foi ainda totalmente desvendado nem desmistificado, e é exatamente por isso que nos inquieta, por ser tão desconhecido e tão familiar ao mesmo tempo.

Como observam os viajantes, à branca não era permitido o prazer, nem o trabalho lhe dava legitimidade. O que não se dava em relação à negra, que não tinha nem o casamento, nem o prazer,

mas apenas o trabalho. A mulata devia conformar-se com as relações temporárias com os brancos; não é levada a sério no que diz respeito ao trabalho. Malandragem e ócio como sinônimos de prazer é o que incorporam. A negra fica, assim, reduzida à condição de trabalhadora; a mulata, à de fêmea e amante; e a branca, à de esposa, criando formas de existência e relações triangulares.



A mulher, de um modo geral, é vista como complementar ao homem. Como pedaço ou parte dele, nunca pode ser completa, não podendo, portanto, satisfazer ao homem em todas as instâncias. Uma mulher para trabalhar, uma mulher para "amar", outra mulher para casar. Papéis fragmentados não apenas no plano social, mas também no sexual e no "racial". E com sustentação legal como nos mostra muito bem Burmeister: "Nisto, brancos, mulatos e pardos são iguais, cada um trata de fechar sua mulher a sete chaves, a fim de poder gozar mais livremente suas paixões. Colocam suas mulheres em conventos para viver com a amante na própria casa. A lei apóia este procedimento e se alguém deseja se ver livre da mulher é só recorrer à polícia que as colocam em conventos pagos pelos maridos mensalmente. A mulher não opõe resistência (...). A concubina, que é exotada quando não mais lhe agrada, então o homem toma outra ou manda voltar a esposa. A mulher ao regressar, trata de satisfazer o marido em tudo, para não ser enviada outra vez para o convento" (28).

NOTAS

- (1) LEITE, M.M. A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX; Antologia de textos de viajantes estrangeiros. 1984.
- (2) FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil nos anos 1914-1915. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2: 215, 1906.
- (3) BUNBURY, C.J.F. Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais; 1833-1835. Anais da Biblioteca Nacional, 62: 70, 1942.
- (4) BURMEISTER, H. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1952. p. 245.
- (5) AGASSIZ, L. & AGASSIZ, E.L. Viagem ao Brasil. 1975. p. 85.
- (6) POHL, J.E. Viagem no interior do Brasil. 1976. p. 87-8.
- (7) BURTON, R.F. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976. p. 239.
- (8) ESCHWEGE, W. L. Von. Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na capitania de Minas Gerais no ano de 1811. Revista do Museu Paulista, 21: 266, 1937.
- (9) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 222.
- (10) BURTON, op. cit., 1976. p.220.
- (11) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 222.
- (12) BURTON, op. cit., 1976. p. 236.
- (13) DENIS, F. Brasil. 1980. p. 132.
- (14) SUZANNET, C. de. O Brasil em 1845. 1957. p. 48.

- (15) MOTT, M.L. A criança negra na literatura de viagem. In: Ca-
dernos de Pesquisa. 1978.
- (16) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 220.
- (17) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelo distrito dos Diamantes e
litoral do Brasil. 1974. v.5, p. 56.
- (18) Idem. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. 1975. p. 47.
- (19) AVÉ-LALLEMANT, R. Viagem pelas províncias da Bahia, Pernam-
buco, Alagoas e Recife. 1980. p. 132.
- (20) BURMEISTER, op. cit., 1952. p. 247.
- (21) Idem, ibidem, p. 244-7.
- (22) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 222.
- (23) SPIX, J.B. & MARTIUS, K.F.P. von. Viagem pelo Brasil. 1938.
p. 281.
- (24) Idem, ibidem, p. 77.
- (25) QUEIRÓZ JUNIOR, T. Preconceito de cor e a mulata na litera-
tura brasileira. 1975.
- (26) AGASSIZ & AGASSIZ, op. cit., 1975. p. 68-9.
- (27) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 223.
- (28) BURMEISTER, op. cit., 1952. p. 247.

IX

O TRABALHO

"As mãos e as cabeças dos africanos foram, e ainda são, as únicas máquinas. Maquinismos adequados os substituíram economicamente".

(ESCHWEGE, 1811-18)

O material relativo ao trabalho dos negros revela uma confusa rede de vários trançados e vários nós.

No primeiro fio podem ser agrupados aqueles autores que afirmam haver escassez de negros escravos e carência deste tipo de mão-de-obra em Minas Gerais.

Mawe observa que, em Vila Rica, os negros são mal dirigidos e, com o tempo, tornam-se velhos e incapazes, ou seja, há problema de reposição. Eschwege queixa-se da falta de mão-de-obra e diz que "(...) um terço dessas famílias não dispõe de escravos,

devendo prover a si próprias (...) O restante se encontra nas grandes propriedades que se auto-geriam. Também ele se preocupa com a questão da reposição⁽¹⁾. Freireyss procura desmentir os maus tratos, alegando a necessidade da manutenção do escravo para evitar a diminuição de seu tempo de vida e, conseqüentemente, de dinheiro. Saint-Hilaire aponta a diminuição de escravos em São João Del Rei e Luccock deixa prevê a escassez de mão-de-obra em Vila Rica, pois "os escravos capazes estavam diligentemente ocupados (...)"⁽²⁾. Pohl contrata um negro livre que lhe impõe condições tão onerosas após intensa negociação, foi "obrigado" a despedi-lo.

A população escrava existente em Minas Gerais, até 1820, não consegue cobrir as necessidades do mercado, o que não ocorre nos períodos subseqüentes.

Freireyss afirma que, de 1803 a 1815, Minas importava mais de quatro mil escravos por ano.

Nos relatos de Spix e Martius, Eschwege, Saint-Hilaire, Pohl e Suzannet foram registradas entradas constantes de escravos, pelo Rio de Janeiro e sul da Bahia. Saint-Hilaire afirma que os escravos que se vendem em Tejuco e seus arredores vêm principalmente da Bahia.

O segundo fio arremata o primeiro, quanto à escassez de mão-de-obra: apenas os negros escravos se dispunham ao trabalho nas grandes propriedades.

A mão-de-obra livre é quase inexistente.

Eschwege aponta o trabalho forçado como a única via de produção: "Até agora o escravo tem sido pau para toda obra: lavrador, fabricante de açúcar e de aguardente, animal de transporte, máquina de britagem e de pulverização, cozinheiro, pãjem, palafreineiro, sapateiro, alfaiate, correio e carregador". Constata este fato, após várias tentativas de utilização da mão-de-obra assalariada, quando acaba por contratar escravos como única alternativa. E acrescenta: "(...) as terras permaneceriam incultas e a mineração desapareceria, caso não existisse o escravo que fizesse todos esses serviços. E ele quem cuida da própria alimentação do senhor, que, se assim fosse, teria de viver miseravelmente, ou de emigrar para outras terras, onde seu ouro tivesse alguma serventia"⁽³⁾.

Outros viajantes também enfatizam esta visão⁽⁴⁾.

No terceiro fio, se agrupam todos aqueles que dizem: os trabalhadores livres não se sujeitam a trabalhar para os senhores, ou o fazem esporadicamente, pois têm condições (pequenas propriedades) para conseguirem sua subsistência.

Eschwege tenta esclarecer, mas acaba indagando: "Por que se sujeitaria um indivíduo livre a trabalhar o ano inteiro para um estrangeiro, se vive em um país como o Brasil, onde qualquer terra pode ser lavrada e ninguém precisa trabalhar senão quatro semanas para obter o que comer, sem necessidade de perder a liberdade?". E acrescenta: "O fato incontestável é que a atual geração de homens livres jamais se submeterá ao trabalho rude, feito até agora pelos escravos".

O autor demonstra sua perplexidade quando constata que "também o mulato livre possui escravos e considera o trabalho uma coisa indigna, assim como o negro forro, que só trabalha quando quer" (5).

O trabalho por conta própria só existe enquanto perspectiva de mudança de vida e de sobrevivência pessoal. Fora disto, só é realizado quando sob coerção. O viajante procura justificar a necessidade de escravizar os negros pois somente por essa via era possível prosseguir a obra da colonização.

Bethel, em seu trabalho sobre a Abolição, afirma a existência de grandes contingentes de negros trabalhando para si, numa agricultura de subsistência. Teria obtido essas informações dos viajantes? (6).

Finalmente, o quarto fio, engrossado por duas linhas explicativas, agrupa os que se preocupam com esta questão e tentam achar:

- a) explicações e soluções;
- b) os que apontam as novas mudanças e tendências decorrentes desta situação.

Na primeira linha, estão aqueles que procuram explicar, apontando:

- 1) as diferenças regionais algumas atividades precisariam mais de escravos que outras (Saint-Hilaire);
- 2) a falta de operacionalidade do trabalho escravo e defenden -

do a sua substituição por máquinas (Suzannet);

3) a solução na imigração (Eschwege defende a introdução de chineses e Kidder e Fletcher, os missionários americanos, a de imigrantes alemães, portugueses e açorianos).

A segunda linha aponta mudanças decorrentes da escassez de escravos. Em São João Del Rei, Saint-Hilaire afirma que os proprietários "trabalham com seus negros e passam a vida nas plantações, no meio dos animais e seus costumes. Tomam necessariamente algo da rusticidade das ocupações"⁽⁷⁾. Observa que: "os filhos dos fazendeiros se dedicam todos ao trabalho. Um conduz as tropas de burros, outro cuida dos animais e um terceiro das plantações". Isto para concluir que: "nessa parte da província de Minas, mais do que naquelas onde se faz a extração do ouro, o número de escravos deve vir diminuindo à medida que a população aumenta"⁽⁸⁾.

Unindo todos estes "fios" pude perceber que a escassez de mão-de-obra representava um problema em quase todas as atividades produtivas: seja na mineração, na agricultura e pecuária, seja nos serviços gerais, incluindo o comércio, manufatura e trabalho doméstico.

A insistência neste tipo de informação me levou ao trabalho de Martins, que realizou amplas pesquisas sobre a economia escravista neste mesmo período em Minas Gerais. Este autor utilizou, entre outras fontes, obras de viajantes, tais como Freireyss, Spix e Martius, Eschwege, Wells, Saint-Hilaire, Pohl e Debret, e apresenta uma crítica à historiografia tradicional que, "enredada

na noção, herdada do colonizador, de que a atividade exportadora é a única coisa que importa"⁽⁹⁾. Enfatizaram segundo Martins excessivamente a atividade exportadora, dividindo-a em ciclos econômicos, desprezando o resto e, principalmente, elevando o sistema de plantação como a única forma de absorver mão-de-obra escrava. Cita, entre outros, Furtado, Lobo, Viotti, Amaral, Iglésias, Morse, Slenes, Conrad que defendem a idéia de que, finda a fase áurea do ouro, os escravos teriam se evadido para as áreas do café.

Martins não só contradiz esta versão, como procura explicar que até meados do século XIX, quando se dá a maioria destes relatos, o café era uma atividade acanhada em relação ao grande contingente de população escrava existente em Minas, o maior do país. Em 1819 foram registrados 170 mil.

Conclui também que a grande maioria destes escravos nunca esteve numa mina ou fazenda de café. Os escravos não engajados na agricultura de exportação ou mineração eram maioria. E por que isto? Ele responde: porque o grosso da economia mineira neste período não era constituída por plantation e, sim, baseada em isolamento de mercados externos à província, diversificação interna e auto-suficiência. A economia era formada basicamente por unidades agrícolas, diversificadas internamente em fazendas, sítios e roças que produziam para o auto-consumo e para a venda em mercados locais. Com uma fronteira agrícola aberta, em Minas, os camponeses livres tinham acesso às terras desocupadas, de onde podiam extrair uma subsistência independente.

Neste contexto, Martins sustenta que uma classe de

proprietários não trabalhadores só poderia sobreviver através de recursos continuados do trabalho forçado. Daí não ser somente pre conceito contra o trabalho manual e, sim, possibilidade concreta de ser livre.

A agricultura era o principal setor de emprego de força de trabalho escravo, seguido da pecuária, atividades artesanais e manufaturas. Levanta a hipótese de que "[...] a população servil de Minas não foi uma herança da época do ouro, mas sim o resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineratória" (10).

OS PRINCIPAIS SETORES QUE ABSORVIAM OS NEGROS COMO MÃO-DE-OBRA

A) A MINERAÇÃO

A primeira coisa que os viajantes faziam ao visitarem as minas era destrinchar o mecanismo da produção mineral, ou seja, verificar minuciosamente como se organizava o trabalho de extração mineral.

Assim, Mawe observa que no Serro Frio e Tejuco trabalhavam desde o nascer do sol com meia hora de descanso, mudando, muitas vezes, de posição. Trabalhavam em turmas com 200 escravos cada, e sob a direção de um administrador e oficiais subalternos.

Eschwege descreve os processos de extração que utilizou para exploração aurífera. Inicialmente, a maior parte do capital empregado por este, destinou-se à compra de escravos.

Saint-Hilaire observa em Itabira dois negros que trituravam com um ferro os fragmentos do minério para serem submetidos à lavagem. Sua obra relativa ao Distrito Diamantino é riquíssima neste tipo de informação.

Spix e Martius descrevem também como era feita a lavagem do diamante.

Suzannet elabora uma minuciosa descrição sobre a lavagem do cascalho e as operações que se seguiam até a extração do diamante.

Mawe critica os recursos utilizados nas minas, onde os negros têm que carregar tudo sobre suas cabeças, escalando morros muito escarpados ao invés de planos mais inclinados para facilitar o trabalho. Solicita a introdução de um método mais conveniente de lavrar o ouro e diamantes, sem que os negros estejam constantemente curvados.

Eschwege reconhece a contribuição dos escravos africanos para o aperfeiçoamento destes processos de produção, uma vez que teriam tido esta mesma experiência e "(...) natural espírito inventivo e esclarecido dos portugueses e brasileiros logo tiraram proveito (...)"(11). Enumera alguns dos instrumentos trazidos pelos negros: bateias de madeira redondas e de pouco fundo para a rápida separação do ouro e canoas de couro de boi, que recolhia o ouro que se coletava nas bateias.

A divisão de trabalho define a delimitação do espaço

e desenvolve a concorrência entre os escravos, incentivando a produtividade.

Os escravos que possuíam certas habilidades na apuração do ouro são muito apreciados pelos senhores. Realça a habilidade dos negros este fragmento: "Durante longos anos, a experiência e a habilidade do negro foram o único guia, sendo rejeitado tudo que não concordasse com isso" (12). O próprio autor opta por especializar sua mão-de-obra, quando decide: "formar mestres e aprendizes de confiança, castigando-os, quando fosse necessário". E acrescenta: "a partir dessa ocasião pude trabalhar melhor e mais vantajosamente" (13).

Em Burton percebi, de modo explícito, uma preocupação com a operacionalidade do trabalho: "Não encontrei, nos mais eficientes serviços de mineração de Minas Gerais, vestígios de esmagadores, guindastes ou polias, ou de trilhos, o menor conhecimento dos mais rudimentares apetrechos; o negro era o único instrumento e trazia consigo tanta coisa quanto um menino de escola poderia levar na algibeira: um par de baldes teria feito o serviço de cem daqueles homens" (14). Embora um pouco exagerada, se comparada às outras descrições mencionadas anteriormente, a perplexidade de Burton quanto à falta de instrumentalização do trabalho não pode ser de todo infundada.

Esta ausência de apoio tecnológico na extração mineral dificultou o trabalho do escravo, assim como contribuiu para piorar as condições de trabalho, principalmente no que diz respeito à segurança. Muitos acidentes são causados pelo alto risco das es

cavações ou falta de planejamento e experiência. O negro é usado como "cobaia" na linha de frente dos perigos. Mesmo com a escassez de mão-de-obra, as condições de trabalho, segundo os viajantes, são bastante precárias.

Eschwege concorda com Mawe, quanto às péssimas condições de trabalho. Para ele, somente os escravos mais robustos poderiam suportar a mineração. O autor chama a atenção para 20 negros que trabalhavam dentro da água fria e com a cabeça ao sol. Freireyss também acredita que o trabalho seja penoso, porque teria de permanecer com a água até o joelho e sem abrigo do sol ou da chuva.

Segundo Suzannet, um único desmoronamento em Ouro Preto custou a vida de 200 negros. Os desabamentos parciais de poucas vítimas já nem se contava ... Observa-se que, tanto fora, na garimpagem, como dentro, no interior da mina, as maiores perdas de vida ocorriam em consequência das doenças ou acidentes de trabalho.

Ao entrar na mina de Morro Velho, Burton, muito impressionado com os rostos que encontrou, faz a seguinte observação: "Aqui, corpos negros, brilhando com gotas de suor, pendurados em correntes em posições que pareciam amedrontadoras; ali, moviam-se como Leotardo, de lugar a lugar; mais adiante apinhavam-se junto a cordas soltas como trogloditas; além, moviam-se em plataformas, que, só de olhar, poriam tonta uma pessoa nervosa. Essa única visão amplamente nos compensou. Era um lugar 'onde muito se pensa e onde pouco se fala' mas o efeito permanecerá em nossa retina

na mental (...)" (15).

Apesar destas informações estarem vinculadas principalmente ao escravo, era uma situação inerente ao trabalho minero, envolvendo, portanto, qualquer trabalhador, garimpeiro ou escavador assalariado. Esta função era exercida por escravos de aluguel, ex-escravos, ou mesmos escravos que trabalhavam nos momentos de trégua do trabalho forçado.

Afirma Eschwege que grandes quantidades de diamantes ficavam aderidos nas pedras e massas da rocha, permitindo que "muitos negros pobres, todos os anos, trabalham nos canais e leitos de rio, na lavagem do ouro e na escolha da formação nesses refugos, obtendo considerável proveito" (16).

Em 1815, nas freguesias de Vila Rica, existiam mais de 280 negros forros, extremamente pobres, que viviam deste tipo de trabalho, munidos de instrumentos estragados e, tendo como recompensa "o suficiente para não morrer de fome". Apresenta este mesmo número para se referir aos escravos que produziram "16.196 oitavas a 3/4 que foi trocado por dinheiro nas casas de permuta" (17), o que prova que nem sempre era pequena a produção.

Freireyss referindo-se a Minas Gerais de um modo geral, afirma que aí milhares de negros livres e mulatos arranjavam a sua subsistência na lavra do ouro nos rios e córregos.

Em Vila Rica, no rio que a atravessa, viam-se muitos escravos ocupados deste modo.

Saint-Hilaire também diz ter avistado em Cartas Altas do Mato Dentro, nos morros áridos, sulcados em todos os sentidos, negros e mulatos ocupados na procura do ouro. Também o côrrego do Arraial de Baixo, por ocasião de sua visita, estava entregue a alguns faiscadores que tiravam aí a sua subsistência.

No distrito Diamantino, Freireyss registra que a garimpagem é feita por mulatos. Mesmo confessando os seus ganhos, o estado de miséria em que viviam deixava claro que não era o bastante. Acrescenta ainda que a cata do ouro convinha mais à "indolência" dos habitantes das regiões auríferas do que à agricultura.

Bunbury viu muitos negros com ancinhos e alguidares lavando a areia em busca de ouro em Ouro Preto.

Castelnau também descreve o mesmo quadro, acrescentando a ele a disputa pelo lugar no leito do rio. Um negro disse ao viajante que "às vezes trabalha semanas inteiras sem conseguir nenhuma partícula de ouro" (18).

O extravio constituía o grande fantasma da mineração.

Mawe, Eschwege, Saint-Hilaire, Walsh, Spix e Martius e Burton deixam passar, através de suas anotações, a grande preocupação da administração e, em seguida, das empresas mineradoras com o contrabando. Medidas de fiscalização, controle e precauções, as mais variadas, são colocadas em prática para evitar o extravio das pedras. A luta pela compra da própria alforria é apontada, por

Saint-Hilaire, como a mais importante motivação para o roubo.

Spix e Martius apontam os vários tipos de roubo:

"eles conseguem esconder o brilhante achado entre os dedos da mão ou do pé, nas orelhas, na boca, na carapinha; quando esses meios não servem, até engolem a pedra, ou a lançam para trás das pedras para depois buscá-la à noite" (19). Burton ouviu de alguns proprietários de minas que quase todas as melhores pedras desaparecem.

Os aluguéis de escravos constituem quase sempre uma forma de lucro quando o proprietário tem a sua mina esgotada, ou aparece como uma forma lucrativa de obter capital sem grandes investimentos. Havia grande disposição dos proprietários em alugar seus escravos para as extrações oficiais.

Segundo Castelnau, a diária de um escravo há oitenta anos atrás era de oitenta réis e, em sua época, quatrocentos. Fora os lucros e o revezamento de mão-de-obra para atender a várias minerações que aqui e ali brotavam como últimos sustentáculos desta economia, o aluguel provocava, certamente, deslocamentos destes escravos para as minas mais lucrativas em cada momento.

Os autores que dão maior ênfase à ausência de braços para impulsionar a mineração são Eschwege, Saint-Hilaire, Luckcock e Castelnau.

O primeiro observa que a importação de escravos deveria ser livre, devido às dificuldades existentes neste setor. Preocupa-se com a supressão do tráfico e suas conseqüências na extra

ção do ouro. Condena a extinção de tráfico e aponta os efeitos "perniciosos" da falta de mão-de-obra. Saint-Hilaire mostra que, em Vila Príncipe, os habitantes não têm escravos suficientes para esta belecer lavagens de certo vulto e só os mais ricos se entregam à extração do ouro. Luccock fala do encarecimento da mão-de-obra que faz com que as pessoas aí empregadas estejam quase inválidas. Castelnau colheu, do chefe de polícia de Ouro Preto, informações sobre o decréscimo do número de escravos inscritos nas minas. Mas este fato não altera nem contradiz o quadro geral descrito em todo o século XIX pelos viajantes para retratar a mineração.

b) AGRICULTURA E PECUÁRIA

Os viajantes relatam também em suas viagens a situação em que se encontra a atividade agro-pastoril em Minas. É preciso deixar claro, no entanto, que a freqüência dos dados e sua consistência demonstram que não é a atividade agrícola o eixo central da abordagem destes autores. Nenhum viajante veio a Minas observar a agricultura, com a mesma relevância que foi dada à mineração. No entanto, algumas informações são bastante freqüentes e podem ser destacadas como palavras-chave na sistematização das questões abordadas. Estas são: subsistência e isolamento. É interessante observar que não há um período, propriamente, onde estas informações são mais freqüentes. Aparecem ao longo de quase todo o período analisado, cobrindo boa parte do século XIX, de 1808, com Mawe, até 1885, com Wells. Refiro-me apenas àquelas que explicitamente dizem respeito ao trabalho escravo — o que significa que muitas outras não foram incluídas e merecem um estudo minucioso, por envolverem a mão-de-obra assalariada.

Mawe visita uma fazenda em Mariana com 150 negros produzindo "todo o necessário à alimentação e vestimenta, deveriam, supõe-se, ganhar mais que o suficiente para a sua manutenção" (20). Segundo ele, "as antigas fazendas mineradoras passam por um processo de substituição, passando a dedicar-se à agricultura. Mas muitas delas mostram-se decadentes: o proprietário desse lugar encontra dificuldade com trinta ou quarenta escravos, em viver decentemente embora a terra fosse própria para a agricultura e necessitava apenas um braço laborioso que a tornasse fecunda. Tudo em torno dessa habitação apresentava aspecto lastimável de indiferença e preguiça (...)" (21).

A abundância de terras garantia ainda, aos negros, o cultivo, nos domingos e feriados, para sua subsistência, e o plantio do algodão com que faziam suas vestimentas.

A palavra subsistência era empregada tanto para as grandes quanto para as pequenas unidades agrícolas, onde os negros livres dedicavam-se à agricultura para o auto-abastecimento e troca no mercado local.

O isolamento referia-se a grandes propriedades, distantes umas das outras e dos centros urbanos principais que, através do trabalho escravo, produziam tudo o que necessitavam para o seu abastecimento.

Mawe, por exemplo, cita fazendas com 156 negros, e Gardner cita 200 escravos. Castelnau diz ter visto, longas filas de trabalhadores negros nas margens do Paraíba, na estrada para Mi-

nas. Avê-Lallemant registra até 152 escravos numa fazenda em Jequitinhonha.

A agricultura de subsistência feita por negros era realizada nas horas de folga ou trégua do trabalho forçado. O primeiro viajante que chama atenção para este tipo de produção foi Saint-Hilaire, que mencionou os habitantes de Capelinha como sendo "quase todos homens de cor, que entregavam-se à agricultura em suas plantações em matas situadas à alguma distância da povoação" (22). Este quadro é também traçado para a vila Fanado, São João Del Rei e outras, onde uma população de maioria negra cultivava para sua sobrevivência. Outro autor, que informa sobre esta questão, é Pohl. Em Patrocínio encontrou uma população em "sua maioria negros livres praticando uma agricultura de subsistência de milho e feijão" (23).

Assim, um grande número de negros escravos foram localizados em grandes propriedades agrícolas auto-suficientes e isoladas dos mercados para exportação. Eram cultivados aí todos os produtos que garantiam o seu abastecimento e até os produtos derivados, sendo em seguida transformados: como o açúcar, a farinha, o algodão em óleo e tecidos; e até os metais, no caso o ferro.

Mawe, em 1807, visita uma fazenda próxima a Mariana com 156 negros, de "todos os tipos" — estaria se referindo à função ou à origem? — e escreve: "[...] que em tão bom lugar, que produzem todo o necessário à alimentação e à vestimenta, deviam, supõe-se, ganhar mais que o suficiente para a sua manutenção" e diz ainda que aí "[...] os negros possuíam terras para cultivarem aos domínios

gos e feriados e disporem do produto para fazerem suas vestimentas, camisas, calças compridas de pano de algodão, aã plantado e tecido". Descreve um roteiro de trabalho longo que ia da roça ao trato dos animais e o trabalho doméstico⁽²⁴⁾.

Saint-Hilaire também se depara com o mesmo quadro em Minas Novas onde "(...) excetuando o sal, não tinham necessidade de comprar nada"⁽²⁵⁾. Até mesmo os ofícios eram ensinados para dispensarem os artesãos de fora. Já em sua viagem às margens do São Francisco, visita apenas uma fazenda, que considera de dimensões razoáveis, com numerosas construções e cortada ao meio por uma estrada, porém nada menciona sobre os escravos que trabalhavam aí. Em Airuoca este mesmo autor percebe que "(...) existem menos escravos nos lugares em que menos se envergonham os homens livres de trabalhar"⁽²⁶⁾, sugerindo que aí haveria um número menor de escravos em relação às outras localidades visitadas.

Após 1818/20 aparecem nos relatos as primeiras preocupações com a mão-de-obra para o café. Segundo Saint-Hilaire, alguns calculam ser necessário um negro para cuidar de mil cafeeiros, outros 3 negros para um cafezal de 2 mil pés. Pohl descreve uma fazenda "com muitos escravos, destilaria de aguardente, engenho de açúcar e óleo de mamona, cria de gado, porcos e carneiros, plantações de trigo, café, milho, mandioca e possui forja"⁽²⁷⁾.

Spix e Martius observam que "as fazendas distantes estão privadas de todo auxílio dos centros urbanos mais habitados, todo fazendeiro rico vê-se, portanto, forçado a prover por si mesmo às necessidades de sua casa, mandando ensinar ofícios aos seus

Os pobres negros trabalhavam com perfeição e é com orgulho que mos tram o seu pequeno domínio" (31).

Os produtos agrícolas mais citados pelos viajantes são os produtos básicos para o consumo local: algodão em Mariana, Capelinha e Fanado; milho e feijão em Tejuco; lã e produtos básicos em Minas Novas; rebanhos em São João Del Rei e Aiuruoca; milho e feijão em Patrocínio e Araçuaí.

A participação dos negros na atividade agro-pastoril assume um papel secundário na obra dos viajantes, uma vez que, como já foi enfatizado, a mineração era o centro de seu interesse. Pouco, ou às vezes quase nunca, abordavam, por exemplo, aspectos organizaçonais das fazendas. Apesar de citadas de modo freqüente, estas fazendas eram apenas ponto de parada para pouso e abastecimento de suas viagens ou mesmo de passagem durante as jornadas.

A pecuária é exercida principalmente nas grandes propriedades e é, segundo Saint-Hilaire, exercida em grande parte por homens brancos, tangedores de bois e porcos, que vão da Comarca de São João Del Rey ao Rio de Janeiro⁽³²⁾. Este fato não é comentado por outros viajantes. Apenas Spix e Martius, ao passarem por um estabelecimento hospitalar (hospício) em N.S. Mãe dos Homens, escrevem: "onde os escravos negros cultivavam a terra nos arredores e se ocupavam com a criação do gado vacum, bastante próspera" (33).

Observei que as grandes transformações em Minas Gerais, neste período, vão se dar com o avanço das fronteiras agro-pastoris cada vez mais para o interior, onde a presença do imigrante,

em algumas regiões, vai substituindo o escravo, cada vez mais difícil com a supressão do tráfico.

Avê-Lallemant, o viajante que percorreu as colônias de Santa Cruz e Filadélfia, mostra que a situação aí é de extrema penúria para os imigrantes, em alguns casos pior que a do negro, mais adaptado às condições climáticas e às doenças tropicais. Nessas áreas de colonização, o elemento negro era quase inexistente, servindo apenas aos fazendeiros e administradores locais.

Burton, em 1868, já vislumbra esta mudança, pois, referindo-se ao Brasil de um modo geral, comenta: "Na fase atual, aventuro-me a afirmar, o negro só é absolutamente necessário à agricultura e mesmo assim, seu papel é meramente provisório até que a imigração européia estabeleça um fluxo permanente e copioso (...)" (34).

c) TRABALHO DOMÉSTICO

Os negros descritos pelos viajantes nas ocupações domésticas são, sobretudo, os escravos domésticos, pois tinham mais contato com eles, porque os recebiam, atendiam e/ou prestavam serviços nas casas dos senhores. Nem sempre puderam penetrar no dia-a-dia das famílias negras livres porque estas se dedicavam a sua própria subsistência e ao trabalho assalariado para o branco.

As informações mais frequentes que permeiam as descrições referem-se aos costumes nas fazendas ou casas das cidades e vilas. Os negros são descritos realizando todo e qualquer tipo

de trabalho: limpeza, cozinha, preparação da lenha, trato dos animais domésticos, arrumação da casa, lavagem de roupa e, até, a fabricação dos principais artefatos de uso doméstico. A maioria é feito por mulheres.

Os viajantes também contratavam este tipo de escravo para auxiliá-los durante a viagem: preparar a comida, caçar, arrumar as cargas, cuidar dos animais. Além de guia, é o companheiro para enfrentar os problemas no decorrer das viagens.

A qualidade de vida do escravo depende da do senhor e vai de extremamente confortável nas famílias mais ricas até os que precisam ganhar a vida para si e seu dono nas famílias pobres ou empobrecidas pelo esgotamento das lavras. Há, contudo, uma preocupação por parte dos viajantes em demonstrar que os escravos domésticos são os que têm vida mais tranqüila. Freireyss é o primeiro a levantar esta questão afirmando que "o mais feliz é aquele que é destinado ao serviço doméstico"⁽³⁵⁾. Até certo ponto, a tarefa doméstica é de fato mais leve que o trabalho dentro de uma mina de ouro. Mas seria ingênuo pensar que lá eles obtinham melhor tratamento, pois havia os casos de castigos severos aplicados pelas senhoras e comentados, entre outros, por Saint-Hilaire: "A dona da fazenda do Retiro encheu-me de finezas até o último momento. No entanto, esta mulher que para comigo parecia tão boa e tão meiga, mal entrara em casa já eu a ouvia berrar, a mais não poder, e exaltar-se com violência contra seus escravos. Estas normas que parecem contraditórias não o são, realmente, aos olhos dos brasileiros"⁽³⁶⁾.

Mawe descreve uma experiência em Borda do Campo, on

de ao erguer um brinde à dona da casa pelos saborosos doces que ti nha experimentado, foi imediatamente esclarecido por esta, "que era a sua negra a encarregada de todas as espécies de trabalho domêsti co ..."(37).

As famílias menos abastadas costumavam alugar os seus escravos como serviçais. Eram, segundo Luccock, empregados du rante alguns dias certos "para um trabalho, nada penoso, de lavar a roupa"(38). Estes escravos eram denominados, segundo Pohl, de "la dinos" e os do Congo eram famosos como os mais hábeis para ofícios e arranjos da casa.

O horário de trabalho descrito por Mawe começava des de "antes de levantar o sol, até o acaso"(39). Este horário, bas tante fluido, nos leva a questionar se era realmente este serviço o mais leve, pois é claro que dependia da boa vontade, de condições específicas e do tratamento dado pelo proprietário.

Suzannet indica os mulatos como os mais aptos para certos serviços domésticos: "menos apáticos e menos indolentes que os negros, compreendem e executam as ordens sem haver necessidade de repeti-las"(40).

Recebidos pelos fazendeiros e administradores das mi nas, os viajantes eram cuidados pelos escravos que serviam as ca sas. Aparecem em seus relatos como figuras ou imagens de fundo das cenas descritas e experiências vividas nas casas grandes. São pou cos, na verdade, os autores que os registram como uma "entidade do mística", que tudo limpa e tudo organiza, que faz a comida e prepa

ra as tropas para as viagens, que coleta as espécies, caça os animais ou retira da terra as espécies botânicas que compõem as coleções para seguirem para os museus da Europa. O escravo doméstico povoa os relatos como uma sombra.

d) MANUFATURA E COMÉRCIO

Esta atividade é, de um modo geral, pouco significativa nas obras dos viajantes. Aparece como subproduto da produção doméstica.

O primeiro autor a fornecer informações sobre trabalho manufaturado é Mawe. Segundo ele, "todas as espécies de indústria estão nas mãos ou dos mulatos ou dos negros" (41). Em seguida, Eschwege completa a afirmação de Mawe, dizendo que "é quase impossível a existência de uma indústria que dependa da mão-de-obra livre" (42), referindo-se, principalmente, à siderurgia. O trabalho manufaturado nesse período é uma atividade exclusivamente atribuída ao elemento negro, quer livre ou escravo. Várias profissões são citadas pelos outros viajantes como atividades exercidas, sobretudo, por negros: ferreiros, tecelões, sapateiros, carpinteiros, bem como todo e qualquer tipo de produto manufaturado.

Freireyss, Saint-Hilaire, Luccock e Pohl descrevem, tanto em fazendas como na cidade, escravos negros que possuíam habilidades para tais funções ou eram desenvolvidas pelos senhores com este propósito.

Uma das condições básicas para o estabelecimento das

fazendas auto-suficientes era a existência de uma escravaria com habilidades, tanto para fiar, tecer panos, confeccionar sapatos, fabricar móveis e forjar o ferro necessário para uso doméstico. Os relatos sugerem que esta produção era voltada exclusivamente para o consumo local, ao contrário da produção na zona urbana, que era efetuada por negros livres, para o comércio local, seja prestação de serviços (consertos, etc.) ou a tarefa de fabricação de tecidos, sapatos, móveis e utensílios domésticos.

Segundo Luccock, havia em Ouro Preto grande escassez de artesões livres: "Muitos são da propriedade de um só senhor, aqui, como no Rio, costuma-se ensinar a alguns deles o ofício de carpinteiro, a outro o de remendão e os restantes habilitados a diversas ocupações úteis; costumam também alugá-los a quem deles possa necessitar renascendo, assim, vantajosamente os gastos que tiveram em instruí-los". Os escravos hábeis, quando os havia, eram muito disputados e "bastante estimados pelas suas prendas para que os protejam de fadigas excessivas e maus tratos"⁽⁴³⁾. Alguns proprietários os alugavam para obter lucro ou cobrir as despesas.

Em Diamantina no comércio e lapidação de diamantes estão envolvidos muitos negros, seja pelo produto do garimpo livre ou pelo roubo das minas controladas pela administração. Este comércio possuía compradores certos e, segundo Mawe, era o mais lucrativo.

NOTAS

- (1) ESCHWEGE, W.L.V. Pluto brasiliensis. 1941. p. 265.
- (2) LUCCOCK, J. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. 1951. p. 359.
- (3) ESCHWEGE, op. cit., 1941. p. 263.
- (4) Ferdinand Denis, por exemplo, nesta mesma época, afirma que: "os operários brancos, quando os hã, transferem o fardo mais grosseiro para o negro". (p. 134).
- (5) ESCHWEGE, op. cit., 1941. p. 265.
- (6) BETHEL, L. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. 1976. p. 16.
- (7) SAINT-HILAIRE, A. de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. 1974. p. 37-8.
- (8) Idem. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. 1975. p.55.
- (9) MARTINS, R.B. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. 1980. p. 2.
- (10) Idem, ibidem, 1980. p. 3.
- (11) ESCHWEGE, op. cit., 1941. p. 167.
- (12) Idem, ibidem, p. 105.
- (13) Idem, ibidem, p. 246.
- (14) BURTON, R. Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. 1977. p. 106.

- (15) Idem. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976. p. 217.
- (16) ESCHWEGE, op. cit., 1941. p. 175.
- (17) Idem, ibidem, p. 99.
- (18) CASTELNAU, F. Expedições às regiões centrais da América do Sul. 1949. p. 99.
- (19) SPIX, J.B.V. & MARTINS, C.F.P. Viagem pelo Brasil. 1938. p. 3.
- (20) MAWE, J. Viagem ao interior do Brasil. 1978. p. 138.
- (21) Idem, ibidem, p. 132.
- (22) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1975. p. 206.
- (23) POHL, J.E. Viagem no interior do Brasil. 1976. p. 96.
- (24) MAWE, op. cit., 1978. p. 136.
- (25) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1975. p. 323.
- (26) Idem, op. cit., 1974. p. 54.
- (27) POHL, op. cit., 1976. p. 207.
- (28) SPIX & MARTINS, op. cit., 1938. p. 84-5. Esta mesma frase aparece também no capítulo IV deste trabalho, porém cito-a novamente, desta vez para enfatizar outro aspecto.
- (29) LUCCOCK, op. cit., 1951. p. 326.
- (30) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1975 (3). p. 27.

- (31) SUZANNET, C. de. O Brasil em 1845; semelhanças e diferenças após um século. 1957. p. 110.
- (32) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1974 (4). p. 54.
- (33) SPIX & MARTINS, op. cit., 1938. p. 312.
- (34) BURTON, op. cit., 1977. p. 231.
- (35) FREIREIYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil; 1814-1815. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2: 225, 1906.
- (36) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1974 (4), p. 51-4.
- (37) MAWE, op. cit., 1978. p. 115.
- (38) LUCCOCK, op. cit., 1951. p. 135.
- (39) MAWE, op. cit., 1978. p. 156.
- (40) SUZANNET, op. cit., 1957. p. 71.
- (41) MAWE, op. cit., 1978. p. 129.
- (42) ESCHWEGE, op. cit., 1942. p. 249.
- (43) LUCCOCK, op. cit., 1951. p. 135.

X

O TRABALHO E A TRÉGUA

"(...) pertence ao escravo os domingos e feriados e, dado o grande número desses dias, a concessão não é insignificante. Nesses dias ele pode trabalhar em suas próprias plantações ou na lavagem do ouro".

[POHL, 1818-1820]

Os relatos dos viajantes sobre o tempo de folga dos negros escravos sugerem, a priori, o seu tratamento como uma forma de lazer. Porém, uma análise mais acurada, me fez questionar o próprio sentido da palavra lazer.

O tempo considerado livre, isto é, que o negro escravo podia ocupar para si, era na maior parte das vezes utilizado para a realização de seu próprio trabalho, qual seja, plantar roças, garantir, limpar a casa, etc.

Valendo-me de algumas informações colhidas dos viajantes, pude perceber que a escravidão pressupunha duas situações: 1) o trabalho forçado; 2) o tempo de trégua no trabalho forçado. O primeiro constitui-se do tempo dedicado à produção para o senhor, e o segundo dos "hiatos" no tempo anterior, onde o escravo podia escolher como utilizar esses espaços de tempo⁽¹⁾. Os senhores asseguravam aos seus escravos, em obediência aos preceitos religiosos, tréguas no trabalho forçado nos domingos, dias santificados e feriados cívicos. Sabe-se, porém, que a concessão desta trégua atendia a uma conveniência própria — a de preservação da mão-de-obra, de modo a garantir altos níveis de produtividade. Trabalhos como os realizados por Ianni, Costa, e muitos outros⁽²⁾, ilustram bem essa perspectiva de análise.

Subjugado de todas as maneiras, o escravo, enquanto tal, era transformado em máquina de trabalho; era, segundo Ianni⁽³⁾, parte do capital constante imobilizado na "plantation", engenho, fazenda ou fábrica, como os outros instrumentos de trabalho, as máquinas, a matéria prima, a terra. Dessa maneira, para o senhor, o sentido da existência do escravo é o trabalho. Enquanto máquina de produção em funcionamento, a condição de escravo se realiza. Nas horas de trégua no trabalho forçado, o escravo tinha a opção de escolher como utilizar o seu tempo, o tempo que era propriamente seu. Tal fato me sugere a existência de espaços de liberdade, onde podiam, em tese, decidir o que fazer e como fazer com seu tempo. Esta decisão, segundo os depoimentos dos viajantes, girava em torno das seguintes motivações: a) trabalhar para si; b) divertir-se (lazer propriamente dito); c) participar de rituais; d) "fazer nada".

Também neste caso nem sempre foi possível separar de cada informação a condição dos negros: se livres ou escravos. Em alguns autores, é bastante clara esta divisão, mas a maioria trata o assunto como sendo de negros de um modo geral, sem mencionar inclusive os locais onde se passam as cenas descritas.

O TRABALHO PARA SI

Chamo trabalho para si as formas utilizadas pelos escravos para produzirem para o consumo próprio, incluindo a prestação de serviços e o comércio, nos horários em que não trabalhavam para o senhor, ou seja, nos domingos, dias santos e feriados.

Enquanto parte dos momentos de trégua do trabalho forçado, o trabalho para si constituía-se sobretudo numa opção, embora fosse concretamente tarefa imprescindível à sobrevivência. Este tipo de enfoque sugere um outro, que conduz esta discussão a uma outra vertente: a de que os escravos utilizavam o produto de seu trabalho para obter a liberdade.

Dentre as opções de trabalho para si, havia a possibilidade concreta de luta e conquista da liberdade através do próprio esforço. Esse tipo de opção de uso da trégua do trabalho forçado está documentado nas obras de Mawe, Freireyss, Saint-Hilaire, Pohl, Rugendas, Gardner e Burton, num período que se estende por quase todo o século XIX, de 1808 a 1868.

A frequência dos dados me leva a pensar que a opção do trabalho forçado nas horas de trégua era prática comum no siste

ma escravocrata e teve uma prolongada existência até a Abolição. Barbosa aponta tal prática como um dos principais processos de obtenção de liberdade pelos escravos em Minas Gerais, a Carta de Alforria, registrada em Cartório, "seja por iniciativa do próprio senhor, seja do escravo que, nos domingos e nas horas que tinha de folga, conseguia os meios de comprar sua liberdade (...)"⁽⁴⁾.

Os depoimentos se referem tanto a escravos que viveram na área rural, como na urbana. Plantando, realizando tarefas domésticas e extra-domésticas⁽⁵⁾, ou garimpando nas suas horas de folga, o escravo tinha sempre em vista a conquista da liberdade.

Mawe, quando viajava nas proximidades de Mariana, escreveu sobre o regime de trabalho de uma fazenda que visitou: "dão aos negros tanta terra quanto podem cultivar nos momentos de lazer (a lei lhes concede para esse fim os domingos e feriados) e podem dispor à vontade do produto de seu trabalho"⁽⁶⁾.

Afirmações como esta me permitem pensar sobre três tipos de questões: 1) qual a quantidade de terras que estava disponível aos escravos para agricultura e mineração; 2) se a legislação previa estas atividades; 3) se havia o controle dos produtos pelos escravos.

Os depoimentos não esclarecem a respeito do volume de terras utilizadas na agricultura, apesar da descrição de Pohl de que estas dependiam da disposição do escravo para plantar⁽⁷⁾. Pohl, considerando o grande número de dias santos e feriados, acreditou terem sido bastante significativas. Freireyss, escrevendo so

bre as formas de subsistência dos escravos, mencionou a existência de apenas "pedacinhos de terra cujo rendimento, mesmo com a maior economia, não chega para o resgate"⁽⁸⁾, contrapondo-se, portanto, ao viajante Pohl. Acredito ter sido improvável que este tipo de iniciativa tenha gerado um excedente significativo, pois, se assim fosse, ameaçaria desde o início a perpetuação da própria economia escravista.

No que diz respeito à opção pela mineração, nas horas de trégua era-lhes concedido trabalhar, segundo Gardner "não nas minas dos senhores mas, em qualquer outro lugar, exceto nas reservas da Coroa"⁽⁹⁾. Apesar da intensa fiscalização, muitos conseguiam burlar os esquemas de proibição. Pohl, por exemplo, explica que o garimpo por conta própria "era atividade das mais rendosas, uma vez que a fiscalização não é tão rigorosa que impeça a um negro dispor de algum ouro"⁽¹⁰⁾.

Mawe me permite repensar a questão da garantia legal para a realização deste tipo de trabalho. A afirmação de que "a lei lhes concede para este fim", demonstra a intencionalidade do sistema em criar condições de o escravo se auto-gerir, sem prejuízo do tempo empregado na sua empresa, seja agrícola ou mineradora. Esse tipo de concessão não autoriza que se tenha uma visão abrandada das relações senhor-escravo. Ao contrário, seria mais um mecanismo de opressão. Dando ao escravo o tempo livre e a terra para plantar, ou realizar tarefas com fins lucrativos, o senhor se desobrigava de parte dos investimentos gastos na subsistência do escravo.

do produto desse trabalho pelos escravos, pode ser respondida com base nos depoimentos de Mawe sobre Mariana. Não significava grandes alterações em termos de mercado ou em relação aos produtos do senhor. Seu controle não trazia nenhuma ameaça ao sistema.

Daí podermos, talvez, aventar a hipótese de que, aliada à idéia de subsistência imposta pelo senhor, viria a de liberdade criada pelo escravo. Existiam, como já foi colocado, mecanismos de controle destas alforrias, mas o certo é que parte delas foi obtida por este sistema de trabalho. É em Gardner que encontramos o melhor exemplo do que procuramos até agora enfatizar: "uma das casas era pequena venda pertencente a um negro que me informou ser natural da África; por muitos anos trabalhara na lavagem do diamante como escravo, mas pelo uso previdente do seu privilégio de trabalhar por conta própria nos domingos e feriados, tivera a fortuna de encontrar diamantes em quantidade suficiente para comprar sua alforria, bem como a da mulher e vários filhos" (13).

O FAZER "NADA"

Alguns depoimentos dos viajantes denotam perplexidade quanto ao fato de que negros escolhiam, como utilização do seu tempo de trégua, "o não fazer nada". Outros atribuíam esta atitude a uma forma de negar a sua situação de escravo ou ex-escravo.

A primeira referência está em Eschwege, quando escreve sobre o negro "forro": "(...) embriagado da alegria de ser livre, foge de todo o trabalho, não se submetendo de modo algum a novo Senhor ..." (14). O negro livre procurava não cair nas malhas

da opressão que nem sempre respeitava a condição do negro, se livre ou escravo. Segundo Luccock, "parece por toda parte bastante que uma pessoa tenha a tez de um preto para que se designe como objeto sobre o qual a tirania se pode exercer (...) quando um dēspota necessita dos seus serviços, não se dá ao trabalho de indagar se um preto é escravo ou forro" (15). Vemos portanto que ao negro, constantemente associado ao trabalho, restava a chance de negar o cumprimento deste papel, não fazendo nada. Saint-Hilaire, por exemplo, escreve: "(...) sua felicidade é não fazer nada (...)" (16).

Saint-Hilaire atribui a marginalização do negro ao "calor do clima, o tédio e a ociosidade". Burton comparava os "diligentes" escravos que usavam este tempo para trabalhar para si e os "preguiçosos e dissolutos" que "iriam gozar a santidade do dia à moda africana, deitados ao sol e se puderem, bebendo e fumando haxixe, como os semi-selvagens de Serra Leoa (...)" (17). Este tipo de enfoque enfatiza uma visão de que o negro seria "naturalmente" preguiçoso e justifica a escravidão como uma forma encontrada pelo branco para conduzi-lo a um destino melhor.

Mascara o sistema: seria a presença do negro o determinante da marginalização e não o contrário. Burton, em Morro Velho, reforça ainda mais esta imagem: "(...) nos domingos, feriados e dias santos, que correspondem quase que à terça parte do ano, eles não fazem coisa alguma, a não ser passear pelos arredores, jogar e 'caçar' mulheres" (18).

NOTAS

- (1) Em RUGENDAS, por exemplo, encontrei a descrição de uma ce-
na cotidiana que nos parece bastante elucidativa: "no domín-
do, ou dias de festa, tão numerosos que observam mais de cem
dias do ano, os escravos são dispensados de trabalhar para
seus senhores e podem descansar ou trabalhar para si pró-
prios. (...)" Dessa maneira, não somente o escravo consegue,
com o produto de seu trabalho, uma alimentação sadia e sufi-
ciente, mas ainda muitas vezes, chega a vendê-lo vantajosa-
mente.
- (2) Vide IANNI, O. Escravidão e racismo. 1978.
VIOTTI, E. Da senzala à colônia. 1966. E também
GORENDER, J. O escravismo colonial. 1978.
- (3) IANNI, op. cit., 1978.
- (4) BARBOSA, W. de A. Negros e quilombos em Minas Gerais. 1972.
p. 209.
- (5) Extra-domésticas seriam as atividades realizadas fora de ca-
sa - comércio ambulante, de artesanato e doces caseiros ou
prestação de serviços.
- (6) MAWE, J. Viagens ao interior do Brasil. 1978. p. 139.
- (7) Para Denis, estas plantações ocupavam apenas uma porção de
terra em torno da casa.
- (8) FREIREYSS, G.H. Viagem ao interior do Brasil nos anos 1914-
1915. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São
Paulo, 2: 226, 1906.
- (9) GARDNER, G. Viagem ao interior do Brasil. 1975. p. 209.
- (10) POHL, J.E. Viagem ao interior do Brasil. 1976. p. 44.

- (11) BURTON, R.F. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976.
p.208.
- (12) Idem, ibidem, p. 237.
- (13) GARDNER, op. cit., 1975. p. 206.
- (14) ESCHWEGE, W.L. von. Pluto brasiliensis. 1941.
- (15) LUCCOCK, J. Viagem ao Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. 1975. p. 145.
- (16) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1975 (1). p. 134.
- (17) BURTON, R.F. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976.
p.208.
- (18) Idem, ibidem.

XI

CONDIÇÕES DE VIDA, CONDIÇÕES
DE PRODUÇÃO

"Os próprios negros não vão de má vontade para o serviço, pois o seu aspecto sadio demonstra que ali não sofrem nem fome nem mau trato".

(ESCHWEGE, 1811 - 1821)

Há uma estreita relação entre os depoimentos sobre as condições de vida dos negros e a produtividade destes, no trabalho. Essa correlação não é produto exclusivamente da visão dos viajantes, mas sim, de uma mentalidade que perpassa todo o sistema escravista. Os viajantes reiteram as preocupações que dizem respeito ao mundo dos brancos. Nesse sentido, a saúde dos negros, por exemplo, transforma-se numa questão inerente à produção. E como procurarei demonstrar no decorrer desse trabalho, isto também se dá em relação à alimentação e o vestuário.

A SAÚDE

A saúde do negro é um dado importante na determinação de seu valor enquanto mercadoria. O seu preço, para o traficante e o comprador, é estipulado segundo a "aparência geral". Escravo doente, era escravo parado; escravo parado, era prejuízo.

Incorporando a mentalidade do sistema escravista que os acolheram, os viajantes repassam em seus relatos preocupações nitidamente senhoriais. A saúde do negro escravo é um capítulo do trabalho. A continuidade de sua vida, após as intempéries e violências do tráfico, dependerá, muitas vezes, da sorte de cada negociante e comprador e não do escravo. Enquanto mercadoria, deveria apresentar bom aspecto e depois, ser um trabalhador ativo.

Os viajantes avaliam a saúde pela aparência geral, ou pela quantidade de trabalho que são capazes de executar. Ao analisar o conceito de saúde na sociedade escravocrata, procuro levantar as principais idéias veiculadas no século XIX, segundo os viajantes.

Alguns senhores tratavam melhor os escravos do que outros; porém de um modo geral, a posição ocupada pelo escravo na sociedade, destina-lhe as piores condições de vida : moradias insalubres, péssimas condições de higiene, má alimentação. As soluções mais baratas de alojamento contribuíram para a proliferação de doenças contagiosas, como por exemplo, as de pele, a verminose etc.

Também o conhecimento das formas preventivas para evitar certas doenças era ainda muito limitado. A medicina preventiva nesse período, dá os seus primeiros passos em direção ao cerco efe-

tivo das causas das doenças. Os métodos de controle das mesmas eram, quando existiam, pouco conhecidas e até ignorados, diante de outros desafios que a frente de colonização impunha como mais imediatos.

O século XIX, na história da Medicina, é um período de incentivo às pesquisas e de avanços científicos na identificação das doenças e determinação de suas causas, mas a prática é ainda lenta. Isto significa que nem sempre os diagnósticos feitos pelos viajantes ou pelos informantes desses, permaneceram e se confirmaram como verdadeiros do ponto de vista epidemiológico. Por exemplo, a papeira ou pescoço inchado era doença atribuída ao excesso de peso que alguns tipos de trabalhos acarretavam. BURMEISTER registra um número significativo de mulheres com papeira cuja incidência é maior no interior e tende a aumentar.

Com o tempo, se determinou precisamente a carência de iodo como o principal agente detonador do hipertiroidismo. Esse caso, é também ilustrativo da segunda peculiaridade de cada relato: os escravos que moravam à beira-mar não apresentavam essa deficiência, suprida pelo iodo marinho, ao contrário dos habitantes de regiões mais distantes (como o caso de Minas), que precisavam suprir essa carência através de alimentos ricos em iodo.

Dependendo do local da descrição, encontrei certos tipos de doenças ocorrendo com mais frequência sendo válido para epidemias e doenças contagiosas os fatores: higiene, alimentação, saneamento e condições climáticas locais propícias ao desenvolvimento de certas doenças.

A formação do viajante influenciou nesse tipo de relato,

mais que em outros temas. Os viajantes médicos, ou ligados às ciências biológicas tinham maior curiosidade e evidentemente maior competência para fazer um diagnóstico do que um comerciante. Esse último, porém poderia, num dado momento, viver e/ou registrar um fato mais significativo do que um cientista, fazendo com que o seu relato assumisse uma importância maior. Procurarei, no entanto, valorizar mais as experiências de contato direto do viajante com o doente, principalmente como médico, pois aí, o viajante examinou o doente, aplicou os seus conhecimentos e os da época para detectar o quadro clínico.

O primeiro viajante a escrever sobre esse tema, foi Nawe. Em uma fazenda próximo à Mariana verifica que "todos os negros foram transportados para o barro, exceto os inválidos e os doentes, que ficaram para trazer a casa em ordem -pois isto foi considerado trabalho suave para eles- e, à medida que se restabeleciam, foram sendo mandados para o barro a fim de trabalhar com os outros". Essa fazenda possuía uma mina, trabalhada pelos escravos.

Percebi, de início, uma preocupação com a produção. Mesmo os inválidos e doentes têm uma tarefa determinada, a limpeza da casa considerada trabalho "suave". O autor observou que o estado de saúde dos negros dessa fazenda era bem melhor que em outros lugares: "(...) veem-se muitas vezes negros com o pescoço inchado, mas em regra têm aparência de boa saúde; vi muito poucos atacados de elefantíase e de doenças de pele (...)". Aqui o autor, ao destacar essas duas moléstias, dá a entender serem elas comuns entre os escravos.

Na lavagem do diamante em Tejuco, anota que esses mudam de posição, tantas vezes quantas querem; o que é muito necessário, porque seu trabalho exige que coloquem os pés nas bordas do compartimento e que se abaixem muito. Esta posição é sobretudo, prejudicial aos negros moços, que não atingem ao crescimento completo. Ficam cambaios. Quatro ou cinco vezes ao dia, todos repousam e dão-lhes fumo, que muito apreciam". E ainda: "cada esquadra possui seu capelão e seu médico".⁽²⁾ Encontrarei nesses relatos muitas referências vinculadas ao trabalho, seja a produção prejudicada pela doença, ou mesmo as condições do trabalho gerando a doença. A presença do médico e capelão, novamente asseguram a posse do corpo e da mente do escravo, e garantem até certo ponto, níveis de "saúde" toleráveis à continuidade da produção.

Eschwege anota também algumas questões acerca do trabalho no garimpo: "em virtude da posição incômoda, os negros mudam constantemente de posição durante as lavagens, ora pondo-se de pé, ora apoiando uma ou outra perna nas bordas da canoa". "[...] Este trabalho é dos mais fatigantes e penosos, além de muito prejudicial à saúde dos escravos, pois enquanto os membros superiores ficam expostos longas horas aos ardentes raios de sol, a parte inferior tem de suportar a sensível frialdade das águas. Poucos negros, por esta razão, prestam-se para o trabalho, que são os mais robustos podem suportar". No segundo volume encontrei ainda: "são mais dignos de dor os negros que permanecem dentro da água fria dos ribeiros até a cintura, enquanto o tronco e a cabeça suportam os ardores de um sol abrasador...".

por esta razão, o engenheiro de minas teve muita di-

ficuldade em encontrar negros fortes e afeitos aos trabalhos na mineração. Conta que, após 14 dias de espera, recebeu quinze ou vinte escravos que havia encomendado. Segundo ele, "eram velhos e doentes, que não serviriam para coisa alguma. Eram um verdadeiro fardo para mim. Assim, devolvi-os logo a seus donos".⁽³⁾ Fica bastante claro o seu conceito de saúde e também a dupla situação enquanto viajante e senhor de escravo fazendo-o incorporar ao seu relato, a ideologia senhorial e escravocrata da época.

Freireyss procura mostrar como eram tratados os negros pelos traficantes e as condições de saúde que apresentavam ao chegar ao Brasil: "(...) muitos escravos chegam doentes ao porto. (...)". Os alimentos piores e até estragados, o pouco espaço em que são fechados durante a noite e o nenhum cuidado para com os doentes, são as causas de que a metade dos pretos já aqui são libertados pela morte (...). Pode-se admitir que o lucro do traficante é de 100 por cento, tornando-se, porém, muito maior se há poucos doentes entre os desembarcados. É raro isso, e muitas vezes, os navios chegam com a quarta parte da sua carga doente enquanto outros, que trazem consigo o g^{er}mem da moléstia, sucumbem poucos dias depois da chegada. Por ter experiências disso, os traficantes procuram vender a sua mercadoria o mais depressa possível, de onde vem, provavelmente o costume de venderem os escravos a prazo maior ou menor, conforme o comprador, o que parece vantajoso para ambas as partes, mas que quase sempre o é somente para os traficantes que vendem unicamente os escravos ruins a prazo. Um escravo comprado deste modo é mais caro, mas tem a vantagem para o comprador, especialmente no interior, onde é mais raro que os negros adoeçam logo e morram, porque até chegar a^í eles se acostumam ao clima ou os sintomas da doença já se

manifestaram (...). As doenças destes recém-chegados são numerosas e parecem se relacionarem às fadigas e misérias que sofreram e de que são conseqüências. Muitos morrem de febres infecciosas, disenteria, escorbuto, nostalgia etc., antes de chegarem ao novo senhor, mas também muitos morrem logo depois. A varíola vitima também, anualmente, uma grande porção destes infelizes, não obstante, vacinados gratuitamente para que o governo mantêm postos para vacinação em muitos lugares. Muitos traficantes não se utilizam desse meio de vacinação. Não se pode negar, todavia, que a maior parte sucumbe por falta de cuidados e bons médicos". (4)

As informações de Freireyss sobre o desembarque e transporte de escravos para o interior sugerem que haviam dois tipos de perdas: um na travessia e chegada ao porto e outro na viagem para o interior. O desfecho das enfermidades contraídas na travessia apareciam nos portos de chegada. Na segunda viagem, onde apareciam problemas de adaptação climática. Para o traficante, seria anti-econômico o investimento em cuidados com a saúde, pois o importante era mesmo "passar a carga adiante".

No Distrito Diamantino, Saint-Hilaire procura corrigir as informações de Mawe, sobre o fato de colocarem um cirurgião para cada tropa (5). Segundo ele, "existia então para os doentes um hospital com um cirurgião e um médico (...) mas, no momento em que os negros empregados pela administração não são de sua propriedade, ele não tem nenhuma necessidade de manter um hospital nem de pagar os proprietários dos negros que os vestem e os médicos (...). São os proprietários dos negros que os nutre e fornece as ferramentas necessárias aos trabalhos". Como Mawe, também ele

observa as conseqüências do garimpo na saúde dos negros: "(...) Obrigados a estar continuamente dentro da água durante o tempo da lavagem do minério e consumindo alimentos pouco nutritivos, quase sempre frios e mal cozidos, tornam-se pela debilidade do tubo intestinal, morosos e apáticos. Além disso, correm frequentemente o risco de serem esmagados pelas pedras que se destacam das jazidas ou soterrados pelos desmoronamentos..." (7)

Em outra parte esse mesmo autor faz alusões à questão climática como um dos agentes causadores de certas doenças e sugere ser o clima do Rio de Janeiro mais sombrio, fresco e úmido ; mais nocivo à saúde dos negros recém-chegados da Costa da Africa.

No Arraial de São Pedro de Alcântara, Pohl escreve que "os moradores, negros livres eram tão indigentes que nenhum alim^{to} pode conseguir". Em Paracatu, ressalta a "penúria de seus povos: (...) Quanto à assistência médica, os habitantes desta cidade são dignos de d^o. Não possuem médico, nem farmácia. Comerciantes vendem a alto preço alguns remédios simples, estragados, de jalapa, cacuanha, ruibarbo, quina de má qualidade, ópio, cânfora, mercuriais e outros. Quem tem a infelicidade de adoecer, não pode contar com uma possível assistência. Os remédios domésticos usuais são tomados em tal quantidade, que s^o podem apressar a morte (...)". Em outra parte o autor descreve os processos de cura que foram trazidos da Africa: "Os negros servem-se, em geral, de remédios baseados nas crendices que trouxeram da pátria, atravessando o mar, e conservam zelosamente. Apegam-se muito, especialmente na escolha dos alimentos, às antiquíssimas observações sobre a distinção entre eles, se são por natureza frios, quentes ou secos". Pohl valoriza apenas, a assistência médica fornecida por profissionais formados na medicina ociden-

tal: "Em várias localidades da capitania o tratamento é feito por práticos, que compram o direito de medicar através do pagamento de certa taxa ao cirurgião-mor. Esses tais são aqui chamados "curiosos". (8)

Na primeira parte do relato de Pohl, percebi que, assim como os escravos, ou talvez mais que esses, os negros livres lutavam em duas frentes muito vulneráveis: as má condições de moradia, alimentação e também a falta de assistência e atendimento médico.

Em alguns casos, a liberdade nem sempre significava maior chance de sobrevivência, pois ficavam abandonados à própria sorte.

O alto custo dos remédios e a exploração da medicina por "curiosos" evidenciam a prática da medicina doméstica, baseada em ervas e na observação e conhecimento acumulado pelos mais velhos, mas não dispensavam outro tipo de conhecimento.

Em Vila Boa e outros lugares visitados, Pohl foi chamado como médico, a socorrer os doentes, mas, como explica, muito pouco pôde fazer, pois não havia remédios e eram na maioria padecedores de males crônicos.

Os cientistas bávaros Spix & Martius foram também bastante solicitados durante as viagens. Em Vila Rica percebem que "a feição característica das doenças é, na sua maioria, catarral e reumática; inflamações da garganta e nos pulmões; cólicas violentas

e reumatismo agudo são as que mais ocorrem, sobretudo entre os negros, nota-se, porém, a denominada elefantíase, ⁽⁹⁾ uma forma específica do mal de São Lázaro". Ainda em Minas, registram outros contatos com essa doença "Sentimos dizer que encontramos diversos pacientes sofrendo desse mal no mais terrível abandono, porque os desgraçados tinham sido libertados pelos senhores a fim de ser evitado o contágio para os companheiros (...)" . E em Diamantina : " muitos negros que habitam o distrito, determinam infelizmente, a exposição do triste espetáculo da elefantíase, que afeta tantos indivíduos. Outra doença dos negros, cuja frequência tivemos ocasião de verificar, é a chamada arcus-senilis, o endurecimento (em arco) da córnea em volta da pupila. Essa doença, para a qual predispõe a fraqueza dos olhos dessa raça, tem a sua razão de ser provavelmente na claridade do sol, que os rochedos brancos refletem, no esforço dos olhos, na congestão do sangue para a cabeça, como necessária consequência da posição do negro a lavar o ouro e diamante, no contínuo resfriamento das extremidades com o amadurecimento do resto do corpo a ponto de transpiração, na alimentação grosseira de feijão preto, fubã de milho e tocinho e, sobretudo, do abuso da cachaça".

O botânico Gardner registra que em alguns lugares distantes dos recursos médicos, a senhora branca cuidava pessoalmente dos negros. Acredita que "as senhoras brasileiras são quase sem exceção bondosas para com os escravos domésticos de ambos os sexos mas, principalmente, com as que foram amas de leite". Em Vila do Espigão, visitou, a pedido de um senhor, um de seus escravos que estava a muitos anos sem trabalhar por sarcocele, considerada, nesta época, moléstia comum no Brasil. E descreve o caso como o mais extraordinário que observou: "o doente apresentava uma enorme massa

de carne sólida e piriforme que chegava ao chão e pesava quase tanto como o resto do corpo. O desgraçado era um homem ainda no vigor da vida e pouco sofria, exceto o incômodo que aquilo lhe acarretava". Também em Arraial do Bonfim, fez uma visita aos escravos de um coronel, a pedido desse, para verificar se o tratamento ministrado estava correto. Esse homem usava como guia, uma tradução portuguesa da Medicina Doméstica, de Buchan.

Como os demais viajantes, Gardner enfatiza a existência de doenças provocadas pelo garimpo: "as moléstias mais comuns aqui (principalmente Diamantina) são as produzidas pelas súbitas mudanças de temperatura, como resfriados e doenças inflamatórias. Os escravos que trabalham constantemente com água pelos joelhos, são sujeitos ao reumatismo". (11)

No mesmo lugar, Suzannet escreve : (...) o calor produz febres lentas que atacam todos os habitantes negros recentemente importados da África; são os únicos que escapam à influência perniciosa do clima". (12)

Esses dois autores parecem se contradizer quanto à influência climática ou as condições advindas do tipo de trabalho para a saúde do negro. Na verdade, as informações me levam a deduzir que os dois agentes exerciam influência . E que, de fato, a temperatura mais elevada, estava mais em acordo com a da terra natal, enquanto que a mínima, e a quantidade de umidade do ar e as próprias variações de temperatura a que eram submetidos os negros, provocavam, muitos problemas reumáticos e pulmonares.

Apresento a seguir, dois quadros que sintetizam as informações dos viajantes sobre as principais doenças e suas causas, abordando de modo geral os negros de Minas Gerais e outras regiões visitadas. No quadro III aparecem as doenças tal qual são descritas pelo viajante e no quadro IV os causadores mais frequentes dessas doenças.

IV - PRINCIPAIS DOENÇAS CONTRAÍDAS PELOS NEGROS, SEGUNDO OS VIAJANTES ESTRANGEIROS DO SÉCULO XIX.

TIPOS DE DOENÇAS	VIAJANTE
Acidentes de trabalho	SAINT-HILAIRE
Arcus senilis	SPIX e MARTIUS
Cólica	SPIX e MARTIUS
Coluna	MAWE
Debilidade do tubo intestinal	SAINT-HILAIRE
Doenças da pele	MAWE
Doença catarral	SPIX e MARTIUS
Desnutrição	POHL e WELLS
Desintéria	FREIREYSS
Elefantíase, mal de São Lázaro	MAWE, SPIX e MARTIUS
Envelhecimento	ESCHWEGE
Escorbuto	FREIREYSS
Fadiga, apatia	SAINT-HILAIRE
Inflamação na garganta	SPIX e MARTIUS
Nostalgia	FREIREYSS
Papeira, pescoço inchado	MAWE, BURMEISTER
Resfriado	GARDNER
Reumatismo	ESCHWEGE, SPIX e MARTIUS
Sarcocele	GARDNER
Variola	FREIREYSS
Verme da Guiné	LUCCOCK

V - PRINCIPAIS CAUSAS ATRIBUÍDAS ÀS DOENÇAS CONTRAÍDAS PELOS NEGROS, SEGUNDO OS VIAJANTES ESTRANGEIROS DO SÉCULO XIX.

CAUSAS	DOENÇAS
Adquiridas em consequência do tipo e quantidade de trabalho	Coluna, fadiga, reumatismo, doença catarral, papeira, morte por acidentes, cólicas, envelhecimento
Adquiridas por contágio	Elefantíase, febre infecciosa, arcus senilis, sarcocele, doenças da pele, varíola
Adquiridas em consequência das condições gerais de vida (alimentação, higiene, habitação, etc.)	Desnutrição, desintéria, escorbuto, envelhecimento, nostalgia, doenças da pele

ALIMENTAÇÃO

A alimentação dos escravos que trabalhavam numa empresa de mineração, que garimpavam para o seu senhor, ou realizavam trabalhos agrícolas era distinta? Não é possível retirar das obras dos viajantes uma resposta definitiva para essa pergunta. Mas de modo, ela está presente nos relatos e constitui, aliás, uma questão que os próprios viajantes tentaram responder, sem contudo conseguirem.

Não é possível estabelecer uma correlação clara e precisa entre atividade econômica, regionalidade e qualidade da alimentação dos negros que residiam em Minas Gerais.

Os viajantes mostram, porém, que em alguns lugares os escravos são melhor alimentados do que em outros e que a alimentação estava relacionada:

- 1) ao tratamento de um modo geral dado pelo senhor (o bom e o mau senhor);
- 2) a condição econômica do senhor;
- 3) a abundância da produção material local;
- 4) a uma estratégia de incentivo à produtividade no trabalho e à reprodução de mão-de-obra; nesse caso, mulheres que estavam grávidas;
- 5) certos tipos de trabalho requeriam um maior consumo de energia.

Mawe em uma fazenda próxima à Mariana, escreve: "alimentavam os negros, no almoço e à ceia, com farinha de milho misturada com água quente, na qual põem um pedaço de toucinho, e ao jantar

dar-lhes feijão". Em outros lugares, era adicionado carne fresca : " (...) se bem que o intendente atual tenha melhorado um pouco a alimentação dos negros, mandando dar-lhes diariamente, carne fresca, o que não acontecia sob o governo de seus predecessores"; sugere que uma mudança na administração alterava também a qualidade da alimentação dos escravos. Nesse mesmo lugar, Mawe registra que eram "em geral tratados com muito maior severidade que os outros lugares que tive oportunidade de conhecer".⁽¹³⁾ Em alguns casos, como escreve Eschwege, "ganhavam toucinho dos seus senhores".⁽¹⁴⁾ ou podiam também comprá-lo.

O trabalho complementar em roças e sítios doados para esse fim diminuía os gastos do senhor, que repassava aos negros, a tarefa de complementar a parca alimentação que lhes era dada. Por outro lado, através da troca era-lhes, possível obter outros produtos.

Freireyss, afirma que, com o lucro da venda de suas colheitas podiam comprar toucinho e "dividi-lo entre si". Outra forma de melhorar a alimentação era através da caça, pesca e coleta de frutas silvestres, ervas e raízes, principalmente, para aqueles que trabalhavam o dia inteiro na roça. Os viajantes informavam também qual o tipo de alimento que era dado aos escravos : Mawe cita a farinha de milho, o toucinho e o feijão ; Eschwege , o toucinho; Saint-Hilaire o fubá transformado em angu. Rugendas cita principalmente o feijão, a carne seca, o toucinho e a banana Pohl, em Paracatu, indica como a alimentação dos pobres - todos os negros - o feijão, o peixe seco e a farinha de milho. Em Diamantina, Spix & Martius e Gardner citam o feijão cozido e o fubá de milho, a cachaça e o toucinho.

Conforme observei, os gêneros alimentícios mais consumidos segundo os viajantes, podem ser divididos em produtos básicos e produtos complementares.

Como produtos básicos pode-se incluir todos aqueles que fazem parte da alimentação diária, de subsistência do escravo : feijão, farinha de mandioca, farinha de milho (fubá), toucinho, carne e rapadura - esses três últimos apenas alguns dias na semana ou até mês.

Os produtos complementares seriam todos aqueles obtidos pelos escravos, através do seu próprio trabalho - cultivo do milho, feijão, mandioca e outros - inclusive ou através da caça e colheita de ervas, raízes e frutas da época, vários tipos de folhas, bananas, abóboras, laranjas.

O consumo de cachaça era prática freqüente entre os negros, principalmente aqueles, que executavam os trabalhos mais pesados, no interior subterrâneo das galerias e escavações em busca de veios auríferos mais profundos; Ou os que ficavam com parte do corpo na água fria no garimpo de diamantes.

A má alimentação e o consumo freqüente da cachaça, provocavam porém, uma debilidade geral no organismo. Conforme informações obtidas em Diamantina, por Gardner : "para cada tropa que entra na cidade carregada de provisões alimentícias, chega outra com cachaça das plantações de açúcar das zonas baixas". Escreve ainda ter visto poucos casos de embriaguez nas ruas, "exceto entre a gente de cor". (15) O branco, na visão desse viajante, não costumava se

embriagar. Aliás, essa bebida aparece nos relatos sempre associada ao negro, escravo ou liberto.

A cachaça age como "droga" quando fornecida pelos senhores e tem uma ambiguidade em seu significado : uma hora é reprimida (diversão) e outra, é reforçada para sufocar as más condições de trabalho e como estimulante.

A alimentação nas Minas é um tema ainda carente de pesquisa mais aprofundada. Alguns autores discursam sobre a abundância, outros enfatizam a sua escassez. O certo é que, os viajantes apontam como "comida de escravos" o que constitui hoje a comida típica mineira : Feijão, angu e couve.⁽¹⁷⁾ Pergunto: os brancos passaram a apreciar o que davam a seus escravos ? Ao compartilhar a sua posta escassez inicial dos primeiros tempos da descoberta do ouro ; os senhores e escravos passaram a ter o mesmo paladar ? A diferença entre a alimentação dos brancos senhores e dos negros escravos era apenas calórica (maior ou menor quantidade ou a qualidade dos alimentos ?

O modo de preparar os alimentos, e quem os preparava me forneceu elementos para responder, em parte, essas perguntas . Saint-Hilaire, escreve : "o milho é preparado de duas maneiras diferentes; o primeiro originando o fubá "farinha simplesmente moída e separada do farelo com o auxílio de uma peneira de bambu" e o segundo, o angú "fazendo cozer o fubá na água sem acrescentar sal, que se faz essa espécie de polenta grosseira" (18). Também Gardner, descreve esse mesmo modo de preparar o Angú. O Feijão misturado à farinha de mandioca é também bastante citado (tutu).

As práticas alimentares de senhores e escravos eram , portanto, diferentes mas quanto a quantidade : de carne, toucinho , galinha e outros produtos considerados raro, que eram consumidos mais pelos primeiros.

Toda a comida era preparada pelos escravos ou escravas , se os haviam. A adequação do paladar dos brancos à comida dos negros se deve, talvez, a esse fato. Os escravos cozinhavam, logo desenvolviam a sensibilidade do paladar para certos sabores, temperos e suas combinações. Ao gosto contido nos alimentos e temperos disponíveis em Minas anexavam os de seu país de origem. Os escravos domésticos que se encarregavam da comida do senhor, exerciam seus dotes, sua arte culinária com amplo espectro de influências. Eram, inclusive, os que recebiam, segundo os viajantes, um melhor tratamento. Gardner, nesse sentido, considera ser "a condição do escravo de serviços domésticos melhor que a dos outros : mais bem alimentados, mais bem vestidos e com trabalho mais leve". (19)

Mas, certamente, as diferenças detectadas pelos viajantes não eram apenas de condição social, mas haviam também diferenças regionais. Burton, em sua estadia na Mina de Morro Velho, fornece um quadro bem otimista das condições de vida e trabalho dos escravos ali empregados : "os negros da Companhia consideram-se a aristocracia e olham de cima para baixo os seus irmãos...". "O vestuário, a alimentação e o tratamento médico são despesas que ficam por conta da Companhia. A alimentação é distribuída em : almoço (8:15), um jantar (12:30) e após o regresso, uma ceia, esta preparada pelos escravos em seus alojamentos". (20)

Em outra parte, explica que a carne era vendida aos negros e que nos sábados e domingos plantavam hortas, roças, criavam galinhas e porcos.

As mulheres, durante o período de amamentação, recebiam dieta ou "ração" aumentada, assim como todos os outros quando adoeciam, evidenciando a preocupação dos senhores com a produtividade. A bebida era oferecida diariamente, mas dependendo do comportamento do negro.

Segundo Burton, a companhia de Morro Velho era um verdadeiro "paraíso" para os negros escravos de Minas Gerais : organização, bom tratamento, higiene, e boas condições em relação às demais. Como inglês, procurou criar uma imagem impecável, de bom tratamento. A Administração inglesa seria um exemplo de racionalidade e maior lucratividade. Até que ponto e que medida essa imagem se aproxima daquela deixada pelos escravos ao saírem das minas, descreta também pelo próprio Burton ?

A sua condição de viajante inglês, demonstra o seu interesse em fornecer informações que não deixassem dúvidas sobre as qualidades de "bons senhores" de seus compatriotas. Afinal, a mesma Inglaterra que fazia guerra no mar contra o tráfico, explorava os braços escravos nas "longínquas" terras do interior do Brasil.

VESTUÁRIO

O vestuário do negro e escravo, não variou muito durante o século XIX. Associado principalmente, à proteção do corpo ou à

defesa de preceitos morais e religiosos da época, era feito de algodão rústico, plantado, colhido, fiado e tecido em escala artesanal e local.

O primeiro viajante a tratar desse tema é Mawe que, entre 1808 - 1809 em visita às fazendas Barro e Castro com 156 negros, próximo à Mariana e pertencentes ao Conde de Linhares escreveu: "trazem como vestimenta camisas e calças compridas de pano de algodão, aã mesmo plantado e tecido...". Nas explorações de diamantes do Rio Jequitinhonha, comenta: "... Não há regulamento especial para o vestuário dos negros; vestem-se para o trabalho o que mais convém ao seu gênero de ocupação, usam em geral, jaleco e calção, não andam nus, como escrevem alguns escritores". (21) Percebi de antemão que essas informações registradas por Mawe em seu diário foram retiradas de observações diretas, de cenas vistas e tomadas no local, e anotadas no diário. Sobre o fato de andarem nus, esse autor, não citou os escritores que teriam lhe transmitido essas informações. Também Denis, muitos anos mais tarde, fornece uma pista sobre o fato de andarem ou não, nus, ao afirmar que preferiu acreditar em outra versão: "John Mawe negava que os pretos fossem obrigados a entrar no telheiro nus; e afirmava que, no seu tempo, lhes permitiam vestir um calção e uma camisa. Ignoramos se os regulamentos depois tiveram um rigor desusado; um viajante francês, porém, que nos inspira muito mais confiança, afirma que os pretos trabalhadores andam completamente nus e que lhes permite, quando muito, o uso de um jaleco sem algibeira e sem forro nos tempos mais frios". (22) Esse viajante francês teria sido Saint-Hilaire? O que consegui recuperar desse autor, difere um pouco da interpretação de Denis.

Em Diamantina "o viajante francês" descreveu a operação da lavagem, onde certamente Denis buscou inspiração, sem ter, contudo, presenciado pessoalmente a cena. Afirmou, de início, ter obtido a explicação de homens que conheciam bem o assunto. Assim escreve: "Os negros não têm outra roupa, no trabalho de lavagem, além de um pedaço de pano de algodão amarrado ao redor das cadeiras; algumas vezes, entretanto, quando o frio se faz sentir, permitem-lhes o uso de um colete mas é preciso que não tenha dobraduras nem bolsos".⁽²³⁾ Essa divergência foi certamente, fruto de uma interpretação apressada de Denis, da afirmação de Saint-Hilaire, que apesar de tomada através de terceiros, coincide mais com a de Mawe.

Contemporâneo a esses autores, Freireyss, ao escrever sobre o "estado" da escravidão no Brasil, afirma que quando expostos para serem vendidos no Rio de Janeiro, apresentavam-se apenas com "um lenço de cor ou um pedaço de pano de lã que esconde os órgãos que não devem ser vistos".⁽²⁴⁾

Pequenas diferenças existentes nas descrições do vestuário dos negros percebidas nas obras de cada viajante, me reportam ao próprio conceito do que seria considerado nudez ou não. Estaria o negro garimpeiro nu, quando apenas uma parte do corpo apresentava coberta com um pano? Considerando que o garimpo, sobretudo de diamantes, exigia que o negro ficasse dentro d'água, era possível vestir outro tipo de roupa?

Pohl, outro viajante que se preocupou em registrar esse tipo de informação, ao chegar no Rio de Janeiro, no primeiro capítulo do seu livro, não fez qualquer menção ao fato de os esca-

vos andarem nus. Pelo contrário, apesar de muito simples, o vestuário do negro carregador em conjunto apresenta algumas diferenças : "calças curtas, em geral muito sujas, e um chapêu que varia de formato, constituem todo o traje de um carregador. Originariamente não usam camisa. Outros, ao contrário, trazem camisa e um gibão azul aberto".

Na vila de Paracatu, Pohl percebeu uma significativa parcela de indivíduos, em sua maioria negros livres, morando nas extremidades da vila, em grande indigência. Seu traje seria em geral, composto de um manto que vestem quando estavam em casa, ou na ruas nos domingos e dias santos.

As negras livres "andam com uma saia branca de algodão e um grande xale do mesmo tecido, que lhes cai dos ombros e do pescoço até a barriga da perna em curioso drapejamento e, de certo modo, recorda o traje das matronas da Roma antiga". Sobre o vestuário das mulheres também forneceu algumas informações logo ao chegar ao país: "As camisas das negras são de renda e, através dela, se vê a brilhante pele cor de Ébano; elas muito se comprazem com esse ornamento"⁽²⁵⁾.

Castelnau na Fazenda Soledad, às margens do Paraibuna, em direção à Vila Rica, registrou que : "Os tecidos assim fabricados servem ordinariamente para o vestuário dos negros e ao fabrico de sacaria para o café. São, no primeiro caso, tingidos de anil ou com o sangue da drago, o barrancã ou o curibã".⁽²⁶⁾

Sena, em pesquisa nos jornais de Vila Rica do século XIX, anota algumas notícias e descrições dos negros fugidos impres-

...sas nos anúncios. (27) Destaco nos seus relatos sobre vestuário, o mesmo que foi descrito pelos viajantes : calças de algodão de teares, tingidas ou de estopa, camisas de algodão riscado, baeta (28) e chita. E desses negros fugidos descritos por Sena, é curioso observar que entre as profissões mais citadas, aparece a de tecelão. Considerando o valor utilitário assumido pelo vestuário posso sugerir, à priori, que as roupas dos negros de um modo geral, independentemente da condição, serviam ou como proteção ou como ornamento. Tinham um valor utilitário e um valor estético, ou ambos. Tratarei a seguir de cada um deles.

a) Vestuário como proteção

Os relatos sobre vestuário que podem ser associados à proteção são os seguintes :

a.1 - Proteção no trabalho

Certos tipos de trabalho exigiam vestuário mais apropriado. E que informa Mawe : "vestem para o trabalho o que mais convêm a seu gênero de ocupação..." (29). E também Saint-Hilaire, quando descreve o trabalho no garimpo, ou Pohl, quando, ao comentar sobre as roupas do negro carregador, afirma existirem diferenças, segundo cada tipo de ocupação. Também Gardner, ao verificar que os negros do serviço doméstico eram mais bem vestidos.

a.2 - Proteção às condições climáticas

Em certas regiões ou épocas do ano, os negros precisavam ... de agasalhos para proteção ao frio, enquanto que, em regiões mais quentes, roupas mais leves e abertas; ou mesmo para se protegerem das chuvas, como nos relata Saint-Hilaire: "Quanto aos negros, eles se preservam da chuva por meio de pitorescos mantos, feitos com folhas secas e muito longas de uma Gramínea ou Ciperácea, chamada capim mum-

· beca, que nasce nos lugares altos". (30)

a.3 - Proteção à moral e preceitos religiosos

A nudez das negras não é vista com a mesma complascência com que é vista a das Índias. Mais próximas da "civilização", são lhes atribuídos valores morais iguais aos dos brancos. Denis, por exemplo, não considera o "pano de algodão amarrado ao redor das cadeiras" descrito por Saint-Hilaire, como vestuário. E a observação de Freireyss revela a preocupação com o aspecto moral, mesmo quando estavam expostos à venda.

b) Vestuário como forma de ornamento

Os relatos sobre vestuário que podem ser associados à idéia de ornamento, ou uma estética peculiar da população negra são apresentados como :

b.1 - Expressão do gosto africano -

A herança cultural e as formas anteriores de vestir reaparecem na improvisação e adaptação do vestuário destinado aos escravos, com na improvisação e adaptação do vestuário destinado aos escravos, no gosto por cores vivas, por roupas largas, pelas rendas e ornamentos que realçam a cor da pele. Gardner considera que "as mulheres têm mais gosto que os homens" ; e se incomodam menos em andarem esfarrapados, sugerindo assim uma preocupação estética mais acentuada nas negras. Os panos, de preferência, são coloridos, "tintos ou as chitas floreadas, e as saís com muito pano". (31)

b.2 - Expressão do status do dono e do negro livre

O vestuário era forte indicador da situação econômica e social, tanto do senhor de escravo como do negro livre. Servia também para indicar a profissão ou ofício exercido ou no caso de serem escravos, para identificá-los como de propriedade desse ou daquele senhor.

Em situações de fuga, como revela a pesquisa aos anúncios de jornais de Vila Rica elaborado por Sena, a roupa era um dos fortes indicadores da "identidade" do negro escravo, ou melhor, de seu proprietário. A roupa estabelece e reforça uma hierarquia que reflete a posição social, como nos padrões dos brancos cria um segmento paralelo ao dos negros entre si e desses em relação aos de outros senhores. (32)

Ave-Lallemant, quando em sua viagem próximo ao Jequitinhonha, fala a um grupo de escravas muito enfeitadas, e comenta: "... esses grupos de escravas enfeitadas têm ainda uma outra significação nas viagens da família. Devem mostrar sua abastança". E estabelece uma comparação com o sul: "Assim como uma família, viaja do de carro no Rio Grande, gosta de ver diante de si muitos cavalos e bois, para exibir certa riqueza, assim também uma tropa de escravas e até muitas vezes com vestidos de cetim preto e corrente de ouro em volta do pescoço nas regiões onde predomina o trabalho escravo, serve como reclamo de abundância". (33)

Como padrão estético do negro, não importará somente o vestuário, mas a aparência relacionada ao vestuário e à higiene: o aspecto geral das roupas, se eram limpas ou sujas, velhas ou novas, se estavam calçados, cabelos cortados ou penteados.

Em Sapé, lugarejo próximo a Paracatu, a população, identificada como composta por homens de cor, foi descrita por Pohl: "as roupas dos habitantes da região não eram melhores do que suas casas. A bem da justiça, porém, devo acrescentar que, embora se não fizessem muitas vezes esfarrapadas eram, pelo menos, limpas".

· pensar também sobre as dificuldades e o alto preço do tecido em algumas regiões e épocas. Não somente a pobreza, mas a escassez de produtos manufaturados. Nas vilas e pequenas propriedades rurais, Pohl conta : "conheci alguns indivíduos que tiravam a roupa suja e ficavam debaixo de uma árvore até que a negra a lavasse e secasse ao sol; então, tornavam a vesti-la e entregavam-se à ociosidade".⁽³⁴⁾

NOTAS

- (1) KIDDER e FLETCHER registram alguns protestos no Rio, quando a população se revolta contra alguns senhores que abandonavam ou concediam liberdade aos escravos que se encontravam doentes ou velhos.
- (2) MAWE, J. Viagens ao interior do Brasil. 1978. p. 138-9,156.
- (3) ESCHWEGE, W.L. von. Pluto brasiliensis. 1941. p. 137, 170, 176.
- (4) FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil nos anos 1914-1915. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2: 218-9, 224, 1906.
- (5) Esta informação é comentada na parte XIII, quando abordamos a temática da religião.
- (6) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagens às nascentes do Rio São Francisco. 1975 (3). p. 309.
- (7) SAINT-HILAIRE, A.de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. 1974 (2). p. 26.
- (8) POHL, J.E. Viagem no interior do Brasil. 1976. p. 95,125.
- (9) Os viajantes KIDDER e FLETCHER anotam como doenças dos escravos do Rio de Janeiro a elefantíase e a cegueira.
- (10) SPIX, J.B. von & MARTIUS, K.F.P. von. Viagem pelo Brasil. 1938. p. 127, 135, 313.
- (11) GARDNER, G. Viagem ao interior do Brasil. 1975.
- (12) SUZANNET, C. de. O Brasil em 1845. 1957. p. 145.
- (13) MAWE, op. cit., 1978. p. 139,156.

- (14) ESCHWEGE, op. cit., 1941. p. 131.
- (15) GARDNER, op. cit., 1975. p. 210.
- (16) Vide por exemplo, ZAMELLA, M. O abastecimento da capitania de Minas Gerais século XVIII. 1951.
- (17) Vide FRIEIRO, E. Feijão, angû e couve. 1982.
Esta obra tenta, entre outras coisas, responder se há ou não uma comida típica mineira.
- (18) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1975 (1). p. 107.
- (19) GARDNER, op. cit., 1975. p. 25.
- (20) BURTON, R.F. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976.
p. 235.
- (21) MAWE, op. cit., 1978. p. 139, 156.
- (22) DENIS, F. Brasil. 1980. p. 365.
- (23) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1974 (2). p. 38.
- (24) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 220.
- (25) POHL, op. cit., 1976. p. 44, 102.
- (26) CASTELNAU, F. Expedição às regiões centrais da América do Sul. 1949. p. 123.
- (27) SENA, M. de A. Negros fugidos em Minas Gerais (século XIX).
1981.
- (28) Tecido grosso e felpudo de lã.
- (29) MAWE, op. cit., 1978. p. 156.

- (30) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1974 (2). p. 87.
- (31) GARDNER, op. cit., 1975. p. 24, 102.
- (32) DENIS comenta não apenas sobre estas duas diferenciações, mas dá ainda uma terceira, que é herdada daquelas estabelecidas nos países africanos de origem: "... nesta hierarquia da escravidão se fica surpreso com a diferença que a riqueza dos trajés estabelece, ou somente a opulência do senhor, uma coisa choca ainda mais: são as velhas lembranças da África que sobrevivem ao cativo. Este negro, que se vê a parte, é muitas vezes um chefe, ao qual se respeita e que se reencontra sempre o seu poder quando alguns vão consultá-lo...".
p. 126.
- (33) AVÉ-LALLEMANT, R. Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Recife. 1980. p. 195.
- (34) POHL, op. cit., 1976. p. 120.

A DANÇA E A MÚSICA

" (...) Com os jarretes, vergados, punhos fechados, o ante-braço em posição vertical, avançavam um após o outro remexendo os pés e dando a todos os membros uma espécie de agitação convulsiva que devia ser extremamente fatigante para homens que tinham trabalhado durante o dia todo. Um tal estado violento, porém, contribuía para esse esquecimento de si mesmo, que faz toda a felicidade da raça africana, e foi com grande pesar que viram chegar o instante marcado para o seu repasso".

[SAINT-HILAIRE, 1810 - 1822]

Com excessão de Castelnau, todos os autores são unânimes em destacar a dança como a principal forma de lazer dos negros livres e escravos. E com ela, a música, ou o ritmo, que marca os passos da dança. O teatro, os jogos de cartas, os encontros nas "vendadas", onde, segundo Saint-Hilaire, "esquecem na embriaguez, a escla-

vidão e suas misérias (...)" (1) são também mencionadas como outras formas de divertimento.

As festas dos negros ou tinham um caráter profano, como por exemplo, o batuque, ou estavam ligadas ao calendário das festas religiosas.

Nos relatos dos viajantes, a dança e a música, são partes de uma mesma atividade; aparecem quase sempre como elementos que, através do ritmo, se resumem num único espetáculo.

Dentre as várias formas de diversões citadas, há uma acentuada valorização da dança e da música. Aparecem em todas as suas festas, sejam profanas ou religiosas e até mesmo durante o trabalho.

Desde o momento de sua chegada ao Brasil, ainda nos mercados onde ficavam expostos para serem vendidos, nos períodos de trêgua do trabalho forçado (à noite) e até mesmo enquanto trabalhavam, como procuraram mostrar os viajantes, esta prática era muito comum, seja no trabalho doméstico, na agricultura ou na mineração.

Saint-Hilaire e Burton, um no início, outro no fim do século XIX, testemunham o costume dos negros cantarem enquanto trabalhavam. Segundo Saint-Hilaire, no Distrito Diamantino os negros reunidos em grande número cantavam em coro as canções de sua terra. Na mesma região, muitos anos depois, Burton escreve: "os negros, fisgados pelos feitores, postados em todos os ângulos, estavam realizando cantos alegres de costume, a camada sem valor, sobrevivendo, entoando cantos alegres de costume, a camada sem valor, sob

a qual esperavam encontrar o cascalho amarelo, portador das pedras preciosas" (2).

Reunindo elementos culturais comuns, os cantos amenizavam a dureza da jornada de trabalho, promoviam um sentido de solidariedade do grupo e reavivavam os valores de sua origem africana.

Dança e música formavam quase um todo harmônico, onde, através do ritmo, os negros conseguiam sintonizar-se com a sua cultura. Apesar de pertencerem a diferentes nações, encontravam afinidades e afirmavam a sua identidade, através da realização de danças e músicas que relembavam as práticas de sua terra natal.

Nesse contexto, passam a simbolizar sua liberdade, a constituir ESPAÇOS DE LIBERDADE, principalmente enquanto representam a negação do trabalho forçado e a afirmação de sua origem, de sua africanidade.

A resistência física e a intensa disposição para a dança, após um dia árduo de trabalho, surpreenderam em muito os viajantes estrangeiros. Se por um lado parecia ter um caráter espontâneo, por outro nem sempre dependiam de sua vontade, ficando à mercê do consentimento do senhor. Saint-Hilaire, em sua ida à Ubã, observa que somente mediante a permissão do senhor, os negros escravos, após um dia de trabalho, dançaram o batuque, considerado inclusive, muito fatigante por este autor.

Esta imagem contribuiu, de certo modo, para reforçar

a idéia de uma escravidão humanizada, onde os escravos trabalhavam cantando e dançando.

A prática de cantar durante o trabalho, nem sempre era permitida e ao contrário de significar boas condições de vida, poderia, suponho, representar uma forma de suportar o pesado fardo que lhe impunham; ou também a negação de sua exploração, de sua utilização, como máquina na esfera produtiva.

O consentimento do senhor, quando isto ocorria, fundamentava-se no fato de que a dança e a música, eram um fator estimulante, revitalizador, ⁽³⁾ e não a que esgotaria as suas forças produtivas.

Freireyss testemunhou um grupo de negros recém-chegados, dançando à moda de seu país e explica que "o traficante lhes permite, porque sabe que a falta de movimento e a nostalgia lhes diminuem o infame lucro". ⁽⁴⁾

O primeiro viajante que escreve sobre as danças dos negros escravos em Minas Gerais no século XIX é Eschwege. Seus relatos destacam o papel da diversão que proporciona alegria aos negros nas horas de trêgua. (...) Grande é a satisfação do mísero, quando, aos domingos e dias santificados pode divertir-se dançando a noite inteira com sua bela" ⁽⁵⁾ Esta abordagem vincula a dança ao prazer, ao contrário das outras, que enfatizam o esgotamento físico ou o bom tratamento e o repouso.

Dentre o lundu, a capoeira, o fandango e o batuque,

todos mencionados pelos viajantes, é o batuque o mais importante, tanto pela freqüência das citações contidas nos relatos como pelas fontes ora analisadas.

O viajante Freireyss, assistindo a um batuque em Vila Rica, assegura ser raro outro tipo de dança no interior enquanto nas cidades já predominavam aos poucos a influência das danças inglesas.

Em alguns autores, o batuque apenas é citado, outros o descrevem pormenorizadamente, como é o caso de Saint-Hilaire, Spix & Martius, Rugendas, e o próprio Freireyss. Procuram descrever como é o batuque, fornecendo informações sobre o ritmo, a música e a expressão corporal. Nestas descrições podemos notar algumas pequenas variações quanto aos instrumentos que marcam o compasso, que para uns são tambores, outros estalidos de dedos e palmas das mãos. Estas variações ocorrem na maioria das vezes por circunstâncias ocasionais, e dependem em certos casos da existência ou não de instrumentos, que são substituídos por palmas e estalidos de língua e dedos. Os toques de viola também se condicionam às disponibilidades materiais de cada grupo. Dentre todos os instrumentos, a viola é a mais comum. É chamada por Freireyss, de "guitarra".

Em seu batuque, o dançarino do centro dá uma umbigada no outro que se exhibe e troca com o seguinte, repetindo a mesma seqüência. Spix & Martius viram um casal de bailarinos que realizavam "rotações e contorções artificiais da bacia"; em Rugendas os "figurantes" trocam de lugar na roda. São variações muito sutis mas que revelam as várias diferenças existentes: quanto à origem africana e as influências regionais, verificadas em todo o país.

Freyreyss cita entre os inimigos desta dança, a igreja, especialmente os padres. Um deles chegou a negar a absolvição a um paroquiano negro, "acabando desta forma com a dança, porém, com grande descontentamento de todos"⁽⁶⁾.

Há um preconceito contra o batuque que perpassa todo o discurso, ora reproduzindo os valores da sociedade analisada, ora revelando o ponto de vista do autor. Assim, o batuque seria uma "dança lasciva" para Freireyss, "dança indecente" para Saint-Hilaire e "dança obscena" para Spix & Martius. Tanto na descrição da moral local, em caso de reação da igreja mencionado por Freireyss, do ponto de vista do cronista, (por exemplo, Saint-Hilaire a classifica: "dança que a decência mal permite mencionar"), o que mais impressiona são os movimentos do corpo - bem distintos dos europeus. Freireyss enfatiza a importância do conhecimento das formas de lazer como parâmetro de julgamento de um povo; porém sua visão é extremamente etnocêntrica: "(...) o negro selvagem com a alegria barulhenta e o comedido maneio de seu corpo, indica o verdadeiro grau em que se acha na escala social, que, conforme nossas idéias de beleza, está muito baixo, sendo singular que as danças dos negros sejam exatamente o contrário das nossas, porque ao passo que nós procuramos mostrar o nosso corpo na luz mais favorável e os nossos professores de dança se esforçam por dar aos seus discípulos uma posição exata e elegante, os negros procuram dar ao seu corpo as mais extravagantes posições, contrariando de modo mais desnatural possível o jogo de todos os seus músculos, e quanto mais ele o consegue, maiores são os aplausos que lhe são dispensados. (...)". E continua: "da roda sai de repente um deles, pula para o centro onde gira sobre si mesmo, movendo o corpo em todas as direções, parecendo destroncar todas as arti-

culações, e aponta para um outro qualquer, que por sua vez pula para dentro, fazendo o mesmo que o anterior e assim, sem mudança nenhuma continuam até serem vencidos pelo cansaço. Esta dança às vezes dura horas, com grande descontentamento dos vizinhos" (7).

A meu ver, a dança passa, a ser o veículo de discriminação dos viajantes, pois é através dela que são julgados os padrões estéticos do negro, vem tal como Freireyss "bem abaixo dos padrões brancos".

O social é invocado para expressar oposição branco X negro e para justificar o ponto de vista discriminador. Se a maioria dos autores trata a dança dos negros como "diferente" ou "exótica" e, aí apresentam a sua visão etnocêntrica, Freireyss a designa como "o contrário". Nesse contraste estão apenas os aspectos negativos. E desse modo, passa a analisá-la como o oposto do movimento do branco, o "seu negativo", o corpo negro como que preenchendo os espaços por onde o corpo branco "evita" passar, por considerar deselegante, fora de seu padrão estético.

Burmeister percebe com bastante clareza e visão crítica, incomum nos autores de sua época, a segregação racial na dança: "nunca se vêem pretos dançar com mulatos ou brancos, mas sim mulatos com brancos. Contudo o branco de certa categoria mantêm-se reservado, dançando apenas com outros brancos de ambos os sexos. O lundu é uma dança mais agradável que o batuque(...) Este é preferido pelos pretos, aquele pelos brancos" (8)

A preferência por um ou outro tipo de dança revela

que esta, quase sempre representa o grupo que a elege como veículo de sua expressão, assumindo deste modo, um caráter de discriminação. A dança, como uma atividade social, traduz os níveis de segregação existentes. Burmeister, diz que são estas as regras do jogo : branco escolhe com quem dançar, mulato pode entrar no jogo, preto só dança com preto.

Além do maculelê, descrito como "dança militar" por Rugendas, também a capoeira⁽⁹⁾ está presente nos relatos.

A música negra aparece nos depoimentos dos viajantes sempre ligada à dança, servindo para marcar o ritmo do batuque, ou como acompanhamento. Os instrumentos mais citados são a viola e o tambor. O "toque de viola" é, segundo Pohl, uma das principais diversões dos negros e quase sempre acompanha o batuque. Além desses, outros instrumentos são citados pelos viajantes: a guitarra, a flauta, o violino e o órgão, estes três últimos porém, segundo Pohl, pouco vistos em Minas Gerais.⁽¹⁰⁾ Acredita-se, no entanto, que alguns autores podem não terem conseguido identificar corretamente o nome do instrumento, preferindo associá-los a instrumentos europeus mais ou menos semelhantes. A guitarra, por exemplo, sugere ser a viola, instrumento comum entre os escravos ou preferiam discorrer sobre o seu aspecto, sem mencionar o seu nome, como é o caso de Saint-Hilaire, que escreve : "um pedaço de pau arredondado sobre as raiuras transversais de um grosso bastão"⁽¹¹⁾, que produzia ao mesmo tempo um ruído mais ou menos semelhante ao da matraca. Spix & Martius viram "um instrumento de madeira com fios de seda esticados e sons estridentes produzidos pela fricção de dois paus".⁽¹²⁾

Se por um lado estão preocupados em mostrar a influência da música, dos cantos e do próprio ritmo africano na vida dos negros, na tentativa de caracterizá-la, há uma escolha de adjetivos que reforçam o seu lado negativo. Assim, Freireyss fala de uma "música infernal e uma gritaria insuportável"; Saint-Hilaire e Pohl chamam-na de "monótona e cansativa" e Spix & Martius, apesar de referirem-se a uma música plangente, não deixam de tomá-la por "estridente".

Este tipo de imagem no entanto, me parece bastante distinta de uma outra, que revela surpresa e admiração pela paixão dos negros à música e de sua capacidade para executá-la.

Saint-Hilaire em outra parte de sua obra, acha que "seus cantos e danças são, sem dúvida bárbaros, e sabem executá-los com uma perfeição geralmente desconhecida aos franceses de classe inferior. (12) A comparação serve no entanto para limitá-la socialmente. O termo "bárbaro", segundo o próprio sentido da frase, é utilizado no sentido pejorativo, como também o fazem os outros autores que associam-no a atraso ou a selvageria.

Também Agassiz presenciou a uma cena quase idêntica a esta, numa fazenda nos arredores do Rio, o que me sugere ser uma prática não rara nesta época: "a paixão dos negros por esta arte é factotado em toda parte, esforçam-se muito aqui para aprendê-la". (14)

A música contribuía para a afirmação do grupo negro e do seu senhor. (15) Através da profissionalização eram valorizados pelos elementos brancos. Há uma perplexidade quanto a sua capacidade de executar música que não está vinculada diretamente às raízes

africanas.

Apesar de esparsas, as notícias sobre teatro fornecidas pelos viajantes evidenciam a sua existência entre os negros de Minas Gerais. Saint-Hilaire dá notícias da construção de um teatro em Paracatu onde "os escravos em suas folganças, espalhavam, segundo se conta - ouro em pó sobre as cabeleiras de suas melhores dançarinas. (16)

Antes deles, Freireyss denuncia o preconceito contra a atividade teatral, que é relegada aos mulatos: "os atores são medíocres e todos mulatos, porque os brancos desdenham este meio de vida". Mais adiante, quando refere-se ao mulato, confirma este fato: "nas províncias, é ele o comediante, porque o branco tem vergonha de o ser. (17) Estas informações, embora esparsas, revelam a existência de um teatro negro e outro branco: um de negros para negros e outro, apenas freqüentado por brancos onde os mulatos serviam de atores para esses.

OUTRAS FORMAS DE DIVERSÃO

Os jogos de cartas são apontados pelos viajantes como uma de suas formas de lazer. Pohl, Gardner e Castelnau, mencionam o hábito deste jogo entre a população negra livre e escrava. Castelnau, na estrada Rio-Minas, queixa-se dos negros que passam a noite a jogar cartas em frente à porta de seu quarto. Este hábito era freqüente, sobretudo, nos bares, onde principalmente, os negros livres se reuniam para conversar, trocar idéias e beber cachaça.

ã uma condição sub-humana de vida, era reprimida. Quando usada, para estimular o negro na produção, mascarar as péssimas condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores das minas, por exemplo, era estimulado. (19)

Burton, apesar de enfatizar o aumento progressivo do alcoolismo na mina de Morro Velho, demonstra que a bebida é usada como recompensa do bom comportamento: "um negro de boa conduta pode obter um trago de uma onça uma vez por dia, com permissão do chefe"; ou é um estimulante contra as péssimas condições de trabalho na mina: cada chefe de departamento tem uma provisão de restilo que pode distribuir à vontade e o chefe de mina pode dar um "pingo" aos negros que saem do trabalho molhados. Acrescenta-se que "o negro também se mostra muito amigo do pango, aqui chamado ariri, ou conhecido 'bhang' cannabis sativa da Índia e da costa ocidental e oriental da África. Mostrar-se-ã prontamente disposto a pagar até 1\$000 por um punhado desse veneno. (20)

NOTAS

- (1) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem as nascentes do Rio São Francisco. 1975 (3). p. 40.
- (2) BURTON, R.F. Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. 1977. p. 102.
- (3) Rugendas, referindo-se aos usos e costumes dos negros no Brasil, de um modo geral, escreve: "(...) dir-se-ia que após os trabalhos do dia, os mais barulhentos prazeres produzem sobre o negro o mesmo efeito que o repouso. À noite, é raro entre os escravos reunidos que não estejam animados por cantos e danças, dificilmente se acredita que tenham executado durante o dia os mais duros trabalhos, e não conseguimos persuadir de que são escravos que temos diante dos olhos". p. 154.
- (4) FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil nos anos 1914-1915. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2. 1906.
- (5) ESCHWEGE, W. L. von. Pluto brasiliensis, 1941.
- (6) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 215.
- (7) Idem, ibidem, p. 223.
- (8) Vide BURMEISTER, H. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1952. p. 252. Antes dele, Denis e Rugendas também relacionam o lundu às danças dos negros, o primeiro a define como "um movimento das partes inferiores do corpo que o europeu saberia jamais imitar"; o segundo a identifica não só como dança de negros, mas também praticada pelos portugueses.
- (9) Denis define a capoeira como aquela que "finge o combate" e o desenhista dá maiores detalhes: "os negros tem ainda um ou

tro folgado guerreiro muito mais violento, a capoeira: dois campeões se precipitam um contra o outro, procurando dar com a cabeça no peito do adversário, que desejam derrubar. Evita-se o ataque com saltos de lado e paradas igualmente hábeis, mas lançando-se um contra o outro mais ou menos como bodes, acontece-lhes chocarem-se fortemente cabeça contra cabeça, o que faz com que a brincadeira não raro degenerem em briga e que as facas entrem em jogo ensanguentando-a". (p. 155). Como se pode perceber, o autor compara os capoeiristas com bodes, dando uma conotação animal à dança. Enfatiza sua violência e seu perigo.

- (10) Denis destaca a importância da música como forma de preservar a cultura negra, uma vez que procuram manter os instrumentos próprios de cada nação. Cita, dentre eles, a banza, o congote, o monocórdio e o loango.
- (11) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1975 (1) p. 31.
- (12) SPIX, J. & MARTIUS, K.F. Viagem pelo Brasil. 1938. p. 295.
- (13) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1975 (1). p. 18.
- (14) AGASSIZ, L. & AGASSIZ, E.C. Viagem ao Brasil. 1975. p. 305.
- (15) Kidder e Fletcher, quando viajavam na estrada Rio-Minas, são recebidos na casa de um Comendador que disse possuir a sua "própria música", elaborada e executada por negros: "Uma hora depois das vésperas, ouvi sons e aí vi quinze escravos musicos e toda uma banda regular (...) observei também um respeitável cavalheiro de cor (que se sentava junto a mim ao jantar) dando ordens. Era o maestro (...) a orquestra começou a executar (...) Não estava preparado para tanto (...) cantavam pelas suas próprias anotações, e negrinhos de doze a sesses seis anos de idade, liam as palavras com tanta facilidade como estudantes em exame" (1941:158)
- (16) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1975 (3). p. 147-8.

- (17) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 177, 191.
- (18) SPIX & MARTIUS, op. cit., 1938. p. 129.
- (19) Rugendas justifica a repressão, demonstrando ser a bebida , um fator de desordem do sistema: "Em geral os divertimentos dos negros provocam desordem tanto mais graves quanto raramente eles têm o espírito livre dos efeitos do álcool, não somente porque bebem demasiado mas ainda porque suportam mal a bebida, bastando uma pequena dose de cachaça, espécie de rum de má qualidade, para embriagá-los completamente. Imediatamente puxam-se as facas e os ferimentos graves e assassínios são mais do que comuns (...). Kidder e Fletcher citam a máscara de estanho, que é colocada no rosto do escravo no Rio de Janeiro, para evitar que beba quando vai à cidade. Não encontrei referências sobre este costume em Minas Gerais, porém, sabe-se que os castigos não variavam muito de uma região para outra.
- (20) BURTON, R.F. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976. p. 236.

XIII

FESTAS, RELIGIÃO E ASPECTOS DA
VIDA COTIDIANA

"Durante a festa, o escravo sai, por alguns dias da sua situação de oprimido para sentir-se não somente livre mas também um homem forte a influir nos destinos do mundo".

(BURMEISTER, 1851)

Durante as viagens por Minas Gerais, os viajantes presenciaram muitas festas de negros. A festa de Petencostes é descrita por Saint-Hilaire, ao passar por São Domingos, povoado próximo a Minas Novas, no vale do rio Jequitinhonha. Denomina também esta festa de "torneio" ou "cavalhada" e assim a descreve: "durante o jantar os crioulos fantasiados não cessaram de dançar em volta das mesas, tocando seus instrumentos. Suas danças eram muito variadas e algumas bastante agradáveis. Em uma delas, que apenas era bidarra, os dançarinos agacharam-se em duas filas colocando-se dois a dois um em frente ao outro e enquanto um deles tocava o instrumen

to, o outro batia palmas (...)” (1). Observo que a presença da dança é marcante nas festas religiosas negras, coroando de expressão cênica o ritual e dando expressividade a cada ato do cerimonial.

O mesmo posso dizer do Congado, ou Reinado, ou Reisado, ou simplesmente festa do Rosário, como aparecem em Spix e Martius, Castelnau, Burmeister e Burton.

Segundo Barbosa (2), em quase todas as vilas de Minas Gerais os negros praticavam devoção a Nossa Senhora do Rosário e em torno das Irmandades do Rosário, em Vila Rica, nasceu e se difundiu o Congado, no início do século XVIII.

Spix e Martius vêem o Congado como uma manifestação patriótica, onde os negros revivem episódios de sua terra natal. O rei negro não possuía prestígio político nem civil sobre os seus súditos e gozaria, segundo o autor, de uma "dignidade vaga", razão inclusive para o governo não opor-se à sua realização. Comparam esta festa com a do Rei da Fava (Reis) na França e descrevem com detalhes o cerimonial de coroação e visitação do rei à casa do Intendente do Distrito Diamantino. Como parte dela, há a música e o cortejo e no dia seguinte, a dança para a família real e a corte. Refere-se a este episódio como "bizarro", à música como "algazarra infernal" e sentem-se diante de um "bando de macacos". Este fato demonstra a pouca compreensão do viajante, a sua indisposição em preferir no sentido que esta tinha para o grupo que a praticava. Preferiam considerá-la uma "estranha festa" (4).

Castelnau assistiu à festa do Rei Congo, da janela

da casa do barão de Sabará. Considerou-a como um "estragante car naval". Identificou-a como uma mistura de reminiscências da Costa Africana e costumes brasileiros. Refere-se a esta com expressões de desdém: "Balbúrdia e confusão de danças", "cambalhotas dignas de macacos", etc. Da festa em si, pouco escreve, principalmente porque o que mais lhe interessa são aspectos "exóticos e curiosos". Há uma alusão da cor da pele com a escuridão da noite e, portanto, o seu ofuscamento na luz do dia, sugerindo pensar em: luz = branco e trevas = preto. Conclui que, "a escravidão acabou por encobrir estes personagens, que não poderiam querer mais do que nela se confundir" (5).

O relato de Burmeister sobre a festa do Rosário em Lagoa Santa é o que mais se detém na significação, no sentido tomado pela população negra que aí vive. De certo modo, contrasta-se com os outros viajantes, por tentar passar as informações a partir do ponto-de-vista do próprio negro, conseguindo daí, um outro enfoque: "Os escravos escolhem entre si em 'rei' e uma 'rainha', sem pre escravos legítimos e não pretos livres, os quais também participam da festa. O povo nomeia então o 'casal real' e os 'ministros' e as 'princesas reais', 'damas' e 'cavalheiros' da 'corte' e todos os que hão de pertencer a 'Corte' do novo rei(...)" (6). Segundo este autor, durante o período de festa, o negro sentia-se numa situação distinta da de escravo. A festa seria o período onde o negro sai de sua condição de cativo, podendo divertir-se e sentir-se mais livre para contactar-se com suas raízes africanas. Acredito que este seja aí, talvez, a razão de ser o "escravo legítimo" descrito por Burmeister o escolhido para ser rei e não o preto livre, que já estaria, até certo ponto, vivendo a condição de liberto em seu dia-

a-dia. Acabado este período, a vida, segundo este autor, "entra novamente nos eixos": o "rei" depõe a coroa, a "rainha" tira o diadema, "os dignatários" despem suas vistosas fardas e as jóias são restituídas aos cofres de seus senhores. Essa festa, de pouco interesse para os brancos seria, na sua opinião, da maior importância para os pretos, e nenhum destes aceitaria trabalho em tal período nem que lhes oferecessem uma fortuna.

Burton teve a oportunidade de presenciar a festa do Congo na Mina de Morro Velho. Descreve-a principalmente para demonstrar o quanto o escravo vive bem sob a administração inglesa. Mas não consegue disfarçar o seu preconceito e o clima de revolta aí contido. Após identificar origens congolezas nas vestimentas e no cerimonial, designa para ela uma significação: "A peça era uma representação das cenas que mais deleitam a pacífica e simpática raça negra: arranjos para uma caçada de escravos; a marcha, acompanhada de muita correria e entrechocar de espadas, que todos manejavam como facas de açougueiro; a surpresa, os prisioneiros arrastados, ordens de matar ministros e guerreiros patrões, envenenamentos e administração de antídotos — em resumo: a África selvagem (...). As falas eram recitadas em tom monótono, o idioma era o *hanítico lusitano* e havia uma tentativa de cadência e rima. Matar o inimigo e beber o seu sangue eram tópicos favoritos, variados com espertas alusões ao superintendente e seus hóspedes (...)" (7). Há nesse relato, aspectos que, a meu ver, devem ser destacados. A posição do autor é contraditória e omissa: a cena é forte, mas o autor escolhe palavras que a amenizam, tais como, "pacífica" e "simpática". A idéia de contestação dos negros está clara, mas Burton a ignora. Nem sempre é possível perceber claramente a intenção de li

berdade na manifestação de alegria e prazer dos escravos, porém esse desejo de liberdade dos negros transborda até a intenção do viajante em explicitá-la (quando, por exemplo, os negros podiam, até certo ponto, criar uma ordem à parte, mesmo que imaginária). Esse relato de Burton nos remete à Van Gennepe, quando este refere-se à existência de um momento ou "fase liminar" onde os papéis sociais tradicionais se diluem em formas de representação mais idealizadas (8). Ocorre-me também comparar esta festa com os momentos de trégua do trabalho forçado — como "espaços" de liberdade" existentes no interior do sistema escravista.

Do ponto de vista da vida religiosa do negro há duas orientações distintas: a cristã, oficial e obrigatória e aquelas trazidas ou vivenciadas no país ou comunidade de origem. Há uma atenção especial dos viajantes às festas religiosas — com influência cristã — tidas como festas de negros, em detrimento das práticas relacionadas geralmente à cura e à magia, trazidas da África. Há para eles, um aspecto peculiar no culto cristão que apenas negros participam, demonstrando com isso que a própria igreja brasileira estava na prática, dividida em duas: a branca e a negra.

Procurarei incluir nesta parte apenas as festas de cunho religioso consideradas pelos viajantes como sendo organizadas e dirigidas pelos negros. Percebi, no entanto, que nem sempre as festas eram exclusivamente dos negros, para eles mais peculiar, mostrem a iniciativa dos negros, com donativos, assistência e apatram a participação dos brancos, por exemplo, descreve uma festa da igreja em Paracatu, onde pretos e brancos participam: "... grandes somas de

dinheiro eram despendidas com as festas da igreja, contratavam-se músicos, construiu-se um pequeno teatro e os próprios escravos, em suas folganças, espalhavam, segundo se conta, ouro em pó sobre as cabeleiras de suas melhores dançarinas" (9). E Spix e Martius encontraram o Tejuco em festa para solenizar a coroação do Príncipe Regente D. João, como D. João VI. Descreve as cerimônias oficiais, onde o símbolo patriótico trazia o emblema dos europeus, índios e negros e sobre o qual se postava a imagem de D. João VI. Como manifestações organizadas pelos brancos constam o teatro, as cavalhadas, fanfarras e bailes. Mas, segundo eles, "Também os negros esforçam-se por festejar, a seu modo (grifo meu), essa extraordinária solenidade patriótica; para isso, acharam justamente então mais adequado escolherem um rei dos pretos. É costume dos negros do Brasil nomearem todos os anos um rei e sua corte. Esse rei não tem prestígio nem todos os anos um rei e sua corte. Esse rei não tem prestígio algum político nem civil sobre os seus companheiros de cor; goza apenas da dignidade vaga, tal como o rei da fava, no dia de Reis, na Europa, razão porque o governo luso-brasileiro não opõe dificuldade alguma a essa formalidade sem significação" (10). É interessante como Spix e Martius fazem a separação entre o modo de celebração do branco, com seu rei "autêntico" e o negro com seu rei "de mentira", pois esses não possuíam o respaldo branco para se tornarem de fato. O rei branco não poderia ser rei de negros. Concedem, então, aos negros, a permissão de participarem com um rei negro "mais adequado". Este rei, gozando de "vaga dignidade" seria mera formalidade sem significação. Enquanto fosse assim, não representaria qualquer perigo para a ordem vigente. Continuando o seu relato, esses autores interessam-se mais pela festa dos negros do que a dos brancos: "Pela votação geral, foram nomeados o rei congo e a rainha xinga, diversos príncipes e princesas, com seus mafucas (camareiros

valia no contexto das descrições das festas pelos viajantes, por ser o resultado de observação direta e por procurar registrar com precisão, cada cena da festa. Os aspectos simbólicos do ritual revelam sua importância para o grupo negro: afirmação enquanto grupo, reprodução e representação da hierarquia negra e seu lugar na ordem social dominante, branca. Há um esforço do negro em demonstrar a sua habilidade de organização e de seguir mesmo de forma menos suntuosa, o modelo branco. O rito apresenta, em alguns momentos, aspectos religiosos, da igreja católica: a coroação recebendo o apoio de São Francisco e da Virgem, pintados de preto. As capitanhas roxas da banda de música e o cortejo, lembram bem uma procissão católica. Mordomos, mafucas, príncipes e princesas vestiam-se com jóias emprestadas. O séquito vem compor o reino negro do Distrito. A hierarquia de poder permanece, os modelos europeus e africanos se misturam num só. O novo rei negro, ao ser coroado, dirige-se até a casa do Intendente do Distrito, para, somente aí, oficializar, perante o séquito, a sua nova condição. É lá, e somente lá, que vai buscar sua legitimidade enquanto representante dos negros no mundo dos brancos. Aí a representação se transporta para o real: o novo rei dos negros indo travar relações diplomáticas com o administrador do Distrito, para que, daquele momento em diante, ficasse formalizada a mudança ou transferência de poder no reino negro. A presença do séquito já o consagrou e escolheu chefe, faltando apenas completar e estender essa escolha no âmbito geral da sociedade. O episódio assume, na descrição desses viajantes, uma tal importância que procurei recuperá-la através da transcrição e da análise de seus aspectos mais relevantes. Quando os negros caminham em cortejo até a casa do intendente, há a passagem⁽¹¹⁾ e a união entre duas visões: a do mundo dos pretos e a dos brancos. O inten-

dente "entra" no mundo negro, como intendente mesmo. O rei dos pretos entra em cena, como rei mesmo e, então, dá-se o momento máximo no ritual, com um suspense como se naquele momento, um confronto de poderes pudesse colocar em perigo um e outro. O intendente, sabendo disso, os espera de camisola de dormir e carapuça, como se recusando a assumir o seu papel oficial entrando assim, na "brincadeira" dos negros. A camisola de dormir atua como um "corte" para o nível do real, onde esse traje torna bizarra a cerimônia. O rei negro, como enfatizam os viajantes, ao avistar o intendente, atrapalha-se todo. Sua autoridade é abalada diante de tal cena. Por um instante, deixa-se vencer, abandonando no chão o cetro, entregando ou "depondo suas armas", que são recolhidas, pelo intendente, como um gesto de benevolência, de concessão e superioridade. O riso dá à cena um caráter cômico, de brincadeira, de faz de conta, mas traz consigo a aceitação da autoridade negra pelo branco. O desgaste, o suor, o cansaço da luta revelam o grau de confronto entre os dois poderes. O riso do intendente é entendido pelo séquito, como uma aceitação. O coro musical expressa "respeitosa" gratidão".

Segue-se a este relato, um outro espetáculo que, segundo os autores, "repetiu-se no outro dia, mas com algumas variações". E continua: "O novo rei dos negros recebeu oficialmente a visita de um enviado estrangeiro à corte, em roupas de gala, dirigiram-se com pompa à praça do Mercado; o rei e a rainha sentaram-se em cadeiras, à sua direita e esquerda, acomodaram-se, em bancos baixos, os ministros, camareiros e camareiras e os mais dignatários do reino. Diante deles, estavam colocados, em dupla fila, os músicos da banda, sapatos amarelos e vermelhos, meias pretas e brancas, calças vermelhas e amarelas, com capinhas de seda, todas rötas e fa-

ziam uma algazarra infernal com tambores, flautas, chocalhos e com a chorosa marimba; os dançadores anunciaram o enviado com pulos e cabriolas, com as mais singulares caretas e as mais profundas mesuras, e traziam os seus presentes, apresentando tão bizarro espetáculo, que se imaginava estar diante de um bando de macacos. Suas Majestades pretas a princípio repeliram a visita do estrangeiro, mas acabaram recebendo-o com estas palavras: '— Que lhe estavam abertas as portas e o coração do rei'. O rei do Congo convidou o enviado a tomar assento à sua esquerda e, ao som da música ruidosa, fez distribuição de comendas e bastões espanhois.

Concluiu-se afinal, a festa com o brado do rei dos pretos, que o seu povo reunido repetiu: '—Viva el-rei D. João VI!' Quão interessantes são as reflexões do pensador que, em retrospectiva visão, recorda as passagens dessa estranha festa!" (12). A festa propriamente dita, do rei entronado, foi celebrada no dia seguinte. Em sua nova condição de rei dos pretos, vai receber a visita de um estrangeiro importante. Quem é esse visitante? Com roupas de gala, em visita oficial, o séquito presente, tudo parece repetir a cena anterior. A conotação de estrangeiro, as roupas de gala e o caráter oficial da visita, faz-me supor ser provavelmente um branco. Essa cena parece ser o inverso da anterior, em termos dos papéis e de seus atores. Agora é o branco que irá tentar entrar no território negro e travar relações diplomáticas com esse. A atitude inicial de estranheza do rei, que a princípio repele o estrangeiro está em igual situação ao papel desempenhado pela camisola do indigente. O momento decisório no ritual parece ser o suspense em torno da aceitação ou não do estrangeiro pelo rei. Demonstrando estremo último que está em sua casa, em seu reino, coloca o estrangeiro

filhos, os mais velhos aos mais moços — mas somente o pessoal que faz parte da 'Corte' se apresenta assim com jóias. O Rei usa uma coroa de papelão dourado e um cetro, enquanto a 'Rainha' apresenta-se cingida por um rico diadema; os 'dignatários' costumam usar chapéu de dois bicos. Acompanhado por toda a sua 'Corte', o 'Rei' desfila pela localidade, em solene e alegre procissão, ao som de uma banda de música, com estandartes e cantores, e dirige-se até a igreja, onde recebe a benção do padre. O cortejo continua depois terminando tudo num lauto banquete. O patrão da 'Rainha' costuma pagar as despesas do festim, sendo os demais gastos e os emolumentos da igreja custeados com fundos obtidos por meio de uma coleta. A festa continua noite a dentro com danças e novos desfiles à luz de archotes, prosseguindo os divertimentos até que os meios escasseiem e a fadiga e o sono vençam os participantes. Depois, a vida entra novamente nos eixos: o 'Rei' depõe a coroa, a 'Rainha' tira o diadema, os 'dignatários' despem suas vistosas fardas e as jóias são restituídas aos cofres. (...) os espectadores não faltam; brancos, mulattos e pretos ouvem, durante dias, o cantarolar monótono de centenas de vozes. A festa de Nossa Senhora do Rosário é o maior do ano na vida do pobre escravo" (13).

Nessa festa do Rosário estão presentes os mesmos elementos destacados na anterior. Há sempre rei e corte negras, dissociando o mundo do negro do mundo branco. A festa mistura elementos religiosos e profanos, alternando situações de orgia e fê. Na adoração do santo incluem-se a representação do bem e do mal. Estariam incorporados aí todos os canais de repressão a que são submetidos os negros?

O viajante soube bem captar o espírito presente na festa: é um momento de libertação, mesmo que idealizada. O escravo entra em "seu reino", o reino de chefes negros, embora os elementos que compõem o cenário sejam modelos brancos, de riqueza e suntuosidade européias (a transposição de valores). Os escolhidos para comporem a corte são escravos legítimos e não pretos livres, que também participam da festa. Há uma inversão feita pelo próprio grupo negro, entre livres e escravos. A coroação de D. João VI, descrita por Spix e Martius, o rei é um indivíduo forro. Aqui, na celebração da festa religiosa propriamente dita, o rei é escolhido entre os escravos. Haveria alguma intencionalidade nesta escolha? Ela de fato ocorreu, ou constitui um engano ou erro de observação dos viajantes? Burmeister acompanhou os preparativos da festa, registrou e analisou o comportamento de seus participantes mas, não se deixou envolver pelos personagens. Recusou-se, por exemplo, em nomear reis, rainhas e príncipes. Para não deixar dúvida, coloca sempre aspas cada vez que escreve palavras, como que para lembrar de que se trata apenas de um teatro, sem base real, ou talvez quisesse com isto, marcar o conteúdo simbólico, não apenas para os negros, mas também para si.

Ao acompanhar cada passo, Burmeister percebe os elementos de solidariedade contidos no grupo negro. Há um relacionamento, uma ajuda mútua entre pais e filhos, entre jovens e velhos, na preparação do ritual. A festa começa bem antes, quando o grupo que formará a corte se organiza e une os esforços de ajuda para que a festa seja cada vez melhor. O ponto máximo de afirmação da corte é o desfile pelas ruas da cidade até a igreja onde recebe a benção do padre. O cortejo segue adiante, com banquete e danças. É possí

vel perceber que, nestes dias, há um "relaxamento" das normas sociais e vive-se uma liberdade idealizada. Os negros livres ou escravos não aceitam trabalho de qualquer espécie, pois o ócio constitui exatamente o elemento que lhe garante viver essa liberdade. O patrão financia parte da festa: afirma suas posses perante os outros patrões brancos e obtém a cumplicidade e a gratidão do escravo. Com isto, o negro volta ao trabalho aceitando melhor sua situação opressiva. Os indivíduos livres retomam a batalha anterior, aceitando a melhor sua dupla opressão de trabalhador operário e de negro. E assim "a vida entra novamente nos eixos".

RELIGIÃO, RITOS E ASPECTOS DA VIDA COTIDIANA

Mawe, quando visita as fazendas Barro e Castro, próximo a Mariana, de propriedade de um nobre português residente em Portugal, contendo, nesta época, 156 negros, escreve: "Seus dias de trabalho são longos: antes do levantar do sol, um sino os chama à oração, rezada por um dos feitores e repetida pelo auditório; em seguida, partem para o trabalho e nele ficam até o pôr-do-sol, quando rezam como pela manhã (...)" (14). Também em Mendanha, no Distrito Diamantino, registra turmas de trabalho com 200 escravos cada, sendo assistidos por um médico e um capelão.

O "ser ou não ser cristão" parece ser um componente fundamental da idoneidade do negro pois torna-se nos relatos uma preocupação constante dos viajantes. Uma das obrigações do senhor é dar ao negro uma crença. Em algumas circunstâncias, para se julgar se um proprietário era um bom ou mau senhor, bastava averiguar se ele dava ou não uma educação religiosa aos escravos. Cuidar bem

relacionava-se a uma divisão de poder instituída no corpo/mente, onde o primeiro ficava à cargo da medicina e o segundo, da igreja católica. Havia, acredito, uma espécie de "mapeamento" do indivíduo, para tornar legítima a sua condição de posse de outro. Por exemplo, a oração antes e depois de ir para o campo era usada para disciplinar e promover a aceitação do trabalho forçado. O antes e o depois "com Deus", fechava o ciclo das obrigações diárias, sacralizando a produção para o senhor. O feitor que conduzia a oração impunha a sua autoridade, estabelecia, de início, a hierarquia na fé.

Freireyss nos escreve sobre "iniciação" dos escravos na cristianização, desde que eram recrutados na África, para serem trazidos para o Brasil. Já eram batizados em grupo e com um só nome. Porém ressalva que, "(...) escravos ainda não são cristãos e somente depois de serem vendidos no Brasil é que os seus novos senhores costumam levá-los ao batismo (...)" (15). Para serem escravos deveriam ser primeiro cristãos. A obra cristianizadora atua no interior do sistema escravocrata. A dominação Estado/Igreja é uma só. Na maior parte das vezes, o proprietário é ministrante e dono da saúde, da religião, da vida e da morte do negro.

Em muitas oportunidades os viajantes impressionaram-se com as igrejas de negros ou com aquelas que continham santos do mesmo tom de sua pele. As igrejas foram constituídas por irmandades negras e havia diferenças na distribuição do espaço destas em relação às freqüentadas por brancos e negros e até nas simples capelas das fazendas, distantes das vilas e cidades.

Nas igrejas freqüentadas por brancos e negros há uma

te ou ao lado da porta, numa barreira ali construída" (17). Esse último detalhe confere com a "balaustrada" de Saint-Hilaire, onde certamente ficavam todos os escravos presentes no culto.

A "igreja negra" constitui um fato bastante peculiar para o viajante. Causa-lhe admiração e espanto. As igrejas citadas como pertencentes ou freqüentadas por negros são todas chamadas Rosário: em Diamantina (Saint-Hilaire, Pohl e Gardner), Lagoa Santa (Burmeister), Congonhas e São João Del Rey (Burton).

Pohl, em Diamantina, observa essa igreja, que chama de Nossa Senhora dos Pretos. Mas esclarece que essa denominação foi atribuída por ter sido exigida pelos negros. Não se ateve ao fato de ser ou não de negros. Por negros e de negros parece-me ter uma multiplicidade de sentido que não foi percebida pelo viajante.

Outro viajante que cita a Igreja do Rosário de Diamantina é Gardner. Segundo ele, "A cidade conta com três ou quatro belas igrejas; uma chamada Nossa Senhora do Rosário, pertencen aos negros da costa da África e tem sobre o principal altar uma imagem preta da virgem" (18). Provavelmente o autor copiou a informação de Saint-Hilaire, que fornece as mesmas informações ou, talvez, essa seria uma concepção dos próprios moradores do lugar que sentiam necessidade de estabelecer uma origem, situar-se em relação à África.

Castelnau dá notícia de várias igrejas inacabadas em Sabará. Numa delas, ornadas por boas esculturas feitas pelo Aleijadinho, vê também esculturas negras e indígenas, "muitas das quais não fariam má figura numa igreja européia" (19).

Os negros de Lagoa Santa possuíam, na época da visita de Burmeister, a sua própria igreja, "a de Nossa Senhora do Rosário, situada fora da vila". E Burton registra duas igrejas do Rosário, uma em São João Del Rei e outra em Congonhas. Em São João Del Rei escreve: "... não precisamos ser informados de que se tratava de um lugar especial de culto para o 'homo niger'! O templo revela seu mau gosto na forma e no colorido; não há campanários, pois a última torre foi demolida, para evitar a sua queda; uma lâmpada de prata, pesando 25,74 kg, furtada há pouco e provavelmente por um membro da irmandade, deixou a ordem pobre. Os hamitas têm um portão melhor que a igreja, sua situação foi bem escolhida e, no portão, há uma caveira, não doliocéfala, como deveria ser baseada no dístico:

Eu fui o que tu és

Tu serás o que eu sou

do que nós, antropólogos, duvidamos".

"Na parede da Igreja do Rosário, mostram-nos uma "Deusa Astréia" ou figura da Justiça, de pedra, semidecapitada e caída no chão; não deixava de ser sugestivo". Burton expressa uma visão negativa e um grande desprezo pelo gosto dos negros. Notamos também a alusão ao roubo. Sugere ser "provavelmente" um negro desta irmandade, o ladrão da lâmpada de prata. Como antropólogo, submete o dístico do portão do cemitério a uma crítica extremamente etnocêntrica. A sua última frase visaria, creio, enfatizar apenas o bom gosto do branco. Ainda em Congonhas dá ênfase a esta visão quando descrevendo a Igreja do Rosário: "A escura fachada do santuário sem torre, apresenta um sombrio aspecto, com pedras que fazem lembrar um bastião; uma inacabada coroa de Portugal e um lugar va-

zio para as "Quinas", embaixo, contam a sua História. A Nave e o altar-mor são caiados de branco e a ornamentação é pobre e de mau gosto — gosto de negro" (20).

Os viajantes procuram mostrar que há em Minas, como em outras partes do Brasil, igrejas negras, por e para negros e santos de pele negra. Percebe-se nisso que há uma separação imposta pela cor da pele e condição social, por onde o gosto enquanto um padrão da cultura negra vai sendo perfilado, não apenas como de uma outra cultura, mas principalmente, como uma manifestação do mau-gosto. O gosto do negro, na visão do viajante, diferente e pior. O modelo de perfeição fixa-se no padrão do viajante e nesse instante ele se legitima como representante dos brancos.

— X —

Apenas dois dos viajantes que analiso forneceram informações sobre os ritos funerários dos negros. Sabe-se, no entanto, que os cemitérios negros eram separados dos cemitérios brancos. Burton escreve sobre um cemitério negro, do lado da igreja do Rosário em São João Del Rei. Porém suas informações são muito incompletas e pouco se sabe, por exemplo, sobre o destino dos corpos dos negros após a morte.

Luccock fornece um relato sobre esse costume de um modo geral no Brasil: "A gente mais pobre ou pelo menos os pretos é tratada com muito menos cerimônia nestes ritos supremos. Logo em seguida ao falecimento, costura-se o corpo dentro de uma roupa grossa e envia-se uma intimação a um dos dois cemitérios a eles des-

tinados para que enterre o corpo. Aparecem dois homens na casa, colocam o defunto numa espécie de rede, dependuram-na num pau e, carregando-o pelas extremidades, levam-no através das ruas tal como se estivessem a carregar uma qualquer coisa. Se acontece de pelo caminho encontrarem com mais um ou dois que de forma idêntica estejam de partida para a mesma mansão horrível, põem-se na mesma rede e levam-nos juntos para o cemitério. Abre-se transversalmente ali uma longa cova com seis pés de largo e quatro ou cinco de fundos; os corpos são nela atirados sem cerimônia de espécie alguma, de atravessado e em pilhas, uns por cima dos outros, de maneira que a cabeça de um repousa sobre os pés do outro que lhe fica imediatamente por baixo, e assim vai trabalhando o preto sacristão, que não pensa nem sente (grifo meu), até encher a cova, quase que por inteiro; em seguida põe terra até para cima do nível. Quase não é preciso acrescentar-se que nesses cemitérios assistiam as mais repugnantes cenas que entendiam de escolhê-los para campos de suas observações, sendo o mau cheiro intolerável, e pondo eles em sério perigo a saúde de da cidade enquanto não houver uma reforma (...). A desumanidade de alguns desses costumes podem talvez parecer até certo ponto rediciculos por um outro em que tomei involuntariamente parte. Estava eu parado ..." (21). E aí o autor passa a relatar as experiências e cenas nas vistas no cemitério do Rio de Janeiro. A maneira de enterrar o morto era muito simples, principalmente o escravo, o pobre e os que estavam desligados dos laços familiares.

X

Na medida em que procuraram se fixar nas peculiaridades culturais do Brasil, em relação aos de sua terra, os viajantes

percebem que são exatamente esses valores que os atraem e a seus leitores.

O não aprofundamento no cotidiano dos negros, em alguns casos pela exiguidade do tempo das viagens, certamente aumentou as diferenças na visão dos viajantes. As informações sobre os costumes dos negros aparecem em dois tipos de enfoque: quando os viajantes descrevem hábitos percebidos no dia-à-dia e quando esboçam suas opiniões sobre os costumes de um modo geral, sem mencionar onde e quem os praticou.

Saint-Hilaire observou numa fazenda próxima a Catas Altas que "o escravo que serve à mesa está sempre de pés no chão, por mais bem vestido que se apresente, e leva ao ombro uma toalha de algodão arrematada por longa bainha larga". O hábito de andar descalço parece ser freqüente entre os escravos e, de um modo geral, entre os habitantes da zona rural brasileira. Verifica também esse autor que, "depois da refeição, os comensais se levantam, juntam as mãos, inclinam-se, rendem graças, fazem o sinal da cruz e, em seguida, saudam-se reciprocamente. Este costume é, sem dúvida, respeitável; mas fica-se surpreso de ver o escravo que serve à mesa juntar-se aos convivas e agradecer a Deus um repasto em que não tomou parte" (22). É interessante observar que o escravo, ao servir o senhor (ou talvez, o hábito de servir propriamente dito), dava-lhe a ilusão de participação. Não sei até que ponto os viajantes percebem essas sutilezas que são parte das relações senhor-escravo. Essa ilusão fazia com que compartilhassem ou se tornassem cúmplices muitas vezes do seu dono, escamoteando as relações de dominação existentes.

Foi principalmente em Burmeister que encontrei uma referência sobre os hábitos e costumes relacionados também aos negros: "No trato entre os homens, há certa liberdade que abre mão da etiqueta, não obstante as pessoas da mesma classe tratem-se por 'vossa mercê', sendo o simples 'vos' ou 'você' sinal de certa intimidade, que inoportunamente aplicado, pode ser interpretado como sinal de arrogância. As mulheres são tratadas em toda parte com a máxima deferência e delicadeza, sendo grande falta de polidez não tratar uma mulher por 'senhora' ou 'vossa-mercê'. No próprio lar, a esposa chama o marido de 'senhor' e este a mulher de 'senhora', sendo comum o emprego da abreviação 'seu' antes do prenome. A amabilidade dos brasileiros no trato com os forasteiros é extrema, aguardando idêntico tratamento da parte destes. As mulheres são muito reservadas e é caso raríssimo o estranho ser apresentado a elas logo de início; ...". A quem se refere Burmeister? Apesar de se referir "aos brasileiros", dando com isso a impressão de estar fazendo uma descrição geral, privilegia a uma classe, certamente aquela que o hospedou e que teve mais oportunidade de conhecer.

Outro hábito, o de usar chapéu, é anotado por Burmeister como um costume também das negras: "uma preta que disponha de alguns meios nunca sai sem chapéu nem sem manta (...)". Mas, de um modo geral, a população negra mais pobre usa o "traje típico dos mineiros". O autor quis separar o modo europeu de vestir do modo local, de mineiro, mas não explicou bem esta diferença. O ouro aparece como o metal preferido, tanto de mulheres como de homens: "os enfeites de ouro constituem a delícia das mulatas e uma pessoa que não possua nenhuma jóia é, por certo, muito pobre. Os homens de cor também gostam de tais enfeites, mas não os cobiçam tanto como

as mulheres". O uso da manta na igreja, sugere ser, além de um costume relacionado à respeitabilidade e decoro, uma forma de demonstrar status: "o significado da visita dominical à igreja não passa de uma feira de vaidades, onde se mostram e admiram o último modelo de um vestido, uma capa rica ou um lenço novo" (23).

Quanto aos costumes relacionados à fé, observa Bunlury, próximo à Matias Barbosa, ter visto uma multidão de pequenas cruzes de madeira fixadas no rochedo à margem da estrada. Ao pedir uma explicação para aquilo, disseram-lhe que "todos os negros colocam uma dessas cruzes quando pela primeira vez viajam por uma estrada". Não encontramos em outros autores qualquer menção a este costume, embora tenham passado muitas vezes, e quase todos os viajantes, pela mesma estrada.

No caminho de Paracatu, quando a caravana de Pohl se pôs em movimento para seguir viagem, a população do lugar, segundo ele, quase toda negra, reuniu-se com rosários no pescoço e escapulários: "(...) Uma negra de uns dezoito anos me ofereceu, embulhada num pano, uma imagem talhada em madeira, de São Benedito, padroeiro dos negros, a quem já me referi anteriormente, para eu beijá-la mediante paga. Os meus tropeiros foram solicitados a fazer o mesmo. Imediatamente cada um de nós pagou um vintém como oferta" (24).

Quanto aos costumes relacionados pelos viajantes aos padrões morais deixam muitas dúvidas quanto à compreensão desses no que diz respeito ao seu significado para o grupo praticante, no caso, os negros. Saint-Hilaire, em São João Batista, comenta: "toda

essa gente vivia em promiscuidade e costumes tais que são tão generalizados que não espantam a ninguém" (25).

O viajante Freireyss, fazendo uma reflexão, sobre as regras de usos e costumes, vê-se diante de uma dificuldade intransponível, que é a de homogeneizar, disciplinar e impor regras, pois "estas seriam mais diversas ainda que as cores da população" (26). Isto demonstra que, além das intensas transformações por que passava o país, e das especificidades provenientes da miscigenação, que o europeu se sentia muitas vezes sem condições para chegar mais fundo às questões culturais específicas de cada grupo. Essa dificuldade gera, na maior parte, um simplismo para analisar certas situações. Partindo do pressuposto de que o país está atrasado em relação à Europa, Eschwege comenta, por exemplo, que: "os hábitos arraigados, os costumes e os preconceitos somente se modificam vagarosamente, no decorrer de gerações". E prevê que neste interim, "ao invés de progredir, o país caminhará para trás" (27).

NOTAS

- (1) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas Províncias no Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1975. p. 285.
- (2) Vide BARBOSA, W.A. Negros e Quilombos em Minas Gerais. s.d.
- (3) Em RUGENDAS, o Congado é descrito como uma das festas mais importantes dos negros, porém, a referência principal é o viajante Koster, considerado o autor que "melhor expõe sobre este assunto".
- (4) SPIX, J.B. & MARTIUS, C.F. Viagem pelo Brasil. 1938. p.129.
- (5) CASTELNAU, F. Expedição das Regiões Centrais da América do Sul. 1949. p. 171, 172.
- (6) BURMEISTER, H. Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1952. p. 238.
- (7) BURTON, R. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976. p. 288.
- (8) Vide VAN GENNEP, A. Os ritos de passagem. 1977.
- (9) POHL, J.E. Viagem no interior do Brasil. 1976. p. 1471-8.
- (10) SPIX, J.B. & MARTIUS, C.F. op. cit., p. 129, 130.
- (11) Tal qual utilizada por VAN GENNEP, op. cit., 1977.
- (12) SPIX, J.B. & MARTIUS, C.F. op. cit., p. 130-135.
- (13) BURMEISTER. op. cit., p. 238-9.
- (14) MAWE, J. Viagens ao Interior do Brasil. 1978. p. 139.
- (15) FREIREYSS, G.W. Viagem ao Interior do Brasil. 1906. p. 219.

- (16) SAINT-HILAIRE, 1975 (1) op. cit., pp. 63 e 142.
- (17) BURMEISTER. op. cit., p. 245
- (18) GARDNER, G. Viagem ao Interior do Brasil. 1975. p. 208.
- (19) CASTELNAU. op. cit., p. 172.
- (20) BURTON. op. cit., p. 123, 173.
- (21) LUCCOCK, J. Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. 1951, p. 39.
- (22) SAINT-HILAIRE. 1975 (1). op. cit., p. 97..
- (23) BURMEISTER. op. cit., p. 249.
- (24) POHL. op. cit., p. 99.
- (25) SAINT-HILAIRE. op. cit., p. 203.
- (26) FREIREYSS. op. cit., p. 214.
- (27) ESCHWEGE, L. Pluto Brasiliensis. 1941. p. 267.

XIV

O NEGRO ENQUANTO CATEGORIA
RACIAL

"O negro importado, cativo, proscrito, criminoso vindo da África melhorou muito ao atravessar o mar. A raça superior que o admitiu, contudo, foi por ele altamente prejudicada, sob muitos aspectos, morais assim como físicos (...)"
(GARDNER, 1839-1841)

Os viajantes recorreram frequentemente a argumentos relacionados a aspectos "naturais" para definir ou explicar as questões que dizem respeito à população negra. Em algumas passagens de suas obras, referem-se à existência de certas características físicas e psicológicas que seriam "próprias e inerentes" ao grupo.

Para tal definição, os critérios mais adotados são os caracteres fenotípicos, tais como: cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz, estatura e postura. Além desses, encontramos também critérios psicológicos, tais como, inteligência, percepção,

atividades sensoriais e motoras. Os autores onde esses textos aparecem com mais frequência são: Freireyss, Saint-Hilaire, Gardner, Burton, Walsh, Burmeister e Louis Agassiz.

Os viajantes relacionam frequentemente a origem (África) e os caracteres fenotípicos (cor da pele, cabelo, estatura, etc.) a determinados traços de personalidade. Em primeira instância, consideram esses traços, e os problemas advindos deles, como sendo "inerentes à raça". Sob essa perspectiva, a miscigenação viria, segundo alguns, a se constituir num problema para a sociedade brasileira, pois criaria um tipo "impuro". A contribuição do negro traria aspectos negativos à composição da população do Brasil, pois o negro concorre, nesta união, com a parte "pior", com elementos que atuariam de modo a deteriorar a "raça". Outros desses autores são favoráveis à miscigenação como forma de diluir a presença do negro e chegam a indicar a imigração européia como solução para haver um branqueamento físico e moral da população brasileira.

Freireyss descreve os mulatos como pessoas defeituosas e fracas, -"são, as mais das vezes, falsas, desconfiadas, vingativas e mais propensas ao vício"(...) (1). Há aí, implícita, a idéia de que a moral e os costumes seriam traços hereditários, específicos de determinados grupos humanos. Freireyss utiliza o conceito de "raça pura ou misturada", baseada em MARCGRAF, De Incolis Brasiliae, o qual transcreve uma classificação baseada na cor da pele e área geográfica de origem, de orientação nitidamente evolucionista. Freireyss defende a idéia de branqueamento como consequência inevitável do contato, entre brancos e negros, por ser, sobretudo, benéfica, na medida em que o negro puro iria, com o tempo, desapare-

recer. Escreve: "Com o tempo hão de aumentar essas diferenças de cor e de civilização, porêm acabarão por se fundirem e formar uma raça especial e bela como a que já se manifesta nos mulatos claros. Esta fusão pressupõe, porêm, a terminação da escravidão e seu tráfico, pois, desde que não houver mais introdução de escravos, estou convencido que em menos de três gerações não haverá mais gente preta no Brasil" (2).

Saint-Hilaire descreve o tropeiro de sua expedição como um homem de pele bastante escura, mas como seus cabelos, embora duros e negros, fossem inteiramente lisos e o seu nariz aquilino, - "é bem provável que corresse em suas veias uma mistura de sangue caucásico, negro e americano". Esse homem, segundo ele, "possuía no mais alto grau todas as boas e más qualidades que caracterizam os mestiços" (3). Também aí percebo que a miscigenação serve explicar atitudes e traços da personalidade que são apontados como aptidões adquiridas a partir ou em consequência do cruzamento.

Luccock incorpora em seus relatos muito da ideologia escravocrata da época. Acredita na inferioridade racial do negro e no destino do branco em conduzi-lo ao processo de civilização. Esse conceito de raça está diretamente relacionado à história, e, como percebeu LECLERC, o negro era visto como proveniente de uma cultura antepassada. Sendo assim, a cultura do colonizador é encarada como a mais verdadeira. Leclerc estabelece uma estreita relação entre o conceito de raça e o momento vivido pela colonização. Ele afirma: "se em todos os tempos houve colonização, é somente nos nossos dias que cientificamente se estudam os povos que se colonizam e que se colonizam cientificamente" (4).

A preocupação em situar e precisar a existência ou não do "problema do negro" ou do "negro como um problema" constitui um dos desafios para o pensamento científico do século XIX. Uma vez tratado como um problema, devia ser explicado, avaliado, solucionado. Luccock, por exemplo, atribui aos escravos a responsabilidade pelos bons ou maus tratos, pois "o senhor lhe dá o que merece" (5).

Pohl não entra muito na discussão acerca do negro enquanto raça distinta, mas acredita na "superioridade espiritual" do branco em relação ao negro. A imprecisão dos conceitos deixa frequentemente o leitor sem compreender de fato o que quer dizer com espiritual e físico e até que ponto um se separa do outro. Muito tempo depois, Boas (6), percebeu a impossibilidade de separar as implicações biológicas e psicológicas, frente às implicações sociais e econômicas; seria impossível separar na prática, por exemplo, o lugar de origem e as características físicas dos grupos humanos.

Gardner inicia seu relato esclarecendo que "muitos dos que no Brasil se intitulam brancos não merecem esse nome, por que bem poucas das famílias de longa data estabelecidas no país têm preservado a pureza original". Segundo ele, os negros adaptam-se à escravidão por uma disposição natural: (...) "pela própria natureza do negro - por sua comprovada inferioridade intelectual; por falta de educação; pela consciência de sua posição na sociedade. (...) Se se contrastar a capacidade mental dos índios nativos com a do negro, não será difícil, em quase todos os pontos, decidir em favor daqueles. Não é das menos fortes provas da deficiência mental do negro o fato de que, mesmo nas zonas mais remotas do país, três ou

quatro brancos podem contar trezentos ou mesmo quatrocentos deles na mais perfeita submissão". Sobre a miscigenação com o branco, o autor expõe claramente o seu pensamento: (...) "A população branca sem dúvida experimentará a selvagem capacidade das raças mistas, especialmente das que têm sangue africano. É notório que os piores criminosos são os desta classe, herdeira em parte do intelecto superior do branco, ao mesmo tempo que conserva a astúcia e a ferocidade do negro (...)" (7).

Walsh é propenso a aceitar todas as informações que lhe fornecem como verdadeiras. Considera os brasileiros "de boa índole", e os negros são admirados pelo seu lado "exótico", que é exemplificado a partir de categorias de raça: "a raça é propensa a comer terra e cal", e atribui a isto uma tendência para o suicídio (8).

Castelnau acredita, após uma conversa com os grupos locais, que "os produtos se tornam brancos ao cabo de quatro gerações mestiças, ao passo que são necessárias cinco gerações para voltar ao tipo negro" (9), o que, para ele, representaria a prova definitiva da possibilidade de haver uma "progressão das raças".

Suzannet condena os brancos por cruzarem com os negros e, para ele, o fato de aceitarem tais relações é uma demonstração de seus vícios. Relaciona, portanto, esse aspecto com a moral, que aqui estaria entregue às paixões e instintos selvagens. O fenômeno que mais o impressiona é a "invasão da raça mulata", atribuindo este fato à corrupção dos europeus. Para ele, o cruzamento destrói os preconceitos de casta que poderia haver. Os mulatos, ao

crecerem como escravos, alimentam ódio e vingança aos brancos e tentam superar esta frustração através da inteligência e da luta pelo poder. Alerta os portugueses contra este perigo, mostrando que os negros serão aliados dos mulatos no futuro⁽¹⁰⁾.

Burmeister, apesar de situar o problema do negro a partir da categoria de classe, utiliza também a terminologia de raça para atribuir certos padrões de comportamento à cor da pele: "os homens de cor são geralmente covardes, reconhecem a superioridade do branco e quase não ousam atacá-lo." Em outra passagem atribui a "negligência e a inclinação para os prazeres"⁽¹¹⁾ como próprias da raça negra.

Burton, ao falar do mineiro do ponto de vista histórico, revela que o sangue proveniente de Portugal era inicialmente puro e ilustre. Ao cruzar com o negro provocou "uma desonra para as raças brancas". A mistura foi acelerada pela importação cada vez maior de africanos para trabalhar na agricultura. Procura demonstrar como em uma cidade de Minas isto ocorreu: (...) "entre três mil, ou incluindo os arredores, cinco mil almas, há apenas duas famílias de puro sangue europeu. No litoral, os colonos encontraram oportunidade de casar as filhas com homens vindos do Velho Mundo, e o mais baixo dos 'mendigos de alto nascimento' era preferido aos mais ricos e mais poderosos nativos"⁽¹²⁾. No interior, deste modo, o mulatismo se teria tornado "um mal necessário". Em Mantega, porém, o viajante encontra mestiços "bem educados e prestimosos". Mas afirma que: "A falta de educação aumenta com a pigmentação da pele, e, às vezes, quando essa é muito escura, surge a arrogância peculiar do negro, que usa de uma grosseria bem intencio-

E finalmente, encontrei em Wells, já em 1885, bem próximo da abolição, a defesa de uma "nova raça" ou "sangue novo" como indispensável para melhorar o país (14).

Os viajantes que não tocam frontalmente neste tema são: Mawe, Eschwege, Bunbury, Caldcleugh e Avé-Lallemant. Isto não quer dizer que eles tenham uma visão contrária ou oposta aos outros aqui representados, pois, como pude perceber, seus relatos apenas evitam entrar neste tipo de abordagem, o que não quer dizer que não caiam também nos mesmos estereótipos que são provenientes de uma representação implícita do negro como "raça inferior".

É possível perceber claramente, que, mesmo quando condenam a escravidão, os viajantes a encaram em função da inferioridade do negro. Por isto a abordagem como um problema: ou negando-a, porque esta trouxe consigo a miscigenação, que contribuiu para "deteriorar" a raça branca, ou defendendo-a, porque somente ao negro, inferior, incapaz intelectualmente e pouco civilizado, cabe a execução dos trabalhos braçais. Aí, a tarefa mais árdua seria a do branco: transmitir-lhe os valores de uma civilização mais "evoluída" e "superior".

Acredito que os relatos dos viajantes não constituem em si, o veículo mais representativo dos debates acerca da questão racial no país. Eles não têm também a pretensão de encontrar explicações objetivas para essa questão. O que me parece mais relevante é que eles trazem consigo idéias que são verdadeiros testemunhos

das preocupações daquela época. Fornecem principalmente sustentação e apoio claro às atitudes de discriminação contra o negro na sociedade.

Concordo com Leite quando afirma que o racismo conseguiu muito prestígio, principalmente em fins do século XIX, porque era uma fórmula perfeita para justificar o domínio do branco sobre o resto do mundo: se as outras raças eram biologicamente inferiores, se eram incapazes de atingir os valores mais elevados de civilização, só poderiam sobreviver como massas trabalhadoras submetidas aos brancos. Conclui que, sob este prisma, o europeu não chegava a sentir conflito ideológico com seus ideais democráticos e liberais, já que não foi ele que estabeleceu as diferenças e desigualdades, mas que estas foram criadas pela natureza⁽¹⁵⁾.

Um dos principais ideólogos do racismo, o Conde Joseph Arthur de Gobineau, foi diplomata no Rio de Janeiro em 1869, onde divulgou suas idéias junto aos intelectuais brasileiros e estrangeiros. Escreveu o Essai sur l'Inégalité de Races Humaines, publicado em 1853, em que defendia a história como consequência da superioridade e inferioridade entre as raças e de seus cruzamentos. Atribui à raça negra características como paixão, lirismo, e temperamento artístico, enquanto à branca, razão e honestidade. Um dos seus principais discípulos, o viajante Louis Agassiz, esteve no Brasil em 1865. Agassiz é o único viajante, entre os que ora analiso, que pretendeu sistematizar uma teoria sobre o povo do país. Sua esposa, Elizabeth Agassiz (principal autora do diário da expedição), reserva as páginas sobre este tema para reproduzir observações de seu marido sobre o caráter geral da população. Cabe aqui ressaltar

que o estudo de Agassiz foi acompanhado de muitos desenhos de negros brasileiros, de todas as regiões por onde teve oportunidade de viajar, mas, principalmente, da região amazônica, em que esse autor fez questão de coletar dados para posteriormente fazer um estudo comparativo dos tipos. O seu método pretendia demonstrar as diferenças raciais a partir da observação de caracteres fenotípicos. Agassiz acreditava que, comparando o seio de uma negra com o de uma índia, iria detectar uma "diferença racial". Impressiona-se com o intenso cruzamento e tenta investigar sobre o produto deles, pois "as raças humanas se acham, umas em relação às outras, na mesma relação que as espécies animais entre si e a palavra raças, na significação atual, deverá ser abandonada quando o número das espécies humanas for definitivamente determinado e quando os verdadeiros caracteres dessas espécies houverem sido nitidamente estabelecidos".

A sua teoria parte de um pressuposto evolucionista e a sua crença baseia-se na possibilidade de controle das raças. Os limites das espécies seriam precisos e invariáveis, conservando uma tendência a voltar à fonte original, ou seja, seria possível conseguir uma purificação da raça. Apesar de não ter ido mais adiante na análise do material coletado durante a viagem, Agassiz expressa-se da seguinte forma: "Onde existem as raças puras, é raro encontrar filhos provenientes da união de mameluco com mameluca, de cafuzo com cafusa ou de mulato com mulata; ao passo que os filhos nascidos da união entre branco, negro ou índio e mulato, entre branco, negro ou índio e mameluco, ou entre cafuso, uma das três raças puras, formam a base dessas populações heterogêneas. O resultado de ininterruptas alianças entre mestiços é uma classe de pessoas em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades fi-

sicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar bastardos tão repulsivos quanto os cães amastinados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade de natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado" (16).

O método comparativo é, em todos os autores, um dos procedimentos mais utilizados para determinar as diferenças tidas como traços "inerentes" à pureza original que visam provar. Klinenberg (17) já demonstrou que as primeiras teorias que procuram explicar as diferenças observadas entre os grupos basearam-se no meio físico e em critérios externos. No século XIX, as idéias de raça como um todo (incluindo também as dos viajantes), vinculam-se a julgamentos subjetivos: a) de RAÇA GEOGRÁFICA (muito utilizado pelos movimentos nacionalistas e de unificação do século XIX); b) de RAÇAS BIOLÓGICAS (que tentam retirar das investigações genéticas um tipo sanguíneo ideal); c) de RAÇAS MORFOLÓGICAS (baseados na observação do tipo físico, isto é, nas diferenças estéticas dos grupos humanos). Esses critérios estavam em plena elaboração no momento em que as obras dos viajantes foram produzidas, e o conceito de raça que sintetizam, pode ser relacionado às lutas políticas do século XIX. Segundo Banton, na França e na Inglaterra a palavra raça começou a ter significado por volta de 1800: designava uma qualidade física inerente. A partir daí, as pessoas começaram a pensar a humanidade dividida em raças para explicarem as diferenças geradas pelo processo de exploração colonial. Em seu estudo sobre a idéia de raça, percebeu que "a elaboração de tipologias de várias espécies tornou-se a característica do academismo do século XIX". A seu

ver, todos os intelectuais da época sofreram influência ou formularam idéias que contribuíram para o debate sobre a raça: os teólogos, os anatomistas, os fisiologistas, os etnólogos, os poetas e, também, os viajantes⁽¹⁸⁾.

Segundo Augel⁽¹⁹⁾, o processo de europeização, que passa a ocorrer desde a abertura dos portos, situa o negro no fim do século como "entrave" à concretização do crescimento e progresso desejados. A solução do branqueamento pela miscigenação é vista pela maioria como benéfica solução, embora o mulato seja o representante da "desordem", da ruptura com a pureza original das raças que procuravam defender. A perspectiva da imigração européia acentua a segregação do negro. É exatamente a consolidação do plano imigratório que vai reforçar a sua posição como problema, como "elemento descartável no sistema". O discurso dos viajantes ensaia formulações onde fica explícita a dificuldade em encontrar uma argumentação coerente e suficientemente objetiva para explicar as diferenças.

Mesmo antes da Abolição da escravatura, conforme observou Leite⁽²⁰⁾, dava-se pouca importância ao problema racial PER SE. Isso só vai ocorrer no fim do século, motivado principalmente pela discussão em torno da política imigratória do Brasil. Até aí não havia uma opção teórica clara dos autores que se preocupavam com a questão do negro.

Rose⁽²¹⁾ procurou, recentemente, fazer uma revisão dos vários conceitos utilizados sobre as raças. Demonstrou que até meados do século XX, todos esses conceitos, enquanto tentativas de síntese do homem, estiveram fadados ao fracasso e que serviram apenas

para comparar populações e realçar aquilo que se queria provar no momento.

Os viajantes não optaram apenas por critérios biológicos, ou morfológicos ou climáticos. Eles procuraram conciliar todos, remetendo algumas características ao clima, outras ao sangue, outras à história. Somente no século seguinte esse tipo de pensamento foi desmistificado e demonstrada a sua utilização política. Charles Darwin, com a sua Teoria das Espécies foi, pode-se dizer, um marco divisor de águas para as reflexões acerca das raças puras e da origem única dos humanos.

- (1) FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil nos anos 1914-1915. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2: 181, 1906.
- (2) Idem, ibidem, p. 212.
- (3) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem as nascentes do Rio São Francisco. 1975 (3) p. 303.
- (4) LECLERC, G. Crítica da antropologia. 1973. p. 31.
- (5) LUCCOCK, J. Viagem ao Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. 1975. p. 31.
- (6) BOAS, F. Races, language and culture. 1940.
- (7) GARDNER, G. Viagem ao interior do Brasil. 1976. p. 23-26.
- (8) WALSH, R. Notices of Brazil in 1828 and 1829. 1930. p. 333.
- (9) CASTELNAU, F. Expedição às regiões centrais da América do Sul. 1949. p. 135.
- (10) Vide os comentários de: SUZANNET, C. de. O Brasil em 1845. 1957. p. 43-4.
- (11) BURMEISTER, H. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1952. p. 244-5.
- (12) BURTON, R. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976. p. 319.
- (13) Idem, ibidem, p. 101-77.

- (14) WELLS, J. Three thousand miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão. 1886. p. 398.
- (15) Vide LEITE, D.M. O caráter nacional brasileiro. 1969.
- (16) AGASSIZ, L. & AGASSIZ, E.C. Viagem ao Brasil. 1975. p. 183-4.
- (17) Vide KLINENBERG, O. As diferenças raciais. 1966.
- (18) Vide BANTON, M. A idéia de raça. 1977.
- (19) Vide AUGEL, M.P. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. 1980.
- (20) Vide LEITE, op. cit., 1969.
- (21) ROSE, A. A origem dos preconceitos. In: DUNN, I. et alii. Raça e ciência II. 1972. p. 161-2.

XV

O NEGRO ENQUANTO CATEGORIA
SOCIAL

"[...] em negra, encontraremos sempre brancos como donos das terras. Para que assim seja, muito contri buem a negligência e a inclinação para os prazeres próprios da raça negra, pois se um mulato chega a adquirir alguns bens, pode-se ter a certeza de que seu filho ou neto os esbanjará; assim, tudo acaba no vamente na mão dos brancos, que sabem dar mais valor às propriedades hereditárias do que os homens de outras raças".

(BURMEISTER, 1851)

Nesta abordagem é possível reunir todos os relatos relacionados aos aspectos sociais da vida dos negros. O negro é mostrado não apenas enquanto originário de outra "raça", mas como produto de condições históricas específicas, geradas principalmente pelo regime escravo. Enfocado ora como produto, ora como vítima, ou ainda como culpado, em parte, responsabilizado pelo regime escravista implantado nas colônias, o negro constitui o grupo so-

cial mais discriminado.

Durante todo o século XIX, o tema da escravidão despertou grande interesse e ocupou a cena política brasileira. Preocupou a todos: os da terra e os de fora. Inicialmente tratada como a solução inevitável para a concretização do projeto colonial, a perpetuação da escravidão passa a ser desde então, questionada e tratada como problema. O exame mais detido das relações senhor-escravo possibilitou uma comparação entre os vários sistemas implantados pelas potências coloniais.

Além das miscigenação intensa que aqui vem ocorrendo, alguns dos viajantes percebem, no decorrer das viagens, que as fugas, compra de alforrias e manumissões são em número considerável, criando um grupo intermediário que não permite mais pensar exclusivamente na dicotomia entre senhor branco e escravo negro. E mesmo esta se encontra permeada de contradições, de problemas difíceis de equacionar e até de perceber. Não esqueçamos que os viajantes viram também as contradições de serem senhores de escravos, ou de utilizarem tal mão-de-obra, mesmo indiretamente, quando se tornavam hóspedes dos senhores. Uma observação de Saint-Hilaire ilustra bem o tipo de relação que era mantida com os escravos: "Quando ia montar a cavalo apareceu-me o bom Zamore dizendo-me que eu podia bater-lhe quanto quisesse, mas que ele estava resolvido a voltar à cidade porque eu devia ir muito longe e os caminhos estavam cheios de espinhos. Minha paciência esgotou-se; dei, confesso, algumas bofetadas no Zamore e, temendo que ele fugisse, fi-lo caminhar à minha frente" (1).

Até onde pude perceber, os viajantes não se defrontaram com um sistema hierárquico e dicotômico tal qual se configurou no ideário do projeto de colonização. Eles se defrontaram com um sistema de duas aparências, como uma moeda de cara e coroa. De um lado da moeda havia, de fato, a harmonia: o senhor demonstrava ser o mais forte e ter o controle absoluto da situação, enquanto o escravo demonstrava aceitar ser o mais fraco e viver sob o jogo do senhor. Do outro lado da moeda, havia a guerra interna entre senhores e escravos, percebida através dos boicotes, do roubo de ouro e pedras preciosas, dos concluíos, suicídios, fugas, e assassinatos, das revoltas por parte dos negros e de uma feroz repressão por parte dos seus donos.

Os que aqui chegavam, assistiam primeiramente ao lado que estava explícito - a ausência de conflitos. Mas depois, outras cenas vêm povoar suas impressões, colocando em dúvida aquela organização aparente.

O viajante era recebido nas casas dos senhores, visitava várias cidades, tinha a oportunidade de checar melhor as informações recebidas. Podia, até, comparar as várias informações, formar uma opinião, entrando em contato com o "outro" lado da moeda. O que me parece mais relevante é que podia escolher o que ia ser tratado. Neste momento, ele tomava conhecimento e assumia uma posição, que podia ser a de mostrar os dois lados, ou apenas um deles. Tinha poderes para condenar e para inocentar o sistema.

aliás, creio que não; mas se as leis são tão ineficientes mesmo para a proteção dos cidadãos livres, é claro que não podem oferecer segurança alguma a uma infeliz raça de homens que são privados de todos os direitos sociais e políticos. Uma circunstância que parece indicar que a condição dos escravos se torna, muitas vezes, insuportável, é o número elevado de fugitivos; (...)"(3).

Verifiquei que todos os outros autores procuram julgar o sistema escravista, formando uma opinião que poderia ser tomada como um parecer do que se passava aqui para os povos de lá. As contradições de seus julgamentos surpreendem qualquer leitor mais disposto a encontrar um fio único e coerente de análise. Os viajantes caem em contradições frequentes, porque não conseguem elaborar teoricamente as várias facetas da representação e da realidade, com exceção de Burmeister.

Mawe procura registrar principalmente informações que enfatizam o bom relacionamento entre senhores e escravos, salvo em casos raros. Em Mariana, verificou que "esta raça infeliz é tratada aí com muita bondade e a humanidade a que faz juz o seu bom procedimento"(4). Também numa fazenda próxima ao Rio das Onças, quando viajava para o Distrito Diamantino, ficou hospedado na casa de um velho chamado Vaz que era "famoso" por sua bondade na região. Possuía uma propriedade com 20 negros: "Visitei os alojamentos dos negros e vi com satisfação que havia uma casa para receber os negros pobres que viajavam desprovidos de recursos"(5). Acha que o tratamento vai depender muito mais dos próprios negros do que de seus senhores, mas que estes, quando querem aumentar a produção, melhoram antes disso o tratamento.

Freireyss delega a regulamentação das relações entre senhores e escravos a uma questão de lei. Mas ao mesmo tempo diz que "por faltas pequenas o próprio dono pune o escravo" e os abusos de poder são freqüentes, sendo quase sempre esses os motivos das vinganças: "não é raro o escravo saciar-se no sangue do seu tirano e pode-se aqui tomar a palavra 'saciar' no seu sentido próprio, porque, em 1813 na proximidade do Rio de Janeiro, vários escravos, que tinham assassinado os seus senhores, misturavam o sangue de suas vítimas com a aguardente que bebiam" (6).

Saint-Hilaire encontra um negro que se confessa muito satisfeito com o seu senhor e reproduz a conversa entre ambos para mostrar o lado humano do sistema escravocrata. Para ele, isto é a "prova que os negros não são sempre tão infelizes como se diz". E conclui que "a escravidão não é para eles o que seria para nós, porque se preocupam pouco com o futuro, e, quando o presente é suportável, não precisam de mais. (...) devemos, para ser justos, fazer concessões aos partidários da escravidão (...) os senhores desumanos são mais numerosos que os bons, e é horrível pensar que uma criatura que sente e pensa se acha durante todos os momentos da sua vida à inteira disposição de um perverso, sem esperanças de jamais se subtrair à sua tirania e caprichos" (7).

Sobre o apadrinhamento do Senhor, escreve: "quanto são brandos os costumes dos habitantes do Brasil". Em outra parte, essa observação contrasta com a descrição de uma cena próxima a Araçuaí, onde dois postes elevados sustentavam amarradas, as mãos e a cabeça de um negro. Como já observei na parte X deste trabalho, nesta mesma região o viajante comenta que as mulheres brancas ti-

nham uma voz peculiar, bastante rouca, de tanto gritar com os escravos.

Luccock considera que existiam maus senhores e maus escravos e que "quando são menos numerosos ele são mais felizes". Referindo-se à vida dos negros na cidade, acredita que aí sua situação é "tão boa quanto lhes podiam permitir sua mentalidade e costumes". O negro é apontado como o responsável pelas suas condições de vida. Os fazendeiros brasileiros davam provas de "bondade íntima, por diversas vezes" (8).

Expressando-se a respeito da escravidão no Brasil, de um modo geral, Pohl escreve: "... os escravos aqui são tratados com mais brandura que na América do Norte e nas colônias dos povos da Europa do Norte. Muita coisa há que lhes ameniza a sorte e não é muito o trabalho que o brasileiro lhes impõe, segundo suas forças e aptidões físicas. Naturalmente há exceções em toda parte. Deve-se admitir que seis negros não trabalham tanto quanto um jardineiro capaz entre nós". Continua citando os vários aspectos em que os negros têm privilégios, elaborando um quadro de otimismo e humanismo da escravidão no Brasil. Ao mesmo tempo, quando fala dos negros proprietários de escravos, observa um "defeito" no caráter que é "o fato de procederem impiedosamente para com seus próprios escravos, quando chegam a tê-los" (9). Por outro lado, os brancos são muito bondosos, salvo raras exceções.

Spix e Martius verificam que em Minas, e também em algumas províncias, "a quantidade de escravos negros torna necessária redobrada vigilância". Para tal eram designados um corpo espe-

cial de capitães do mato "em geral mulatos ou outros mestiços que perseguem o escravo fugido e o entregam a seu dono ou à competente autoridade" (10). Spix e Martius pregam a favor dos bons tratos e pela anistia ao invés do castigo.

GARDNER discorda de outros autores que apontam os maus tratos como causa da diminuição do número de escravos no país. Para ele, é a falta de mulheres negras a maior razão do pequeno crescimento vegetativo. É interessante notar que, na época de sua viagem, toda a economia mineradora está em declínio e a situação que presencia é pouco demonstrativa do que foi o sistema escravocrata. Usa de generalizações para o século anterior, transmitindo uma feição bastante humanizada da escravidão! "Não sou defensor da permanência da escravatura; desejaria, ao contrário, vê-la extirpada da face da terra - mas nunca dei ouvidos aos que figuram o senhor de escravos no Brasil como um monstro cruel. Embora tenha sido do larga minha permanência entre eles, poucos atos de desabusada crueldade ocorreram sob minha observação".

Mesmo quando faz um depoimento sobre situação vivenciada por ele, GARDNER, por um instante, tenta não associar a situação do negro ao momento histórico. Quem lê o seu relato fica convencido da "bondade do senhor". E obtém justificativa: "o tratamento plácido e indolente de nossos colonizadores". Procura diferenciar o tratamento dos negros que habitam as cidades e o campo. Nas cidades seriam cruéis os castigos. Nas plantações, os negros seriam mais bem tratados e bem mais felizes. Segundo ele, os escravos dos serviços domésticos gozavam de condições ainda melhores que os outros. As senhoras brasileiras eram muito bondosas (11).

Para Castelnau, os negros, livres ou escravos, possuíam uma vida excelente: bom tratamento dispensado, boa saúde e jovialidade e raridade dos casos de castigos. Em Ubã escreve: "Ficamos sabendo, com satisfação, que os castigos eram muito raros; o procedimento dos negros era extraordinariamente excelente; não havia mesmo lembranças de casos de roubos. Entre estes duzentos escravos havia trinta casados, habitando cada casal domicílio independentemente" (12). Burmeister ouviu falar em crimes de escravos contra seus senhores, mas, durante a sua permanência, soube de apenas um caso de execução por assassinato de um senhor por seu escravo.

Outro ponto de contradição, diz respeito às leis. Os viajantes não conseguem, por exemplo, perceber o porquê das divergências entre a própria legislação brasileira e sua aplicação.

Como observadores estrangeiros, tomam sempre por parâmetro a justiça de seu próprio país. Assim sendo, o que lhes chama mais atenção é a falta de rigor e as contradições. A teoria e a prática divergem freqüentemente. Há uma prática para o branco e outra para o negro, tanto em termos raciais, quanto de classe (essas geralmente coincidentes). A inexistência de algumas leis específicas para os negros os colocariam exclusivamente nas mãos dos brancos. Além dos comentários acerca da administração da justiça, os viajantes fornecem algumas informações sobre as leis trabalhistas, sobre os principais crimes praticados pelos negros e as prisões e castigos a eles impostos.

A existência de uma lei branca aplicada ao negro serve como um dos pilares de sustentação e legitimação do poder do

branco. Uma legislação onde a fronteira do ser branco ou livre tem um preço definido no mercado - a compra de alforrias -, onde é a cor da pele ou uma quantia em moeda corrente que define o estatuto civil do homem, ou a sua condição de pessoa, ou de mercadoria, necessariamente tem de conviver com uma contradição já imposta por suas raízes e estruturas. Neste caso, os depoimentos falam por si.

POHL, por exemplo, escreve: "É normal pensar-se que, numa cidade que é a sede de todos os serviços governamentais, se encontraria alguma espécie de polícia para cuidar da segurança pública e da ordem em geral. Mas tal coisa não se vê em toda a capitania. Cada um procede a seu talante e arbítrio; ninguém receia ser punido por transgressões; mesmo ao Governador não se tem a menor consideração. Neste país a moralidade é extremamente baixa. (...) Ficam geralmente impunes todos os delitos, inclusive o assassinato. Os laços sagrados do matrimônio são, aqui, muito frouxos e pouco apreciados" (13). Nota-se a descrença do viajante na aplicação das leis brasileiras. POHL assusta-se, principalmente, por não encontrar aqui os mesmos padrões morais de sua terra: os valores permanentes, tais como o casamento e a religião, são totalmente diferentes dos que conheceu. Parece-lhe, portanto, que tudo é permitido. Assim, apresenta algumas leis que são postas em vigor, mas ao mesmo tempo não acredita no rigor delas. Fala da lei sobre castigos em Serro Frio, da abolição das distinções de cor, mas ressalta em outra parte que "é bem curioso que outra lei exclua negros e mulatos dos cargos judiciais, declarando que são os brancos estão em condições de preenchê-los. Desta maneira, em casos tais, um empregado branco é muitas vezes preferido ao patrão de cor" (13).

Quanto aos crimes cometidos por negros e os castigos que lhes são aplicados, encontramos as seguintes informações: SAINT-HILAIRE dá notícia de cerca de 60 condenações por homicídio e, em Minas Novas, encontrou onze escravos acusados de terem assassinado seus senhores. Fala sobre um costume, que considera bárbaro, que "associa, por assim dizer, ao castigo, os parentes e amigos da vítima". Cita também os roubos de pedras. POHL teve pessoalmente a oportunidade de presenciar "fraudes que os negros praticam com o ouro" (15). Nos escritos atribuídos a RUGENDAS encontramos: "Quando um escravo comete crime, as autoridades se encarregam de puni-lo, como veremos mais adiante; mas quando ele se limita a descontentar o senhor pela sua embriaguez, preguiça, imprudência ou pequeninos roubos, este o pode punir como bem entende. Em verdade, existem leis que impõem certos limites ao arbítrio e à cólera dos senhores, como por exemplo, a que fixa o número de chicotadas que é permitido infligir, de uma só vez, ao escravo, sem a intervenção da autoridade. Entretanto, como já dissemos acima, essas leis não têm força e talvez mesmo sejam desconhecidas da maioria dos escravos e senhores. Por outro lado, as autoridades se encontram tão afastadas que, na realidade, o castigo do escravo por uma falta verdadeira ou imaginária, ou os maus tratos resultantes do capricho e da crueldade do senhor, são encontrados limites no medo de perder o escravo pela morte ou pela fuga, ou no respeito à opinião pública..." (16).

BURMEISTER define a questão da justiça e a atribui principalmente à cor. Por outro lado, quanto à sua aplicação, tem uma opinião categórica: "o hábito já inveterado das decisões faz com que ninguém se preocupe mais com o direito, mas antes com as condições que hão de prevalecer para as deliberações. Assim, o

mais rico sempre ganhará do mais pobre, o branco, do homem de cor (...). A Justiça brasileira por ser muito humana, não atenua a frequência dos crimes. Em todo lugar de importância mediana, encontramos o tribunal e a prisão instalados num mesmo edifício público" (17). A não-aplicação da justiça e afrouxamento dos laços são vistos como humanidade.

A ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO

Os relatos sobre a situação social do negro pecam pela imprecisão, multiplicidade e até heterogeneidade dos conceitos utilizados. Mawe, por exemplo, refere-se aos negros como "CLASSE de dominados", ou "CLASSE de infelizes". Eschwege os trata também por CLASSE SERVIL, CLASSE DOS DESERDADOS. Mas o termo mais usado é o de CLASSES INFERIORES, que em muitos casos se adequa muito bem ao de RAÇAS SUPERIORES, e tendo como correspondência a união dos dois conceitos em INFERIORES: NEGROS, e, por oposição, SUPERIORES: BRANCOS. O mulato é, nesta dicotomia que une cor da pele com a posição social, o elemento intermediário, ora sendo jogado para um lado, ora sendo jogado para o outro, ou representando o ponto de conturbação ou desordem no modelo que se pretende construir.

Há também uma tentativa dos viajantes de fugirem à ordenação dos indivíduos e grupos em "classes", e de determinarem graus de liberdade na sociedade escravocrata. Como escreve Freireyss, "A sociedade só conhece duas divisões, homem livre e escravo, ou como sinônimos, homem branco e homem negro" (18). Aí se percebe a visão dicotômica que não considera a existência de grupos intermediários, e o próprio mulato, elemento de dissolução do mode-

mente e a conquista efetiva da ascensão checavam e contradiziam os pressupostos e justificativas de que os negros eram, "por natureza", inferiores e, portanto, só conseguiriam viver como escravos dos brancos.

Skidmore, por exemplo, ao procurar resgatar o amplo espectro de idéias que perpassavam a sociedade brasileira do século XIX, destaca exatamente os homens livres de cor como desagregado res da rigorosa dicotomia senhor-escravo: "os homens livres de cor tiveram um importante papel antes da Abolição, tendo conseguido inclusive considerável mobilidade ocupacional" (22). Esta importância foi percebida pelos viajantes que, em relatos esparsos, discutem a ascensão social dos negros, embora, na verdade, o escravo fosse o mais destacado. O desenvolvimento do capitalismo, a emergência da criação de um mercado consumidor nas antigas colônias, as pressões das potências industriais européias, sobretudo a Inglaterra, fazem com que o tema da Abolição do regime de trabalho escravo seja colocado em primeiro plano. A situação interna do país, as contradições impostas pelo sistema e seus pontos de estrangulamento ficam submersos pelas interrogações, que são lançadas para o futuro.

Quero dizer com isto que, se por um lado os viajantes percebem a existência de pontos de tensão nas malhas da organização social, por outro as próprias condições conjunturais das viagens não lhes permitem aprofundá-las. Primeiro, por não ser esta a intenção da obra; segundo, por seu comprometimento direto com as classes dominantes e com os Estados que financiavam as viagens e a que pertenciam; e terceiro, porque não dispunham de um instrumental teórico capaz de dar conta de todas as questões levantadas. A exem

plo disso, temos a própria utilização do conceito de classe, neste caso não visando a qualquer sistematização teórica da sociedade estudada mas se vinculando muito mais a julgamentos de valor, e revelando em seu interior tanto uma falta de objetividade dos métodos utilizados, como a linearidade do discurso.

Observei que há os viajantes que tendem a negar as diferenças e desigualdades, demonstrando com isto uma clara intenção de mascarar as contradições do sistema, e há os que as percebem, mas não aprofundam muito o seu estudo. Neste inventário de afirmações e negações, há ainda os que, na mesma obra, fazem as duas coisas, caindo em claras contradições ou deixando mesmo por conta das diferenças de caso para caso.

Em Agassiz, por exemplo, as contradições tornam-se explícitas. Defende em certas passagens a idéia de que há aqui uma sociedade igualitária, onde as oportunidades são iguais para todos. Não consegue, evidentemente, manter ou sustentar até o fim esta afirmação. Isto pode ser percebido principalmente quando descreve episódios e fatos do cotidiano. Aí a obra mostra que há, no mínimo, uma divisão hierárquica entre senhores e escravos.

Este discurso da igualdade funciona muito pouco e suas bases de sustentação são frágeis. Permanecem, muitas vezes todo o tempo na fantasia do viajante e de seus leitores menos atentos para o confronto e coerência de opiniões. Acredito que este tipo de representação, mais relacionado com o desejo, com a necessidade de configurar como de fato situações idealizadas, está muito presente neste tipo de fonte. Talvez se possa dizer que há uma mudança

de opinião no decorrer das viagens. Um recurso freqüente e até aceitável em muitos casos é o discurso do específico, impedindo em seu interior uma comparação. Há, também, generalizações impossíveis de comprovação.

A desigualdade social é, sem dúvida, mais evidenciada do que este primeiro enfoque que acabo de mostrar. Em Burmeister, por exemplo, as diferenças sociais são reforçadas e mostradas como em nenhum outro viajante. É o primeiro, e, talvez, o único, a chamar atenção de modo claro para a existência das diferenças e associá-las com padrões raciais e sociais. A visão de Burmeister é surpreendente e mereceria uma análise mais pormenorizada, tal a riqueza das informações que fornece. Infelizmente, dado o teor deste trabalho, não é possível aprofundar exclusivamente em seus escritos. Sobre as diferenças, escreve: "é preciso distinguir as diferentes camadas da população de acordo com a cor da pele, visto que a posição de cada um e seu nível de vida dependem grandemente destas circunstâncias" (23).

As desigualdades são realçadas pelos viajantes quando procuram descrever as localidades visitadas. Cidades, vilas e fazendas são recortadas desde sua organização espacial, passando pela estética, cultural, etc., entrecruzando com a cor da pele. A ocupação do espaço físico nas cidades, nas ruas, nas casas, nas igrejas, nas praças, é, sem dúvida, o maior aglutinador destas informa-

ções. A descrição dos padrões de ordenamento de cada lugar visitado serve para mostrar o lugar ocupado por cada grupo, a sua hierarquia, a divisão de papéis e até mesmo como estes papéis são representados pelos indivíduos e grupos retratados.

Burton, por exemplo, observou que o lugar que cada um ocupa na Igreja reflete a sua posição e o vincula a determinado grupo, dimensionando seu lugar na sociedade. Burmeister escreve que há uma divisão de igrejas e ordens religiosas determinada pela cor. Antes dele, também Saint-Hilaire observou que em Barbacena as mulheres, sem distinção de classe, colocam-se no meio da igreja (mas isso servia apenas para as brancas, os negros ficavam próximos à porta de saída).

Mawe impressiona-se com a luta constante do escravo não só para conquistar sua liberdade, mas também para ascender socialmente, através da descoberta de um grande diamante. Em certo momento, fora designado para examinar uma grande pedra encontrada por um negro. Comenta depois que "em poucos momentos as esperanças que acalentara por tantos anos iriam concretizar-se e ele ascenderia de baixa e obscura condição a uma situação de influência e relevância" (24). Constatou, porém, que se tratava apenas de um grande cristal.

A imagem de um negro conformado com a situação é uma das facetas da representação e ela está presente em autores como Eschwege, Gardner e Wells. A outra faceta, revela um negro inconformado e disposto a lutar por se libertar e ascender socialmente, e também não está ausente desses mesmos relatos. Moura⁽²⁵⁾, em trabalho recente, faz uma revisão da história tradicional, que tentaria a considerar mais a primeira face, ou que justifica a marginalização do negro como sendo falta de luta, preguiça e alienação. Chama atenção para as várias formas de luta existentes: econômica, social e cultural, três canais possíveis para escapar da situação imposta.

Apesar da situação de penúria da maioria dos negros, os viajantes percebem e se sentem incomodados com o fato de que havia libertos que se destacavam no setor de prestação de serviços, nas artes e manufatura e os que possuíam terras e escravos. Saint-Hilaire verifica, em Minas Novas, que um ex-escravo possuía boa situação econômica e em Roça do Contrato fica conhecendo uma próspera propriedade de um negro. Eschwege encontra um mulato livre que também possui escravos; e o critica: "vive de braços cruzados e considera o trabalho uma coisa indigna"⁽²⁶⁾. Aliás, na escala social, o mulato, em comparação com o negro, sempre ocupa uma posição privilegiada - é o feitor, o capitão do mato, o administrador! está mais próximo do branco.

Alguns viajantes percebem que o tipo de trabalho é um elemento decisivo na determinação da posição social e do status.

Saint-Hilaire comenta que no Tejuco "há uma vergonha em relação ao trabalho braçal" (27), associado sempre ao negro e à condição servil. Mais adiante conclui que "o escravo não tem mais reputação do que um boi ou um cavalo e, como eles, está à margem da sociedade humana" (28). Avê-Lallemant também observa que há no Brasil uma idéia fixa de que o trabalho no campo rebaixa a categoria das pessoas.

Quando relacionam a cor à posição social, os viajantes nem sempre constataam os mecanismos formadores da desigualdade. Às vezes utilizam apenas a cor para estabelecer as diferenças, outras vezes é a situação na estrutura de classe a mais considerada. Esse dilema permanece em exame até os dias atuais. O paradigma para pensar a questão da formação do povo brasileiro ainda é o de brancos e negros. E o dilema torna-se claro quando se pretende chegar a uma delimitação de fronteiras entre cor e classe social. Queiróz (29) observou que as interpretações sobre a coexistência étnica no Brasil são contraditórias: até hoje uns apontam os preconceitos como de classe, outros como de castas e outros ainda como preconceitos apenas de cor. Muitos estudiosos chegam a propor critérios de classificação, mas acredito ser impossível, no Brasil traçar esses limites com exatidão. Desde o período inicial da escravidão já havia negros integrados em camadas sociais diferentes e, na própria categoria de escravos, havia indivíduos com vários tons de pele.

AS ALFORRIAS E OUTRAS FORMAS DE EMANCIPAÇÃO

Mawe refere-se muitas vezes ao desejo e à luta do escravo para conseguir sua alforria. Mas isto ocorre mais por um golpe de sorte, quando encontra, por exemplo, um diamante de 17 quil-

tes e meio - fato muito raro. Se assim fosse, por que falar em contrabando? Ele é dos que mais se impressiona com a luta dos senhores e da Administração Portuguesa para diminuir o suborno nas minas. Pergunto: não seria esta uma forma mais efetiva de conseguir o suficiente para comprar a alforria?

Eschwege analisa esta questão do ponto de vista de um administrador, que era o que ele exercia de fato como profissão. É contra a abolição pelo menos aquela que viria de uma hora para outra, sem qualquer transição ou preparação, tanto dos senhores como dos escravos: "considero uma instituição infamante porém, se eu fosse brasileiro, teria dúvida em concordar com a abolição desse comércio. Não concordaria nunca, mesmo se essa medida me fosse imposta por outra nação, como sucedeu no Brasil". A vigilância deveria, portanto "ser redobrada para não permitir ao negro burlar o sistema de extração" (30). Já Freireyss acredita que o melhor seria o contrário: "alcançar de uma só vez e ao mesmo tempo a liberdade de nossos pretos e também eu era, parcialmente, da mesma opinião. Minha estada no Brasil, porém, ensinou-me o contrário porque observam diariamente que os negros libertados eram muito mais infelizes depois de terem deixado seus senhores". Percebo que este pensamento só será retomado mais tarde, pelos autores que procuram reavaliar o processo de marginalização do negro, principalmente neste século. Freireyss percebeu, naquela época, o tipo de perda a qual o negro é submetido, e também a sua degradação como ser humano: "pela escravidão perderam o sentimento da conservação própria; havia anos que já não tinham de cuidar das suas necessidades e as idéias de propriedade, já bastante resumidas no negro, estavam completamente apagadas. É verdade que não falo aqui dos brancos que por diligên

cia e trabalho próprio alcançaram a sua liberdade, mas da parte muito maior dos que pela morte dos seus senhores, por promessa ou por filantropia um tanto tardia, na hora da morte, tinham sido libertados" (31).

Saint-Hilaire relaciona o roubo com a liberdade, mas a liberdade seria também miséria para o negro, sua fatal marginalização. Outro viajante, Gardner, é o que mais se impressiona com o poder numérico da população negra, principalmente porque isso significa uma forma de pressão e intimidação ao branco: "teme-se muito no Brasil uma insurreição geral dos escravos, temor bem fundado quando se considera a sua superioridade numérica em relação aos brancos". E prossegue: "estivessem eles unidos pelos laços da simpatia comum e isto já teria ocorrido de há muito; mas os preconceitos hostis existentes entre as várias raças africanas o tem evitado até o presente" (32).

Agassiz é amigo do Imperador e o considera esclarecido e humanista. Acredita que ele não consegue esconder o seu "horror pelo sistema". Compara este processo com o ocorrido nos Estados Unidos, seu país de adoção: "o problema da emancipação não é para o Brasil como foi para o nosso país, um espantelho político". Aqui seria diferente porque o processo "é discutido livremente e com calma em todas as classes da sociedade; pode-se sem avançar demais, predizer que não passarão muitos anos até que a instituição desapareça, tanto o sentimento geral lhe é contrário" (33).

Há também a liberdade que o dono dá e que nem sempre significava a liberdade de fato, pois em alguns casos o negro, não

tendo para onde ir, continuava servindo ao senhor em troca de sua subsistência. Segundo o viajante Burton, a própria escravidão já seria uma forma de libertação de sua condição anterior. Esta opinião mostra que o sentido de liberdade no século XIX pode ser questionado. De acordo com este autor a liberdade só se concretizaria pela CIVILIDADE, adquirida através do contato com o branco ou como uma "benesse" desse. Burton tira esta idéia de uma visão da história da humanidade, de orientação evolucionista, onde o processo histórico caminharia indefinidamente para frente, para cada vez melhor: "a escravidão e a poligamia são, por si mesmos, abominações, a soma de todas as vilanias, etc. Considero-os como outros tantos passos, ou melhor, condições necessárias, através das quais a sociedade civilizadora se ergueu até o estado adiantado atual (...) sem escravidão como poderia as Antilhas do sul dos Estados Unidos ter eliminado a selva? Juntamente com argumentos históricos, aparecem os raciais: "o negro importado cativo, proscrito, criminoso vindo da África melhorou muito ao atravessar o mar. A raça superior que o admitiu contudo, foi por ele altamente prejudicada, sob muitos aspectos morais assim como físicos, principalmente indispondo-a contra todo o trabalho e em destaque, contra o melhor de todos os trabalhos em seu país jovem: a agricultura". Culpa a própria escravidão e o negro de ter transformado a visão sobre o trabalho: "onde os negros trabalham, todo trabalho se torna servil e em consequência, o povo carece do altivo camponês, orgulho do país" (34). Resume o papel dos brancos em relação ao ocorrido com os negros em consequência da escravidão: sua mortandade, sua marginalização. Essa visão positiva do branco aparece melhor quando Burton trata do Morro Velho. Diz que ali os negros eram muito bem tratados e que seria extremamente freqüente a conquista da alforria ou, mesmo, sua

concessão pela administração inglesa. Pinta uma situação extremamente ideal que só pode suscitar dúvidas, dada a clara intenção de proteger os ingleses, seus patrícios, e a imagem da Inglaterra no contexto internacional quanto ao combate à escravidão.

A discussão mais importante sobre a emancipação seria, a meu ver, o exame da contradição existente entre uma escravidão que ora liberta, ora degrada, e a própria liberdade vista não só como um bem, mas também como um mal, já que pioraria as condições desse grupo no conjunto da sociedade.

O NEGRO ESTEREOTIPADO: A NEGAÇÃO DO "OUTRO"

Ao tentar escrever sobre como viviam os negros e seus descendentes, os viajantes emitem uma opinião em que deixam passar, dentre as descrições de cenas vividas e presenciadas, um tipo de imagem específica para o grupo, que o diferencia dos demais. Essas imagens estão relacionadas principalmente ao físico e ao comportamento do negro, e nem sempre é possível separá-los um do outro.

As principais descrições relacionadas ao físico do negro, visam especialmente distingui-lo e diferenciá-lo dos outros (brancos e indígenas). Os viajantes usam o critério comparativo, quase sempre tomando o branco como parâmetro. O padrão estético da cultura branca é visto como o melhor. O branco é o ideal, o negro é o seu oposto. A pele do negro aparece como FEIA (Bunbury), como REPELENTE (Spix e Martius), ou DE AZEVICHE (Avé-Lallemant, Luccock). O cabelo do negro é uma CARAPINHA (Agassiz), e tem geralmente PIOLHOS (Burmeister). O seu corpo tem CÔMICO MANEIO (Freireyss) e ele

se parece com o MACACO (Freireyss, Spix, Martius e Agassiz).

A discriminação baseada nos caracteres físicos não é de todo explícita. Ela é, quase sempre, sugerida por associação, por um julgamento estético que marca o grupo por insistência e repetição, fixando padrões de beleza e feiúra. Esses padrões servem para sustentar a estigmatização dos grupos marginalizados socialmente. Carneiro⁽³⁵⁾ nos mostra que, em Portugal, a legislação discriminadora iniciou-se em 1514, contra cristãos-novos, ciganos e indígenas e estendeu-se, no século seguinte, aos negros e mulatos. No século XIX, o racismo já se caracterizava por uma atitude introjetada na cultura, e nem sempre era possível percebê-lo, pois se encontrava mesclado com a lei e a prática. O fim do século XIX, na opinião de Skidmore⁽³⁹⁾, foi o período áureo do racismo. Mas, sem dúvida, os estereótipos reforçadores da discriminação sempre se fizeram presentes para justificar a dominação de um determinado grupo sobre o outro. Poliakov⁽³⁶⁾ fez um minucioso estudo sobre o mito da superioridade na Europa desde a Idade Média, e percebeu que a superioridade era forjada por diferentes grupos que desejavam afirmar-se como melhores que os demais. O etnocentrismo e o racismo, creio, são duas formas de pensar o outro tomando esta diferença como argumento para a discriminação. No nosso caso, o corpo do negro, sua forma estética, é transformada, retorcida e deformada. É o negativo, é o espaço por onde não passa o branco. Não só é diferente, mas ele é diferente porque é pior.

O mesmo ocorre com o seu comportamento. Nos relatos de viajantes os negros NÃO PENSAM NEM SENTEM (Luccock), SÃO TURBULENTOS E INDECOROSOS (Luccock); são MALANDROS e IMORAIS, são LADRÕES

e COVARDES (Freireyss), são BÁRBAROS e ALCOÓLATRAS (Saint-Hilaire); são PLÁCIDOS, INDOLENTES e PROMÍSCUOS (Caldcleugh); são IGNORANTES e SELVAGENS (Pohl); são CONTRABANDISTAS e LADRÕES (Spix e Martius); são INDOMÁVEIS, VICIADOS e GROSSEIROS (Agassiz); são PREGUIÇOSOS e DISSOLUTOS (Wells). Além disso, suas danças são INDECENTES e IMORAIS (Freireyss, Saint-Hilaire, Pohl, Spix e Martius, Agassiz e Wells); sua música é MONÓTONA e INSUPORTÁVEL (Freireyss, Pohl, Suzannet, Spix e Martius) e sua língua é ESTRANHA (Avé-Lallemant).

Cardoso nos alerta, bem mais tarde, que "a atribuição de qualidades negativas aos negros estava submetida ao isolamento de certos aspectos de seu comportamento e a associação e atribuição destes como próprios da 'natureza' dos negros" (37). Esta seria tipicamente uma atitude de reforço à teoria da desigualdade natural. Em certos casos, estas representações estereotipadas eram elaboradas com base na realidade, já que, na prática, a negação do negro acabava por ocorrer. O mesmo autor chama atenção para o fato de que seria falso supor que os brancos imputassem certos atributos simplesmente para se defenderem. Na verdade, o negro ladrão, alcoólatra e ocioso existia. As condições para que ele fosse julgado como tal foram criadas e ocorriam de fato.

Quando escolheram essas imagens, os viajantes repassaram para seus leitores não apenas uma representação pessoal, mas a que era veiculada por sua cultura e pela sociedade visitada.

Preocupado com o conceito de raça e classe que permeia as discussões do período pós-abolicionista, Ianni percebe que "o africano transforma-se em negro e mulato e mais: escravo, boçal,

crioulo, ladino, ingênuo, liberto, mulato ou negro" (38). Estes vários estigmas já estão presentes nas obras dos viajantes, principalmente quando a população negra é negada uma identidade. Ela é pensada sempre a partir do que o branco não é, ou vice e versa, passando a existir somente pela comparação.

Skidmore sugere uma associação destas imagens com aquelas cultivadas pela literatura romântica do mesmo período, onde o negro é predestinado a cumprir papéis-padrão: "o escravo heróico, o escravo-sofredor, a bela mulata" etc. Só que nos viajantes há uma polarização entre imagens opostas: uma que idealiza (só o negro trabalha) e outra que nega (o negro é preguiçoso), revelando a contradição que está no próprio sistema escravista (39).

Como bem demonstrou Cardoso: "ao trabalhar o escravo negava as representações que tendiam a fazer dele o anti-homem e ao mesmo tempo permitia que ficasse socialmente evidente a necessidade da coação e da violência" (40). Os relatos de viajantes, a meu ver, revelam-se, não apenas contraditórios em si, mas reproduziram as contradições existentes na sociedade que retratavam.

Os estereótipos elaborados passam, posteriormente, a servirem de "matrizes da argumentação racionalizadora", tal qual nos descreve COSTA (41). Assentam-se sobre bases nem sempre reais e têm como objetivo principal, mascararem o sistema de exploração colonial. Há um "código" para tratar os brancos e outro para os negros, que se torna cada vez mais escamoteado e confuso, pois, no Brasil, tal qual ocorreu nos EUA, a cor e a posição, na sociedade nunca esteve bem definida. Este "código" de linguagem, quando ex-

plícita ou decifrada, gerou argumentações também contraditórias e até paradoxais. A exemplo disto, observa-se a produção de Nina Rodrigues, Silvio Romero e até Arthur Ramos, que pretenderam explicar o papel do negro na sociedade brasileira após a Abolição. Ao falar das contradições implantadas pela ideologia liberal, grande mentor das teorias abolicionistas e pós-abolicionistas nas colônias, Franco percebe que "as representações igualitárias que vão se manifestar aqui, eram necessárias para sustentar o sistema de dominação e encobrir as diferenças existentes" (42). Ao tentar esconder ou encontrar um consenso, os viajantes e os autores que se utilizaram de suas obras sem uma crítica anterior, vão transmitir uma visão pouco coerente da situação. No momento em que o pensamento europeu dominava as elites intelectuais brasileiras, a concepção de raça e classe tal qual aparece nos viajantes só servia para reforçar a situação social de fato. De forma alguma ela entrava em choque com os interesses dos grupos dominantes. Ao contrário, uma reforçava a outra, intervindo diretamente na concepção que se formou no Brasil sobre a população negra aqui existente.

NOTAS

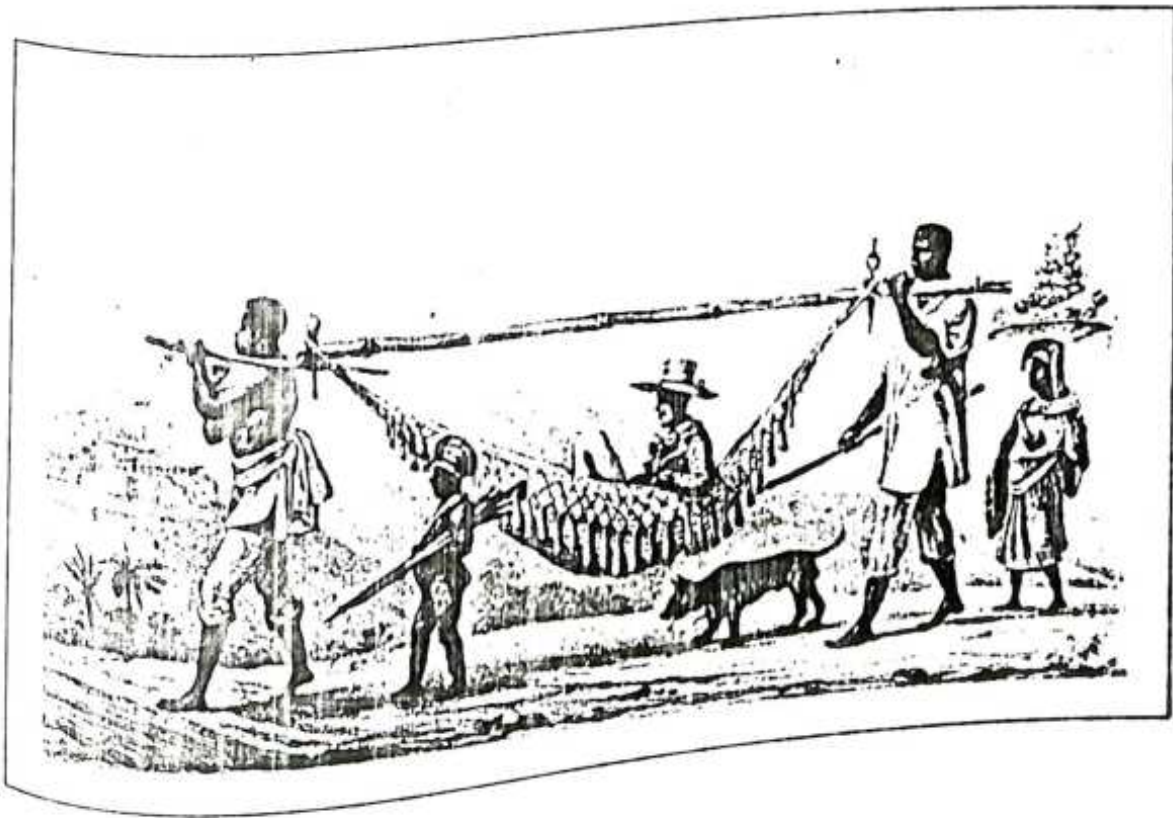
- (1) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. 1974 (2). p. 136.
- (2) BUNBURY, C.J.F. Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. Anais da Biblioteca Nacional, 62: 39, 1942.
- (3) Idem, ibidem.
- (4) MAWE, J. Viagem ao interior do Brasil. 1978. p. 139.
- (5) Idem, ibidem, p. 145.
- (6) FREIREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil nos anos 1914-1915. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2: 225, 1906.
- (7) SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1975 (1). p. 53-4.
- (8) LUCCOCK, J. Viagem ao Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. 1975. p. 139, 276.
- (9) POHL, J.E. Viagem no interior do Brasil. 1976. p. 43-4.
- (10) SPIX, J.B. von & MARTIUS, K.F.P. von. Viagem pelo Brasil. 1938. p. 278.
- (11) GARDNER, G. Viagem ao interior do Brasil. 1975. p. 25.
- (12) CASTELNAU, F. Expedição às regiões centrais da América do Sul. 1949. p. 123.
- (13) POHL, op. cit., 1976. p. 142.
- (14) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1975. (1). p. 296.

- (31) FREIREYSS, op. cit., 1952. p. 227.
- (32) GARDNER, op. cit., 1975.(2). p. 26.
- (33) AGASSIZ, L. & AGASSIZ, E.C. Viagem ao Brasil. 1975.p.11,58.
- (34) BURTON, R.F. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. 1976.
p. 231.
- (35) Vide CARNEIRO, M.L.T. Preconceito racial no Brasil Colonia
- os cristãos novos. 1983. p.
- (36) POLIAKOV, L. O mito ariano. 1979.
- (37) CARDOSO, op. cit., 1962. p. 284.
- (38) IANNI, O. Escravidão e racismo. 1978. p. 51.
- (39) SKIDMORE, op. cit., 1976. p. 23.
- (40) CARDOSO, op. cit., 1962. p. 269-
- (41) Vide COSTA, E.V. de. Da senzala à colonia. 1966.
- (42) FRANCO, M.S. de C. Homens livres na ordem escravocrata. 1969.

- (15) POHL, op. cit., 1976. p. 158.
- (16) RUGENDAS, J.M. Viagem pitoresca através do Brasil. 1954. p. 145.
- (17) BURMEISTER, H. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1952. p. 242, 244.
- (18) FREIREYSS, op. cit., 1906. p. 227.
- (19) Vide CARDOSO, F.H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 1962.
- (20) HANKE, L. Aristóteles e os índios americanos. s.d.
- (21) CARDOSO, op. cit., 1962. p. 280.
- (22) SKIDMORE, T. Preto no branco - raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 1976.
- (23) BURMEISTER, op. cit., 1952. p. 242.
- (24) MAWE, op. cit., 1978. p. 107.
- (25) Vide MOURA, C. Rebeliões da senzala, quilombos, insurreições, guerrilha. 1981.
- (26) ESCHWEGE, W.L. von. Pluto brasiliensis. 1941. p. 264.
- (27) SAINT-HILAIRE, op. cit., 1974 (2). p. 33-4.
- (28) Idem. Viagem as nascentes do Rio São Francisco. 1975 (3) p. 69.
- (29) Vide QUEIRÔZ, M.I.P. Coletividades negras, ascensão sócio-econômicas dos negros no Brasil e em São Paulo. 1978.
- (30) ESCHWEGE, op. cit., 1941. p. 136, 205.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Quando os viajantes escolhem o que vai ser mostrado, usufruem plenamente de seus poderes de condenar ou inocentar o sistema escravista. Pergunta-se: havia, neste caso, uma preocupação em expressar uma única e coerente opinião sobre o que viam? Se é que havia, por que esta proposta não se concretizou?

Acredito que, se é que havia, ficou apenas na intenção, pois, na prática, os relatos têm como traço comum exatamente a contradição. Isto tem sido demonstrado não apenas quando julgam o sistema, mas também nas descrições sobre o trabalho, o lazer, as danças, a música, as festas. A imagem do negro é entrecortada por enfoques muito contraditórios. O negro que trabalha, o negro que é preguiçoso, o negro que não tem cultura, e por isso deve ser escravizado; por contraposição, o negro trabalhador que tem manifestações culturais próprias e luta pela sua preservação, pelo direito de exercê-la, pela liberdade.

Talvez a contradição se expresse porque havia uma intenção em demonstrar coerência, em formar uma única opinião que definisse e avaliasse o grupo negro para o grupo branco.

Quando aceitavam a escravidão afirmavam-na como recuperadora, como capaz de dar ao negro civilização. Defrontavam-se com a inevitabilidade do sistema, como única alternativa para o branco, apelando para argumentos evolucionistas. Ora afirmavam, ora negavam. O negro era humano e devia ser respeitado como pessoa. O negro era selvagem e devia ser escravizado; ora devia ser libertado, ora devia ser mantido cativo; ora devia ser punido, ora devia ser protegido; ora devia ser ignorado, ora sua importância era ressaltada; ora era afirmado, ora era negado.

É difícil perceber com objetividade até que ponto estas representações contraditórias são fruto das condições específicas das viagens, até que ponto estiveram limitadas ao meio na qual elas são veiculadas (no caso, a literatura de viagem), até que ponto foram forjadas para justificar a dominação colonial e até que ponto seriam reflexo das próprias contradições do sistema escravista. Se tomarmos esta última explicação, por exemplo, poderíamos aceitar a possibilidade de serem os relatos muito mais próximos ao que ocorreu, e o seu valor como documento fica, sem dúvida, reafirmado. (Neste ponto se fixa sua especificidade em relação às outras fontes de informação sobre os negros.) Mas cresce a importância de sua relativização, para que não se legitime como força de "verdade absoluta", nem que seja, por outro lado, visto apenas enquanto construção ficcional, fruto exclusivamente da fantasia.

A tentativa de resolver as contradições num momento onde o etnocentrismo e o racismo estão fortemente introjetados na cultura do colonizador branco fez com que a identidade do negro se reafirmasse muito mais pela negação do que pela afirmação.

Uso da literatura dos viajantes como fundamentos empíricos de explicações sociológicas, históricas, antropológicas, etc. sem a sua devida relativização em relação ao imperialismo e etnocentrismo acaba por efetivá-los, ou seja, reproduz no interior de trabalhos que pretendem ser críticos, as idéias que tentam super-
tar. Acredito que, de todos os escritos elaborados pelos viajantes, de todos os assuntos por eles tratados, é no tema do negro que tais aspectos podem ser melhor percebidos, porque é aí que esses autores, ao se verem como brancos, encontram o espaço necessário para estabelecer as diferenças e demarcar bem as fronteiras entre o eu e o outro.



BIBLIOGRAFIA

B I B L I O G R A F I A

- ACUNA, Cristóbal de. Nuevo descubrimiento del gran Rio de las Amazonas (1641). In: ALMEIDA, Candido Mendes de. Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, I. P. Hildebrandt, 1874. v. 2.
- AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil. Trad. João Etienne Filho. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- ANDRÃ, Helmut. Alexander von Humboldt e suas relações com o Brasil. Revista Humboldt, (10), 1946.
- ANDREONI, João Antônio. Cultura e opulência do Brasil. 2 ed. São Paulo, Nacional, s.d.
- ASSOCIAÇÃO dos Universitários para Pesquisa em História do Brasil. (AUPHIB). In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, AUPHIB, Brasileira, 1978. (Coleção Tudo é História, 4).
- AUGEL, Moema Parente. Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista. São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1980.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Recife (1859). Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1980.
- AVILA, Afonso. O teatro em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX. Ouro Preto, Ed. da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 1978.
- AZEVEDO, Thales de. As elites de cor. São Paulo, Nacional, 1959.
- BANDEIRA, Manuel. O "Nosso" Saint-Hilaire. Minas Gerais; os viajantes estrangeiros. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (214) out. 1970. Edição especial do suplemento literário.

- BANTON, Michael. A idéia de raça. São Paulo, Martins Fontes; Lisboa, Edições 70, 1977.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Barão de Eschwege. Belo Horizonte, Edição da Casa de Eschwege, 1977.
- _____. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, Promoção da Família Editora, 1971.
- _____. História de Minas. Belo Horizonte, Comunicação, 1979. v.2.
- _____. Negros e quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte, s. ed., 1972.
- BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros através da literatura brasileira. In: Estudos Afro Brasileiros. São Paulo, s.ed., 1953.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, F. Branços e Negros em São Paulo, São Paulo, Nacional, 1959.
- BERGER, Paulo. Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros: 1500-1900. Rio de Janeiro, SEEC, 1980.
- BERND, Zilá. A questão da negritude. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- BERTELS, D.E. et alii, org. A expedição científica de G.I. Langsdorfb ao Brasil, 1821-1829; catálogo completo do material existente nos arquivos da União Soviética. Trad. e pesquisa bibliográfica Marcos Pinto Braga. Brasília, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
- BETHEL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo, Ed. da USP, 1976.
- BICUDO, V. Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação a cor de seus colegas. In: _____. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo, Anhembi, 1955.

- BOAS, Franz. Races, language and culture. New York, Mac Millan, 1940.
- BOOKSHAW, David. Raça e cor na literatura brasileira. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- BOPP, Marianne O.de. A Alemanha na época de Humboldt. Revista Humboldt, Hamburgo, 9 (19): 13, 1969.
- BOXER, C.R. Relações raciais no império colonial português - 1415-1825. Porto Alegre, Afrontamento, 1977.
- BROCA, Brito. Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro. São Paulo, Polis; Brasília, INC, 1979.
- BRUNO, Ernani. Biard, um pintor da vida brasileira. Folha de São Paulo, 22, maio, 1982. Folha Ilustrada.
- BUNBURY, Charles James Fox. Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais; 1833-1935. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 62, 1942.
- BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad. Manoel Sabatena e Hubert Shoenfeldt. São Paulo, Martins, 1952.
- BURTON, Richard Francis. Explorations of the higerlands of the Brazil; wither a full account of the gold and diamond mines. Also conoeing and through 1.500 miles of the great river São Francisco, from Sabará to the sea. London, Tinsley Brothers, 1869.
- _____. Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Apresenta ção e notas Mario Guimarães Ferri; Trad. David Jardim Junior. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1977.
- _____. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Apresentação e notas Mario Guimarães Ferri; Trad. David Jardim Júnior. Belo Ho

rizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1976.

CALDCLEUGH, Alexander. Travels in south America, during the years 1819-20-21; containing an account of the present state of Brazil, Buenos Aires, and Chile. London, John Murray, 1825. 2v.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no velho mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, org. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro, Difel, 1976. v.1, t.2. p. 40-63.

CANDIDO, Antônio. Letras e idéias no Brasil colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1972. v.2, t.2.

_____. Formação da literatura brasileira. São Paulo, Martins, 1959.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

_____ & IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo, Nacional, 1960.

CARNEIRO, Edison. O negro como objeto de ciência. Revista Afro-Ásia, n. 6-7, Salvador, (6/7), 1976.

_____. O quilombo dos palmares. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1958. 268 p.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Preconceito racial no Brasil colonial - os cristãos-novos. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CARVALHO, João Alfredo de. Aventuras e aventureiros no Brasil. Rio de Janeiro, Paulo Pongetti, 1929.

_____. Biblioteca exótico-brasileira. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Editora, 1929. 3v.

- CARVALHO, João Alfredo de. Perfis de viajantes. Minas Gerais; os viajantes estrangeiros. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (214): 10, 1970. Edição Especial do Suplemento Literário.
- CASTELNAU, Francisco. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Trad. Oliverio M. de Oliveira. São Paulo. (Coleção Brasileira, 266) t.2.
- COHEN, Bejamim J. A questão do imperialismo, a economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888. Trad. Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA, Emilia Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. O escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1976. v.3, t.2.
- _____. Da monarquia à República; momentos decisivos. São Paulo. Grijalbo, 1977.
- _____. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 8.ed. São Paulo, Difel, 1977.
- COSTA FILHO, Miguel. A cana de açúcar em Minas Gerais. Rio de Janeiro, s.ed., 1963.
- COSTA, Iraci Del Nero. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. Revista da Associação Paranaense de História, 4 (6), jun. 1985. Separata.
- COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1976. v.3, t.2.

- COUCEIRO, Solange Martins. Bibliografia sobre o negro brasileiro. 2.ed. São Paulo, Centro de Estudos Africanos/CODAC/USA, 1974. (Mimeogr.).
- CUEVA, Agustin. La concepción marxista de las clases sociales. Debate e crítica, São Paulo (3) jul. 1974.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Trad. e notas Sérgio Milliet. 6.ed. São Paulo, INL; Brasília, MEC, 1975. v.1/2, t.1.
- DEGLER, Carl. Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.
- DENIS, Ferdinand. Brasil. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP. 1980.
- DEVEZA, Guilherme. Brasil-França. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, org. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1974. v.4, t.2.
- DIAS, Maria Odila Silva. O fardo do homem branco. São Paulo, Nacional, 1974.
- DORNAS FILHO, João. Auguste de Saint-Hilaire. Minas Gerais; os viajantes estrangeiros do 4º aniversário de Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (214): out, 1970. Edição especial do Suplemento Literário.
- DUNN, L.C. et alii. Raça e ciência II. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- DUHRAN, Eunice R. Cultura e ideologia. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 7 (1): 71-89, 1984.

ESCHWEGE, Whilhelm Ludwig von. Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na capitania de Minas Gerais no ano de 1811. Revista do Museu Paulista, São Paulo, 21, 1937.

_____. Pluto brasiliensis. São Paulo, Nacional, 1941.

ETIENNE FILHO. PREFÁCIO. In: AVÉ-LALLEMANT R. Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1980.

ESTEVES, Manuel. Grão Mogol. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1961.

EWBANK, Thomas. Vida no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

FERNANDES, Florestan. A análise funcionalista da guerra; possibilidades de aplicação à sociedade Tupinambá. Revista do Museu Paulista; Nova Série, São Paulo, 3, 1979.

_____. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Dominus, 1965. 2.v.

_____. Circuito fechado. Quadro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo, HUCITEC, 1977.

FERRI, Mário G. Prefácio. In: BURTON, R. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1976.

_____. Apresentação. In: AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil; 1865-1866. Trad. João Etienne Filho. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.

_____. Apresentação. In: POHL, J.E. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1976.

FLEIUSS, Max. Jornal do Comércio, 16. Julho, 1971.

- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. In: Debate e Crítica. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- _____. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, 1969.
- FREIREYSS, Georg Wilhelm. Viagem ao interior do Brasil nos anos 1914-1915. Trad. A. Lofgren. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 2, 1906.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.
- _____. Ingleses no Brasil; aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.
- _____. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Recife, 1963.
- _____. Sobrados e mocambos. São Paulo, Nacional, 1936.
- FRIEIRO, Eduardo. Feijão, anqu e couve; ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1982.
- _____. Saint-Hilaire em Minas Gerais. Minas Gerais; os viajantes estrangeiros, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (214), out. 1970. Edição especial do Suplemento Literário.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1976.
- GARCIA, Rodolfo. Explicação. In: BUNBURY, Charles James Fox. Via- gem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. (1833-1835). Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1981.

- GARDNER, Georg. Travels in the interior of Brazil principally through the northern provinces and the gold and diamond districts during the years 1836-1841, by George Gardner F.L.S. superintendent of the Royal Botanic Garden of Ceviar. London, Reeve, Brothers, 1846.
- _____. Viagem ao interior do Brasil. Trad. Milton Amado, Apresentação Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem. Petrópolis, Vozes, 1977.
- GENOVESE, Eugene D. O mundo dos senhores de escravos; dois ensaios de interpretação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GLENISSON, Jean. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: _____. Iniciação aos estudos históricos. 2.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- GOFFMAN, Erwing. Estigma; notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 2.ed. São Paulo, Ática, 1978.
- GOULART, José Alípio. Da palmatória ao patíbulo, castigos de escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista 8, INL, 1971.
- GOUREVITCH, A.Y. O tempo como problema de história cultural. In: RICOEUR, R. et alii, org. As culturas e o tempo. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. Trad. La combe. São Paulo, Nacional, 1956.

- GRAHAM, Richard. A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- GRAVATÁ, Hélio. Viajantes estrangeiros. (1809-1955). Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (213), set. 1970. Suplemento Literário.
- GROSSI, Yonne de Souza. Mina de Morro Velho: a extração do homem. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- GUINSBURG, J. org. O romantismo. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- HAGEN, Victor von. A América do Sul os chamava. Explorações científicas dos grandes naturalistas; (La condamine, Humboldt, Darwin, Spruce), São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d.
- HANKE, Lewis. Aristóteles e os índios americanos. São Paulo, Martins, s.d.
- HANS, Kohn. Race conflict. In: Encyclopaedia of social Sciences. v. 13, p. 36-41.
- HARTMANN, Thekla. A contribuição da iconografia para o conhecimento dos índios brasileiros no séc. XIX. São Paulo, Museu Paulista/USP, 1975. (Coleção Museu Paulista).
- HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- HOSBBAWN, Eric. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial, sua desagregação. In: _____. História geral da civilização brasileira. 4.ed. São Paulo, Difel, 1976. v.1, t.2.
- _____. Raízes do Brasil. Prefácio. Antônio Candido. 6.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. (Coleção Documentos Brasileiros, 1).

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. e.ed. São Paulo, Nacional, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- IANNI, Octavio. Os metamorfoses do escravo; apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo, Difel, 1962.
- _____. Ciência e dominação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, AUPHIB, Brasiliense, 1978. (Coleção Tudo é História, 4).
- _____. Escravidão e racismo. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. Imperialismo e cultura. Petrópolis, Vozes, 1976.
- _____. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- _____. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- IGLESIAS, Francisco. Depoimentos de estrangeiros. Minas Gerais ; viajantes estrangeiros. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (214): 8-9. out. 1970.
- _____. John Mawe em Minas Gerais. Minas Gerais; os viajantes estrangeiros. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (213), set. 1970. Edição especial do Suplemento Literário.
- _____. Natureza e ideologia do colonialismo no século XIX. In: História e ideologia. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- _____. Política econômica do Governo Provincial Mineiro. (1835-1889). s.l., s.ed., 1958, (mimeogr.).
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse preliminar do Censo demográfico: Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1981.
- JACOB, Rodolfo, org. Publicações do centenário em Minas Gerais. collectanea de cientistas estrangeiros (assumptos mineiros). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922.

- KIDDER, Daniel Parish & FLETCHER, James Cooley. O Brasil e os brasileiros; esboço histórico e descritivo. Trad. Elias Dolianiti, rev. e notas Edgard Sussekind de Mendonça. São Paulo, Nacional, 1941. 2v. (Coleção Brasileira, 2054).
- KLINENBERG, Oto. As diferenças raciais. São Paulo, Nacional, 1966.
- LATIF, Mirian de Barros. As Minas Gerais. Rio de Janeiro, Agir, 1960.
- LECLERC, Gerard. Crítica da antropologia; ensaio acerca da história do africanismo. Lisboa, Editorial Estampa, 1973.
- LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. 2.ed. São Paulo, Pioneira, 1969.
- LEITE, Miriam Moreira. A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX; antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo, Hucitec; Brasília, INL, 1984.
- _____. A dupla documentação dos autores de livros de viagem (1800-1850). In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Vivência, história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo, Brasiliense, 1980. v. 1, p. 195-226.
- LEOPOLDI, J. Sávio. Escola de samba; ritual e sociedade. Petrópolis, Vozes, 1978.
- LEVI-STRAUSS, C. Raça e história. Trad. Inácia Canelas. Portugal. Presença; Brasil, Livraria Martins Fontes, 1952.
- LIMA JUNIOR, Augusto. A capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1978.
- LIMA, Solange Martins Couceiro de. Mulher e família negras; realidade e representação na obra de Nina Rodrigues. São Paulo, 1984. Tese Doutorado.

LIMA, Solange Martins Couceiro de. O negro na televisão de São Paulo; um estudo de relações raciais. São Paulo, USP/FFCH, 1983.

LINS, Ivan. História do positivismo no Brasil. São Paulo, Nacional, 1967.

LUSCOCK, John. Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818. London, Samuel Leigh, 1820.

_____. Viagem ao Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Trad. Nilton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Franci del Negro da. A presença do elemento no conjunto de proprietários de escravos. Ciência e Cultura, São Paulo, USP, 32, jul. 1980. Separata.

_____. Devassa nas Minas Gerais. Observações sobre casos de concubinato. Anais do Museu Paulista. São Paulo, 31, 1982. Separata.

_____. Sinopse de alguns trabalhos de demografia histórica referentes a Minas Gerais. s.l., s.ed., 1982. (Mimeogr.).

LUNA, Luis. O negro na luta contra a escravidão. Rio de Janeiro, Leitura, 1968.

LUZ, Marco Aurélio. Cultura negra e ideologia do recalque. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.

MALINOWSKI, BRONISLAW. Uma teoria científica da cultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, 1980.

- MATA-MACHADO, Aires da. O negro e o garimpo em Minas Gerais. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.
- MATOS, Odilon Nogueira de. As cidades mineiras vistas por alguns viajantes estrangeiros do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Belo Horizonte, set. 1973. Anais ... São Paulo, 1974. Separata .
- MATOS, Raimundo José da Cunha. Cronografia histórica da província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, 1981. n.3-A.
- MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Trad. Selena Benevides Viana; prefácio Mario Guimarães Ferri; introdução e notas de Clado Ribeiro Lessa. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1978.
- MAXWELL, Kenneth. A inconfidência mineira: Brasil-Portugal-1750-1808. Trad. João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MELLO-LEITÃO, C. de. História das expedições científicas no Brasil. São Paulo, Nacional, 1942.
- _____. O Brasil visto pelos ingleses. São Paulo, Nacional, 1937.
- _____. Visitantes do primeiro império. São Paulo, Nacional, 1934.
- MIÉGE, Jean Louis. Expansión europea y descolonización de 1870 a nuestros dias. Barcelona, Editorial Labor, 1975.
- MONTAGU, M.F. Ashley. O conceito de raça e o mecanismo da formação das raças humanas. In: Mussolini, Gioconda, org. Evolução, raça e cultura. Rio de Janeiro, Nacional, 1978.
- MORAES, Rubens Borba de. Bibliographia brasiliana. Rio de Janeiro, Colibris, 1958. 2v.
- _____. & BERRIEN, William. Manual bibliográfico de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949.

- MORAES, Rubem Borba de. Sobre Saint-Hilaire. Minas Gerais; os viajantes estrangeiros, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (214), 1970. Suplemento Literário.
- MOREIRA, Vivaldi. Apresentação. In: SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem ao Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1974.
- MOSCA, G. A doutrina do super-homem e as teorias racistas. In: História das doutrinas políticas desde a antiguidade. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. cap. 39.
- MOTTA, Carlos Guilherme. 1822 Dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- MOTT, M. Lúcia. A criança negra na literatura de viagens. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1979.
- MOURA, Clóvis. O negro-de bom cidadão ao mau escravo. Rio de Janeiro, Conquista, 1977.
- _____. Rebeliões da senzala, quilombos, insurreições, querrelhas. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981.
- MOUTINHO, Mário C. Introdução à etnologia. Lisboa, Editorial Estampa, 1980 (Imprensa Universitária, 17).
- MURET, Pierre. La preponderance anglaise; (1715-1763). Paris, PUF, 1949.
- MUSSOLINI, Gioconda. Evolução, raça e cultura, org. Rio de Janeiro, Nacional, 1978.
- NABUCO, Joaquim. O abolicionismo; discursos e conferências abolicionistas. São Paulo, Progresso, 1949.
- NIELSEN, Lawrence James. Of gentry peasants and slaves rural society in Sabará and its hinterland 1780-1930. California, 1975. Tese doutorado.

- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: Symposium etno-sociológico sobre comunidades humanas no Brasil. Congresso Internacional de Americanistas, 31. Anais... São Paulo, 1955. p. 405-17.
- _____. Relações raciais no município de Itapatininga. In: Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo, Anhembi, 1955.
- NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme, org. 8.ed. Brasil em perspectiva. São Paulo, Difel, 1977.
- OBERACKER JUNIOR, Carlos H. A contribuição tenta a formação da nação brasileira. Rio, Renascença, 1968.
- _____. Alemães e descendentes de alemães na história do Brasil. Revista "Humboldt", Hamburgo, 2 (5), 1962.
- _____. Dois cartógrafos alemães a serviço do Brasil no século 18: Johann Andreas Selwebel e Philipp Sturm. Revista Humboldt, Hamburgo, (22), 1970.
- _____. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1976. v.1, t.2.
- _____. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros no reino e Primeiro Império do Brasil (até 1840). Revista Humboldt, Hamburgo, 8 (18), 1968.
- ODÁLIA, Nilo. A abolição da escravatura. Anais do Museu Paulista, São Paulo, 1984.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PAIM, Antônio. História das idéias filosóficas no Brasil. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1967.

- PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, 4.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1976. v.1, t.2.
- PASSOS, Alexandre. A imprensa no período colonial. In: Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1952.
- PERRONE, Alberto M. Introducción. In: cronistas e viajeros del Nuevo Mundo, 95. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1973.
- PIERSON, Donald. Branco e pretos na Bahia: estudo de contacto racial. Introd. Arthur Ramos e Robert E. Park. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1971.
- PIMENTA, Demerval. Os caminhos de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971.
- PINTO, Olivério Mario Oliveira. Explorações científicas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro, Difel, 1976. v.2, t.1.
- _____. Viajantes e naturalistas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro, Difel, 1976. v.3, t.2.
- PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. 8.ed. São Paulo, Difel, 1977.
- POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Trad. Nilton Amaro e Eugênio Amado, apresent. e notas Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1976.
- POLIAKOV, Leon. O mito ariano; ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1949.

- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 14.ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- PEREIRA, João Baptista Borges. Cor, profissão e mobilidade - o negro e o rádio de São Paulo. São Paulo, Pioneira, Ed. da USP, 1967.
- _____. Estudos antropológicos e sociológicos sobre o negro brasileiro, aspectos históricos e tendências atuais. In: Contribuições à antropologia em homenagem a Egon Schaden. São Paulo, Museu Paulista, 1981. (Coleção Museu Paulista, Série Ensaios, 4).
- _____. Estudos antropológicos das populações negras na Universidade de São Paulo. Revista de Antropologia, São Paulo, (24):63-74, 1981.
- _____. A folclorização da cultura negra no Brasil. In: PAULA, Eurípedes Simões de. In memoriam. São Paulo, FFLCH/USP, 1983.
- _____. Negro e cultura negra no Brasil atual. Revista de Antropologia, São Paulo, 26: 93-106, 1983.
- _____. A cultura negra; resistência de cultura à cultura de resistência. Dédalo, 23: 177-88, 1984.
- QUEIROZ JUNIOR, Teófilo de. Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira. São Paulo, Ática, 1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Coletividades negras, ascensão socio-econômica dos negros no Brasil e em São Paulo. In: Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. São Paulo, LTC, Ed. da USP, 1978.
- RABASSA, Gregory. O negro na ficção brasileira. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1965.
- RAMOS, Arthur. As culturas negras no novo mundo. São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1979.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822. Trad. e prefácio Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1974 (4).
- _____. Viagem as nascentes do Rio São Francisco. Trad. Regina Regis Junqueira, Prefácio Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da USP, 1975 (3).
- _____. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Ed. da USP, 1975 (1)
- _____. Viagem pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. Trad. Leonam de Azevedo Penna. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Ed. da USP, 1974 (2).
- _____. Voyages au source du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz... Paris, Arthur Bertrand, 1847.
- _____. Voyage dans le district des diamants et sur le litoral du Brésil, ... Paris, Gide, 1833. 2v. (Voyages dans l'Interieur du Brésil. Second partie).
- _____. Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais. Paris, Brimbert et Dorez, 1830. 2v. (Voyages dans l'Interieur du Brésil. Première partie).
- SALLES, Fritz Teixeira de. Associações Religiosas no ciclo do ouro. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1963.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. História geral da medicina brasileira. São Paulo, HUCITEC/USP, 1977.
- SCHADEN, Egon & PEREIRA, J.B.B. Exploração antropológica. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

- RAMOS, Arthur. O negro brasileiro. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1940.
- REMOND, René. O século XIX - introdução à história de nosso tempo. Trad. Frederico Pessoa de Barros e Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, 1976.
- RICCI, Maria Lúcia de Souza & MATOS, Odilon Nogueira de. A segunda viagem de Saint-Hilaire a São Paulo. Campinas. Academia Campinense de Letras, 1982. n. 42.
- RODRIGUES, José Honório. A rebeldia negra e a abolição. In: História e historiografia. Petrópolis, Vozes, 1970.
- _____. Interesse nacional e política externa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- _____. Teoria da história do Brasil; introdução metodológica. São Paulo, Nacional, 1979.
- RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. Revisão e prefácio Homero Pires. 5.ed. São Paulo, Nacional, 1977.
- ROMANO, Ruggiero. Mecanismos da conquista colonial. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ROMERO, Silvio. Fatores da literatura brasileira. In: História da literatura brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1980. cap. 1.
- RUGENDAS, John Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Trad. Sérgio Milliet. 5.ed. São Paulo, Martins, 1954, 2v.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Livre du voyage que j'ai entrepris de faire de Rio de Janeiro a Villa Rica et de Vella Rica a S. Paul, pour alier chercher les 20 caisses que j'ai laissées dans cette dernière Ville. In: Voyage y Rio Grande do Sul (Brésil). Orleans, H. Herluison, 1887.

- SEGATTO, José Antônio. Algumas notas sobre a historiografia do imperialismo. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, AUPHIB, Brasiliense, 1978. (Coleção Tudo é História, 4).
- SENA, Marina de Avelar. Negros fugidos em Minas Gerais século XIX. Belo Horizonte, Ed. do autor, 1981.
- SERNA, Gaspar Gomes. Los viajeros de la ilustración. Madrid El Libro de Bolsillo, 1974.
- SKIDMORE, Thomas. Preto no branco - raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sã Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A ideologia do colonialismo, seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- _____. As razões da independência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- _____, et alii. Entrevista. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, AUPHIB, Brasiliense, 1978. (Coleção Tudo é História, 4).
- _____. Formação histórica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1949.
- _____. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.
- SPIX, Johann Baptiste von & MARTIUS, Kar Friedrich P. von. Via-gem pelo Brasil. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. 4v.

- SUZANNET, Comte de. O Brasil em 1845; semelhanças e diferenças após um século. Trad. Marcia de Moura Castro. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1957.
- TAUNAY, Affonso de Escragnolle. Rio de Janeiro de Antanho, impressões de viajantes estrangeiros. São Paulo, Nacional, 1942. (Coleção Brasileira, 222).
- _____. Viagens e viajantes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 142 (92): 211-307, 1922.
- _____. Viagens na capitania de Minas Gerais (1811-21). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1945.
- TIETZ, F. Os estrangeiros no Brasil. Revista de história da economia brasileira. São Paulo, 1(1): 125-9, jun. 1953.
- TURNER, Victor W. O processo ritual; estrutura e anti-estrutura. Petrópolis, Vozes, 1974.
- VAN GENNEP, Arnold. Os ritos de passagem. Petrópolis, Vozes, 1977.
- VASCONCELOS, Diogo de. História antiga de Minas Gerais. Prefácio Francisco Iglêsias, Introd. Basílio de Magalhães. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974. 2v.
- VELHO, Octávio Guilherme et alii, org. Estrutura de classe e estratificação social. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- VOGT, Carlos & LEMOS, José Augusto G. Cronistas e viajantes, seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico e exercícios. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- WALSH, Robert. Notices of Brazil in 1828 and 1829. London, Frederick Westley and A.W. Dawis, 1830.
- WELLS, James William. Exploring and travelling three thousand miles through Brasil from Rio de Janeiro. With an appendix containing statistics and observations on climate, railways cen-

trol sugar factories, commerce, and finance the past, present and future, and physical geography of Brazil. London, Sampson, Low, Marston, Searle, Kivington, 1866. 2 v.

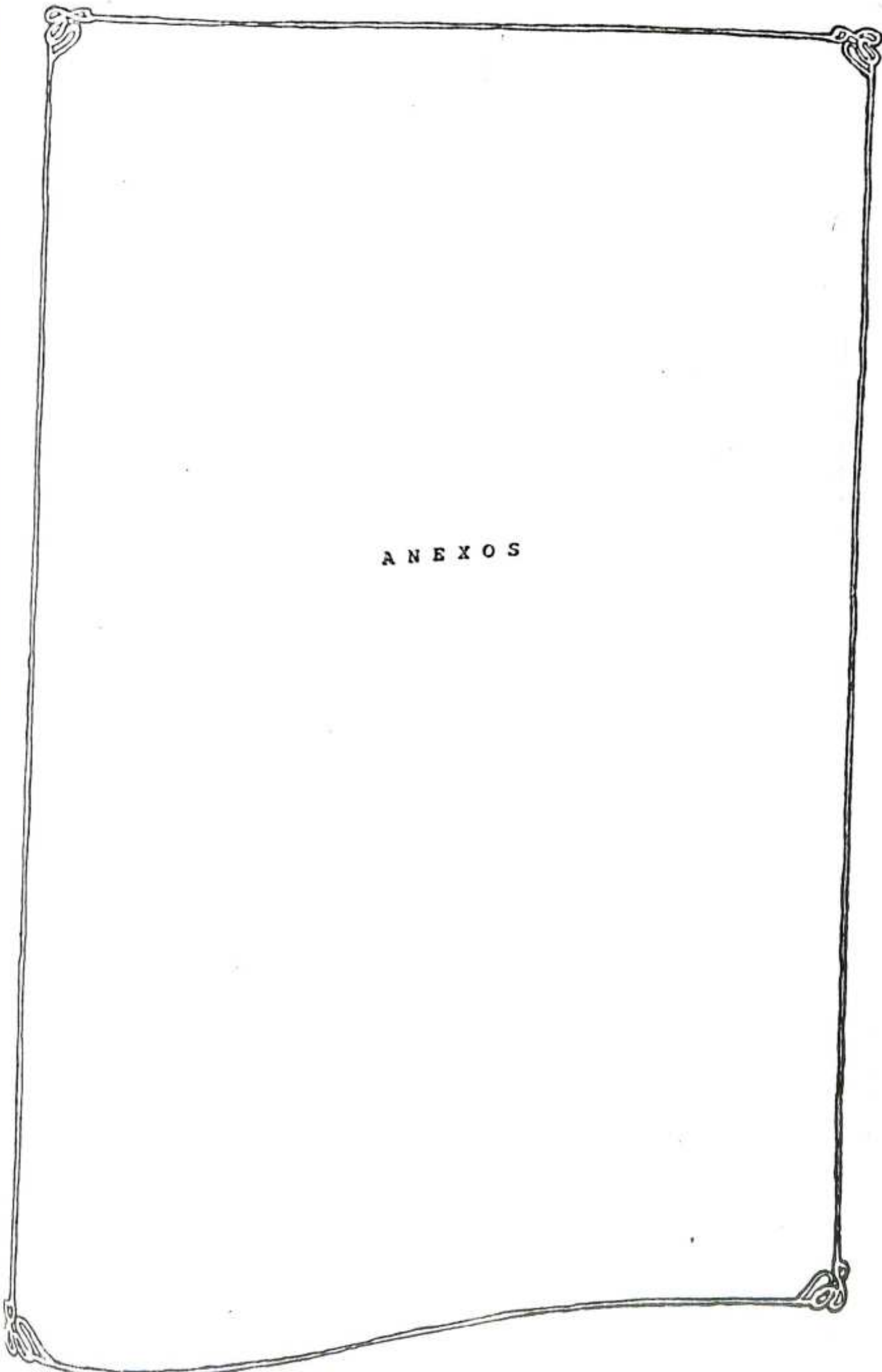
WELLS, J. Three Thousand miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão. London, 1886.

WIED-NEUVIED, Maximilian . Viagem ao Brasil; 1815-1817. São Paulo, Nacional, 1940.

WRIGHT, Antonia F. de Almeida. Brasil - Estados Unidos. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, São Paulo, Difel, 1974. v,4, t.2.

WULSCHNER, Hans Joachin. Del Rio Grande al Plata (Crônicas de viajes realizados por alemanes en el siglo XIX por el continente sudamericano). Buenos Aires, Editorial Sudamericano, 1975.

ZEMELLA, Mafalda. O abastecimento da capitania de Minas Gerais século XVIII. São Paulo, USP, 1951. Tese Doutorado. (Mimeogr.).



ANEXOS

ANEXO I

Os textos originais dos viajantes que foram selecionados, exceto a obra de Bunbury que foi traduzida diretamente do manuscrito do autor, constam nas seguintes obras:

MAWE, John. Travels in the interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that country, by authority of the prince regent of Portugal, including a voyage to the Rio de la Plata and an historical sketch of the revolution of Buenos-Ayres, illustrated with engraving. London, printed for Longman, 1812.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Journal von Brasilien oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reisen gesammelt von W.L. von Eschwege... Weimar, im Verlag des Gr. H.S.pr. Landes Industrie Comptoirs, 1811, 2v.

FREYREISS, George Wilhelm. Beiträge zur näheren Kenntniss des Kaiserthums Brasilien nebst einer Schilderung der neuen Colonie Leopoldina und der wichtigsten Erwerbsgewige für europäische Ansiedler, so wie auch einer Darstellung der Ursachen, wodurch mehrere Ansedelungen missgluckten. Erster Theil. Frankfurt am Main, 1824.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Livre du voyage que j'ai entrepris de faire de Rio de Janeiro a Villa-Rica et de Villa-Rica a S. Paul, pour aller chercher les 20 caisses que j'ai laissées dans cette dernière Ville. In: Voyage y Rio Grande do Sul (Brésil). Orleans, H. Herluison, 1887.

_____. Voyages au sorce du Rio de S.Francisco
et dans la Province de Goyaz... Paris, Arthur Bertrand, 1847.

_____. Voyage dans le district des diamants et
sur le littoral du Brésil, ... Paris, Gide, 1833, 2v. (Voy-
ges dans l'Interieur du Brésil. Seconde partie).

_____. Voyage dans les provinces de Rio de Ja-
neiro et Minas Geraes. Paris, Brimbert et Dorez, 1830, 2v. (Voy-
ages dans l'Interieur du Brésil. Première partie).

LUCCOCK, John. Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of
Brazil taken during a residence of ten years in that country from
1808 to 1818. London, Samuel Leigh MDCCCXX.

POHL, Johann Emanuel. Reise in Inhen von Brasilien-auf allerhochs-
ten Befehl seiner Majestat des Kaisers von Osterreich, Franz des
Ersten, in den Iahren 1817-1821 unternommen und hearusgegeben,
von Leipzig, T.O.Weigl (s.d.) 2v.

SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. Rei-
se in Brasilien auf Befehl Sr. Majestat Maximilian Joseph I, Ko-
nigs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820 gemat und beschrieben
von Dr. Joh. Bapt. von Spix und Dr. Carl Freder. Phil. von Mar-
tius. Munchen, M. Lindauer, 1823-1831. 3v.

CALDCLEUGH, Alexander. Travels in South America, during the years 1819-20-21; containing an account of the present state of Brazil, Buenos Aires, and Chile. London, John Murray, MDCCCXXV, 2v.

WALSH, Robert. Notices of Brazil in 1828 and 1829, by Rev. R. Walsh, LL. D.M.R.I.A. author of "Journey from Constantinople", etc. Boston, Richardson, Low and Holbrook, 1831. 2v.

BUNBURY, Charles James Fox. Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-1835/Charles James Fox Bunbury; introdução Rodolfo Garcia; tradução de manuscrito original Helena Garcia de Sousa; rev. da tradução José Augusto Garcia de Sousa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

GARDNER, Georg. Travels in the interior of Brazil principally through the northern provinces and the gold and diamond districts during the years 1836-1841, by George Gardner F.L.S. superintendent of the Royal Botanic Garden of Ceylan. London, Reeve, Brothers, 1846.

CASTELNAU, Francis de. Expéditions dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Pará; exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847, sous la direction de Francis Castelnau. Paris, P. Bertrand, 1850-1857. 14v.

SUZANNET, Comte de. Souvenirs de voyages. Les provinces du Caucase, l'Empire du Brésil. Paris, G.A.Dentu, 1846.

BURMEISTER, Hermann. Reise nach Brasilien durch die Provinzen von Rio de Janeiro und Minas Gerais. Mitbesonderer Rucksicht auf die Naturgeschichte der Gold und Diamantendistricte von Dr. Hermann Burmeister, ... Berlin, Druck von Georg Reimer, 1853.

AVE-LALLEMANT, Robert Christian Berthold. Reise durch Nord-Brasilien im Jahre 1859. Leipzig, F.A.Brockhaus, 1860.

AGASSIZ, Luis and AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. A journey in Brazil. Boston, Ticknor and Fields, 1868.

BURTON, Richard Francis. Explorations of the highlands of the Brazil; with a full account of the gold and diamond mines. Also canoeing and through 1.500 miles of the great river São Francisco, from Sabará to the sea. London, Tinsley Brothers, 1869.

WELLS, James William. Exploring and travelling three thousand miles through Brazil from Rio de Janeiro. With an appendix containing statistics and observations on climate, railways central sugar factories, commerce, and finance the past, present and future, and physical geography of Brazil. London, Sampson, Low, Marston, Searle, Kivington, 1866. 2v.

ANEXO II

BIOGRAFIAS DOS VIAJANTES

John Mawe foi o primeiro a obter a licença para viajar a Minas Gerais. Chegou em 1807, após longa vivência de trabalho e viagens nas minas da Inglaterra e Escócia, à procura de exemplares mineralógicos para a coleção do rei da Espanha. Esteve preso como espião em Montevidéu, onde se encontrava para fins comerciais e, daí, fugiu para o Brasil. No Rio de Janeiro foi convidado pelo Conde de Linhares para examinar as jazidas de ferro de propriedade do Príncipe e elaborou os primeiros estudos sobre seu aproveitamento. Tornou-se conhecido como perito em minerais, obteve uma licença para percorrer a Província de Minas Gerais. Interessou-se pela região mineradora e por suas jazidas como estudioso, mas também, em parte, pelas possibilidades de engajar-se futuramente no comércio de pedras, um sonho que acabará por concretizar-se. Seu interesse pelas jazidas minerais condiciona o seu itinerário. Permaneceu alguns meses, entre os anos de 1809 e 1810, retornando ao Rio e à Inglaterra.

Mawe viajou pela estrada velha, passou por Cantagalo e seguiu direto para Vila Rica. Aí permaneceu algum tempo, aproveitando para fazer pequenas excursões pelos arredores, vilas e cidades vizinhas. Procurou demarcar o seu itinerário, desenhando um mapa de seu percurso

W.L. Von Eschwege, apesar de ser incluído no grupo de viajantes, não veio ao Brasil com o mesmo espírito de conhecer e descrever, mas como uma forma de exercer sua profissão. Estudou Engenharia de Minas em Freyberg e realizou, em seguida, alguns estudos e projetos de exploração mineral, sobretudo do carvão. Teve oportunidade de visitar vários países europeus. Fixa-se em Portugal em 1807, quando termina por alistar-se no exército anglo-português, contra Napoleão. Por motivos desconhecidos vê-se ameaçado de morte, tendo, com isto, de sair de Portugal. Aproveitando a vinda da Corte e usando de sua proteção, Eschwege transfere-se para o Brasil, onde irá trabalhar.

Chegando ao Rio de Janeiro em 1810, foi contratado como técnico de exploração mineral e enviado, no ano seguinte, para Minas Gerais. Essa viagem resultou num diário que serviu também de relatório a D. João. A maior parte dos autores que tratam das obras de viajantes não incluem Eschwege, tal foi a sua vivência e entrosamento aqui.

A trajetória de Eschwege por Minas Gerais foi muito longa e fragmentada. Permaneceu aí de 1811 a 1820/21 (as fontes são divergentes), e, neste período, realizou várias viagens para conhecer e orientar as explorações auríferas e diamantíferas mineiras. Escolheu como residência fixa Congonhas, onde hospedou vários viajantes que aí passaram, Freireyss, Wied-Neuvied, Saint-Hilaire e outros.

Estabeleceu e orientou trabalhos em Congonhas do Campo, Antônio Pereira, Curral d'El-Rey, Cocais, Itabira de Mato Dentro, Serro, Sabará, Morro Velho, Passagem e Galena do Abaeté. Sabe-se, porém, que suas andanças se estenderam a quase toda a região mineradora, onde tentava incentivar o aperfeiçoamento dos processos de exploração do ouro e ferro.

O percurso traçado pelo autor data de sua viagem a Vila Rica, em 1811. Daí procurei reconstruir o itinerário, ficando porém, incompletas as outras viagens que não são descritas por ele.

Conhecedor da obra de Mawe, comenta suas impressões e as compara ao do antecessor com algumas discordâncias e perplexidades. Por exemplo, Eschewege não compreende porque Mawe diz que Barbacena está situada na região mais fértil, pois, segundo ele, é justamente o contrário o que se vê⁽¹⁾.

De Mathias Barbosa passa por Juiz de Fora e segue o caminho até Chapéu das Uvas, Borda do Campo, Barbacena, Queluz, Arraial Redondo, Congonhas do Campo e Vila Rica, onde termina o seu relato.

Reproduzirei também, em anexo, a Carta da Capitania de Minas Gerais elaborada por Eschewege e publicada em sua obra "Pluto Brasiliensis".

Freireyss já tinha conhecido a Ilha de Santa Catarina em 1803, numa viagem de volta ao mundo. Ficou surpreendido com a riqueza de sua fauna e flora e desejou retornar ao Brasil para realizar pesquisas. Natural de Frankfurt, possuía formação na área de História Natural e interessava-se particularmente por zoologia. Era organizador de coleções zoológicas, ornitológicas e botânicas para o Museu de Estocolmo.

Em 1813, aportou no Rio de Janeiro, juntamente com um grupo de cientistas que acompanhavam o Cônsul-Geral da Rússia, Jorge Henrique, o Barão Von Langsdorf. Em 1814 realizou sua primeira viagem a Minas, a convite de Eschewege. Mais tarde, voltou, acompanhando o Príncipe Wied-Neuvied, apenas à região do Mucuri. Seu relato, porém, refere-se apenas à primeira viagem. Descreve sua viagem a Vila Rica e às tribos dos Coroados e Puris.

Há uma controvérsia sobre o seu destino. Segundo Pinto, viveu o resto de seus dias na Bahia (até 1825), numa colônia agrícola que fundou com outros alemães em Leopoldina⁽²⁾.

Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire, nasceu de pais comerciantes, em Orleans, fins do século XVIII. Dedicou-se ao estudo de botânica e, em 1816, fez parte da comitiva do Duque de Luxemburgo, embaixador da França, que veio para o Brasil com a Restauração Bourbônica.

Chegando ao Rio de Janeiro, fica no país por 6 anos, empreendendo neste período 4 longas viagens pelo Brasil, sendo que em 3 delas vai a Minas Gerais.

Envia de sua primeira viagem um rico material zoológico e suas memórias de Botânica para o Museu de Paris. Do Rio obtém licença para visitar ainda Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (foi-lhe recusada a licença para ir ao Mato Grosso). Desta próxima etapa, em que irá passar ainda duas vezes por Minas Gerais, consegue reunir uma das maiores coleções feitas até então por naturalistas.

A primeira viagem, com a duração de quinze meses, iniciou-se em 1817. Foi publicada posteriormente em dois volumes: Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais e Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. Nessas obras o autor conjuga o seu diário de campo com reflexões e pesquisas históricas sobre os lugares e situações vividas.

A segunda viagem é relatada no volume Viagem às Nascentes do Rio São Francisco. É parte de sua expedição pelo litoral em 1819. Sai também do Rio de Janeiro, tomando a estrada principal e aí deslocando-se para Rio Preto, Valença e São João Del Rei. Daí, toma o caminho para a Foz do Rio São Francisco na Serra da Canastra, e segue para Goiás, tomando o caminho sempre Norte por esta província.

No volume "Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo" - 1822, Saint-Hilaire refere-se na verdade à terceira vez que sai do Rio de Janeiro em direção a Minas. Essa obra foi encontrada 30 anos após a morte do autor, mas havia-lhe servido, anteriormente, para a redação das obras publicadas em vida. Trata-se de um diário, reproduzido tal como o autor o escrevera.

O que motivou Saint-Hilaire a empreender essa terceira viagem, foi o fato de, ao tornar de sua viagem ao Sul do País, ter encontrado suas coleções botânicas bastante danificadas, principalmente aquelas que foram coletadas 5 anos antes, em 1817, quando fez a primeira viagem. Assim, resolveu refazer parte do caminho, pacientemente, por quase 3 meses, colhendo plantas e insetos para recompor o acervo que pretendia levar para a França.

Tem como percurso geral Rio - Vila Rica - São Paulo. De volta à França, Saint-Hilaire dedicou toda a sua vida ao estudo do material coletado durante as viagens, e ao ensino, como professor de Botânica da Escola de Ciências de Paris.

A vinda de Luccock ao Brasil está diretamente relacionada à participação da Inglaterra na transferência da corte e aos tratados comerciais estabelecidos com este país. A presença inglesa durante todo o século XIX se fará sobretudo pelas mercadorias industrializadas de todos os gêneros e sua ampliação deste mercado pelo interior do país.

Luccock era um comerciante inglês. Veio para o Brasil representar a firma Lupton & Co. de Leeds, que enfrentava dificuldades de mercado nos Estados Unidos e Portugal e viu no Brasil a possibilidade de se reerguer face às novas condições decorrentes do seu status de Reino Unido a Portugal. Ao chegar, estabeleceu-se inicialmente no litoral, sobretudo no porto do Rio de Janeiro. Logo a quantidade excessiva de mercadorias abarrotou o mercado e muitos desses representantes viram-se obrigados a penetrar no interior.

Luccock chegou ao Brasil em 1808, tendo permanecido aqui até 1818. Viajou pelo Nordeste, Rio de Janeiro, Minas e Sul do País. Sua viagem a Minas, que serviu de fonte para a obra, data de 1817, quando decide despedir-se de antigos freqüentes.

Joham Emanuel Pohl nasceu em 1782 em Kamnitz, na Bohemia (Áustria) e doutorou-se em Medicina na Universidade de Praga.

Veio ao Brasil juntamente com a expedição científica que integrou a comitiva nupcial de D. Leopoldina, quando de seu casamento com D. Pedro I em 1812. Essa comitiva, além de satisfazer o gosto naturalista da princesa, visava traçar um quadro amplo de conhecimentos sobre o Brasil para os povos germânicos. Encarregado inicialmente da parte de mineralogia da comitiva, Pohl dedicou parte de seus estudos à Botânica, com os quais publicou poste-

riormente vários volumes. Seus relatos de viagem são riquíssimos de observações importantes a todas as áreas de conhecimento.

Ao chegarem ao Rio de Janeiro em 1817, e após algumas pequenas excursões por arredores e litoral, a comitiva dividiu-se em grupos, para cobrir a maior parte de lugares e situações possíveis. Assim, partiu Pohl, em setembro de 1818, iniciando uma longa viagem pelas províncias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará. É um dos maiores percursos realizados em Minas Gerais no século XIX.

O relato de Pohl não pode ser considerado na íntegra para traçar o seu itinerário. Sabe-se, porém, que, partindo do Rio de Janeiro, visitou Barbacena, São João Del Rey, Paracatu, seguindo para Goiás. Volta a Minas em 1820, onde permaneceu até fevereiro de 1821, quando retorna ao Rio, já doente. Em seguida embarca, bastante enfermo.

Spix e Martius tornaram-se grandes companheiros e amigos inseparáveis em suas andanças pelo Brasil. Chegaram aqui em 1817, como integrantes da Missão Austríaca. Foram indicados pelo Rei da Baviera, sogro do pai de D. Leopoldina, para efetuarem estudos da fauna e flora do Brasil. Realizaram um gigantesco trabalho, dos maiores neste campo de estudos, percorrendo mais de 10.000 quilômetros do Rio, onde desembarcaram, a São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

Spix, mais velho treze anos que Martius, nasceu em 1781 em Hochstoldt; era zoólogo e conservador do Museu de Munique. Publicou muitos livros na área de Botânica e Zoologia. Veio a falecer seis anos após retornar à Europa e realizar quase toda a redação das viagens juntamente com Martius.

Martius nasceu em Eslanger, na Baviera, em 1794, de origem italiana e calvinista. Doutorou-se em Medicina com o apoio de seu pai, farmacêutico e professor em Eslanger, e de familiares que se interessavam por Ciências Naturais. Chegou ao Brasil com apenas 23 anos, tendo a oportunidade de completar sua formação em pesquisas botânicas. Encarregou-se de completar e divulgar a obra realizada juntamente com Spix. Foi, mais tarde, inspetor do Jardim Botânico de Munique e nomeado professor titular da cadeira de botânica da Universidade de Munique.

Chegaram ao Rio em 1817 e, após algumas expedições nesta província, partiram, em fins do mesmo ano, para São Paulo. De lá, seguiram para Minas Gerais, onde visitaram Vila Rica, Diamantina, São João Del Rey, Mariana. Seguiram para as margens do Rio São Francisco e por elas rumaram para a Bahia. A extensão de sua viagem pelo Brasil é uma das maiores já feitas no País, chegando até os limites do Equador. Em Minas, porém, passaram rapidamente e se detiveram apenas em algumas de suas maiores cidades.

Caldcleugh chegou ao Rio de Janeiro em Companhia de Edward Thornton, ministro da Inglaterra junto à Corte Portuguesa, em Outubro de 1819. Aqui permaneceu alguns meses, como diplomata, e viajou para o Sul, Chile e Argentina, voltando ao Rio em 1821.

Segundo Taunay (3), era mineralogista e botânico, embora se tenha pouco conhecimento sobre sua biografia. Decidido a voltar para a Inglaterra, enquanto não conseguia embarcar resolve "aproveitar o tempo", visitando as Mi

nas Gerais. Essa justificativa, também destacada por Taunay parece ser uma desculpa apenas, pois não só visita as minas, como consegue, no fim de sua jornada, reunir uma valiosa coleção mineralógica, carga para sete animais.

Seu itinerário cobre exatamente a principal região mineradora, exceto o Distrito dos Diamantes, para o qual obteve licença, mas, uma vez informado de sua decadência e esgotamento, resolve não ir.

Não deixou mapa de seu trajeto, mas foi possível obtê-lo pela seqüência anotada em seu diário.

O Rev. Robert Walsh não era naturalista. É apontado por Oberacker como escritor. Permaneceu dois anos no Brasil. Chegando ao Rio de Janeiro em outubro de 1828, viaja em seguida para Minas Gerais, com destino a São João Del Rey, onde passa a maior parte do tempo.

Os dados biográficos de Bunbury foram reconstituídos por Rodolfo Garcia, que escreveu a introdução à publicação de sua obra no Brasil. (4). Nessa nota explicativa esclarece que o manuscrito de Bunbury foi adquirido por um antiquário inglês, juntamente com outros manuscritos de viagens ao Brasil.

Partindo de dados fornecidos pela narrativa e comparando-os com notas de jornais, listas de passageiros que desembarcaram no Rio Brasil na época e documentos da colônia britânica no Rio de Janeiro, foi possível determinar a sua autenticidade para o Brasil.

Bunbury chegou ao Rio de Janeiro em julho de 1833 e ali ficou até dezembro, quando embarca para o Rio da Prata, visitando Montevidéu e Buenos Aires. Regressou ao Brasil em 34, onde inicia os preparativos e parte para sua viagem pelo interior, visando conhecer as minas de ouro de exploração inglesa. Daí retornou em janeiro de 1835.

Gardner nasceu em Glasgow, na Escócia, em 1812, onde formou-se em Botânica. Ao completar o curso universitário, obteve de seu professor, o célebre William Jackson Hooker, o incentivo necessário para realizar uma viagem de pesquisas na América do Sul. O financiamento desta viagem coube, segundo Carvalho (5), a amigos ricos de Hooker que se teriam sensibilizado com a causa.

Iniciou sua obra explicando como e por que veio a se interessar pelo Brasil. Leitor atento de todas as obras publicadas até então, Gardner decide-se pelo Brasil, especialmente a parte norte, até então campo pouco explorado pelos naturalistas. Chegando ao Rio de Janeiro em 1838, onde inicia uma estadia de 5 anos, percorrendo as províncias de Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí, Goiás e por último, Minas Gerais. Ao voltar ao ponto de partida, RJ, embarca num navio para o Maranhão e, de lá, segue para a Inglaterra em meados de 1841. Ao voltar para a Europa levou um acervo grandioso de milhares de espécies vegetais. Em seguida, tornou-se diretor do Jardim Botânico no Ceilão, onde falece em 1849.

O longo caminho traçado por Gardner pelo Brasil Norte incluiu sua volta por Minas Gerais. Entrando pelas margens do Rio São Francisco, ao Norte da Província, vai margeando o seu curso até São Romão, Vila de Formigas, Arraial do Bonfim, Rio Jequi-tinhonha etc.

De origem francesa, Castelnau nasceu em 1812 em Londres, onde se encontravam ocasionalmente seus familiares. Pertencia à aristocracia do centro e sul da França e estudou ciências naturais.

Segundo Taunay (6), era "apaixonado por regiões exóticas", visitando vastas áreas do globo. Seus estudos visavam principalmente à geologia e à zoologia, mas também coletou informações etnográficas sobre as tribos e culturas visitadas.

Viajou por toda a América Setentrional e Sul, onde ficou 4 anos, de 1843 a 47. Partiu do Rio de Janeiro. Toma em estiva o caminho do São Francisco onde visita as províncias de Goiás e Mato Grosso. Pelo percurso escolhido é possível perceber o seu interesse pelas minas inglesas, quase todas visitadas.

Diferentemente das expedições científicas e de exploração da fauna, flora, etc., a viagem de Comte de Suzannet ao Brasil teve a marca da aventura e da curiosidade.

Aborrecido, como ele mesmo confessa, com a vida inativa e monótona da França e particularmente da sua vida nobre, saiu a viajar pelo mundo, a cata de experiências diferentes da sua, de conhecimento e vivência em outros lugares do mundo. Assim, empreendeu muitas viagens pelo Oriente Próximo e as Américas, durante seis anos consecutivos.

O nome do autor e dados pessoais de nascimento, formação etc., não constam em nenhuma parte da obra. Assina o prefácio como "Comte de Suzannet".

Suzannet parte, como todos os outros, do Rio de Janeiro, passando por Barbacena, São João Del Rey, Queluz, Alto da Virgem, Ouro Branco e chega a seu destino: Ouro Preto. Aí consulta um mapa manuscrito da Província, do qual, para embaraço de todos, não constava nenhum dos lugares que queria visitar. Fica decepcionado com a desinformação e a falta de vias de acesso. Cita a presença antes dele, de Neuvied e sua comitiva.

Burmeister nasceu na Prússia, em 15 de janeiro de 1807. Formou-se em zoologia e, em 1833, publicou sua primeira obra sobre o assunto.

Veio ao Brasil, chegando aqui em fins de 1850, ao Rio de Janeiro, com a finalidade principal de conhecer as descobertas paleontológicas do Dinamarquês Peter W. Lund que, desde 1834, explorava a região de Lagoa Santa. Sugere o autor no Prefácio de sua obra que não pretendia fazer grandes pesquisas científicas e, sim, uma "excursão de recreio", que lhe mostrasse coisas novas (7).

Após permanecer um mês no Rio, inicia sua viagem pelo interior, ficando três meses em Nova Friburgo e, em seguida, após passar por Mariana e Ouro Preto, segue para Lagoa Santa onde permanece por 5 meses em companhia de Lund e seu colega J. Heinhart. Com estes empreende várias excursões pelas redondezas. Deixa Lagoa Santa doente, em consequência de uma queda de cavalo e, após três meses de tratamento, desiste de continuar seu programa de viagens, regressando à Europa no início de 1852.

Avé-Lallemant nasceu na Alemanha. Adquiriu vasta cultura humanística e estudou Medicina. Interessou-se também por zoologia, botânica e mineralogia. São poucas as informações biográficas existentes. Uma pesquisa sobre sua vida ainda está certamente por ser realizada.

Destacou-se pelas obras que escreveu sobre o Brasil, onde visitou o Norte e o Sul, e pelas denúncias que efetuou sobre as condições de vida dos imigrantes alemães. Assumiu a sua defesa tanto junto às autoridades brasileiras como em seu país, após o regresso.

Realizou duas grandes viagens, uma ao Sul e outra ao Norte do Brasil, publicadas em dois volumes consecutivos. Da viagem ao Sul, retorna ao Rio em 1858, de onde parte, de vapor, para a Bahia. De lá, realizou várias excursões aos rios mais importantes da região. Entrando pelo rio Mucuri, vai até Santa Clara, um centro comercial da Companhia do Mucuri, e início das frentes de colonização naquela área. Daí segue para Filadélfia (Teófilo Otoni), onde visita os imigrantes alemães. Visita outros pólos de colonização: Boa Vista (margens do Rio Urucu) e Colônia Militar do Urucu (principalmente de holandeses). Permanece na região por algumas semanas, visitando os portos vizinhos. Volta a Filadélfia e parte para o Rio de Janeiro, também por via fluvial/marítima.

Luiz Agassiz chefiou a expedição científica norte-americana que visitou o Brasil de 1865 a 1866. Era suíço, naturalizado americano. Teve, durante sua vida, grande atração pelo país. Aos 20 anos realizou um trabalho, para Martius, sobre os peixes coletados por Spix. Tinha bom relacionamento com o Imperador, que colaborou com animais do Brasil para o Museu Zoológico dos EUA e foi seu correspondente após a viagem.

Aconselhado pelo médico a mudar de clima, conseguiu fazer dessa viagem, inicialmente de turismo, uma expedição científica composta de 15 pessoas. Obteve de um " benfeitor das ciências " dos EUA o apoio financeiro que custeou a expedição, o qual deu o nome à iniciativa: "Nathaniel Thayer". Seu interesse principal era pesquisa sobre Geologia, Paleontologia e Ictiologia.

O registro da expedição coube a Elizabeth Cary Agassiz, esposa de Luiz. A partir das metas do marido e de seu diário de campo compõe, após o regresso, a obra sobre a viagem. Escreveu no prefácio: "Devido a esse sistema de trabalho nossas contribuições mútuas para o "Diário", tanto se confundiram que nos foi mais ou menos impossível separar a parte de cada qual" (8).

De sua viagem a Petrópolis, Elizabeth e Luiz Agassiz partem para Juiz de Fora. Viajam numa diligência e quem faz os registros é Elisabeth. Não se atém às localidades, mas apenas à paisagem. Após atravessarem o Paraíba e seguirem a estrada que margeia o Paraibuna chegam ao final da rota: Juiz de Fora. Aí visitam o Sr. Halfeld e permanecem apenas por um dia. No dia seguinte partem de volta ao Rio.

Nesta etapa o relato é encerrado na página 66 para seu retorno na 78 sob o título de "Partida de Juiz de Fora", onde Elizabeth relata uma viagem à fazenda de café do Sr. Lage, distante quatro horas desta cidade. Nessa fazenda permanecem alguns dias, coletando espécies botânicas, peixes e caça. Visita algumas fazendas vizinhas, uma plantação de café e retorna ao Rio, passando novamente por Juiz de Fora.

Pela forma desconexa, (abordou por temas os fatos ocorridos) o relato de Elizabeth dá margem a compreender que foram duas viagens do Rio a Juiz de Fora. A primeira com a permanência de um dia e a segunda como passagem para o interior.

Burton nasceu em 1821 em Tarquair, de origem irlandesa.

desa paterna, e francesa pela mãe. Freqüentou o Trinity College da Universidade de Oxford.

Trabalhou na Companhia das Índias, onde teve oportunidade de aprender as línguas orientais, escrevendo vários livros sobre o Oriente e África. Com essas obras se tornou autor con-sagrado na literatura. Pertenceu à Royal Geographical Society como antropólogo e escritor.

Em 1861 iniciou sua carreira diplomática, tornando-se cônsul pelo Ministério do Exterior da Inglaterra. Veio para o Brasil como cônsul em Santos.

Fez muitas viagens pelo interior do país, Paraguai e, após, para Damasco e Trieste (1890).

Realizou um longo percurso por Minas Gerais, partindo do Rio de Janeiro. É o primeiro viajante que menciona com detalhes o sistema de transporte, nessa época deligências com capacidade para 16 pessoas e malas postais, conduzidas por quatro mulas.

O autor vai citando o trajeto, as paradas, as fazendas, vilas e cidades. A organização por lugares, porém, deixa margem a dúvidas quanto à manutenção da ordem de passagem. Parte do percurso foi feito de canoa, de Sabará ao Oceano Atlântico, pelos rios das Velhas e São Francisco.

James Wells era engenheiro e foi encarregado de explorações pelo interior (?). Chegou ao Brasil em 1873, supostamente ao Rio de Janeiro, embalado, como tantos outros, segundo Mello-Leitão, pelo sonho da maravilhosa vida tropical. Escolheu o Brasil para cena do que é dever de todo homem - tentar abrir para si uma estrada para o sucesso⁽⁹⁾.

NOTAS

- (1) Conferir em ESCHWEGE, W.L.W von. Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na capitania de Minas Gerais no ano de 1811. Revista do Museu Paulista. 21: 894, 1937.
- (2) PINTO, O.M.O. Viajantes e Naturalistas. In: HOLANDA, S.B.de. História geral da civilização brasileira. 1976. v.3, t.2, p. 445-9.
- (3) TAUNAY, A. de E. Viagens na capitania de Minas Gerais; (1811-21). 1945.
- (4) GARCIA, R. Explicação. In: BUNBURY, C.T. fox. Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835). 1891.
- (5) CARVALHO, J.A.de. Perfis de viajantes. Minas Gerais: os viajantes estrangeiros. 5 (214), 1970.
- (6) TAUNAY, A. de E. Rio de Janeiro de Antanho: Impressões de viajantes estrangeiros. 1942.
- (7) BURMEISTEN, Hermann. Prefácio. In: Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1952.
- (8) AGASSIZ, L. & AGASSIZ, F.C. Viagem ao Brasil (1865-1866). 1975.
- (9) MELLO-LEITÃO, C.de. O Brasil visto pelos ingleses. 1937. p. 24.

A N E X O III

MAPAS DAS VIAGENS A MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

A demarcação dos itinerários dos viajantes que visitaram Minas Gerais no século XIX dependeu do número de informações contidas nas obras de cada um deles. Mawe, Luccock, Spix & Martius e Wells forneceram um mapa contendo o itinerário de suas viagens. Eschwege, Freireyss, Pohl, Caldcleugh, Bunbury, Burton Suzannet e Gardner. Transmitiram uma descrição sequencial e linear das viagens, permitindo com isto uma visão mais detalhada dos trajetos. Castelnau e Burmeister não registraram a origem de forma detalhada mas forneceram relatos dos lugares e das suas experiências mais significativas.

Para demarcar os mapas, elaborei inicialmente um código homogêneo, tanto no que dizia respeito às vilas e cidades, quanto da utilização e nesse caso, de uma transposição das informações obtidas nos relatos para uma mesma escala cartográfica.

Alguns viajantes tiveram a preocupação de registrar, nos seus relatos, todos os nomes dos lugares que visitaram. Além disso, desenharam de próprio punho ou baseado em trabalhos já existentes, a sua carta da Província de Minas. Outros preferiram anotar apenas os lugares mais significativos, seguindo a ordem cronológica da viagem, ou não. Quer dizer, deixaram anotado os lugares percorridos, mas não o trajeto realizado. Outros ainda anotaram a ida, mas não anotaram a volta. Fragmentadas ou não, essas informações contêm uma chave de leitura das viagens.

Quando os viajantes apresentaram mapas contendo os seus itinerários, achei desnecessário a sua demarcação. De qualquer modo, procurei, mesmo tendo em vista a sua dificuldade de visualização, apresentá-los em cópia xerox junto com os demais.

Apenas o mapa de Luccock não consta nesse anexo, pela impossibilidade de leitura em fotocópia e por não dispor de recursos para reproduzi-lo através de fotografia.

A realização desse trabalho me pareceu bastante árduo, em vista de seu resultado final, mas não totalmente inútil. Utilizei o mapa Minas na Era Colonial, de José Ferreira Carrato como "pano de fundo" e nele assentei os trajetos fornecidos pelos viajantes. Para isto, adotei o seguinte procedimento: de início, obtive o maior número possível de localidades citadas pelos viajantes, ao longo dos textos. Percebi que muitos de seus toponimos foram sendo alterados ao longo do século, variando, inclusive, de viajante para viajante (essas alterações nem sempre foram feitas pelos autores, mas pelos editores que atualizaram as mudanças de nomes como forma de facilitar a leitura para o público). Utilizei também o Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais de Waldemar de Almeida Barbosa. Em alguns casos, conferi com o Mapa de Minas Gerais, do Recenseamento de 1980 do IBGE, para tirar dúvidas quanto à localização de algumas cidades em relação às informações da escala cartográfica de Carrato. Esse procedimento, está claro, propiciou um resultado não muito preciso mas tornou-se para mim aceitável como recurso.

de visualização das regiões por onde passaram as viagens. Permitiu-me um "transporte" no tempo aos lugares por onde passaram os viajantes.

No decorrer do trabalho observei que há muitos erros dos viajantes, quanto à situação geográfica e à grafia dos nomes das localidades, esse último em decorrência certamente da incompreensão da língua e/ou anotações posteriores.

Mawe é um bom exemplo : não se preocupou muito com a posição geográfica dos lugares visitados, mas apenas com o seu itinerário. Ao invés de Queluz, escreveu Louza. O viajante Walsh apresentou um mapa bem elaborado mas cometeu muitos erros ao anotar os nomes dos lugares visitados. O mapa que me parece mais completo é o de Spix & Martius, principalmente porque esses autores traçaram o seu itinerário sobre uma carta geral da América do Sul, contendo o relevo e as bacias hidrográficas.

Em caso de lugarejos, fazendas, pequenas vendas à beira da estrada optei por incluir, dado a impossibilidade de submetê-las a uma escala aproximada, como no caso das vilas e cidades.

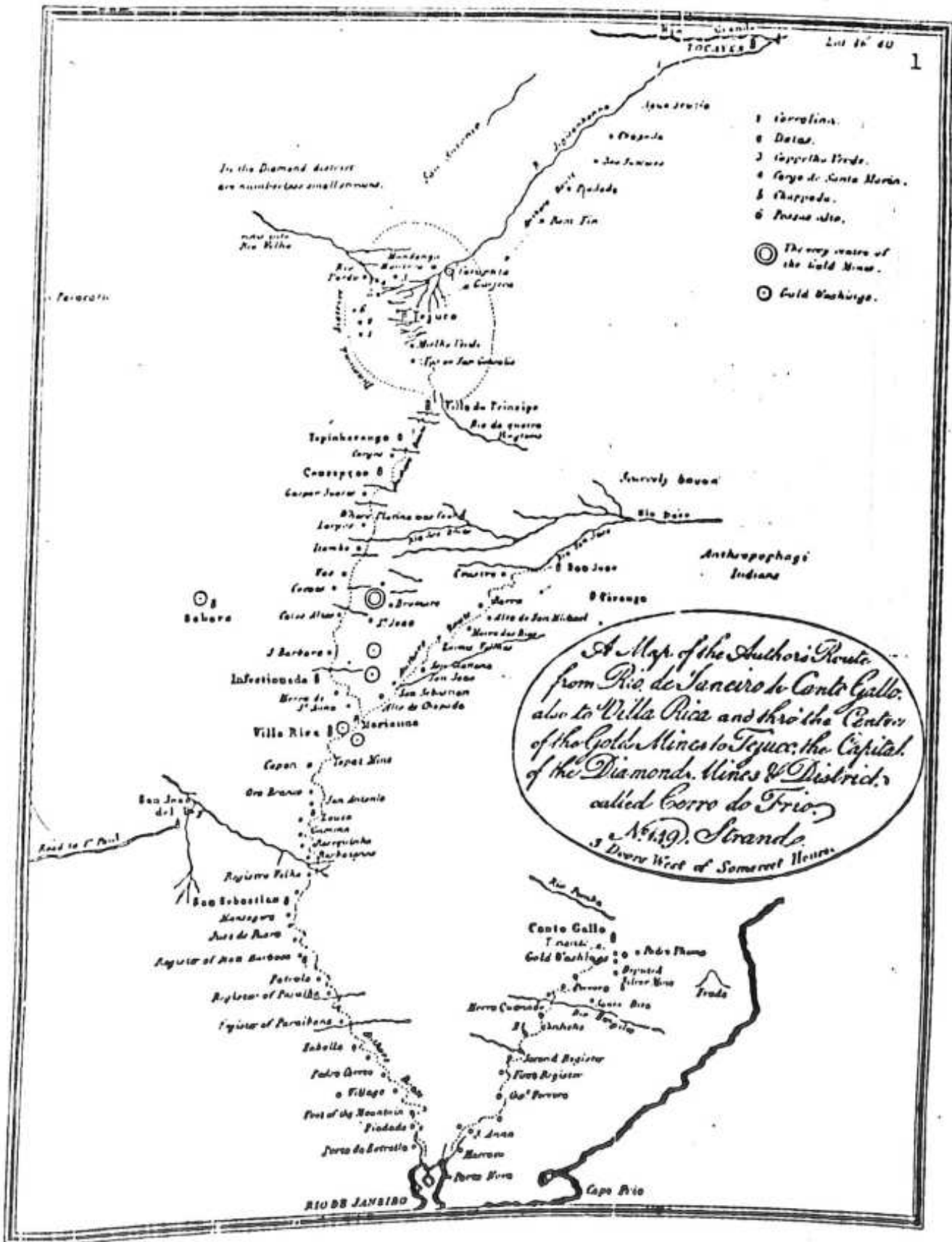
Procurei apresentar o trajeto de cada um dos viajantes como um suporte a mais, como um recurso de visualização das regiões de Minas que mais interessavam os viajantes, apesar de ser difícil mas não inútil. Os mapas revelam, entre outras coisas, quais os itinerários de maior preferência e permite estabelecer uma relação desses com os objetivos e motivações de cada um.

É possível, por exemplo, perceber onde se encontravam os negros descritos: no sul, na região aurífera, nas fronteiras agrícolas ou no distrito dos diamantes.

LISTA DOS MAPAS

01. Viagem de John Mawe a Minas Gerais - itinerário do autor.
02. Primeira viagem de A. de Saint-Hilaire a Minas Gerais - princi
pais lugares visitados.
03. Segunda viagem de A. de Saint-Hilaire a Minas Gerais - princi
pais lugares visitados.
04. Terceira viagem de A. de Saint-Hilaire a Minas Gerais - princi
pais lugares visitados.
05. Viagem de G.W. Freireyss a Minas Gerais - principais lugares vi
sitados.
06. Viagem de W.L. von Eschwege a Minas Gerais - principais lugares
visitados.
07. Viagem de J.E.Pohl a Minas Gerais - principais lugares visita
dos.
08. Viagem de A. Caldcleugh a Minas Gerais - principais lugares vi
sitados.
09. Viagem de F. Castelnau a Minas Gerais - principais lugares visi
tados.
10. Viagem de C.J.F. Bunbury a Minas Gerais - principais lugares vi
sitados.
11. Viagem de R.F. Burton a Minas Gerais - principais lugares visi
tados.

12. Viagem de C. de Suzannet a Minas Gerais - principais lugares visitados.
13. Viagem de G.Gardner a Minas Gerais - principais lugares visitados.
14. Viagem de H. Burmeister a Minas Gerais - principais lugares visitados.
15. Viagem de Louis e Elizabeth Agassiz a Minas Gerais - principais lugares visitados.
16. Viagem de R. Walsh a Minas Gerais - itinerário do autor.
17. Viagem de J.W. Wells a Minas Gerais - itinerário do autor.
18. Principais rios de Minas Gerais.
19. Viagem de J.B. Spix e K.F.P. Martius a Minas Gerais - itinerá-rio dos autores.



- 1 Corro do Frio.
 - 2 Barra.
 - 3 Serra do Verde.
 - 4 Serra de Santa Maria.
 - 5 Barra Nova.
 - 6 Barra Velha.
- ☉ The very centers of the Gold Mines.
 ○ Gold Washings.

*A Map of the Author's Route
 from Rio de Janeiro de Conto Gallo,
 also to Villa Rica and thro' the Centers
 of the Gold Mines to Tejuca, the Capital
 of the Diamond Mines & District,
 called Corro do Frio,
 N. 61. 19. Strande,
 3 Days West of Somerset House.*

*In the Diamond district
are numbered small towns.*

Paracatu

Curry's Bay

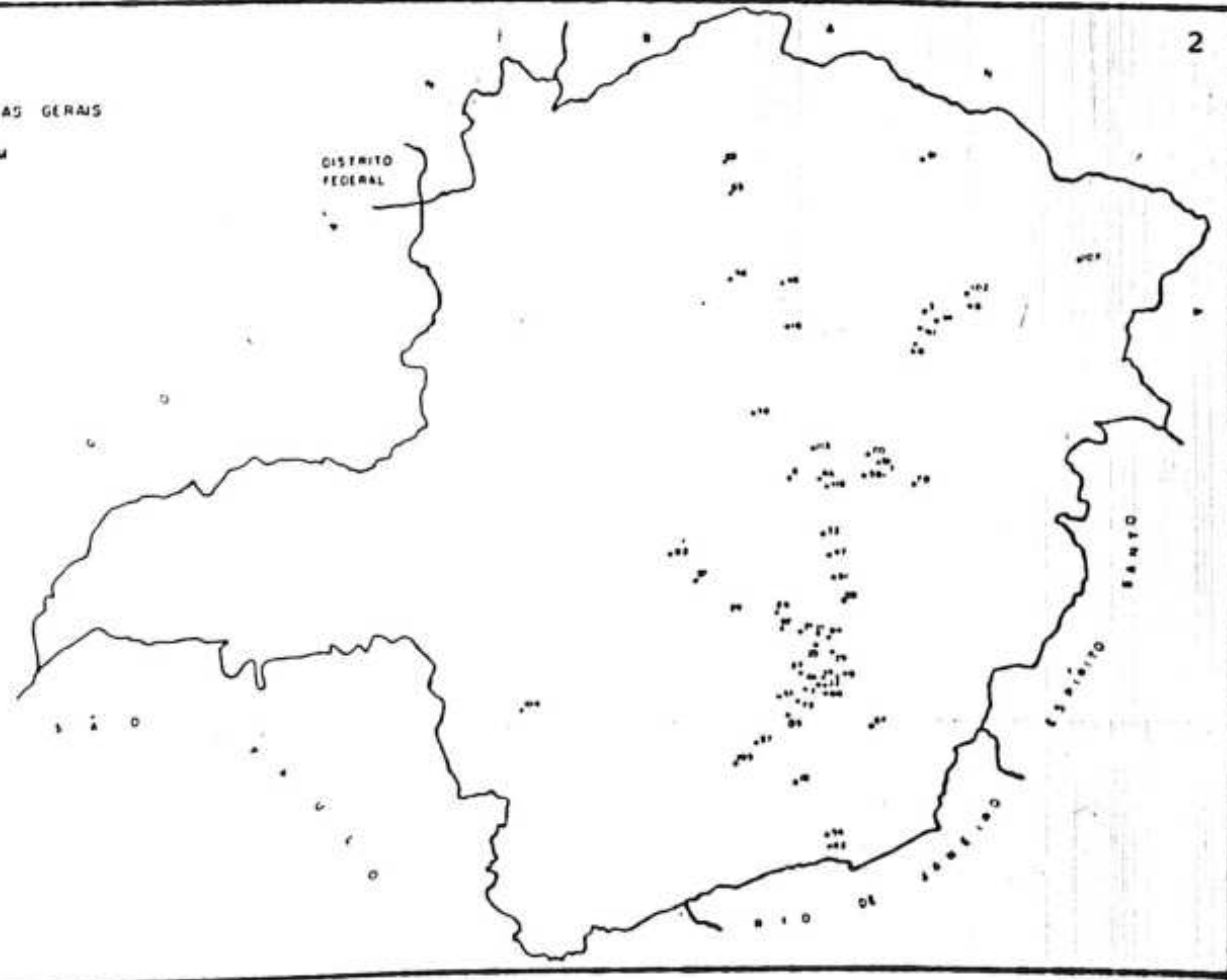
Anthropophagi
Indians

Road to P. Paul

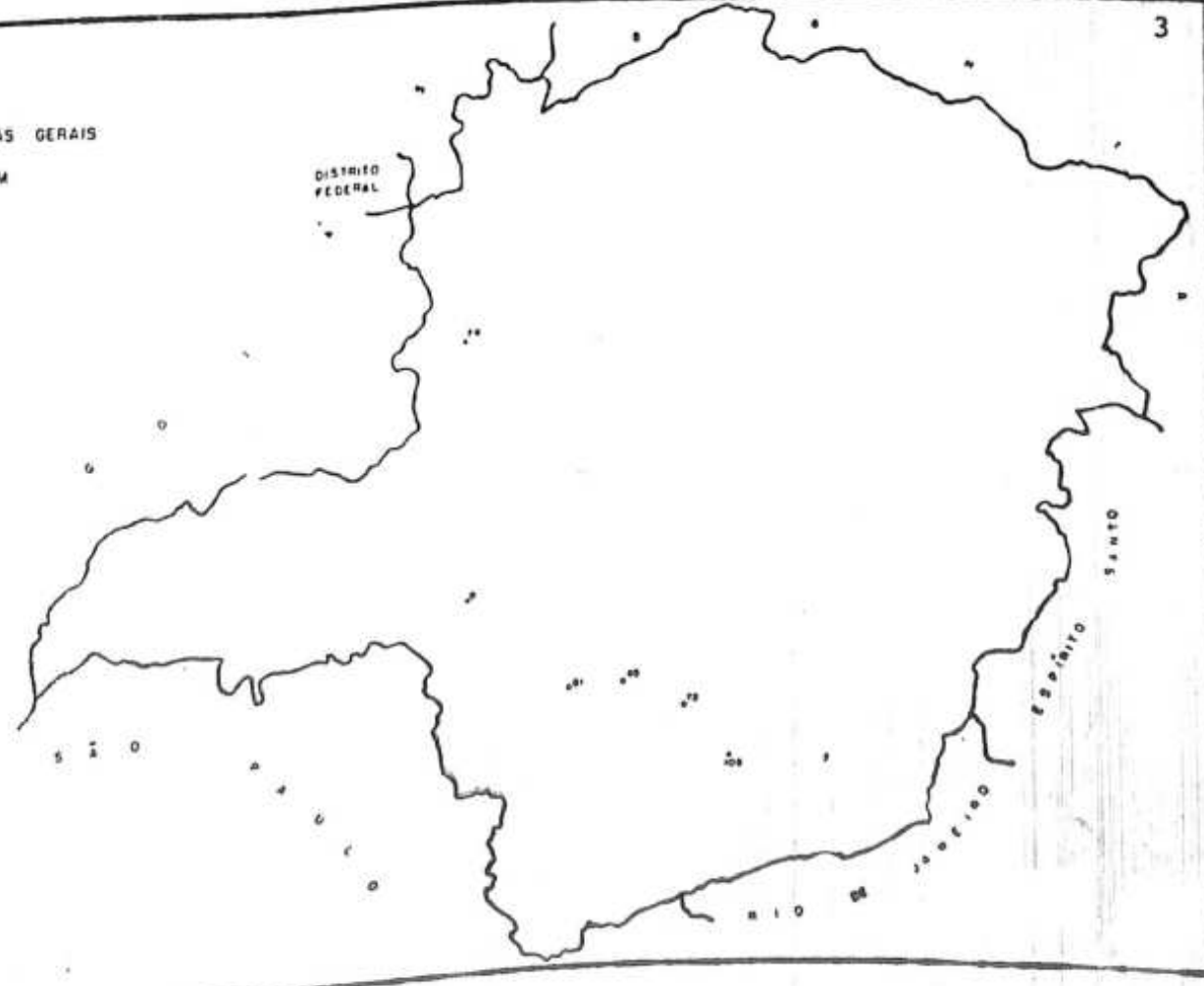
RIO DE JANEIRO

Cabo Rio

ESTADO DE MINAS GERAIS
PRIMEIRA VIAGEM
Saint Hilaire



ESTADO DE MINAS GERAIS
SEGUNDA VIAGEM
Saint Hilaire

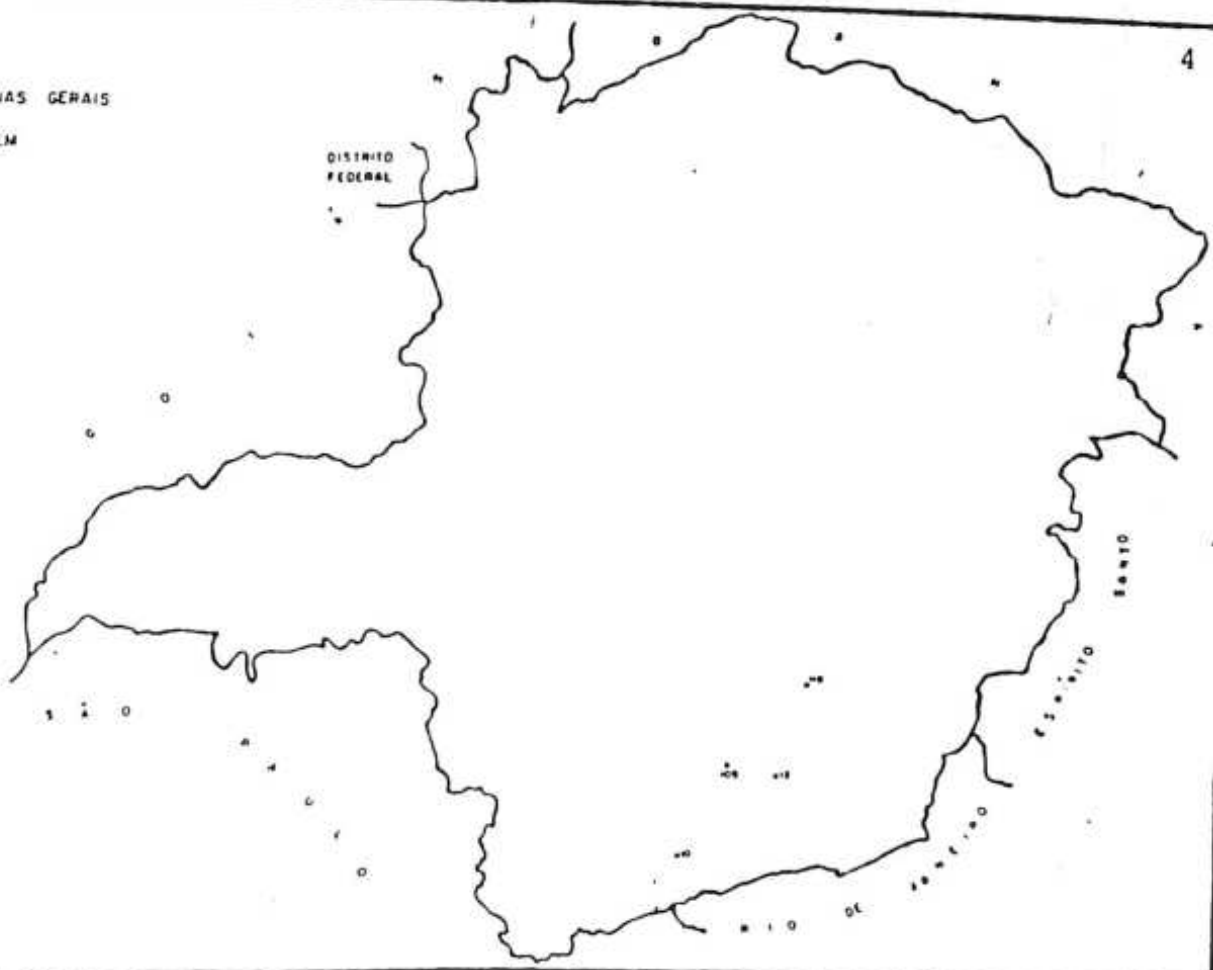


ESTADO DE MINAS GERAIS

TERCEIRA VIAGEM

Saint Hilare

DISTRITO FEDERAL

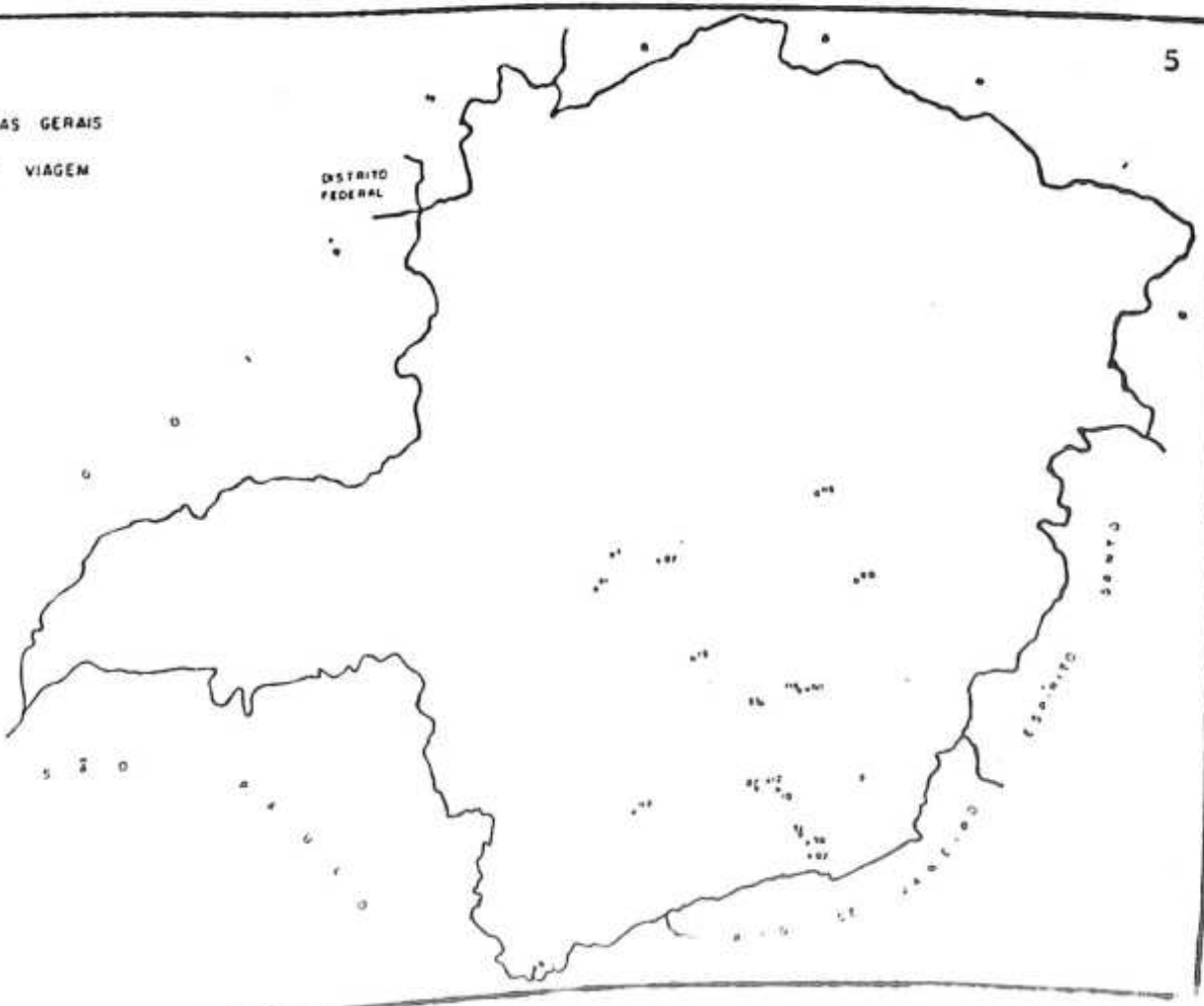


ESTADO DE MINAS GERAIS

ITINERÁRIO DA VIAGEM

G W Freiregas

DISTRITO FEDERAL



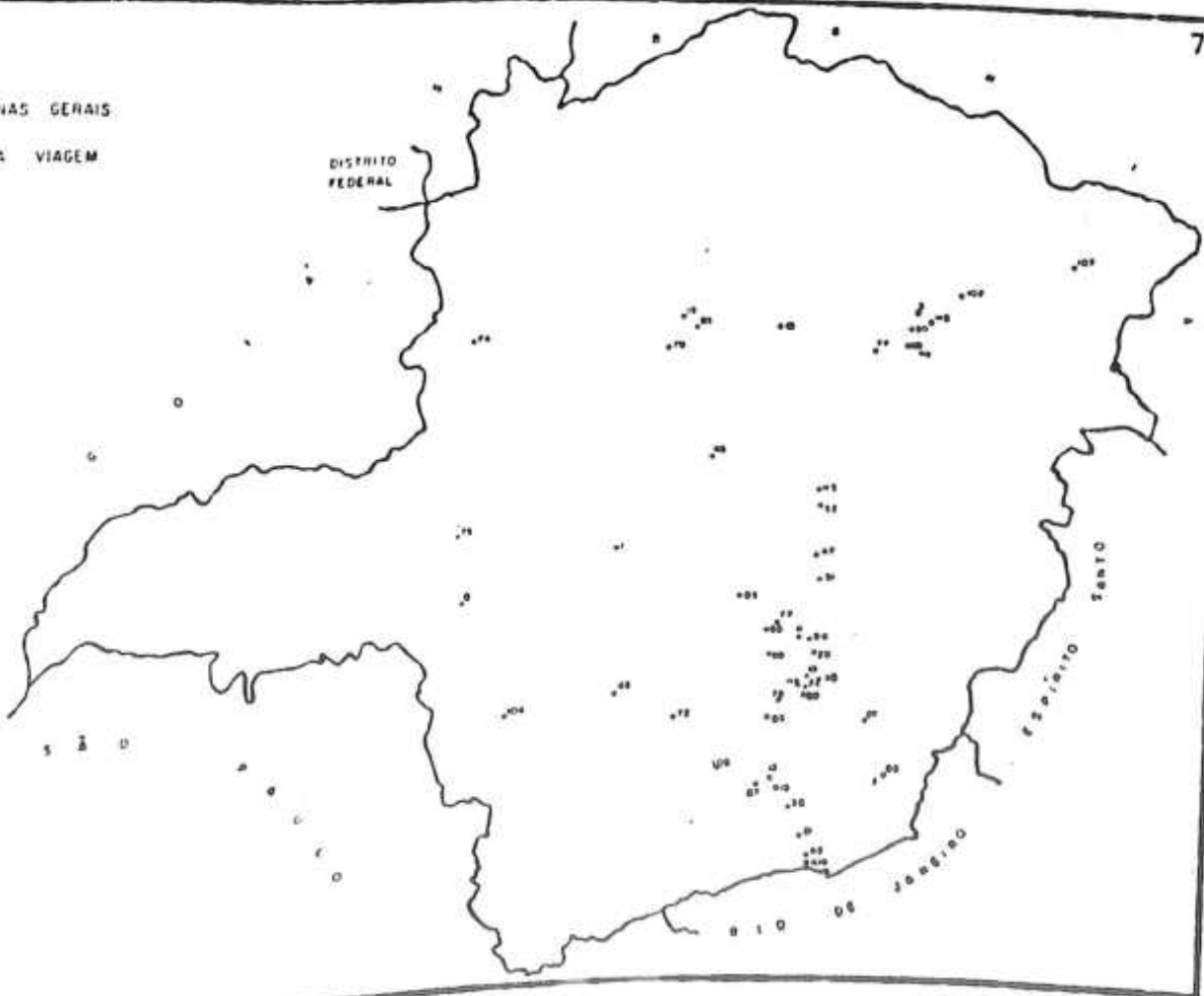
ESTADO DE MINAS GERAIS
ITINERÁRIO DA VIAGEM
W.L. von Eschwege

DISTRITO FEDERAL



ESTADO DE MINAS GERAIS
ITINERÁRIO DA VIAGEM
J. E. Pohl

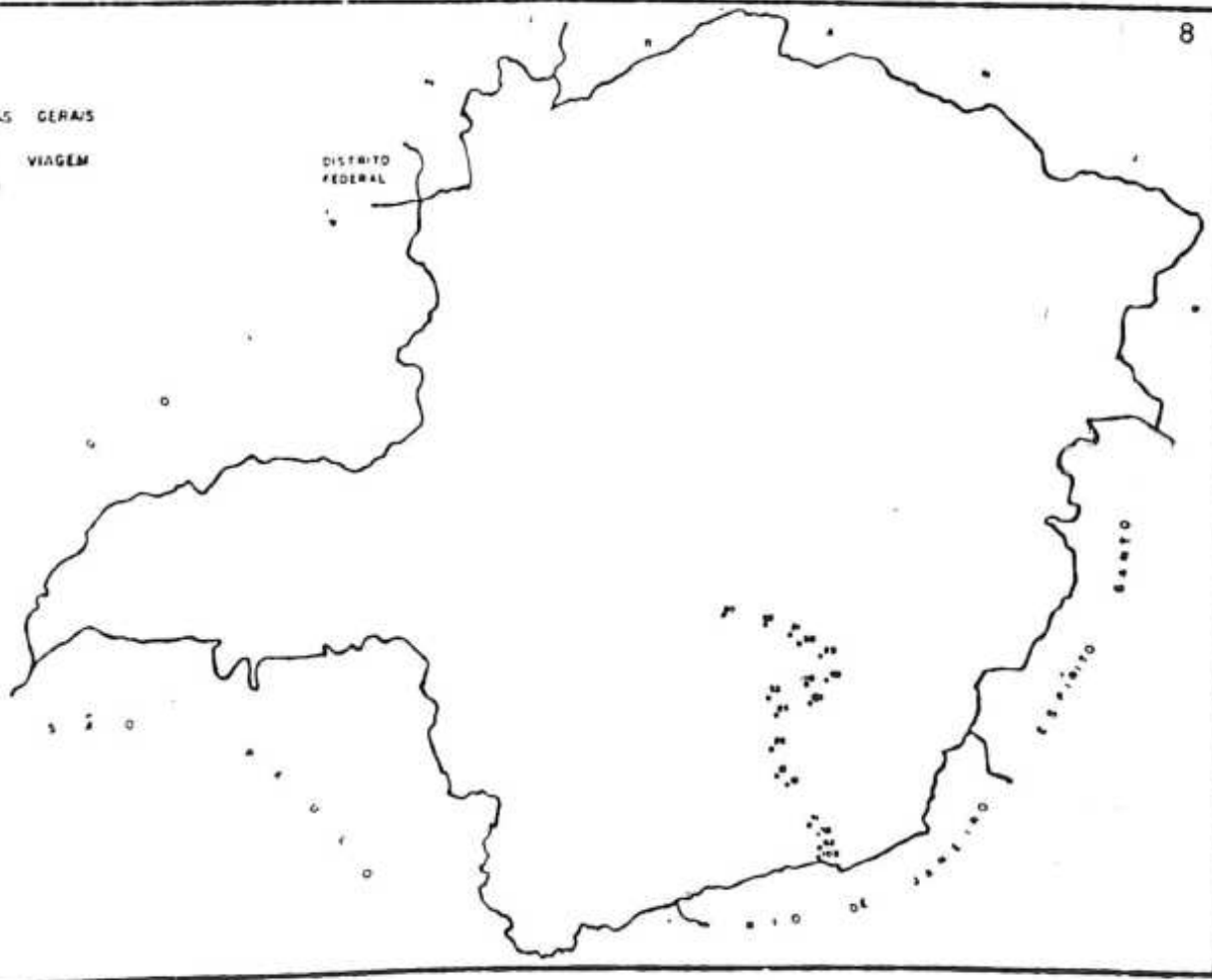
DISTRITO FEDERAL



ESTADO DE MINAS GERAIS

ITINERARIO DA VIAGEM
Alexandre Coldcleugh

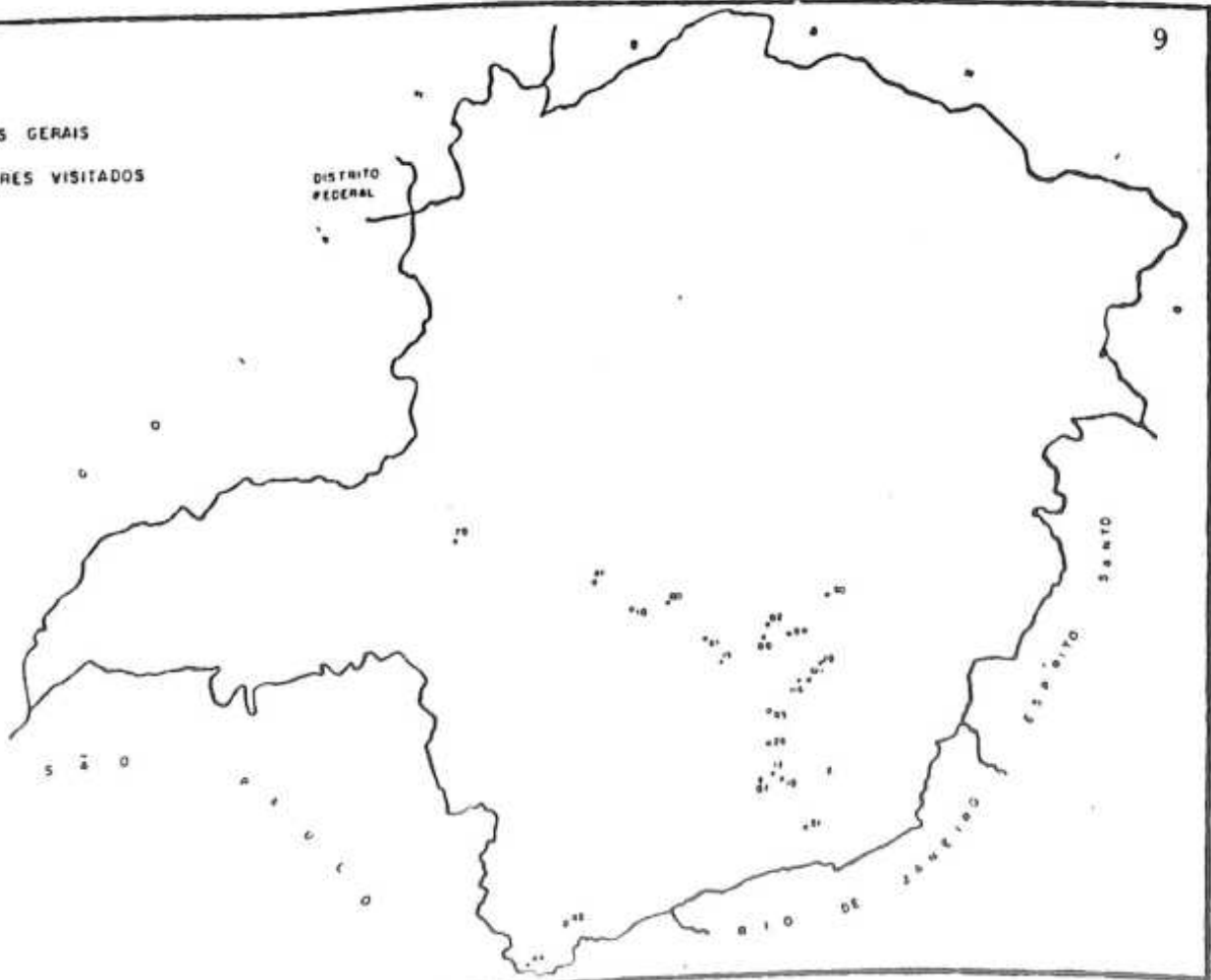
DISTRITO
FEDERAL



ESTADO DE MINAS GERAIS

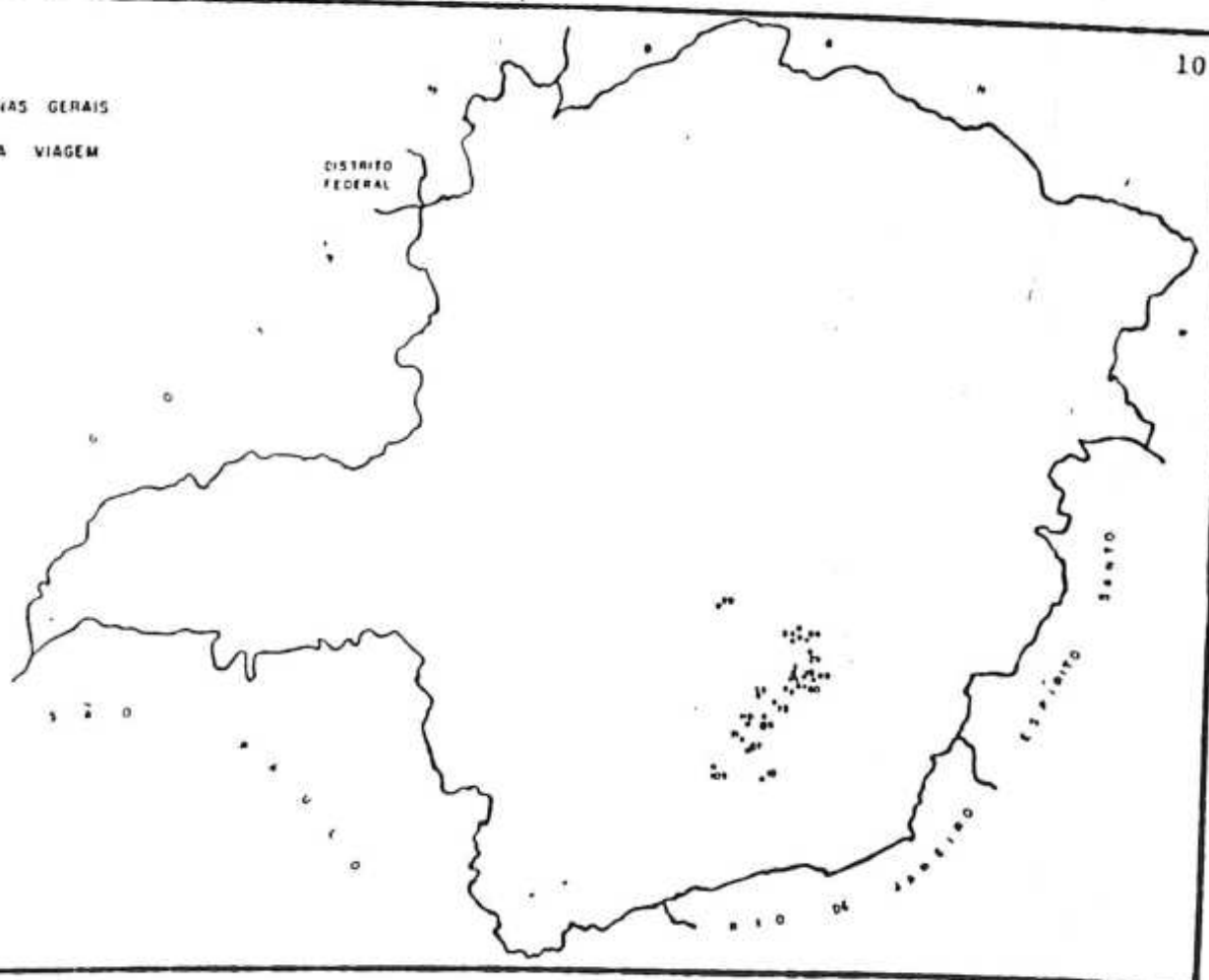
PRINCIPAIS LUGARES VISITADOS
F. Castelnou

DISTRITO
FEDERAL



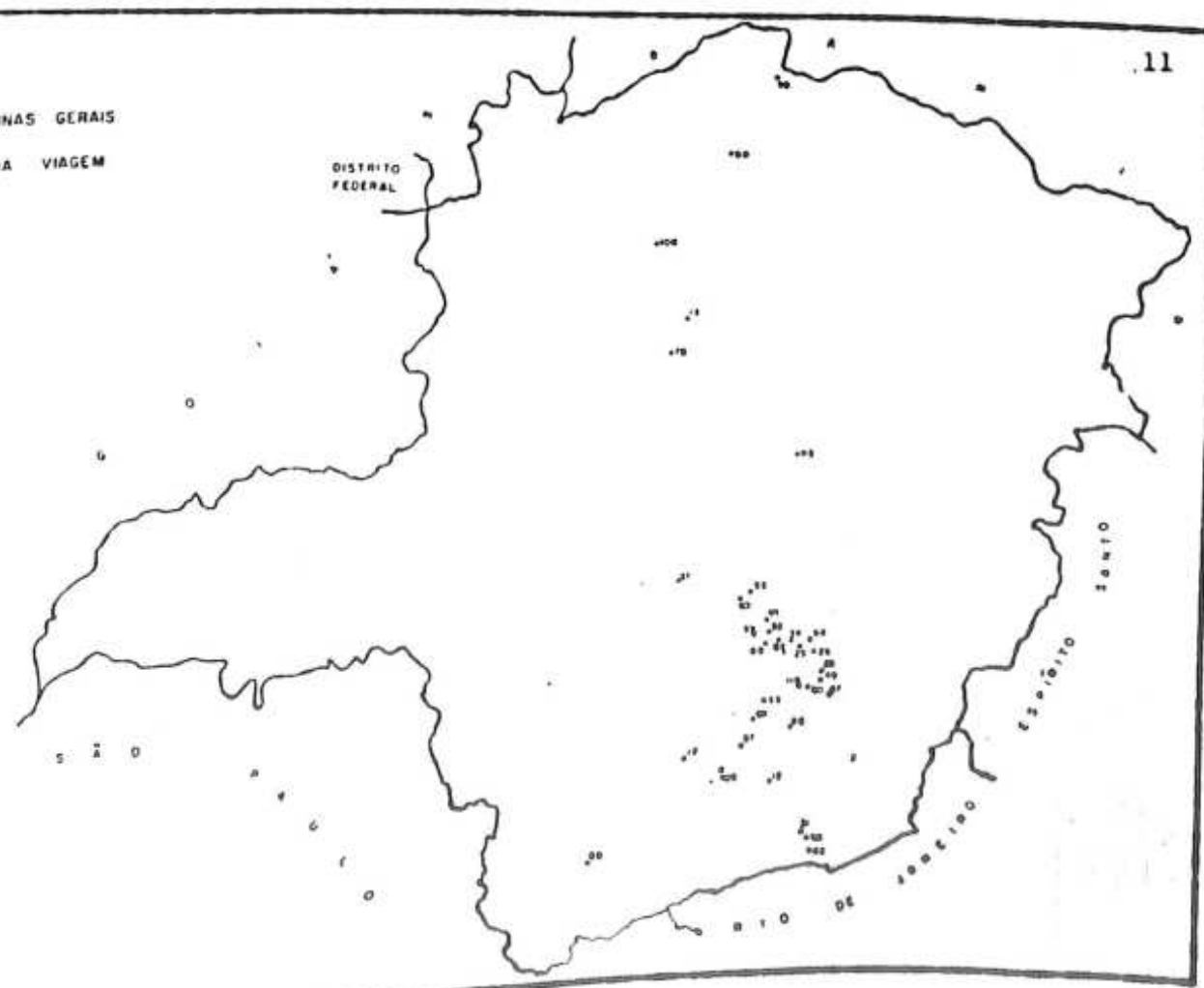
ESTADO DE MINAS GERAIS
ITINERÁRIO DA VIAGEM
C. J. F. Bunbury

DISTRITO FEDERAL

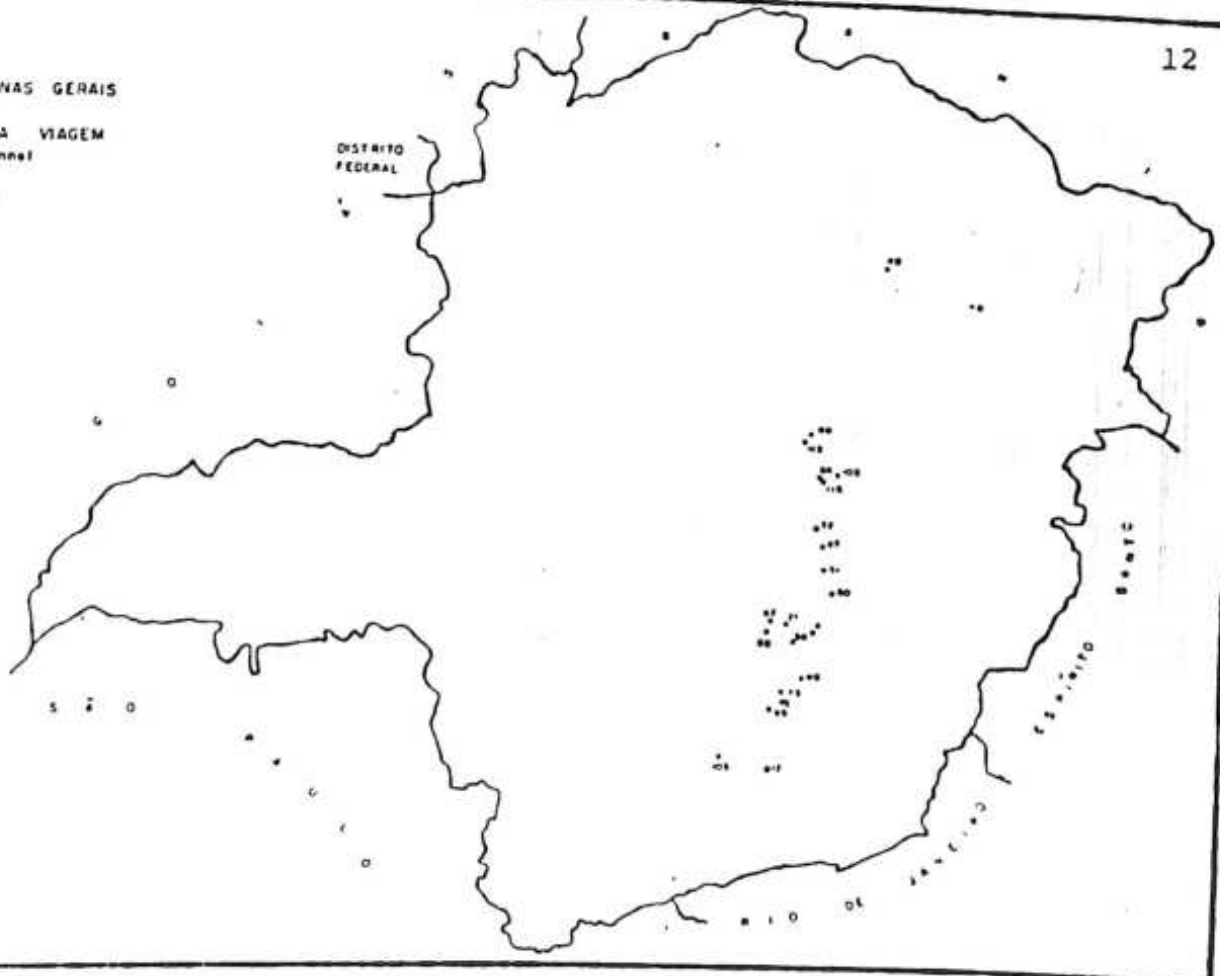


ESTADO DE MINAS GERAIS
ITINERÁRIO DA VIAGEM
R. F. Burton

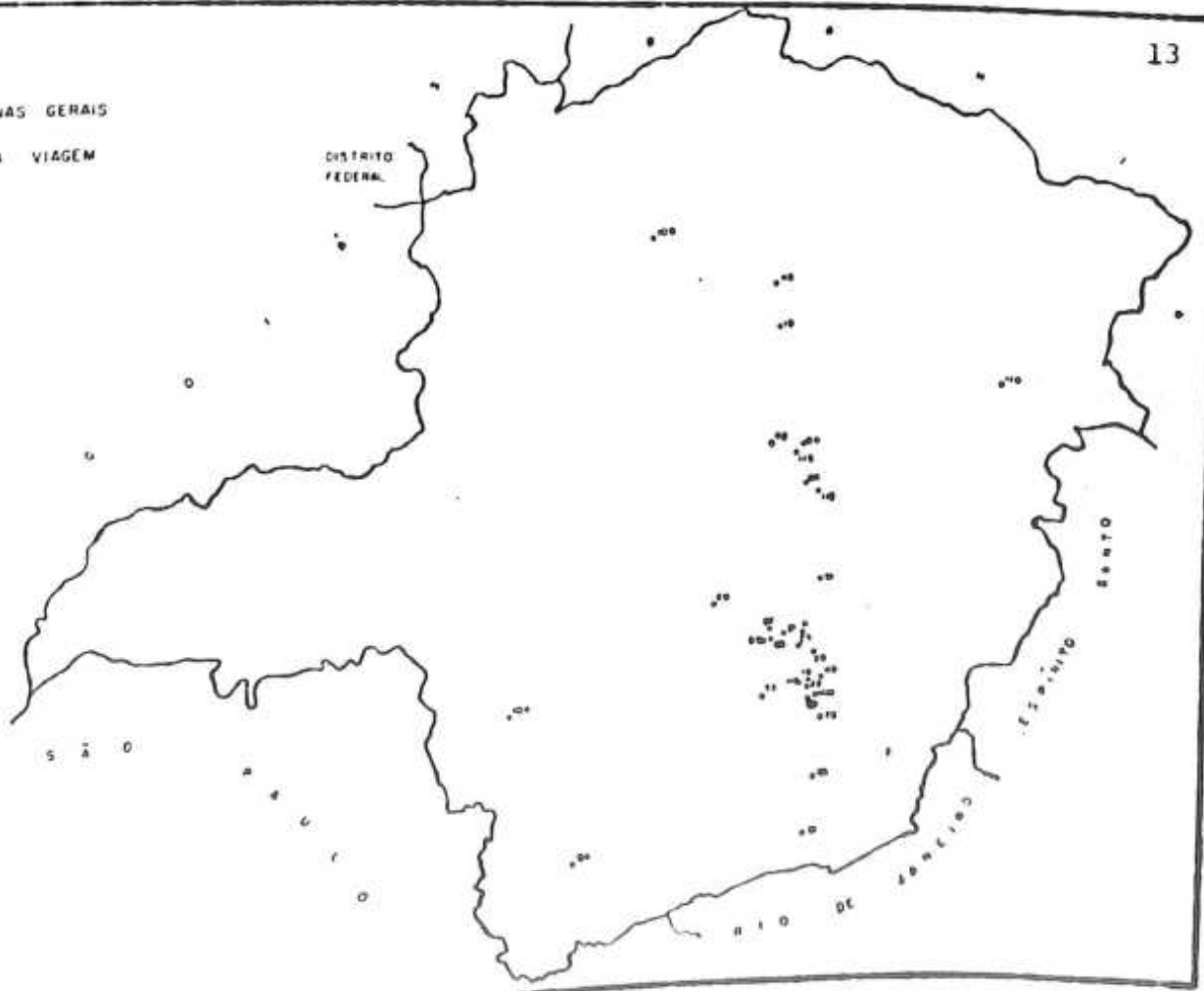
DISTRITO FEDERAL



ESTADO DE MINAS GERAIS
ITINERÁRIO DA VIAGEM
Conde De Suzonnet

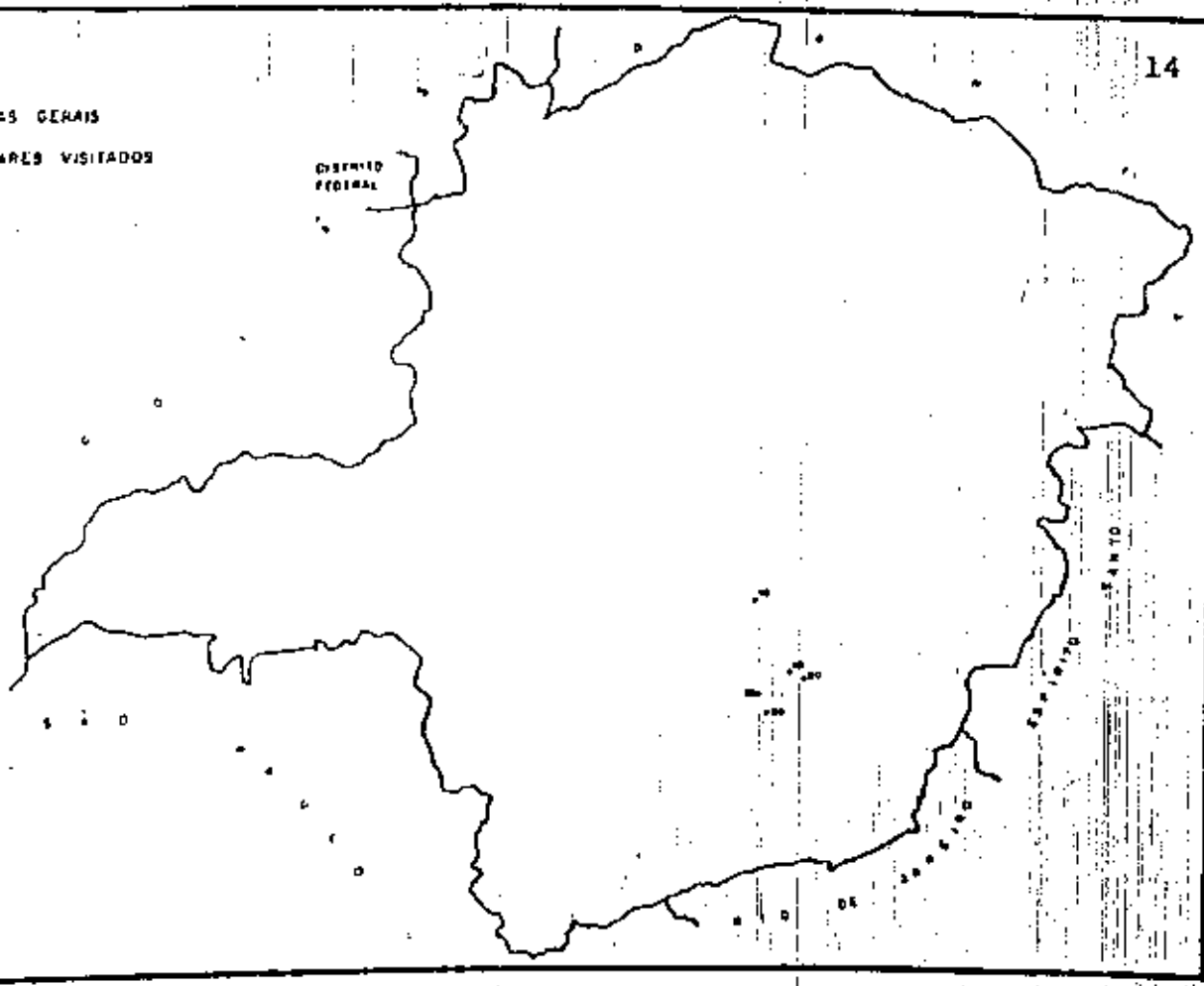


ESTADO DE MINAS GERAIS
ITINERÁRIO DA VIAGEM
G. Gardner



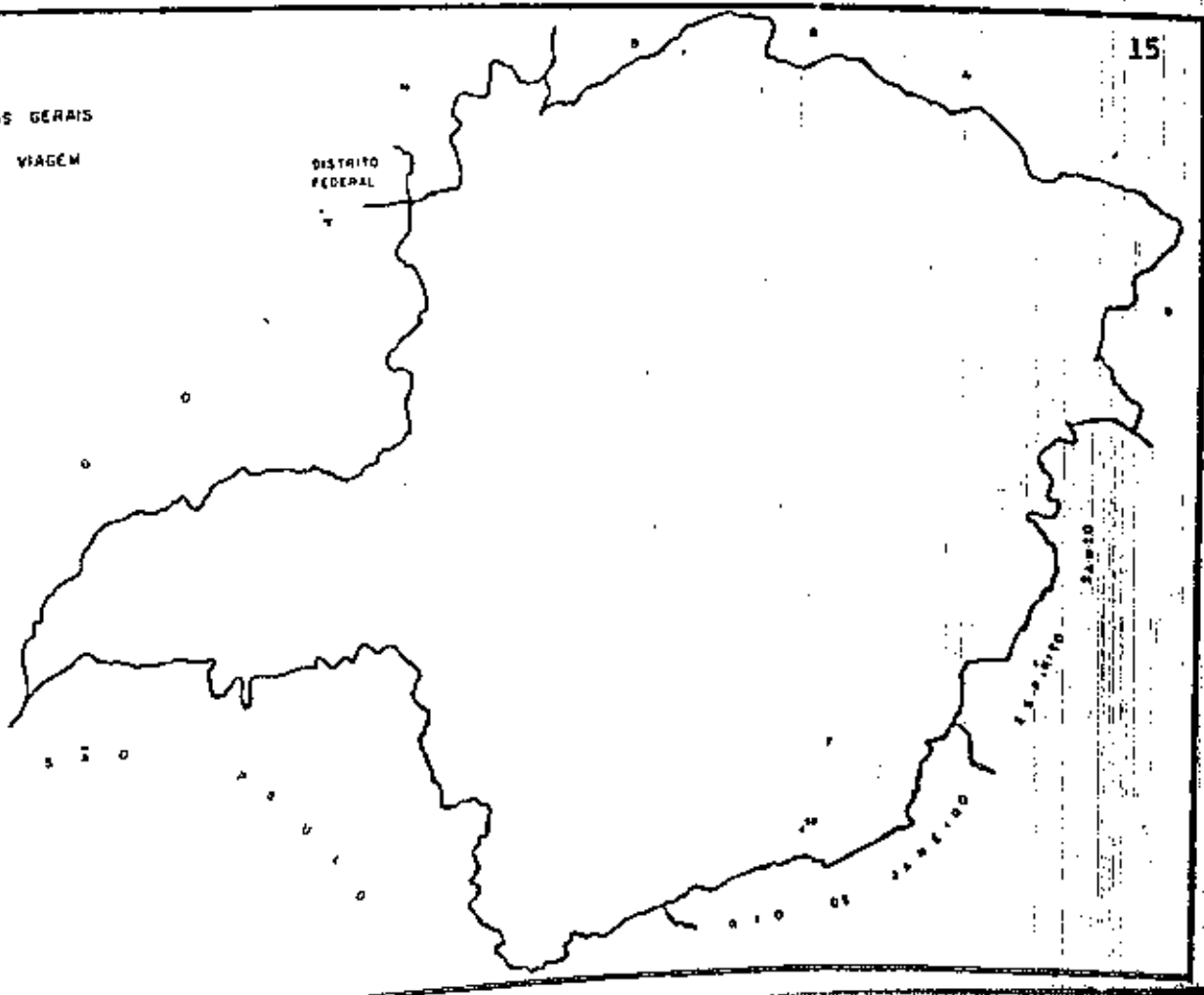
ESTADO DE MINAS GERAIS
PRINCIPAIS LUGARES VISITADOS
H. Burmeister

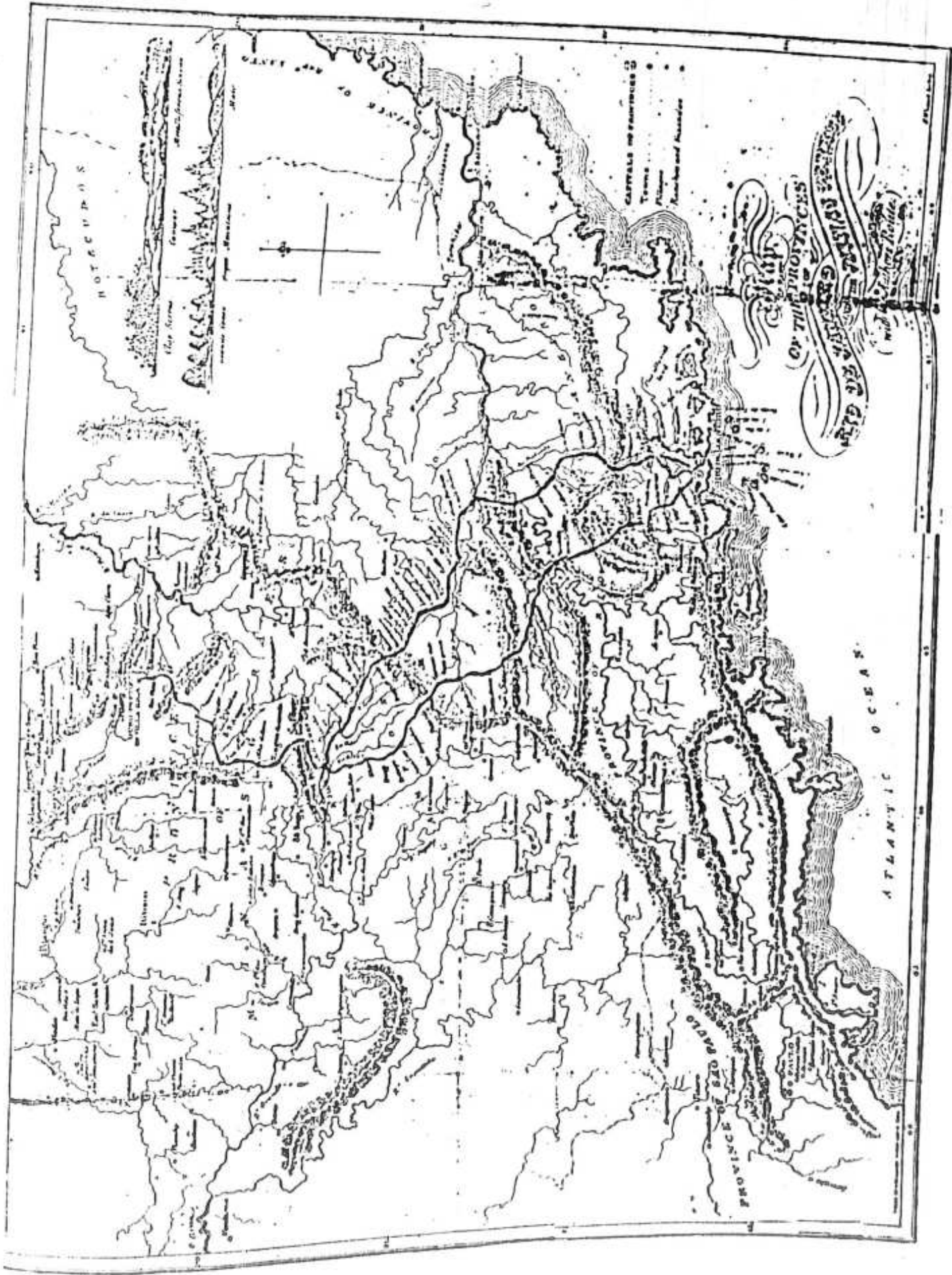
DISTRITO FEDERAL

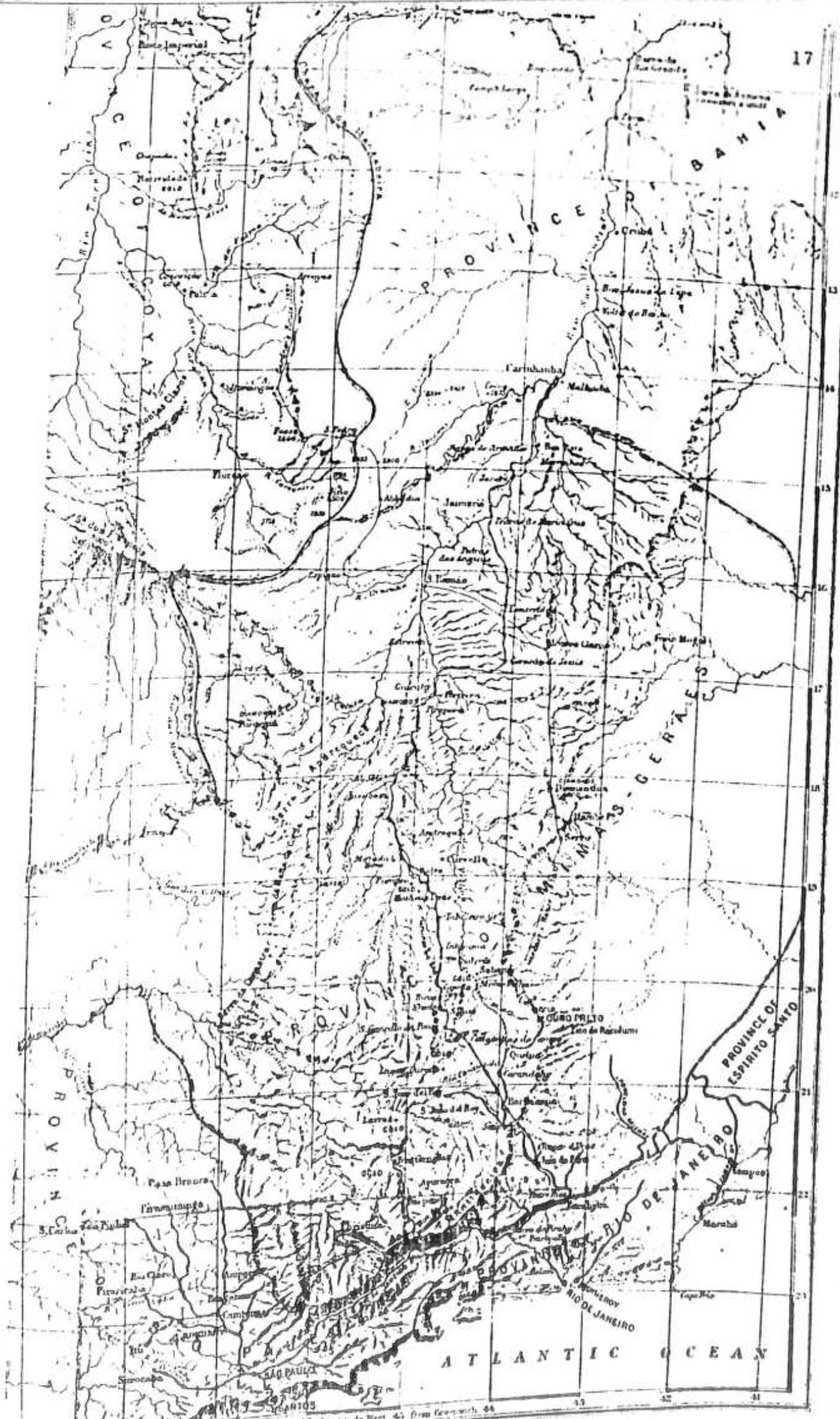


ESTADO DE MINAS GERAIS
ITINERÁRIO DA VIAGEM
L. E. C. Agostini

DISTRITO FEDERAL







London; Sampson Low, Marston, Searle & Rivington.

